

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS– ICS
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS – ELA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - ESTUDOS
COMPARADOS SOBRE AS AMÉRICAS (PPGECSA)

TOMÁS DE SIERVI BARCELLOS

Estado, padrão de reprodução do capital e crise no Brasil
(1994-2016)

Brasília, 22 de outubro de 2021.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS– ICS
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS – ELA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - ESTUDOS
COMPARADOS SOBRE AS AMÉRICAS (PPGECSA)

TOMÁS DE SIERVI BARCELLOS

Estado, padrão de reprodução do capital e crise no Brasil
(1994-2016)

Dissertação de mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Estudos Comparados sobre as Américas (PPGECsA) da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais

Orientador: Prof. Dr. Raphael Lana Seabra

Brasília, 22 de outubro de 2021.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Be Barcellos, Tomás de Siervi
Estado, padrão de reprodução do capital e crise no Brasil
(1994-2016) / Tomás de Siervi Barcellos; orientador Raphel
Lana Seabra. -- Brasília, 2021.
158 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Ciências Sociais) --
Universidade de Brasília, 2021.

1. Estado. 2. Regime político. 3. Brasil. 4. Crise. 5.
Padrão de reprodução do capital. I. Seabra, Raphel Lana,
orient. II. Título.

**Estado, padrão de reprodução do capital e crise no Brasil
(1994-2016)**

Tomás de Siervi Barcellos

Esta dissertação foi julgada adequada para obtenção do título de “Mestre em Ciências Sociais”, e aprovada pela banca examinadora abaixo identificada.

Prof. Dr. Raphael Lana Seabra

**Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais –
Estudos Comparados sobre as Américas (PPGECsA)
Universidade de Brasília (UnB)**

Presidente da banca

Prof. Dr. Nildo Ouriques

**Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA)
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)**

Membro titular externo

Prof. Dr. Daniel Bin

**Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais –
Estudos Comparados sobre as Américas (PPGECsA)
Universidade de Brasília (UnB)**

Membro titular interno

Prof. Dr. Roberto Goulart Menezes

**Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais –
Estudos Comparados sobre as Américas (PPGECsA)
Universidade de Brasília (UnB)**

Membro suplente

Brasília, 22 de outubro de 2021.

AGRADECIMENTOS

À Isabela. Todas as razões para te agradecer entediariam os demais leitores. Deixo-as para a vida que vamos compartilhar pela frente. Sem você o leitor não teria em mãos - ou na tela - este trabalho. Você me apoiou em cada etapa desse processo, desde minha entrada no Programa até a entrega desta versão final. Foi apenas sua capacidade de enxergar nesse texto algo de valor que me fez seguir até sua conclusão. Além disso, suas leituras das versões mais-que-preliminares do trabalho permitiram identificar precocemente imprecisões e fraquezas argumentativas mesmo antes que o texto fosse submetido aos demais leitores. Graças a você concluo a dissertação no mesmo ano em que oferecemos nossa contribuição material à humanidade.

À minha mãe, pelas frequentes perguntas sobre a dissertação e a disposição em ouvir as respostas longas e confusas.

Aos membros das bancas de qualificação e defesa pela leitura e crítica às versões preliminares do trabalho. Ao meu orientador, Raphael Seabra, pela confiança depositada em mim ao longo da elaboração deste trabalho e por sempre lembrar que a América Latina esteve vinculada desde suas origens ao anti-imperialismo.

Aos servidores do ELA, na pessoa da Cecília, por tornarem menos áridos os caminhos da burocracia universitária. Aos professores do ELA, por ampliarem meus conhecimentos sobre a América Latina; em especial à Lília Tavoraro, por haver apresentado Torres Caicedo a mim.

Aos colegas do Programa, pelos debates dentro e fora de sala de aula. Em especial à Luara, pela ajuda na preparação da defesa.

Ao Jonathan Jaumont e ao Eduardo Costa Pinto, por compartilharem suas bases de dados comigo.

Ao Maicon, à Tamara, ao Viet e ao Rodrigo pela paciência e disposição que mostraram quando receberam ligações nos horários mais inusitados para discutir alguns dos elementos da dissertação. Ao Arland e ao Pietro, pelas leituras e discussões de textos fundamentais que mantiveram acesa a disciplina dos estudos em meio à pandemia.

Aos catarinenses de Brasília - Josué, Guilherme e Jacque -, pelas conversas de sábados e domingos - ou de uma noite qualquer da semana - sobre o tema da dissertação, ou nosso passado e futuro.

RESUMO

Há muitos anos o Brasil atravessa uma grave crise econômica, política e social. A investigação da crise exige estudar o objeto que entra em crise: o Estado. Dentro deste contexto, o objetivo geral da pesquisa é caracterizar o regime político vigente no Brasil desde 1994, com o compromisso do Plano Real, e sua crise. São definidos também quatro objetivos específicos, quais sejam: i) identificar as relações e alianças de classe que dão estabilidade e conformam o bloco no poder; ii) descrever padrão de reprodução do capital sob o qual, tais relações se desenvolvem durante o período em análise; iii) identificar como tais relações de classe se plasmam na organização do poder político; iv) definir o caráter da crise vivida pelo regime político, destacando se se trata de uma crise interna do regime ou de sua agonia final. Quanto a metodologia, adotou-se um conjunto de procedimentos: revisão bibliográfica, análise documental e a utilização de metodologia desenvolvida por Pinto (2010) para a mensuração do desenvolvimento das frações burguesas utilizando as bases de dados do Valor 1000 (2020) – período 2000-2018 – e Gazeta Mercantil (2007) – período 1995-2007. No primeiro capítulo discutimos o dilema da reorganização da dominação de classes no Brasil após o fim da ditadura militar, e identificamos que os momentos de determinação do regime político e do bloco no poder são distintos. No segundo capítulo voltamos nossa atenção para o padrão de reprodução do capital que se engendra a partir de 1994, tornando possível demonstrar, dentre outros elementos, como o ciclo do capital se torna mais extrovertido, passando a depender mais da constante entrada de divisas e da realização das mercadorias pela via da exportação. O terceiro capítulo apresenta pormenores da organização do regime político brasileiro, a relação que se estabelece entre os centros de poder e a cena política e o desenvolvimento de sua crise, evidenciando como as ambiguidades do texto constitucional se resolvem paulatinamente a partir do Plano Real deslocando o poder dos governos estaduais para o governo federal, do Executivo para o Parlamento e do Estado para o mercado. Conclui-se que a crise desata quando os mecanismos criados para articular os interesses dominantes se exaurem com o estresse do orçamento federal. O caráter sistêmico da crise só se revela nas eleições de 2018, quando demonstra não ser apenas uma crise da ala esquerda, mas também direita, dos condutores do pacto de classes de 1994.

PALAVRAS-CHAVE: Estado; Regime político; Brasil; Crise; Padrão de reprodução do capital.

ABSTRACT

For many years Brazil has been going through a serious economic, political and social crisis. The investigation of the crisis requires studying the object that goes through the crisis.: the state. In this context, the general objective of the research is to characterize the political regime in Brazil since 1994, with the compromise of the Real Plan, and its crisis. Four specific objectives are also defined, namely: i) to identify the class relations and alliances that provide stability and conform the power bloc; ii) to describe the pattern of capital reproduction under which such relations developed during the period under analysis; iii) to identify how such class relations are shaped in the organization of political power; iv) to define the character of the crisis experienced by the political regime, emphasizing if it is an internal crisis of the regime or its final agony. As for the methodology, we adopted a set of procedures: literature review, document analysis and the use of the methodology developed by Pinto (2010) for measuring the development of the bourgeois fractions using the databases of Valor 1000 (2020) – period 2000-2018 – and Gazeta Mercantil (2007) – period 1995-2007. In the first chapter we discussed the dilemma of the reorganization of class domination in Brazil after the end of the military dictatorship, and identified that the moments of determination of the political regime and the bloc in power are distinct. In the second chapter we turn our attention to the pattern of capital reproduction that emerges after 1994, making it possible to demonstrate, among other elements, how the capital cycle becomes more extroverted, depending more on the constant inflow of foreign exchange and on the exportation of goods. The third chapter presents details of the organization of the Brazilian political regime, the relation that is established between the centers of power and the political scene, and the development of its crisis, showing how the ambiguities of the constitutional text are gradually resolved after the Real Plan, displacing power from the state governments to the federal government, from the Executive to the Parliament, and from the State to the market. We conclude that the crisis is unleashed when the mechanisms created to articulate the dominant interests are exhausted by the stress of the federal budget. The systemic character of the crisis is only revealed in the 2018 elections, when it demonstrates to be not only a crisis of the left wing, but also of the right wing, of the leaders of the 1994 class pact.

KEY WORDS: State; political regime; Brazil; Crisis; Pattern of capital reproduction.

RESUMEN

Desde hace años, Brasil atraviesa una grave crisis económica, política y social. La investigación de la crisis requiere estudiar el objeto que entra en crisis: el Estado. En este contexto, el objetivo general de la investigación es caracterizar el régimen político vigente en Brasil desde 1994, con el compromiso del Plan Real, y su crisis. También se definen cuatro objetivos específicos: i) identificar las relaciones y alianzas de clase que dan estabilidad y conforman el bloque de poder; ii) describir el patrón de reproducción del capital bajo el cual se desarrollaron dichas relaciones durante el período analizado; iii) identificar cómo se configuran estas relaciones de clase en la organización del poder político; iv) definir el carácter de la crisis que experimenta el régimen político, destacando si se trata de una crisis interna del régimen o de su agonía final. En cuanto a la metodología, se adoptó un conjunto de procedimientos: revisión bibliográfica, análisis documental y la utilización de la metodología desarrollada por Pinto (2010) para la medición de la evolución de las fracciones burguesas utilizando las bases de datos Valor 1000 (2020) - período 2000-2018 - y Gazeta Mercantil (2007) - período 1995-2007. En el primer capítulo discutimos el dilema de la reorganización de la dominación de clase en Brasil tras el fin de la dictadura militar, e identificamos que los momentos de determinación del régimen político y del bloque en el poder son distintos. En el segundo capítulo dirigimos nuestra atención al patrón de reproducción del capital que surge después de 1994, permitiendo demostrar, entre otros elementos, cómo el ciclo del capital se vuelve más extrovertido, haciéndose más dependiente de la entrada constante de divisas y de la realización de productos básicos a través de las exportaciones. El tercer capítulo presenta detalles de la organización del régimen político brasileño, la relación establecida entre los centros de poder y la escena política y el desarrollo de su crisis, mostrando cómo las ambigüedades del texto constitucional se resuelven gradualmente después del Plan Real, desplazando el poder de los gobiernos estatales al gobierno federal, del Ejecutivo al Parlamento y del Estado al mercado. Concluimos que la crisis se desata cuando los mecanismos creados para articular los intereses dominantes se agotan por la tensión del presupuesto federal. El carácter sistémico de la crisis sólo se revelará en las elecciones de 2018, cuando se demuestre que no es sólo una crisis de la izquierda, sino también de la derecha, de los dirigentes del pacto de clase de 1994.

PALABRAS CLAVE: Estado; Régimen político; Brasil; Crisis; Patrón de reproducción del capital.

LISTA DE GRÁFICOS E FIGURAS

Figura 2.1 - Diagrama do ciclo de reprodução do capital	53
Gráfico 2.1 - Evolução do crédito à pessoa jurídica, média móvel de 4 trimestres, como percentual do investimento	56
Gráfico 2.2 - Evolução do capital estrangeiro, média móvel de 4 trimestres, como percentual do investimento	57
Gráfico 2.3 - Renda média de todos os trabalhos, em reais de outubro de 2012.....	61
Gráfico 2.4 - Taxa de exploração entre 1995 e 2016.....	64
Gráfico 2.5 - Índice de volume trimestral entre 1996 e 2021, com ajuste sazonal. Setores que cresceram acima do PIB (1995 = 100).	66
Gráfico 2.6 - Índice de volume trimestral entre 1996 e 2021, com ajuste sazonal. Setores que cresceram acima do PIB (1995 = 100).	67
Gráfico 2.7 - Transferência de valor total líquida (US\$ milhões correntes e % do PIB)	76
Gráfico 2.8 - Lucro líquido, patrimônio líquido, receita líquida e taxa de lucro. Total dos setores não-financeiros.	82
Gráfico 2.9 - Lucro líquido, patrimônio líquido, receita líquida e taxa de lucro. Agronegócio e Indústria das Commodities.	84
Gráfico 2.10 - Lucro líquido, patrimônio líquido, receita líquida e taxa de lucro. Construção Civil, Indústria Difusora de Tecnologia e Indústria Tradicional.....	85
Gráfico 2.11 - Lucro líquido, patrimônio líquido, receita líquida e taxa de lucro. Serviços de Infraestrutura e Outros Serviços	87
Gráfico 2.12 - Distribuição do patrimônio líquido, por ano, setor e fonte de informação	88
Gráfico 3.1 - Medidas Provisórias editadas por ano entre 1990 e 2020.	103
Gráfico 3.2 - Vetos presidenciais, por ano e tipo, entre 2001 e 2020.....	104
Gráfico 3.3 - Desonerações tributárias, em percentual da arrecadação, por anos entre 1997 e 2021.	130

LISTA DE TABELAS

Tabela 2.1 - Percentual dos empregos informados na RAIS em 1994 e 2014, por setores.....	60
Tabela 2.2 - Índice de volume do PIB (média de 1995 = 100) no primeiro trimestre de 2019, por setores.....	68
Tabela 2.3 - Estatísticas de concentração das exportações. Anos selecionados.....	70
Tabela 2.4 - Principais mercadorias exportadas em 1997 e 2020.....	71
Tabela 2.5 - Classificação setorial adotada por Pinto (2010) para o principal setor de atividade dos grupos econômicos	79
Tabela 2.6 - Participação no patrimônio líquido total, por setores. Anos selecionados.....	90
Tabela 3.1 - Taxa de lucro setorial e lucro extraordinário entre 2010 e 2014.....	134

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AG - Agronegócio
ANFAVEA - Associação Nacional Fabricantes de Veículos Automotores
BCB - Banco Central do Brasil
CC - Construção Civil
CF - Constituição Federal
CMN - Conselho Monetário Nacional
DEM - Democratas
DRU - Desvinculação das Receitas da União
ECI - Estado de Contra-Insurgência
FSE - Fundo Social de Emergência
GLO - Garantia da Lei e da Ordem
IC - Indústria de Commodities
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
ID - Indústria Difusora de Tecnologia
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IT - Indústria Tradicional
MDB - Movimento Democrático Brasileiro
MEI - Microempreendedor Individual (MEI)
PAI - Programa de Ação Imediata
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PFL - Partido da Frente Liberal
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAD - Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios
PNBE - Pensamento Nacional das Bases Empresariais
PRC - Padrão de Reprodução do Capital
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira
PT - Partido dos Trabalhadores
RAIS - Relação Anual de Informações Sociais
RFB - Receita Federal do Brasil
RMI - Regime de Metas de Inflação
SF - Setor Financeiro
SI - Serviços de infraestrutura

SIDRA - Sistema IBGE de Recuperação Automática

SO - Outros Serviços

STN - Secretaria do Tesouro Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1 - A LUTA PELO PODER E A CONSTRUÇÃO DA INSTITUCIONALIDADE DO PLANO REAL.....	18
1.1 - A decomposição do bloco burguês-militar	18
1.2 - A formação do bloco do Plano Real.....	21
1.3 - A institucionalidade do Plano Real	37
CAPÍTULO 2 - O PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL SOB O PLANO REAL E SEU IMPACTO SOBRE A BURGUESIA	50
2.1 - O Ciclo do Capital sob o Plano Real.....	50
2.2 - As frações burguesas sob o Plano Real.....	77
CAPÍTULO 3 - O REGIME POLÍTICO E SUA CRISE.....	92
3.1. O regime político brasileiro.....	92
3.2 - A crise do regime político	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
REFERÊNCIAS	146
APÊNDICE I - Relação entre setores e grupo de setores utilizada.....	156

INTRODUÇÃO

A questão fundamental de toda revolução é a questão do poder de Estado. Sem compreendê-lo com clareza não é possível nem pensar em participar de modo consciente da revolução, quem dirá dirigi-la.

Lenin

Tornou-se lugar comum dizer que o Brasil atravessa sua mais grave crise dos últimos 100 anos. A situação pela qual o Brasil passa hoje, com instabilidade política, econômica e social crescente¹, sugere que vivemos o agonizar de um período mais ou menos estável que durava quase 30 anos.

A estabilidade desse período fez toda uma geração se acostumar com a democracia e seus jogos, tomá-la por dada e até confiar nela. Desenvolveu-se um otimismo ingênuo em relação ao futuro do Brasil que ignorava as causas do subdesenvolvimento e da dependência (OURIQUES, 2012). Essa mesma geração viu com certo horror a derrocada parlamentar de uma presidenta condenada, apesar de não haver infração legal ou sequer provas, e se depara, mês após mês, ano após ano, com a falta de perspectivas para seu presente e seu futuro. Volta-se, por isso, para o passado. Alguns para 2002, outros para 1964. Mas a história não se repete.

Fala-se há tanto tempo de crise no Brasil que a palavra parece ter perdido parte de seu significado. A própria retórica petista pré-impedimento era a de que o Brasil estava enfrentando a crise de 2008 até aquele momento. Outros - com destaque para a grande mídia - a usam pelo menos desde 2014. Mas Lenin dizia que "la gran importancia de toda crisis consiste en que pone al descubierto lo oculto" (LENIN, 1973, p. 148), isto é, a crise a um só tempo manifesta as contradições sociais que a engendram e lança a público a necessidade de responder as perguntas sobre o que entra em crise, por que entra em crise e por que entra em crise agora.

Todo este preâmbulo demonstrou que nosso ponto de partida estava errado². A crise não se explica por si mesma. A crise demonstra, antes, que há algo em crise. Ela é não mais do que

¹ O Brasil conta com uma sequência de três presidentes impopulares. Dilma tinha níveis de aprovação baixíssimos no segundo semestre de seu segundo mandato, apesar da popularidade pretérita (DATAFOLHA, 2016, p. 15); Temer teve o desprestígio popular durante todo seu mandato (XP, 2018, p. 5); e Bolsonaro, apesar de sua firme base de apoio, não pode ser considerado um presidente popular (XP, 2020, p. 4).

² Lembremos que a investigação de um tema costuma demonstrar que o ponto de partida original precisa ser deslocado. Vejamos o exemplo de Marx (2013), em O Capital. O alemão parte em seus primeiros quatro capítulos da circulação das mercadorias; logo no primeiro capítulo, diz "Partimos do valor de troca ou da relação de troca das mercadorias para seguir as pegadas do valor que nelas se esconde" (MARX, 2013, p. 125). Ao final do quarto capítulo, Marx se depara com a necessidade de alterar o centro de sua investigação. Diz ele "O possuidor de dinheiro compra no mercado todas as coisas necessárias a esse processo, como matérias-primas, etc., e por elas paga seu preço integral. O processo de consumo da força de trabalho é simultaneamente o processo de produção

mediação de algo consigo mesmo. Para interpretar adequadamente a crise temos de nos afastar desse objeto para nos acercarmos do verdadeiro objeto desta pesquisa: o Estado. No nível em que essa pesquisa se propõe, o Estado se apresenta como regime político. Somente após compreendermos seu funcionamento e estrutura seremos capazes de retornar à crise, já não mais como um objeto em si mesmo, mas como um momento do movimento histórico do Estado brasileiro, isto é, re-iluminado pela totalidade viva e movente, e determinar suas possíveis soluções e alternativas políticas colocadas diante das classes sociais.

Mas, se podemos fazer essas reflexões sobre crises em geral, essa crise específica demanda o entendimento de qual Estado específico entra em crise. Nessa medida, as perguntas feitas acima precisam ser deslocadas ao novo objeto. Como se organiza o Estado que entra em crise? Sobre quais relações de classes repousa? Por que entra em crise agora?

Com o que foi dito até aqui, temos condições de limitar os objetivos deste trabalho. O objetivo geral da pesquisa é caracterizar o regime político vigente no Brasil desde 1994, com o compromisso do Plano Real. Para que esse objetivo seja alçado, são necessários perseguir objetivos específicos que lhe dão materialidade: i) identificar as relações e alianças de classe que dão estabilidade e conformam o bloco no poder; ii) descrever padrão de reprodução do capital sob o qual tais relações se desenvolvem durante o período em análise; iii) identificar como tais relações de classe se plasam na organização do poder político; iv) definir o caráter da crise vivida pelo regime político a partir de 2016, destacando se se trata de uma crise interna do regime ou de sua agonia final.

Antes de considerarmos nossas escolhas metodológicas sobre como alcançar tais objetivos, vale a pena resgatar a história desta pesquisa. O ingresso no mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Estudos Comparados sobre as Américas (PPGECsA) exige a apresentação de um anteprojeto de pesquisa, oportunidade na qual apresentamos, sob o título de "O Estado financeirizado na América Latina: um estudo comparado", a proposta de uma pesquisa cujo objetivo principal era "compreender a financeirização e sua influência sobre o padrão de dominação na América Latina" (BARCELLOS, 2018, p. 4), buscando a comparação entre alguns casos latino-americanos. Após a entrada no programa e durante a orientação, decidimos que poderia ser mais proveitoso para a pesquisa centrar esforços na

da mercadoria e do mais-valor. O consumo da força de trabalho, assim como o consumo de qualquer outra mercadoria, tem lugar fora do mercado ou da esfera de circulação. **Deixemos, portanto, essa esfera rumorosa, onde tudo se passa à luz do dia, ante os olhos de todos, e acompanhem os possuidores de dinheiro e de força de trabalho até o terreno oculto da produção**, em cuja entrada se lê *No admittance except on business*. Aqui se revelará não só como o capital produz, mas como ele mesmo, o capital, é produzido. O segredo da criação de mais-valor tem, enfim, de ser revelado" (MARX, 2013, p. 250, itálicos do original, negrito nosso).

definição da noção de padrão de dominação. Para tanto, escrevemos para a banca de qualificação deste trabalho um projeto intitulado "O atual padrão de dominação no Brasil", em que propúnhamos, além da formalização desse conceito e uma recuperação histórica dos padrões de dominação passados na América Latina, o objetivo geral de "caracterizar o atual padrão de dominação vigente no Brasil desde a promulgação da Constituição de 1988" (BARCELLOS, 2020, p. 30).

A banca de qualificação julgou que o objetivo secundário de formalizar a noção de padrão de dominação havia tomado uma parte significativa do trabalho, e que era preciso "abandonar os prefácios" e centrar a pesquisa no debate acerca do regime político brasileiro. Como se pode notar, essa sugestão levou à modificação dos objetivos específicos do trabalho, julgando ser esta uma melhor forma de atendimento daquele objetivo geral - para além de uma pequena alteração de período. Em face disso, é possível que o leitor se veja órfão de uma definição mais precisa do padrão de dominação. Para além das indicações da banca, tal procedimento se assenta também num conselho de Agustín Cueva. Seus críticos indicavam que ele não havia definido o populismo e que isso acabava dando certa ambiguidade ao conceito. A sua defesa pode ser lida abaixo:

Qual é o motivo dessa ambiguidade e dessa falta de "caracterização" assinaladas por Cuví? [...] ao escrever *O processo de dominação* meu modelo teórico fundamental foi *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, de Marx, no qual o autor se preocupa de tudo, exceto de uma coisa: definir o que é o "bonapartismo" (CUEVA, 2019 [1988], p. 212, grifos no original).

Antes de assentar nosso modo de agir sobre um argumento de autoridade, buscamos apenas salientar que essa postura não é uma novidade nas ciências sociais. Tratou-se, outrossim, de uma escolha de dedicar tanto a pesquisa quanto a exposição ao objeto. É evidente que tal escolha tem consequências e fizeram com que algumas formalizações e indicações teóricas se encontrem entremeadas à apresentação de nosso argumento sobre o regime político brasileiro.

A questão que se coloca agora é como propomos realizar a pesquisa. Devido ao caráter multifacetado de nosso objeto, adotamos um conjunto de propostas metodológicas. A revisão da bibliografia nos permitiu assentar as bases para uma interpretação em todos os aspectos do problema. Quando necessário, mesmo que apenas para a exposição do texto, a bibliografia foi cotejada com estatísticas sociais e macroeconômicas disponibilizadas por órgãos do governo federal. Para identificar as transformações institucionais, utilizamos análise documental do texto constitucional, de emendas à Constituição, Leis, Decretos, etc. Por fim, usamos uma metodologia desenvolvida por Pinto (2010) para a mensuração do desenvolvimento das frações burguesas utilizando a base de dados do Valor 1000 (2020), que cobre o período entre os anos

de 2000 e 2018, em conjunto com a base de dados da Gazeta Mercantil (2007), que reúne dados semelhantes entre 1995 e 2007.

A organização do trabalho foi realizada de modo que discutimos no primeiro capítulo o dilema da reorganização da dominação de classes no Brasil após o fim da ditadura militar, destacando os desafios enfrentados pela burguesia para a formação de um novo bloco no poder sob a hegemonia do capital financeiro. No segundo capítulo voltamos nossa atenção para o padrão de reprodução do capital que se engendra a partir de 1994, descrevendo tanto as distintas fases do ciclo quanto seus efeitos sobre o desenvolvimento das frações de classe da burguesia. O terceiro capítulo está dedicado a apresentar nos seus pormenores a organização do regime político brasileiro, lançando luz sobre a relação que se estabelece entre os centros de poder e a cena política, bem como o desenvolvimento de sua crise. Em seguida, são apresentadas considerações finais.

Após todo esse percorrido, algumas conclusões emergem. No capítulo 1 identificamos que os momentos de determinação do regime político e do bloco no poder são distintos. Enquanto os trabalhos da constituinte ocorrem entre 1986 e 1988, quando é firmada a Constituição, o bloco no poder sob a hegemonia do capital financeiro só toma um aspecto estável em 1994, quando uma nova organização da acumulação é instituída com o Plano Real. No capítulo 2 demonstramos como o ciclo do capital se torna mais extrovertido, passando a depender mais da constante entrada de divisas - ainda que não apenas para permitir a acumulação de capital, mas também da própria força de trabalho - e da realização das mercadorias pela via da exportação. Também asseveramos que essa dinâmica do capital permitiu aos setores burgueses vinculados ao agronegócio, à indústria das *commodities*, ao comércio de importação e às finanças concentrar os meios de produção no período, elevando seu poder social.

No último capítulo evidenciamos como as ambiguidades do texto constitucional se resolvem paulatinamente a partir do Plano Real deslocando o poder dos governos estaduais para o governo federal, do Executivo para o Parlamento e do Estado para o mercado - ainda que apenas o primeiro tenha ocorrido plenamente - ao mesmo tempo em que os debates na cena política sobre os dilemas da administração do pacto de classe vão se estreitando até que anulem qualquer debate. A crise desata quando os mecanismos criados para articular os interesses dominantes, mas também destinados a assegurar o consentimento dos setores dominados, se exaurem com o estresse do orçamento federal. O caráter sistêmico da crise só se revela nas eleições de 2018, quando demonstra não ser apenas uma crise da ala esquerda, mas também direita, dos condutores do pacto de classes de 1994. Passemos agora a exposição.

CAPÍTULO 1 - A LUTA PELO PODER E A CONSTRUÇÃO DA INSTITUCIONALIDADE DO PLANO REAL

A concretização do pacto social está sujeita, porém, à definição e implementação do projeto burguês para a reorganização da economia e do Estado

Ruy Mauro Marini

A história da construção da dominação do capital financeiro na sociedade brasileira começa com a dissolução da forma histórica do Estado de Contra-Insurgência (ECI) que caracterizou o período da ditadura militar de 1964-1985. A análise da crise daquele Estado, ainda que feita de modo sumário, dá elementos para compreender as razões da dissolução do bloco hegemônico anterior e as dificuldades que serão enfrentadas na formação do bloco do Plano Real. Após essa rápida retomada da decomposição do bloco burguês-militar, o capítulo passa a analisar a luta que se segue na sociedade brasileira, em meio ao processo de redemocratização, para a estabilização das formas de acumulação e dominação por meio do Plano Real. Por fim, trataremos de expor os passos dados pelo capital financeiro para consolidação de uma institucionalidade neoliberal capaz de organizar e dar estabilidade a sua dominação.

1.1 - A decomposição do bloco burguês-militar

Uma das características estruturais do capital industrial nas economias dependentes é sua necessidade de importar os elementos materiais do capital fixo para se reproduzir ampliadamente. Durante a primeira metade do século passado, essa limitação obrigou-o a selar importantes compromissos com os setores oligárquicos que acabaram, por fim, a levar ao abandono do projeto de desenvolvimento nacional autônomo. Na década de 1970, sobretudo após o primeiro choque do petróleo, a forma específica de reprodução desta contradição se altera em face das novas condições sociais, políticas e internacionais sobre a qual repousa.

Durante o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND)³, a abundância de capitais internacionais disponíveis a reduzidas taxas de juros permite à burguesia industrial brasileira

³ Lançado ao final de 1974 para o período de 1975 até 1979, o II PND era composto de uma miríade de grandes projetos, sobretudo nas áreas de insumos básicos, infraestrutura e bens de capital. O II PND tinha sua estratégia de financiamento baseada no acesso a empréstimos internacionais que conduziu a elevação da dívida externa brasileira (CRUZ, 1993).

financiar a importação de capital constante usando-se de empréstimos internacionais. De acordo com o Banco Central do Brasil (2021), a dívida externa brasileira saltou de pouco mais de US \$17 bilhões em 1974 para mais de US 95 bilhões em 1985⁴. Em sua análise desse processo, Cruz (1993) nota um processo de estatização da dívida externa. Enquanto em 1974 sua composição era de 35% tomada por empresas públicas e 65% por empresas privadas, tem-se uma divisão de 89% e 11% em 1985⁵. O que importa destacar deste movimento é que as condições de reprodução dos capitais industriais passam pelo aumento e estatização da dívida externa que passa a gerar crescentes obrigações exportadoras para fazer frente às também crescentes obrigações financeiras com o exterior para o pagamento de juros.

Marini (1992a) nota que este processo ocorre concomitantemente a uma mudança na política externa dos EUA para a América Latina. A abrupta elevação da taxa básica de juros dos EUA em 1979 deixa a região de joelhos e marca a passagem de um período em que a dominação imperialista é dirigida pelos Departamentos do Tesouro e do Comércio e não mais pelo Departamento de Estado e o Pentágono, numa revisão da Doutrina de Contra-Insurgência. Essa nova política dos EUA tem como consequência o aumento repentino dos valores que devem ser "gerados" nas relações internacionais para saldar o pagamento das novas cifras devidas como juros da dívida externa. A mudança na política externa dos EUA também implicava na revisão da Doutrina de Contra-Insurgência, com significativos impactos sobre o apoio estadunidense às ditaduras da região⁶.

Ao passo em que estas transformações se processavam no plano internacional, outras ocorriam no interior da sociedade civil brasileira⁷. Inicia-se, a partir desse quadro, um processo de redemocratização. Um analista nota que "a abertura política e a redemocratização não foram concessões dos militares no poder. Eles negociaram em condições vantajosas porque permaneciam controlando muitos recursos, mas foram forçados a negociar porque a pressão social se ampliou" (MIGUEL, 2019, p. 44).

⁴ Foram usadas as séries 3564 (setor público) e 3566 (setor privado) do gerenciador de séries temporais do Banco Central.

⁵ "por um lado, [...] o processo de estatização da dívida externa representou um poderoso mecanismo de valorização/preservação de diferentes frações do capital privado e, por outro, de que forma a transferência de recursos reais ao exterior teve um efeito devastador sobre as finanças do governo e das empresas estatais na primeira metade dos anos oitenta" (CRUZ, 1993, p. 20).

⁶ "A revisão da doutrina da contra-insurgência que se processa nos Estados Unidos, sob o impacto da derrota na guerra do Vietnã, cujo resultado será a afirmação pelo governo de James Carter da política de defesa dos direitos humanos e de apoio às democracias, o que se manifesta em relação à América Latina na pressão do Departamento de Estado em favor de democracias ditas viáveis, governáveis ou restringidas" (MARINI, 1991, online).

⁷ "Convém assinalar que esse processo de descompressão política corresponde à reorganização das forças que compõem a sociedade civil e à pressão que elas exercem sobre o poder" (MARINI, 1991, online).

Após a anistia de 1979 e o fim do bipartidarismo, importantes lideranças do período pré-64 retornam ao país e se inicia um processo de reorganização da oposição sem o monopólio partidário do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Essa aparece como mais uma demonstração da reorganização da sociedade civil a qual se referia Marini. Mais significativo ainda parece ser o fato de que nas eleições gerais de 1982 a oposição elege quase metade dos governadores - incluídos aí os três estados mais populosos: São Paulo (PMDB), Minas Gerais (PMDB) e Rio de Janeiro (PDT).

Vale registrar, para os fins deste trabalho, o comentário de Marini acerca do efeito da pluripartidarização sobre a representação de classes no plano político. Se após 1974,

El Movimiento Democrático Brasileño (MDB), partido de oposición consentida, fue el instrumento por excelencia de la nueva estrategia [trabalho de massas e luta democrática, TSB], viabilizando una alianza de clases que reunía sectores descontentos de la burguesía, masas crecientes de la pequeña burguesía, la clase obrera y el campesinado, además de políticos y militares disidentes (MARINI, 1992b, online).

Após a abertura de 1979, e sobretudo após a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido Democrático Trabalhista (PDT),

El PMDB seguía siendo el partido por excelencia de las clases medias, pero, en sus expresiones orgánicas e ideológicas más avanzadas, ellas estaban en el PT y también en el PDT. El PMDB contaba con el respaldo de la gran burguesía industrial, así como de la mediana y la pequeña (estas últimas, presentes también en el PDT), pero la gran burguesía ejercía en el PMDB una hegemonía que nunca había tenido en el viejo MDB. (MARINI, 1992b, online).

Este comentário revela uma diferença em relação à leitura de André Singer, para quem uma tendência supra-histórica da representação partidária brasileira vive por reconstruir uma situação na qual "uma oposição entre 'pobres' e 'ricos' dá a tônica ao conflito partidário, mediado por um vasto interior em que prevalecem relações de clientela" (SINGER, 2018, p. 131). Nesta interpretação, as eleições de 1974 representam o momento em que "ressurgia a mesma polaridade que opunha PTB à UDN, e que os militares acreditavam ter banido por meio da modernização conservadora que aceleravam" (SINGER, 2018, p. 144). A partir das transformações ocorridas após a reforma partidária de 1979, "O PMDB começava a se interiorizar" (SINGER, 2018, p. 147) e "o velho PSD, como partido do interior, renascia agora sob a capa de PMDB" (SINGER, 2018, p. 148). No capítulo 3, quando tratarmos da crise do Estado neoliberal no Brasil, poderemos nos ater melhor a esta questão, assim como cotejar estas leituras com aquela oferecida por Boito Júnior (2018) sobre o regime político vigente do país.

Seja como for, o fato é que as filas em prol da redemocratização engrossavam com contingentes oriundos das mais diversas classes sociais. A dominação já não podia se manter sob os termos colocados pelo golpe de 1964. Conforme observado por Marini (1992a), as

transformações necessárias para a reprodução do capital na sociedade brasileira, traduzidas no projeto neoliberal de reconversão, exigiam uma ampla reorganização da sociedade. E para tal as classes sociais precisavam de maior liberdade para expressar seus interesses e poder desenvolver essas lutas num ambiente propício para tal: a democracia⁸. Por um lado, o movimento operário alçava a outro nível sua organização e começava a apresentar novos desafios para a política econômica do governo militar, exigindo melhores salários e mais liberdade para sua atuação política. Por outro, crescia o descontentamento de parcela crescente da classe média com a prolongada supressão dos seus direitos políticos pela ditadura. Por fim, crescia também entre a burguesia descontentamentos com o regime militar, buscando reconquistar a gestão direta do aparelho estatal, sem a mediação das Forças Armadas (MARINI, 1992a).

Alfredo Saad-Filho e Lécio Morais (2019) afirmam que a construção da Nova República se deu em cima de um pacto de quatro pontos: garantir as liberdades políticas, garantir cidadania aos pobres, não distribuir o poder econômico e proteger os militares⁹. Ainda segundo os mesmos autores, a Nova República acolheu demandas políticas da esquerda e ignorou as econômicas. Desta forma, o poder volta, depois de 21 anos, para as mãos de um civil. E será sob a condução de Sarney que se iniciam as lutas mais renhidas, agora num ambiente mais propício, para a delimitação do novo pacto social sobre o qual deve repousar a dominação de classes no Brasil e a institucionalização do novo regime¹⁰.

1.2 - A formação do bloco do Plano Real

O período subsequente, que vai de 1985 até 1994, é um período em que duas grandes questões estão em aberto: i) a reorganização do Estado e do regime político, por um lado, e ii) a reorganização da economia e da inserção brasileira no mercado mundial, por outro. As duas

⁸ "São muitos os interesses contrariados, global ou parcialmente, pela reconversão, fato que por si mesmo já teria exigido a ampliação dos espaços de luta política, ou seja, processos de democratização nos países afetados" (MARINI, 1992a, p. 18).

⁹ Ao nos referirmos à dissolução do ECI não queremos com isso dizer que todas as suas características ficaram no passado. Em primeiro lugar, por uma questão ontológica: sempre há algo da figura superada que se conserva na nova figura. Em segundo lugar pelo caráter da transição brasileira que representou um esforço ativo por manter algumas características daquele Estado em nossa formação estatal (COUTINHO, 2006). Dentre as principais delas podemos citar o papel do corpo de oficiais militares na administração civil - tema que vem ganhando relevo após a eleição de Bolsonaro, mas que já encontrava registros na virada do milênio por parte de Décio Saes (2001) - e a forma militar de enfrentar as questões sociais. Apesar disso, é inegável que o bloco hegemônico sobre o qual aquele ECI se baseava ruiu e, com ele, também aquele Estado.

¹⁰ "A burguesia postula, como linhas fundamentais da sua proposta a reconstrução da democracia parlamentar e a edificação de um Estado neoliberal. Na retórica burguesa, estas duas linhas aparecem confundidas, sendo comum em seu discurso o uso de *slogans* liberais, aplicados à solução de questões democráticas." (MARINI, 1992a, p. 27)

questões estão estreitamente vinculadas e, no limite, pode-se dizer que a solução de uma exige a resolução da outra. O que vamos buscar expor nessa seção é que são impostos limites na organização do Estado num primeiro período, com a elaboração e promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988, em que aquelas questões ainda não haviam sido solucionadas. A Constituição é fruto de um período no qual o capital financeiro ainda não era capaz de impor sua hegemonia e, também, das marcas que o movimento popular consegue impingir na Carta Magna. Contudo, é importante dizer que a CF de 1988 não vai organizar o Estado-relação-social para o período subsequente. Será somente a partir do pacto de classes plasmado no Plano Real, que se firma um bloco no poder capaz de assegurar a reprodução da dominação de classe em novas bases e garantir a estabilidade requerida por um padrão de dominação. Após a formação deste bloco, inicia-se de fato a construção da institucionalidade com os limites que lhe impôs a Constituição, mas também contra essa Constituição.

Iniciemos por entender que as contradições do final do período anterior redundam na elevação do endividamento e, por consequência, no aumento da necessidade de gerar "excedentes exportáveis". Sua manifestação mais notável será a crescente inflação do período. E é por isso que as manifestações mais nítidas das lutas entre as classes nesse período estarão, de forma mais direta ou um pouco mais mediada, relacionadas à questão da inflação e sua reação frente a ela¹¹. Por essa razão, nossos olhos têm de se voltar nesse momento para as disputas travadas "contra a inflação" e "pela Constituição" notando que a segunda seria concluída em meio a indeterminação sobre a primeira.

Os debates sobre a necessidade de uma nova Constituição e, portanto, de uma nova constituinte se avultam e ganham um caráter mais prático uma vez que se inicia o governo de Sarney (FERNANDES, 1989). As diversas classes sociais e suas frações passam a se organizar para ver seus interesses expressos no novo texto constitucional¹².

A primeira querela prática foi – como haveria de ser – sobre a organização do processo: Assembleia Nacional Constituinte exclusiva ou sua aprovação pelo Congresso Nacional? A solução de um Congresso Constituinte estava em linha com "transição pactuada" que dera a tônica de toda a troca de regimes. Florestan Fernandes nota que

Por isso ela [Constituinte] foi escamoteada e degradada desde o início, posta sob a tutela do Governo engendrado pela "Nova república" e enquadrada pelos partidos da ordem que ela gerou para neoliberalizar à brasileira, o comício

¹¹ "Uma das principais características da transição brasileira para o neoliberalismo é que foi, ao mesmo tempo, disfarçada e justificada ideologicamente como um programa de estabilização da inflação" (SAAD-FILHO;MORAIS, 2019, p. 96).

¹² Sobre a organização da burguesia pequena e média, ou a massa da burguesia, ver Bianchi (2001). Sobre a organização política dos sindicatos e sua relação com as comissões da constituinte, ver Trajtenberg (2015).

constitucional supremo. Foi confinada à camisa de força de um congresso constituinte "normal" e espremida contra a competição política dos governadores (FERNANDES, 1989, p. 57).

Por essa razão, os mesmos atores políticos que estarão imbuídos da atribuição de organizar as novas bases do regime jurídico brasileiro também estarão empenhados em lidar com as consequências sociais e políticas da inflação. A eleição para esse Congresso Constituinte ganha assim uma importância dobrada, sobretudo após o crescimento dos partidos da oposição (PT e PDT) nas eleições municipais de 1985 com o respectivo encolhimento do PMDB (MARINI, 1992b).

É nesse contexto que o Plano Cruzado ganha relevância para a análise. Diversos são os autores que afirmam haver o PMDB se beneficiado eleitoralmente dos efeitos de curto prazo do Plano Cruzado nas disputas de 1986. A maior parte dos analistas se preocupa com os aspectos técnicos aos quais agregam sua maior simpatia ou antipatia aos instrumentos adotados no plano. Marini parece ser o único que busca identificar no Cruzado uma manifestação das divisões no seio da burguesia e sua correlação de forças.

El Plano Cruzado, de marzo de 1986, primero de una serie de choques heterodoxos, fue la respuesta del gobierno y del PMDB en esta situación. [...] [O plano] visó a legitimar el gobierno Sarney, restablecer el control burgués, vía PMDB, sobre el movimiento de masas y devolver la iniciativa a la burguesía industrial. El mayor sacrificio quedó reservado a la burguesía comercial ligada al mercado interno, eslabón débil del bloque burgués, pero la política monetaria y las reformas pretendidas, en particular la bancaria, deberían impactar también a la fracción financiera (MARINI, 1992b, *online*).

Isto é, neste momento, início de 1986, a burguesia industrial ainda possuía força o suficiente para impor uma política contra demais setores burgueses (em especial as frações comercial e financeira). Aqui aparecem três aspectos relevantes que voltarão a aparecer ao longo do trabalho: i) que a influência das frações de classe sobre o aparelho de Estado (ou Estado restrito) é o determinante para a definição das políticas adotadas; ii) que a influência das frações de classe no tecido social - algo que poderíamos chamar de poder real - é o determinante para o sucesso dessas políticas ou, para dizê-lo em outros termos, para a possibilidade de reprodução continuada dessa política; e iii) que as políticas públicas (sobretudo econômica) são usadas como arma na luta política contra as demais classes e frações de classe buscando alterar as correlações de força no plano político e social.

Se o conteúdo das propostas - que alternativas evita, a quem impõe os custos, etc. - revela a força da burguesia industrial sobre o aparelho de Estado, o fracasso do Plano também revela a força das frações prejudicadas no plano social. Essa situação ajuda a compreender o

que Marini (1992b) chamou de empate hegemônico. Assim, a fração financeira fez uso do seu poder real para fazer água no Plano cruzado e acabou por fortalecer os setores exportadores, sobretudo a fração agrária¹³.

Em outro texto, Marini chega a afirmar que

O neo-liberalismo é a arma que utilizam os grandes centros capitalistas e a fração moderna das burguesias nacionais para impor sua hegemonia no plano político. As tentativas da fração industrial tradicional para conservar em suas mãos as rédeas da política econômica se expressam nos chamados planos heterodoxos, mistura de postulados e instrumentos desenvolvimentistas e liberais, que se registram na segunda metade dos oitenta (MARINI, 1992a, p. 56).

Temos aqui, portanto, uma avaliação do significado de classe tanto do neoliberalismo¹⁴ quanto dos choques heterodoxos. Vale notar, de passagem, que é neste mesmo contexto social dirigido por estas forças políticas que se iniciam as negociações que redundariam, anos mais tarde, no Mercado Comum do Sul (Mercosul). Para entender melhor as afirmações de Marini convém retomar sua leitura das três frações da grande burguesia na América Latina. Para o mineiro de Barbacena elas eram uma fração industrial moderna, uma industrial tradicional e uma agrária e mineira exportadora.

A primeira se via presente apenas nos países de maior desenvolvimento relativo e estava relacionada com os setores de novas tecnologias, "principalmente micro-eletrônica, a informática, a química fina, a indústria de telecomunicações, a indústria aeronáutica e a aeroespacial" (MARINI, 1992, p. 54). Seus interesses dizem respeito à abertura econômica e na reconversão da estrutura produtiva interna. Seu projeto vai ao encontro do aumento das suas relações com os grandes grupos internacionais e por isso suas demandas passam por: i) reforma do Estado; ii) desmanche da estrutura protecionista; iii) um novo marco jurídico-institucional; e iv) modernização do parque industrial (MARINI, 1992a).

Em função dos seus interesses,

essa fração moderna choca-se com a segunda grande fração - a mais numerosa e, politicamente, a mais forte - que integra os grandes grupos empresariais criados ao longo do processo de industrialização, até os [mil novecentos e] setenta, e que vai desde a indústria têxtil e de alimentos até a indústria siderúrgica, mecânica, automobilística. Principais beneficiários das políticas de substituição de importações - e, em geral, dos esquemas de transferências

¹³ "En la medida en que esta impidió su realización, el plano no pasó del congelamiento de precios y salarios, junto a la devaluación de la moneda, y acabó por beneficiarla, así como a los grupos agrarios dedicados a la exportación" (MARINI, 1992b, online).

¹⁴ Registro que este aspecto é comum às interpretações de Marini (1992a), Paulani (2007) e Boito Júnior (2018).

de valor, realizados pelo Estado, em detrimento de outros grupos burgueses e das grandes massas trabalhadoras (MARINI, 1992, p. 55).

Marini nota que "os conflitos entre essas duas frações são particularmente agudos num país como o Brasil" (MARINI, 1992a, p. 55). A tensão entre as duas frações se deve sobretudo ao fato de que a fração tradicional resiste de forma ambígua à proposta da reconversão. A ambiguidade é caracterizada pela coexistência desta resistência à abertura com uma solidariedade entre frações na busca de alternativas para o capitalismo brasileiro que incluam, ainda que de forma subordinada, os interesses do setor industrial tradicional¹⁵.

A terceira fração identificada por Marini são aqueles "grupos ligados à atividades mineiras e agropecuárias, intrinsecamente dependentes do mercado externo" e tem como interesses a "abertura ao exterior e nas políticas de fomento às exportações" (MARINI, 1992a, p. 56). Esse grupo está frequentemente aliado à fração moderna, pois possuem em comum o objetivo da abertura.

Como se vê, portanto, vai ser neste período de empate hegemônico em que ocorrem as eleições para o Congresso Constituinte e também os trabalhos da constituição. É verdade que a correlação de forças "congelada" pela eleição de 1986 favorecia em maior medida a burguesia industrial tradicional, em decorrência do uso que pode fazer da sua força no aparelho de Estado com o Plano Cruzado. É nesse contexto de empate que os movimentos populares de todas as matrizes - sejam os movimentos sindicais ou aqueles por direitos sociais, como o movimento sanitário - vão conseguir exercer certa influência sobre o processo Constituinte e assegurar a Constituição cujo texto inclui direitos sociais inéditos.

Não se trata aqui de realizar uma análise minuciosa da Letra Constitucional, nem tampouco entrar em querelas sobre as possibilidades reais do cumprimento das promessas constitucionais nas condições do capitalismo dependente. Nosso interesse aqui deve ser sempre observar, nestes e outros episódios da construção do Estado neoliberal no Brasil, expressões e manifestações da luta e da capacidade de ação das classes sociais, bem como seus dilemas e impasses.

¹⁵ A divisão feita por Marini para a grande burguesia encontra certo eco na interpretação de Boito Júnior (1998). Este último faz uso de uma metáfora para compreender a relação das frações burguesas com as políticas neoliberais: três círculos concêntricos em que se abarca todo o bloco no poder. Ao se referir ao círculo interior, afirma: "o terceiro círculo é mais exclusivista ainda, pois divide o próprio grande capital, que é a fração hegemônica no bloco no poder. Trata-se do círculo menor, aquele que fica no centro da figura, e que representa a política de abertura comercial e de desregulamentação financeira que, conforme indicaremos, estão associadas. Apenas o setor bancário do capital monopolista e o capital imperialista têm seus interesses plenamente contemplados por esse círculo restrito. A grande burguesia industrial interna tem algo a perder com essa política" (BOITO JÚNIOR, 1998, p. 56).

Mas da mesma forma que as eleições são capazes de "congelar" determinada correlação de forças no aparelho de Estado, a Constituição é capaz de "congelar" a correlação de forças sobre a formação do marco jurídico nacional de forma mais profunda, uma vez que toda a legislação nacional deve estar em acordo com esta lei maior. É claro que vão haver esforços das classes desfavorecidas nesse congelamento por impor "outro congelamento" e que, portanto, trata-se de um congelamento relativo. *Voilà* luta de classes. Isso não muda, contudo, o fato de que estas correlações de forças vão ficar literalmente gravadas em lei e que as alterações que ocorrerem no tecido social vão precisar frequentemente se voltar contra aquelas leis e dispositivos legais para conseguirem se fazer efetivas.

Para entendermos essa correlação de forças que se forja no período de transição temos que lançar luz sobre outro ator: o movimento popular. Felipe Demier nota que "o processo de transição política, conduzido e tutelado pela cúpula militar do regime teve como um de seus componentes centrais - porém 'imprevisto' e politicamente indesejado por aquela mesma cúpula dirigente - a reorganização sindical e política da classe trabalhadora" (DEMIER, 2017, p. 56-57). Deste movimento popular que vai ganhando tração na medida em que se aproxima a nova organização jurídica do Estado brasileiro participavam numerosos contingentes, mas se destacavam, sobretudo, estudantes, novo sindicalismo e trabalhadores antes não organizados (SAAD-FILHO;MORAIS, 2019).

Marini registra em 1988 que

As lutas sociais, nos últimos dez anos, não têm paralelo na história moderna do Brasil e superam certamente todos os auges de massas anteriores, em matéria de amplitude e grau de organização dos setores nelas envolvidos. Aí se incluem desde as grandes greves metalúrgicas de fins dos 70 à campanha pelas diretas-já e às mobilizações provocadas pelo Plano Cruzado, passando pela arregimentação para a luta do proletariado rural e dos pequenos e médios produtores do campo, a combatividade das classes médias assalariadas, a ação da Igreja católica e das entidades profissionais e de classe, as batalhas travadas pelas organizações de moradores, de mulheres, negros, índios e ecologistas, até chegar ao imponente e complexo movimento de pressão sobre a Assembleia Constituinte, ao longo dos seus trabalhos (MARINI, 1988, online).

Em outra oportunidade também registra a força do movimento popular destacando suas possibilidades para avançar no controle sobre os processos sociais de produção e circulação em função das densas relações mantidas por estes movimentos.

En efecto, si es cierto que el modo como se ha desarrollado el movimiento popular se ha constituido en obstáculo a su plena afirmación política, le proporciona empero las premisas para una estrategia de lucha por el poder y para un proyecto nuevo de sociedad. Al lado de sus organizaciones tradicionales, como los sindicatos, el movimiento popular cuenta hoy con órganos de todo tipo, que ha debido crear para asegurar su derecho a la

educación, al transporte, a la vivienda, al abastecimiento de alimentos, luz y agua, los cuales le confieren un tejido mucho más denso que en el pasado y una capacidad insospechada para comprender, manipular y controlar los complejos mecanismos de producción y circulación de bienes y servicios (MARINI, 1991, online).

Em função da surpresa deste novo e pujante movimento popular, a Constituinte teve que lidar com o problema de como, a um só tempo, reconhecê-lo e limitá-lo¹⁶. Adiante veremos a solução adotada.

Ao mesmo tempo que as classes populares elevavam sua organização e buscavam ver seus interesses expressos no texto constitucional, as classes dominantes também o faziam. Alvaro Bianchi registra que "a crise de representação do empresariado brasileiro manifestou-se com toda sua força na década de 1980" (BIANCHI, 2001, p.48). Em reação a este cenário, "o surgimento de um grande número de entidades empresariais na década de [19]80 rompeu esse padrão de representação [setorial]. As novas entidades têm vocação mais abrangente. Organizam empresários de diversos ramos. Articulam interesses mais amplos" (BIANCHI, 2001, p.48). Entre as novas entidades, Bianchi destaca o Instituto Liberal, o Instituto de Estudos do Desenvolvimento Industrial (Iedi) e o Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE).

O registro feito pelo autor sobre a criação do PNBE parece significativo do momento que descrevemos.

O PNBE nasceu com pompa e circunstância. No início do mês de junho de 1987, cerca de 2.600 empresários compareceram ao Anhembi, em São Paulo, para participar de uma audiência pública com o então ministro da Fazenda Luís Carlos Bresser-Pereira. A reunião foi convocada com o objetivo de debater as propostas a serem apresentadas pelos empresários à Assembléia Constituinte. Manifestação como essa no meio empresarial nunca tinha sido vista. Ainda mais que a reunião havia sido convocada por algumas jovens lideranças, cujos nomes só eram até então conhecidos por aqueles que acompanhavam o dia-a-dia dos sindicatos patronais. (BIANCHI, 2001, p. 53)

Neste contexto quente, com cobranças ativas das mais variadas classes e suas frações, desenvolve-se o trabalho dos constituintes. Precisavam, em suma, fazer o impossível. Conciliar o inconciliável.

¹⁶ Marini registra este dilema burguês em diversos dos seus escritos do período. "A grande questão que a Constituição teve que resolver foi reconhecer essa energia e, ao mesmo tempo, submetê-la à dinâmica interna do aparelho de Estado" (MARINI, 1988, online) e também "Respecto a la participación popular, señalamos ya que la gran cuestión que la Constitución debió resolver fue el encauzamiento de la energía del movimiento popular. Las luchas sociales de los últimos quince años no tienen paralelo en la historia moderna de Brasil y superan sin duda todos los auges de masas anteriores, en materia de amplitud y grado de organización de los sectores en ellas implicados" (MARINI, 1994b, online).

De um modo geral os autores que comentam o período formam certo consenso sobre o fato de que as lutas de então giram em torno de duas linhas principais. De um lado se luta pela desestatização da economia - fortalecendo o parlamento e o mercado -, enquanto do outro se luta para promover a ampliação dos direitos cidadãos e da participação política numa democracia participativa. Alteram-se as interpretações sobre as bases sociais de uma ou outra proposta. Saad-Filho e Lécio Morais (2019) vêem a primeira linha sendo defendida pela burguesia industrial - defensores da Industrialização por Substituição de Importações - e as massas populares e a segunda sustentada pelos setores internacionalizantes e neoliberais. Já Ruy Mauro Marini (1992a e 1994b), Luís Felipe Miguel (2019) e Felipe Demier (2017) as duas linhas estão cindidas apenas verticalmente entre a burguesia¹⁷ e os movimentos populares. Em algumas de suas análises Marini (1992a) agrega um terceiro projeto, das Forças armadas, que lutavam por manter as prerrogativas do executivo; entendemos ser este não um projeto propriamente dito, mas um movimento de resistência exercido, de forma irônica, por elas. Ambos os projetos, não obstante suas desavenças, convergem para a formação de uma democracia liberal.

Detalhemos um pouco melhor o projeto burguês. Este é, afinal, o projeto que foi sendo gradualmente adotado e tem seu auge nos dias atuais. Começamos por notar que "la burguesía plantea un modelo de sociedad que transfiere esos mecanismos [relativos a produção e circulação] y su control al mercado y al parlamento, instancias donde ella reina soberana" (MARINI, 1991, online). Esta tese de Marini (que também aparece em outros textos como Marini 1992a e 1994b) é importante e será contrastada com teses de outros autores como Boito Júnior (2018) e Singer (2018) no capítulo 3. É em razão disso, que "la Asamblea Constituyente se había propuesto, desde el comienzo, reducir las atribuciones del ejecutivo y poner al Congreso Nacional como eje del sistema de poderes del Estado" (MARINI, 1994b, online). Nesta toada, as privatizações cumprem um duplo objetivo - por isso estão em linha com este projeto burguês. A um só tempo reduzem os meios de poder¹⁸ à disposição do Executivo,

¹⁷ "En relación al papel del Estado en la vida económica, el proyecto burgués-imperialista abraza al neoliberalismo, con el fin de adecuar la economía latinoamericana a los intereses de los grandes centros, privatizar el capital social que se encuentra en la esfera pública y limitar la capacidad de intervención en la economía de que dispone el ejecutivo, ya sea transfiriendo parte de sus atribuciones al parlamento, ya sea apropiándose la burguesía misma de la otra parte, en nombre de supuestos derechos de la iniciativa privada" (MARINI, 1991, online). E también "Enfrentada a la reestructuración del mercado mundial, al monopolio tecnológico, a la dependencia financiera y los bloques económicos, la burguesía latinoamericana busca nuevos modos de reproducción capitalista, para lo que se vale, como antaño, de la exclusión del pueblo en relación a las políticas del Estado referidas a la economía" (MARINI, 1994a, online).

¹⁸ A expressão "meios de poder" foi retirada de Marx. Sem nos exceder no tratamento filológico da questão, convém apontar que ela finca raízes nos escritos sobre o 18 de brumário. Em um dos trechos em que Marx a utiliza, diz: "O partido da ordem, repelindo o exército, que se coloca à sua disposição na pessoal de Changarnier,

fortalecendo, desta forma, o Legislativo e aumentam os mecanismos de controle sobre os meios de produção e circulação das mercadorias aos quais cabe ao mercado regular.

Mas a força do movimento popular compele a burguesia a ir além dos elementos liberais que sonhara para a Constituição. O texto que é resultado destas lutas e dos trabalhos constituintes trará todas as marcas dessas tendências, independente de suas contradições fáticas. Os analistas são também unânimes em reconhecer este aspecto "híbrido" da Constituição.

Para Saad-Filho e Moraes, "a Constituição de 1988 incorporou um equilíbrio frágil, refletindo a correlação de forças políticas no final da ditadura" (SAAD-FILHO;MORAIS, 2019, p. 81). Marini afirma que, "la Constitución de 1988 es la expresión del doble movimiento que determinó su elaboración: la capacidad de la burguesía para ejercer su hegemonía y la inmensa energía que animaba al movimiento popular" (MARINI, 1994b, online). Em outras palavras,

Enfrentada a esa situación, la clase dominante brasileña se ha visto forzada a ir más allá de los principios meramente liberales que había enarbolado contra la dictadura militar y abrió espacio a los elementos propiamente democráticos que se encuentran en la Constitución de 1988. Pero, al hacerlo, se preocupó de encauzar la participación popular y someterla al sistema de relaciones internas que rige la dinámica del Estado (MARINI, 1994b, online).

E Miguel, por sua vez, nos informa que

A carta constitucional de 1988 ganhou um caráter algo paradoxal. Ela foi fruto de um processo de mobilização e negociação, em que a Constituição abrigasse seus interesses: sindicalistas, feministas, ambientalistas, movimento negro e povos indígenas, mas também grandes empresas, conglomerados de mídia, latifúndios, grileiros, igrejas e Forças Armadas. O resultado foi uma série de soluções de compromisso que refletiam a correlação de forças do momento. Mais até do que soluções de compromisso, o texto constitucional abrigou um bom número de ambiguidades e de medida cuja efetiva implantação foi postergada, à espera de uma "legislação complementar" que muitas vezes ainda não veio, décadas depois (MIGUEL, 2019, p. 53).

Do ponto de vista de nossa pesquisa, essas afirmações são muito significativas por três razões. Primeiro, revela que a exigência da construção de um novo pacto político sobre o qual se deveria erigir o novo padrão de dominação não é representado pela Constituição, como

e entregando-o assim de modo irrevogável ao presidente, declara que a burguesia tinha perdido a vocação para dominar. Já não existia mais qualquer ministério parlamentar. Ao perder o domínio do exército e da Guarda Nacional, que meio de poder lhe restava para afirmar ao mesmo tempo o poder usurpado do Parlamento sobre o povo e o seu poder constitucional contra o presidente? Nenhum." (MARX, 2015, p. 289). Como a edição da Boitempo editorial usa no mesmo trecho a expressão "força" no lugar de "meios de poder", fomos buscar o termo usado por Marx no texto original em alemão (MARX, 2021). Lá ele utiliza "*Gewaltmittel*", termo-irmão de "*Produktionsmittel*" ou "*Zirkulationsmittel*" que são traduzidos por "meios de produção" ou "meios de circulação", respectivamente, e são mais comuns na tradição marxiana. Convém notar ainda naquele então os meios de poder a disposição do Estado poderiam ser restritos aos meios de violência ("*Gewalt*" significa também violência), sobretudo na situação analisada, em que o poder se assentava sobre as baionetas; contudo, no Estado capitalista moderno (GRAMSCI, 2019) os meios de poder não estão restritos aos meios de violência *stricto sensu*, podendo incluir a violência jurídica e até mesmo o controle sobre meios de produção via empresas estatais.

sugere a tradição liberal acerca das constituições enquanto pactos sociais. Segundo, que durante o processo de elaboração do texto Constitucional nenhum dos setores das classes dominantes foi capaz de acabar com o empate hegemônico. Por fim, se a correlação de forças entre as frações da classe dominantes não parece haver se alterado, a correlação de forças entre as classes sociais alterou-se tonificando as forças populares.

Tratemos, portanto, de verificar em maiores detalhes como a Carta Magna aprovada em cinco de outubro de 1988 pode nos permitir identificar as relações entre as classes e a construção do Estado no Brasil.

É sobre esse pano de fundo que a sociedade civil enfrenta o segundo desafio do período, ou seja, o de construir uma nova democracia. A atual ordem constitucional, fruto de acordos de cúpula contratados pela elite dominante, que prescindiu por isso da concertação de um pacto social, caracteriza-se por sua precariedade. Tanto é assim que a própria Constituição de 1988 estabeleceu o prazo de cinco anos para sua revisão, a qual não exclui mesmo a possibilidade de alterar a forma de Estado e o sistema de governo (MARINI, 1991, online).

Para Luís Felipe Miguel (2019) as principais características da Constituição advêm do fato de ela i) ser formalmente inclusiva; ii) incluir a possibilidade de aumento da participação política; iii) majorar as liberdades cidadãs; iv) manter as prerrogativas das Forças Armadas; e v) erigir um sistema partidário incapaz de expressar interesses sociais¹⁹.

Já para Saad-Filho e Morais (2019) a Constituição de 1988 cria um regime político disfuncional em que i) o poder está descentralizado; ii) as obrigações dos entes federados estão além das condições de executá-las; iii) há um Poder Judiciário autônomo; iv) o presidente é enfraquecido mesmo com o regime presidencialista; v) há um forte Congresso bicameral; vi) a miríade de partidos que compõe o sistema político exige complexos arranjos, isto é, o assim chamado presidencialismo de coalizão; vii) os capítulos econômicos são ambíguos entre o modelo de acumulação da Industrialização por Substituição de Importações e neoliberalismo; viii) os artigos relativos à seguridade social (194 a 203) propõe ficção em face a transição neoliberal. Sobre as últimas características os autores chegam a afirmar que "a expansão de garantias sociais e a provisão de bens e serviços públicos, incluídas na Constituição de 1988, destinaram-se mais a *substituir* que a efetivar a democracia econômica" (SAAD-FILHO;MORAIS, 2019, p. 72). Em suma, para os autores a Carta Magna desenha uma democracia com fragilidade intrínseca.

¹⁹ O sistema partidário será discutido em maiores detalhes no capítulo 3, quando discutirmos o regime político brasileiro e sua crise.

Marini caracteriza a Constituição como "liberal, democrática e nacionalista" (MARINI, 1990)²⁰. Dentre suas principais características vai destacar que i) o Congresso se situa no centro do sistema de poderes; ii) mantém um presidencialismo em que o Congresso tem mais atribuições e as Forças Armadas mantêm capacidade de Garantia da Lei e da Ordem (GLO)²¹; iii) abre-se espaço para a participação popular novos instrumentos como o plebiscito, o *referendum* e os projetos de iniciativa popular²²; iv) faz-se uma "interdição ao Estado de realizar atividade econômica direta, salvo por motivos especiais, o que escancara as portas à privatização das empresas públicas" (MARINI, 1988, online) ; v) exclui o povo das decisões econômicas; vi) o controle popular se restringe à apresentar denúncias ao Tribunal de Contas da União; vii) a ordem social é mais generosa e estimula a participação social; e viii) a ordem econômica é errática e contraditória, isto é, não se resolve (MARINI, 1988; 1994a; 1994b).

Parece válido registrar seu comentário sobre o primeiro postulado da Carta Magna, do parágrafo único de seu artigo primeiro.

Em suma, o princípio de que o poder emana do povo e que este, além de exercê-lo por meio de representantes eleitos, o faz também diretamente, do qual parte a Constituição, vai sendo progressivamente emasculado à medida que esta se desenvolve. Isso começa pela exclusão da intervenção popular em matéria constitucional, prossegue com a subordinação dos mecanismos de democracia direta à iniciativa e/ou decisão final do próprio aparelho de Estado e culmina com o caráter frouxo, limitativo e até proibitivo das disposições sobre a participação popular na gestão e controle da economia e dos órgãos do Estado, assim como nos assuntos referentes à formulação e acompanhamento das políticas públicas. Neste sentido, a influência da vertente democrática burguesa na Constituição de 1988, que representa sua maior novidade, não contraria em absoluto a sua essência liberal (MARINI, 1988, online).

Do nosso ponto de vista, tais ambiguidades a que se referem os autores, bem como o caráter "inconcluso" da CF de 1988, devem-se ao fato de que a determinação principal do

²⁰ Em outra oportunidade também afirma: "la Constitución de 1988 resultó ser, por ello, algo muy heterogéneo, respecto a los principios que la inspiran y los elementos que conforman su arquitectura global. Allí encontramos, junto a resabios autoritarios, dispositivos extremadamente liberales, aunque también, por primera vez en la historia constitucional del país, medidas francamente democráticas." (MARINI, 1994b, online).

²¹ "De todos modos, el resultado de los trabajos de la Constituyente fue un compromiso. El sistema presidencialista se mantuvo, pero en un contexto en que gran parte de sus atribuciones se desplazó hacia el legislativo. Paralelamente, tras discusiones bizantinas y sofismas de redacción, las Fuerzas Armadas mantuvieron su capacidad para "garantizar la ley y el orden", cediendo empero terreno respecto al Consejo de Seguridad Nacional: en su lugar, se creó el Consejo de Defensa Nacional como órgano de consulta del ejecutivo, transfiriéndose a él las atribuciones más significativas en el área de la seguridad nacional, aunque con carácter propositivo" (MARINI, 1994b, online).

²² Marini nota que o uso de tais instrumentos era episódico já nos idos de 1994. "Cabe observar que el recurso a la democracia directa ha sido bastante limitado en lo que se refiere a cuestiones constitucionales, ya que, aunque la carta de 1988 previó su revisión global por el Congreso en un plazo de cinco años, sólo llamó la población a opinar sobre la forma de Estado y gobierno (mediante el plebiscito de abril de 1993)" (MARINI, 1994b, online).

Estado, isto é, as relações que as classes²³ estabelecem entre si, estava ainda por fixar-se. E numa sociedade capitalista estas relações se dão sobretudo em função das formas como o capital há de se reproduzir. E é esta indeterminação que a constituição traz para dentro de si e que só poderia ser resolvida quando se estabelecesse um novo pacto em que uma das frações de classe pudesse impor às demais sua dominação. Como se percebe, a situação de empate hegemônico que caracterizou o processo de transição ainda não havia sido desfeita, nem antes e nem durante os trabalhos da constituinte.

Saad-Filho e Moraes fornecem evidências nesta linha ao afirmar que

Os capítulos econômicos da Constituição foram produto das pressões conflitantes entre a fração da burguesia do desenvolvimentismo nacionalista ligado à ISI, com a qual parte da esquerda se associava, e as pressões contrárias vindas da maré montante neoliberal. Como resultado, a Constituição trouxe avanços sem precedentes para a esquerda em relação à política social, ao mesmo tempo que fortaleceu o monopólio estatal de algumas indústrias de base e protegeu as empresas e os mercados nacionais; por outro lado, também abriu espaços para a invasão do neoliberalismo (SAAD-FILHO;MORAIS, 2019, p. 81-82).

E também encontramos em Marini outras afirmações neste sentido, quando diz que "muitas das questões relevantes colocadas pelo atual período [da constituinte] tiveram sua solução adiada e só deverão ser decididas nas batalhas a ser travadas em torno às leis complementares e ordinárias que completarão a presente ordem jurídica" (MARINI, 1988, online).

Em decorrência disso, o título VII da Constituição, dedicado à ordem econômica, vai atender parcialmente a interesses variados. Por exemplo, favorece a massa pequeno burguesa quando garante "tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País" no inciso IX do artigo 170 ou tratamento jurídico diferenciado para as micro e pequenas empresas no artigo 178. Ao mesmo tempo em que limita a ação do Estado na economia no artigo 173, abrindo espaço para a ação dos capitais privados, estabelece a propriedade da União sobre jazidas, demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica no artigo 176, assim como os monopólios da União sobre petróleo, gás e outros hidrocarbonetos no artigo 177. Limita a ação do capital

²³ É claro que não se trata somente da relação de exploração em abstrato, mas das formas concretas que a exploração assumiria. E vale a pena lembrar que dar forma é limitar o conteúdo.

financeiro ao estabelecer um teto para os juros aplicados no parágrafo terceiro do artigo 192 (BRASIL, 2020[1988])²⁴.

Em suma, a verdade sobre o texto constitucional não está nele mesmo, mas fora dele, na indeterminação sobre as condições de reprodução das classes sociais²⁵.

As coisas começaram a mudar em 1989 com a eleição de Fernando Collor. A partir daí o capital financeiro vai elevar sua influência sobre o aparelho de Estado e passará a usá-lo como arma na sua luta contra a fração industrial tradicional. É neste contexto que se inserem as iniciativas liberalizantes do governo Collor que vão colocar esta fração mais numerosa da burguesia numa condição de luta mais frágil e possibilitar o clima em que se estabeleça um pacto de classes com o Plano Real. Acompanhemos esse processo.

Essas eleições [de 1989] representaram o último ato da longa transição à democracia e abriram uma nova etapa na vida brasileira. Nela, o primeiro desafio consiste em superar a estagflação em que o país mergulhou nos anos 80 e ajustá-lo às condições criadas pela nova economia mundial, que emergiu na segunda metade dessa década. Apostando no neoliberalismo, o governo Collor adotou uma estratégia que contempla a estabilização monetária, a renegociação da dívida externa, a redução da presença estatal na economia e a abertura comercial ao exterior (MARINI, 1991, online).

Ao adotar essa estratégia o governo rompe a unidade burguesa recém-construída, lançando luz sobre as fraturas que separam os elementos da classe dominante. Coloca também a classe trabalhadora numa posição ativa contra seu projeto.

Em seu primeiro ano de implementação, essa estratégia exibiu resultados insuficientes e precários. Seu efeito mais sentido foi o de romper a unidade do bloco dominante, fragilmente construída no segundo turno da eleição presidencial [de 1989], ao contrapor os interesses da grande burguesia industrial (centrada na indústria automobilística, siderúrgica, elétrica e metal-mecânica), de clara vocação protecionista, aos dos setores industriais mais recentes (assentados principalmente na indústria de informática, telecomunicações, aeronáutica e aero-espacial, assim como nos serviços conexos), que tendem a uma integração mais dinâmica à economia mundial. Simultaneamente, o governo entrou em rota de colisão com os sindicatos operários, em especial com a CUT, e com os trabalhadores das empresas

²⁴ Esta limitação seria removida, já no governo Lula, pela Emenda Constitucional 40 de 2003.

²⁵ "Hegel não desenvolve nenhum *conteúdo* da burocracia, mas apenas algumas determinações gerais de sua organização '*formal*' e, certamente a burocracia é apenas o '*formalismo*' de um conteúdo que está fora dela" (MARX, 2013[1843], p. 70, grifos do original). E também "O erro principal de Hegel reside no fato de que ele assumiu a *contradição do fenômeno* como *unidade* no ser, na *Ideia*, quando essa *contradição* tem sua razão em algo mais profundo, a saber, numa *contradição essencial*, como, por exemplo, aqui, no fato de que a *contradição* do poder legislativo em si mesmo é somente a *contradição* do Estado político consigo mesmo e, portanto, da sociedade civil consigo mesma" (MARX, 2013[1843], p. 113).

estatais, que se opõem à política recessiva e privatizante que ele pratica (MARINI, 1990, online).

Esta ofensiva perpetrada pelo governo em serviço aos interesses do capital financeiro é identificada por Saad-Filho e Moraes como a primeira fase do neoliberalismo²⁶. Entre as medidas adotadas estavam a reforma do sistema financeiro, redução unilateral de tarifas sobre as importações, relaxamento dos controles cambiais e a renegociação da dívida externa com o Plano Brady (SAAD-FILHO; MORAIS, 2019).

A primeira fase (de transição, ou de choque) do neoliberalismo priorizou os interesses diretos do capital privado transnacional e, em especial, do setor financeiro, sem levar em consideração o custo da destruição do sistema produtivo preexistente e suas consequências sociais. Essa primeira fase invariavelmente envolve a intervenção estatal vigorosa para impor o novo quadro institucional e uma estratégia de acumulação que incluía promover a integração transnacional do capital nacional do âmbito macroeconômico (ou seja, das empresas individuais), reprimir os trabalhadores, desorganizar a esquerda e tornar obsoletas parcelas importantes da mão de obra empregada (SAAD-FILHO; MORAIS, 2019, p. 97).

Aqui não nos parece preciso dizer que não se levou em consideração a destruição do sistema produtivo preexistente. É precisamente o contrário. O objetivo destas políticas era sua destruição²⁷. Esta era a forma de eliminar as bases sociais do poder da burguesia industrial tradicional. Como diz Marini,

El neoliberalismo corresponde al sometimiento del Estado al imperio del capitalismo central, en moldes similares a los que se impusieron al naciente capitalismo latinoamericano del siglo XIX. Difiere, sin embargo, de lo que representó en aquel entonces el liberalismo clásico, en la medida en que no atribuye al Estado la tarea de crear una economía capitalista sobre la base pre-capitalista existente, sino la de **destruir un cierto tipo de capitalismo** que se había gestado anteriormente, en el marco del nacional desarrollismo (MARINI, 1994a, online, grifo nosso).

Podemos ver também nos estudos de Alvaro Bianchi um registro da insatisfação causada pelas políticas de Collor entre a massa dos setores pequenos e médios da burguesia brasileira.

A oposição empresarial a essa nova realidade se fez sentir de maneira constante, mas na maioria das vezes desarticulada. Desde o início de 1991 as vozes oposicionistas no meio empresarial se faziam ouvir. Inicialmente as reclamações enfatizavam a incapacidade demonstrada pelo governo de negociar com o empresariado e a decorrente perda de credibilidade; os efeitos

²⁶ Vale notar que o neoliberalismo é tardio no Brasil em relação ao restante da América Latina. No Chile a política neoliberal tem início nos primeiros anos da ditadura de Pinochet, enquanto a Argentina se agrega a esse projeto na segunda metade da década de 1970; Outros exemplos que denotam esse caráter tardio são o México e a Venezuela iniciam suas viradas neoliberais no início e no final da década de 1980, respectivamente (KATZ, 2017).

²⁷ "Nos termos em que está colocado, a reconversão implica selvagem destruição de capital, principalmente nos setores capitalistas mais atrasados" (MARINI, 1992a, p. 58).

perversos do congelamento de preços e salários; e os efeitos da recessão. Mas já no final daquele ano, pesquisas de opinião registravam uma crescente insatisfação dos empresários com o ritmo da abertura comercial (BIANCHI, 2001 p. 95-96).

O autor registra o protesto contra as políticas liberalizantes de um importante dirigente destes segmentos.

Mas não podemos confundir com o nacionalismo quando questionamos quais são os objetivos de política industrial e de modernização da indústria, quando vemos uma abertura sendo feita em meio a uma recessão, há um momento de redução de preços internacionais por abundância de oferta (KAPAZ, 1992 apud BIANCHI, 2001, p. 95).

Se a burguesia financeira havia tomado o neoliberalismo como arma contra as demais classes e frações de classe e a burguesia industrial tradicional empunhava o neodesenvolvimentismo na batalha das ideias, a classe trabalhadora estava completamente desarmada. Não teremos condições de tratar do tema aqui, mas basta dizer que a ditadura militar conseguiu separar do povo brasileiro os melhores nomes da geração dos anos 1950 e 1960, como Josué de Castro, Darcy Ribeiro, Leonel Brizola, Ruy Mauro Marini e Vânia Bambirra - para ficarmos em apenas alguns. Sobretudo os ataques contra a Teoria Marxista da Dependência, mas em específico no caso brasileiro também seu desconhecimento, desarmaram ideologicamente toda uma geração²⁸. E na luta contra os planos neoliberais do governo Collor este desarme ideológico da classe trabalhadora se torna patente.

Quando o recém-formado governo Collor anunciou seu plano de estabilização, em vista da criação de condições para seu projeto de reconversão, os economistas não vinculados ao governo manifestaram reações curiosas: enquanto os que respondem aos interesses da burguesia industrial tradicional criticaram o plano em função de eventuais erros técnicos, os que atuam no campo da esquerda, principalmente, PDT e PT, o aplaudiram com entusiasmo. Políticos como Brizola e Lula tiveram, assim, que lançar-se contra o plano sem qualquer apoio teórico, movidos apenas por seu instinto político (MARINI, 1992a, p. 59).

Ainda neste período, com uma correlação de forças mais favorável ao capital financeiro, realizam-se uma série de reformas à Constituição.

As administrações lideradas por Collor e seu vice-presidente, Itamar Franco, impuseram políticas monetárias cada vez mais contracionistas para controlar a inflação, atrair capital estrangeiro e gerar excedentes exportáveis. Eles também apoiaram mudanças constitucionais que iniciaram o processo de desfiguração do texto aprovado em 1988. O artigo 171 foi revogado, eliminando a distinção entre empresas brasileiras e estrangeiras. O item IX do

²⁸ Sobre este problema ver Ouriques (2014) e o capítulo 3 de Marini (1992a). A recepção da TMD no Brasil pós redemocratização já foi muito bem explorada por Fernando Prado (2011) e por Prado e Castelo (2013).

artigo 170 foi modificado, permitindo que empresas estrangeiras explorassem o subsolo. O artigo 178 foi alterado para eliminar o monopólio estatal de transporte em rodadas costeiras. O inciso IX do artigo 21 foi alterado para abolir o monopólio estatal da exploração de petróleo, e o artigo 192, modificado para reduzir o controle estatal da seguridade social (SAAD-FILHO;MORAIS, 2019, p. 102).

Mas a burguesia financeira ainda não havia reunido de fato as condições para submeter às demais classes ao seu jugo. Como consequência destes ataques em condições ainda imaturas, o país é acometido de grave crise que leva ao impeachment de Collor e a escalada crescente da inflação²⁹. Mesmo que mal sucedidas, estas ações não são em vão e deixam marcas sobre as classes sociais. Se este ataque é incapaz de levar o capital financeiro à vitória, ele é bem sucedido em enfraquecer os demais atores e criar as condições para o estabelecimento de um pacto de classes. Segundo Saad-Filho e Moraes (2019, p. 102) "as iniciativas de Collor desarticularam a ISI institucional e ideologicamente"³⁰.

Uma vez mais essas políticas acabam por beneficiar os setores exportadores e aqueles vinculados ao comércio de exportação e importação. Entre 1988 e 1993, as importações anuais saltaram de US \$14,6 bilhões para US \$25,3 bilhões, enquanto as exportações passaram de US \$33,8 bilhões para US \$38,6 bilhões, reduzindo o saldo comercial de US \$19,2 bilhões para US \$13,3 bilhões. Nos anos de 1990 e 1991 o saldo se situa abaixo dos US \$11 bilhões (BCB, 2021).

Os objetivos traçados pela burguesia financeira desde a crise da ditadura, a saber, o controle da inflação, atração de capital e gerar excedentes exportáveis, ainda não haviam sido alcançados. Estes eram objetivos essenciais para permitir a reprodução dos seus capitais. Não seria possível importar máquinas, componentes ou pagar royalties caso não houvesse cobertura cambial, seja em razão do aumento das exportações ou da atração de capitais. Tampouco seria possível estimar a rentabilidade e realizar projeções factíveis em face do descontrole inflacionário³¹.

Passado todo esse percurso, o capital financeiro dispõe agora de condições de firmar um pacto com as demais frações e impor sua hegemonia sobre o restante das classes dominantes e dominadas. Conseguirá, com isso, atingir seus objetivos estratégicos por meio do Plano Real.

²⁹ Sobre a crise política do impeachment de Collor e os meandros de seu desenvolvimento, ver Martuscelli (2013). A mesma insatisfação social tem sua expressão econômica na aceleração inflacionária após 1990 que vai beirar a hiperinflação em 1992.

³⁰ A Industrialização por Substituição de Importação (ISI) é o Sistema de Acumulação anterior na tese dos autores.

³¹ Este é um problema antigo que, como mostra Guillermo O'Donnell (1977) também serviu de pretexto para os golpes militares do início da segunda metade do século.

1.3 - A institucionalidade do Plano Real

Esta seção se dedica a mostrar o suporte fornecido pelo Plano Real para a acumulação capitalista no país, dando centralidade à dívida pública como instrumento capaz de amalgamar os interesses das distintas frações burguesas. Para tanto, busca-se demonstrar quais foram os mecanismos utilizados pela fração financeira para atrair as demais frações da burguesia para seu projeto e com isso consolidar sua hegemonia e iniciar a construção de uma institucionalidade neoliberal.

Paremos um momento para analisar o Plano Real e seu efeito sobre a sociedade brasileira. De acordo com Saad-Filho e Morais (2018) o Plano visava instituir um novo sistema de acumulação. Para outros autores o Plano tem uma consequência política muito relevante: ele é capaz de produzir uma unidade burguesa. Em Ouriques (1997) isso ocorre de forma imediata em função do Plano mesmo e da dinâmica que ele impõe à economia brasileira. Bianchi (2001), por sua vez, verá esta unidade como uma consequência indireta do Plano: a candidatura de Fernando Henrique Cardoso à presidência da República. Vejamos, pois, um pouco mais de perto como o Plano Real foi capaz de produzir tais efeitos.

O Plano Real, como não poderia deixar de ser, é um conjunto de medidas adotadas com amplo espectro de atuação que vão desde a redefinição de competências legais dos órgãos do governo até a reestruturação do sistema financeiro brasileiro e a adoção de uma nova moeda. Em geral, os comentários sobre o Plano dão muita importância para os seus aspectos técnicos, os meios usados para permitir quebrar a inércia inflacionária, etc. Esses não são os aspectos que interessam à nossa análise. Aqui têm maior valor os comentários sobre seus condicionantes políticos e sociais. Subordinadas a essa faceta, as medidas concretas do Plano ganham outra significação.

O objetivo declarado do Plano Real era o combate à inflação, que havia se tornado o grande signo da época do empate hegemônico. Todos os atores sociais lutavam diariamente por reestabelecer suas condições para apropriação da riqueza social, aumentando os preços das mercadorias que levavam ao mercado. Os trabalhadores lutavam por melhores salários, os comerciantes visavam recompor suas margens, etc. A proposta de eliminar a inflação precisava também acabar com aquele empate hegemônico, que exigia que o capital financeiro minasse as condições de luta dos demais setores e apresentar-lhes uma alternativa. E isso tornou o “combate à inflação” uma peça fundamental da retórica do Plano Real.

Três eram as etapas que compunham o Plano Real: equilíbrio fiscal, criação de um padrão estável e emissão desse padrão monetário (BRASIL, 1994). Já na análise de sua primeira etapa, e conhecendo os 25 anos que se seguem a ela, se revela com razão a argumentação de Ouriques de que "não estamos diante de um programa de ajustamento de curto prazo, mas de uma estratégia permanente" (OURIQUES, 1997, p. 132)³².

Nas palavras dos operadores do Plano Real,

A primeira etapa, de ajuste das contas do Governo, teve início em 14 de junho de 1993 com o Programa de Ação Imediata - PAI [...]

O aprofundamento do ajuste fiscal foi viabilizado a partir da aprovação, pelo Congresso Nacional, da proposta de Emenda Constitucional de iniciativa de Vossa Excelência criando o Fundo Social de Emergência. A vigência do Fundo, que consiste **essencialmente num mecanismo transitório de desvinculação de receitas**, atenua a excessiva rigidez dos gastos da União ditada pela Constituição de 1988 (BRASIL, 1994, p. 2648, grifo nosso).

E aqui começa a se revelar a criação do novo Estado brasileiro. O "transitório" mecanismo do Fundo Social de Emergência (FSE), que por meio da Emenda Constitucional de Revisão nº 1, de 01 de março de 1994 (BRASIL, 1994), adiciona os artigos 71 a 73 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e cuja consequência mais importante sobre o padrão de financiamento do Estado brasileiro é a desvinculação de 20% das receitas dos impostos e contribuições sociais das funções para as quais haviam sido destinadas pelos constituintes. O fato que revela o aspecto central deste mecanismo é sua sucessiva renovação pelos mais variados governos de todas as colorações: transformado em Fundo de Estabilização Fiscal em 1996 e em Desvinculação das Receitas da União (DRU) em 2000 (BRASIL, 2000) a medida "transitória" foi regularmente reeditada em 2003, 2007, 2011 e 2016. Na última oportunidade, tanto o percentual desvinculado - 20% para 30% - quanto o prazo de sua vigência - de quatro para sete anos - se viram ampliados.

Ainda de acordo com Ouriques (1997), compunham essa nova estratégia, além do referido ajuste fiscal, a determinação em desindexar os salários, a abertura comercial e a correção do crônico déficit do balanço de pagamentos através da geração de excedentes exportáveis. Para cumprir estes objetivos o governo supervaloriza a moeda (a estimativa de Ouriques é da ordem de 40%) e remunera seus títulos com juros elevados. Para Saad-Filho e Morais (2018) o novo sistema de acumulação baseado no Plano tinha como condições

³² O próprios proponentes do Plano tinham certa consciência disso, por exemplo, ao afirmar "o Governo de Vossa Excelência aponta, desta forma, para realizações que vão muito além da superação das vicissitudes da conjuntura atual" (BRASIL, 1994, p. 2661).

necessárias a existência de um mercado de capitais líquido, juros elevados, reservas de divisas e a entrada constante de capital estrangeiro.

Um aspecto do Plano parece ter passado despercebido pelos autores consultados: as transferências de atribuições do Poder Executivo para o Poder Legislativo, em linha com as argumentações de Marini (1992a) sobre o projeto burguês vinculado ao neoliberalismo. Na mensagem enviada pelos operadores do Plano Real para o Congresso Nacional na ocasião do início de sua terceira etapa, eles afirmam que "a presente Medida estabelece que a competência para autorizar as emissões do REAL passe a ser exclusivamente exercida pelo Congresso Nacional" (BRASIL, 1994, p. 2652). Enquanto o congresso ganhava mais um meio de poder, o Executivo o perdia: "o art. 50 desta Medida Provisória altera a citada Lei nº 8.392, retirando do Conselho Monetário Nacional a prerrogativa de emitir moeda" (BRASIL, 1994, p. 2652). Este aspecto do Plano ganha um caráter quase anedótico quando seus formuladores sugerem ao Presidente da República uma "auto-limitação do poder de autorizar novas despesas". Retomaremos esse tema no capítulo 3 ao analisar o regime brasileiro e a relação entre os poderes.

Outro aspecto igualmente menosprezado pelos analistas é a relação do Plano com o agronegócio. Para seus formuladores "o bom desempenho da agricultura constitui um dos elementos essenciais para o sucesso do Programa de Estabilização, como de resto para o próprio desenvolvimento equilibrado da economia nacional" (BRASIL, 1994, p. 2658). A maior preocupação dizia respeito aos contratos de crédito do setor, que haviam sido desorganizados em planos anti-inflacionários anteriores. Por isso afirmam que "o Governo está empenhado, ademais, em assegurar uma política agrícola coerente que garanta estímulos necessários ao plantio das próximas safras" (BRASIL, 1994, p. 2658). Dentre os principais mecanismos que seriam utilizados são listadas a salvaguarda de volume adequado de crédito e a garantia de preços mínimos.

As reações das classes sociais ao Plano Real e suas consequências são registradas por Alvaro Bianchi. O movimento sindical se rebela contra o Plano, principalmente com a regra datada para a conversão dos salários. Bianchi registou mais de 300 greves nos dois primeiros meses do plano. Em contrapartida, as classes dominantes o apoiam amplamente.

A atitude deles [empresários] mudou depois que o governo anunciou a conversão compulsória dos salários pela média e as novas regras para preços e contratos. Tal mudança de atitude pode ser percebida nas declarações que alguns cardeais do empresariado deram à imprensa após a divulgação das medidas. E é consolidada pela decisão de apoiar o plano tomada em reunião da Fiesp (BIANCHI, 2001, p. 142).

Na leitura de Bianchi (2001), são as eleições de 1994 e mais precisamente a candidatura de FHC, que selam um pacto entre as classes dominantes para o futuro do Brasil. Para Ouriques (2014) este é o pacto de classes que persiste até hoje. Complementa a avaliação Bianchi:

As eleições de 1994 se apresentaram para esses empresários, ávidos por alternativas, como uma possibilidade de superação definitiva da crise. Vislumbraram no candidato Fernando Henrique Cardoso o esperado *condottiere* capaz de superar a crise de representação das classes dominantes. Em torno da candidatura de Fernando Henrique Cardoso articulou-se um bloco que passou a disputar a hegemonia política da sociedade brasileira. Com um programa que tinha por objetivo compatibilizar o Brasil com o curso geral das reformas estruturais representado pelo chamado "consenso de Washington" esse bloco permitiu que as elites brasileiras rompessem a postura defensiva com a qual enfrentaram a crise dos anos 1980 (BIANCHI, 2001, p. 137).

As medidas adotadas no Plano, contudo, continham algumas contradições com as quais a sociedade brasileira há de se debater nas décadas seguintes. Para Ouriques (1997) a necessidade de juros altos jogam contra a produção em favor das finanças, provocam sobrevalorização cambial que prejudicam as exportações e obstaculizam o objetivo de gerar excedentes exportáveis. Além disso, também obsta o objetivo do ajuste nas contas públicas porque levam à expansão da dívida em decorrência dos elevados custos decorrentes daqueles juros altos. Como o real motivo do crescimento do endividamento estatal nunca foi atacado, dada sua natureza financeira, ele crescerá livremente no período que se segue (OURIQUES, 1997; 2014).

Para Saad-Filho e Moraes (2018), o Plano estava baseado em sete políticas econômicas-chave deste período: liberalização das importações, sobrevalorização da moeda, liberalização dos fluxos de capitais, liberalização financeira doméstica, altos juros, redução do déficit público e desindexação dos preços. A combinação destas políticas faz com que a Dívida Pública "funcionasse, na realidade, mais como um esquema Ponzi que como um mecanismo de financiamento das despesas não financeiras do governo" (Saad-Filho e Moraes, 2018, p. 108). A política econômica do Plano Real, portanto, acaba por criar um círculo vicioso em que o crescimento leva a déficits nas transações correntes, que por sua vez fazem elevar a dívida pública para esterilizar as entradas de capitais. E, desta maneira, os investimentos e o crescimento são inibidos.

Por esta razão, permanece o imperativo das privatizações, haja vista a permanente necessidade de capitais externos. Isso faz com que seja "importante não somente privatizar, mas, sobretudo, internacionalizar alguns setores produtivos" (OURIQUES, 1997, p. 135). É a constante necessidade de atrair capitais estrangeiros para fazer frente aos recorrentes déficits

nas transações correntes que impossibilita o "modelo inglês" de privatizações que a massa da burguesia sonhava em poder aplicar no Brasil³³. Boito Júnior (1998) nota uma mudança no perfil das privatizações pós Plano Real: as companhias estatais deixam de ser arrematadas por grandes grupos nacionais e passam a contar com a presença cada vez maior de grandes grupos estrangeiros³⁴.

A importância decisiva que este acordo tem para análise das décadas seguintes no Brasil reside no fato que a nova dinâmica da acumulação impulsionada pelo plano implicará profundas transformações nas classes sociais. Trataremos em mais detalhes destas transformações no capítulo seguinte, mas vale registrar algumas tendências já observadas pelos analistas da época e que expressam bem o rumo que as coisas seguiram. Um dos empresários entrevistados por Alvaro Bianchi em 1996 alega que

hoje no brasil é caro operar em relação aos preços que você pode praticar, tanto para exportar como para vender no mercado interno, comparado com produtos importados, e é difícil investir para reduzir os custos, porque o custo do investimento é muito alto. Isso coloca a indústria num torniquete complicado e deve levar a uma desnacionalização gradual da indústria (BIANCHI, 2001, p. 101).

Espremidos entre a dificuldade de investir em decorrência dos altos juros e os baixos preços internacionais que decorrem do câmbio valorizado, os industriais brasileiros estavam condenados a se transformar em importadores, como veremos adiante. A segunda transformação observada nestes setores diz respeito ao imiscuir dos capitais com a acumulação financeira. Para Bianchi, "a crescente associação com os bancos e a possibilidade de ganhos no mercado financeiro reduziram, entretanto, o descontentamento empresarial a níveis muito baixos" (BIANCHI, 2001, p. 163)³⁵.

A Dívida Pública passa, a partir de então, a cumprir esta dupla função. Por um lado, sua administração está mais relacionada à atração de capitais do que ao financiamento das despesas

³³ "O PNBE não foi contrário às privatizações, muito embora tivesse manifestado reservas à maneira como elas foram encaminhadas. [...] Capobianco [dirigente da entidade] contrapunha à venda em leilão o modelo inglês de pulverização acionária: 'na Inglaterra esse sistema criou 3,5 milhões de acionistas. Trata-se de uma opção extremamente interessante: populariza o capitalismo, faz do cidadão um participante do processo e contribui decisivamente para uma melhor distribuição de renda.'" (BIANCHI, 1997, p. 92-93).

³⁴ "O investidor estrangeiro só começou a participar significativamente da compra de estatais a partir de 1995, e desde então essa participação tem crescido" (BOITO JÚNIOR, 1998, p. 50).

³⁵ Remonta de longa data o conhecimento de que os interesses das classes sociais no capitalismo não são estáticos. Eles devem ser compreendidos na sua relação com o desenvolvimento capitalista e as demais classes. Por exemplo, no *18 de Brumário* Marx afirma: "Sob Napoleão, o parcelamento da terra no campo complementava a livre concorrência e a grande indústria incipiente nas cidades. [...] Mas no decurso do século XIX, o usuário da cidade passou a ocupar o lugar do feudal, a hipoteca o lugar das obrigações feudais da terra, o capital burguês o lugar da propriedade fundiária aristocrática. [...] Portanto, os interesses dos camponeses não se encontram mais, como sob Napoleão, em consonância, mas em oposição com os interesses da burguesia, com o capital" (MARX, 2015[1852], p. 330-331).

públicas. Por outro, oferece uma alternativa para acumulação de capital àqueles setores que se viram obrigados a vender suas operações a estrangeiros ou àqueles que não tinham perspectiva de elevar a produção em face à enxurrada de produtos importados ou, ainda, àqueles capitais que puderam engordar seus lucros com a rentabilidade de curto prazo para a qual poderiam destinar seus caixas ou demais sobras financeiras. Cumpre ainda a função de atrair os grandes fundos de pensão do país para a política do capital financeiro e dar perspectiva ao topo da burocracia sindical. Ela está no centro da aliança forjada pelas classes dominantes neste período.

Estes fatos alteram a relação do interesse dos empresários brasileiros com o mercado interno. Se "antes de 1994, o PNBE colocava no centro de sua proposta de desenvolvimento uma política de emprego e rendas que aquecesse o mercado interno" (BIANCHI, 2001, p. 150), depois da eleição de FHC "as propostas redistributivas foram cedendo espaço à defesa das reformas de cunho neoliberal" (BIANCHI, 2001, p. 151). Contudo, como esta transformação ocorre de forma processual, tanto Ouriques (1997)³⁶ quanto Boito Júnior (2018)³⁷ notam que ao final da década de 1990 os setores vinculados ao mercado interno vão gradualmente se afastando da agenda e pedindo por medidas de estímulo ao crescimento. Como veremos adiante, esta será a base burguesa do que Boito chama de Frente Neodesenvolvimentista.

A aliança das classes dominantes soldada pelo Plano Real tinha, ainda, alguns problemas internos. É por isso que o período que se segue ao Plano Real é marcado pela adoção de medidas que buscam aparar as arestas desta aliança. Dentre elas se destacam o Mercosul, como válvula de escape ao capital industrial tradicional, e a Lei Kandir para os setores exportadores.

A primeira aresta no pacto das classes dominantes está ligada à política industrial. A priorização da estabilidade obriga o governo a submeter a política industrial à política macroeconômica (BIANCHI, 2001). Sobre esta tensão jogam dois fatores: a referida transformação da burguesia industrial brasileira e a capacidade política destes setores em articular alternativas - assim como os setores exportadores fizeram com a lei Kandir, FEX e outros mecanismos. Como veremos a seguir no capítulo seguinte, ambos os fatores se fizeram

³⁶ "Setores do capital mais vinculados ao mercado interno sofrem pelo caráter recessivo da estabilização, pela desigual concorrência com os importados, pela diminuição da massa salarial e pelo alto custo do dinheiro. Por esta razão, abandonam o otimismo inicial e gradualmente passam a defender a 'retomada do crescimento', ainda que à custa da volta da inflação que pretendem em níveis moderados" (OURIQUES, 1997, p. 140).

³⁷ "Dois aspectos dessa política foram particularmente criticados pela grande burguesia industrial interna: a abertura comercial e o nível da taxa de juros. Durante o primeiro governo FHC, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, secundada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), vocalizou a insatisfação desse setor" (BOITO JÚNIOR, 2018, p. 37).

sentir durante as administrações petistas e concorreram até mesmo para sua vitória eleitoral. Tanto Ouriques (1997), quanto Boito Júnior (2018)³⁸ e Bianchi (2001) notam que a partir de 1996 as tensões entre essas frações vão progredindo gradualmente e levam cada vez mais elementos dos setores industriais a buscar uma alternativa eleitoral, como dito anteriormente. Segundo Boito Júnior (1998), as negociações sobre a lei kandir decorrem da resistência apresentada pela burguesia industrial no biênio de 1996 e 1997³⁹.

Contudo, a burguesia industrial tradicional já vinha conquistando pequenas vantagens para si nas lutas travadas nos anos que sucedem a redemocratização. A principal, sem dúvida, foi a série de acordos firmados desde 1985 com os países vizinhos do Cone Sul que culminaram na criação do Mercosul em 1991 com a assinatura do tratado de Assunção⁴⁰. O bloco possibilita aumentar as escalas e reorganizar a produção regional para aqueles capitais que já dispunham de presença em vários países, sobretudo no Brasil e na Argentina. É evidente que as companhias montadoras de veículos são o principal setor que reúne essas condições e poderia tirar maior proveito da integração regional⁴¹.

O projeto do Mercosul representava um compromisso entre as frações financeira e a industrial tradicional. Do ponto de vista do capital industrial representa não apenas a chance de se manter vivo, mas de se reorganizar e expandir. Já para a fração financeira o projeto permitiria atração de novos investimentos - isto é, dólares necessários para fechar a conta no balanço de pagamentos - para a instalação de plantas industriais que associariam os parques industriais dos países-membros. Os dados levantados por Machado (1997) nos informam que os investimentos

³⁸ A visão deste autor em 1998 era um pouco distinta. Naquele então afirmada "O essencial dessa situação contraditória é que os industriais, a despeito das oscilações políticas momentâneas, não demonstraram, até aqui, nenhum interesse em abandonar a frente política que tem sustentado os governos neoliberais ao longo dos anos [19]90" (BOITO JÚNIOR, 1998, p. 65-66).

³⁹ "Quanto à política de sobrevalorização cambial, embora ela tenha sido mantida, o governo concedeu, como compensação à perda que tal sobrevalorização acarreta aos exportadores, isenção do ICMS às exportações, e abriu uma nova linha de crédito aos exportadores" (BOITO JÚNIOR, 1998, p. 64). Este parece ser um caso em que fica patente uma das limitações das análises de Boito Júnior, sempre preso à conjuntura. A medida pode ter favorecido os industriais no curto prazo porque a participação da indústria nas exportações na época era grande e superior aos outros componentes. Mas o sentido dela é contra os capitais industriais e pela redução dessa participação. A lei termina, com isso, por beneficiar os capitais agro-mineiros no médio e longo prazos.

⁴⁰ "Não se pode ignorar que a burguesia latino-americana, ali onde ela se encontra mais desenvolvida, sem seus interesses próprios e, ainda que se submeta ao imperialismo, procura defendê-los. Isto é perceptível, por exemplo, na preocupação de certos governos em relação ao tema da integração regional, que [...] pode vir a reforçar sua posição na negociação com os grandes blocos econômicos que se conformam em torno aos centros imperialistas" (MARINI, 1992a, p. 100).

⁴¹ "A concretização de um mercado ampliado, aberto ao mundo e com uma política comercial não discriminatória está permitindo às indústrias dos países do MERCOSUL aproveitar ao máximo as economias de escala, a complementaridade de sua produção, o fortalecimento dos processos de especialização e a ampliação de suas carteiras de clientes e fornecedores regionais, sem prejuízo de acesso aos mercados internacionais. [...] O exemplo da indústria automobilística é um dos que melhor caracteriza essa nova realidade, pois foi um dos setores que respondeu muito rapidamente ao processo integracionista" (MACHADO, 1997, p 80).

previstos das montadoras no Brasil entre 1996 e 2000 atingem a marca de 19 bilhões de dólares no Brasil e 4,8 bilhões de dólares na Argentina.

Outro ponto que tornava o projeto do Mercosul útil ao projeto neoliberal era a possibilidade de elevar as exportações dos bens industriais que também aliviariam as contas externas. Segundo as estatísticas disponibilizadas pela Associação Nacional Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), as exportações de veículos pelo Brasil saem de 1,9 bilhões de dólares em 1991 para 3,9 bilhões de dólares em 1997.

Os interesses da fração industrial tradicional no Mercosul podem ser evidenciados nos comentários de um analista mais recente. De acordo com Lins (2017), o Mercosul

testemunhou somente resultados tímidos e setorialmente restritos na integração produtiva. Uma exceção é a indústria automotiva, que tomou essa direção precocemente e com alguma intensidade, refletindo percepção de possibilidades para o aproveitamento conjunto de negócios, sob o signo das complementaridades, por filiais de empresas multinacionais em operação no Brasil e na Argentina (LINS, 2017, p. 103).

Outra aresta na aliança das classes dominantes é aquela concernente à política de exportações. Conforme Ouriques,

A sobrevalorização cambial implica maior poder de compra da moeda nacional (maiores importações) e atua contra a competitividade das exportações nacionais (menores exportações), potencializando o déficit na já combatida conta comercial. A única possibilidade de diminuir este impacto negativo é estabelecer uma política de subsídios aos exportadores que não pode manter-se no médio e menos ainda no longo prazo, porque - se adotada - aumenta o déficit público (OURIQUES, 1997, p. 135).

Um dos mecanismos usados para atacar o problema destacado por Ouriques foi pauta do debate legislativo em 1996 em torno do Projeto de Lei Complementar apresentado pelo deputado Antônio Kandir. O texto aprovado em 1996 e transformado na lei complementar nº 87 de 13 de setembro de 1996, conhecida de maneira mais ampla como lei Kandir, introduziu, em linhas gerais, duas mudanças significativas no sistema tributário brasileiro - para além de seu papel de normatizar o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). A primeira delas, mais afeta ao nosso tema, diz respeito à ampliação do rol de mercadorias sobre as quais não incide o ICMS no caso de exportação, incluindo no inciso II do seu artigo terceiro e no inciso I do artigo trigésimo segundo os produtos primários e produtos industrializados semi-elaborados (BRASIL, 1996).

Esta é uma alteração substancial na medida em que altera os ditos constitucionais do artigo 155, que privilegiava apenas aos produtos industriais a não incidência deste imposto (Silva e Gonçalves, 2019). Esta alteração não viola a Constituição uma vez que o mesmo artigo, com a ambiguidade que define a Carta, prevê a alteração deste rol de mercadorias. Trata-se, isto

sim, de mais uma manifestação de uma correlação de forças diferente daquela que vigorava na lavratura da Constituição. Se antes o Estado deveria impulsionar a exportação de produtos industrializados, agora já não o devia mais. Bastava que o produto fosse exportado e trouxesse dólares ao país, pouco importando a que classe de mercadorias correspondesse. E é evidente, como a prática das décadas seguintes mostrou, que essa indiferença favoreceria aquelas mercadorias com menor composição orgânica do capital e que representam as primeiras etapas na elaboração dos produtos finais⁴².

A segunda alteração diz respeito à organização administrativa do Estado, e mais propriamente a renúncia fiscal que ela implicava às Unidades da Federação. Para fazer frente a esta redução na arrecadação, a lei previu que a União faria repasses aos entes federados para compensar a diminuição prevista. Este tema trouxe muito debate, promovido principalmente pelos governos estaduais, e pode nos ajudar a dimensionar o impacto de tal legislação sobre o redirecionamento da reprodução dos capitais no Brasil.

De acordo com as estimativas realizadas pela Fapespa (2017), as perdas de arrecadação das Unidades da Federação com a lei Kandir, para além das compensações da União, são da ordem de 269 bilhões de reais (valores de 2017). De acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN, 2021), os valores gastos com repasses aos Estados e Municípios desde 1997 com a lei Kandir totalizam, em valores de março de 2021, 186 bilhões de reais. Passando os valores estimados pela Fapespa a valores de março de 2021, teríamos uma perda de arrecadação de 330 bilhões de reais. Nos dois casos - tanto i) a perda de arrecadação das Unidades da Federação compensada pela União⁴³ quanto ii) a não compensada - o setor exportador deixou de pagar impostos e a soma de ambos pode servir como medida do auxílio ao setor. As duas cifras somadas, os valores repassados aos estados e suas perdas arrecadatórias, remontam 516 bilhões de reais - em valores de 2021 - em subsídio ao setores exportadores durante o Plano Real. A maior parte destes incentivos foi tomada por capitais dos setores agrários e mineiros.

⁴² "Cada produto, considerado em si mesmo, contém uma soma de trabalho menor que nos estágios inferiores de produção, nos quais o capital desembolsado em trabalho se encontra em proporção incomparavelmente maior em relação ao capital desembolsado em meios de produção. Portanto, a série hipoteticamente formulada no início expressa a tendência efetiva da produção capitalista" (MARX, 2017, p. 250). A série referida por Marx é uma série de cinco capitais em que o primeiro tem composição orgânica de 0,5 (50 de constante e 100 de variável) e vão crescendo progressivamente até atingir uma composição orgânica de 4 (400 de constante e 100 de variável) no quinto capital.

⁴³ Não se trata aqui de olhar o problema desde o ponto de vista das Unidades da Federação e sua eventual perda arrecadatória. O mais importante é evidenciar quem deixou de pagar. Se, num segundo momento, a União recolheu impostos para compensar aqueles entes da federação, altera apenas em parte o problema, haja vista que a estrutura tributária brasileira não está organizada para prejudicar aqueles beneficiados com a Lei Kandir.

Há inúmeras outras estimativas para o impacto da lei Kandir sobre as arrecadações dos Estados com ICMS. A maior parte destes estudos, contudo, se dedica ao impacto da legislação sobre um ou alguns dos entes da federação. Apenas para fins de exemplificação, Leitão, Irffi e Linhares (2012) estimam que as perdas arrecadatórias do Ceará estiveram entre 204 % e 253% acima das compensações previstas em lei. Silva e Gonçalves (2019) não apresentaram os dados expostos em seus gráficos, porém trazem os maiores percentuais para o subpagamento federal, que remontam a casa dos milhares⁴⁴; isto se deve sobretudo ao fato de que os autores lidam com os principais estados exportadores das principais *commodities* exportadas pelo Brasil. Já para Onofre Batista Júnior e Marina Marinho (2017), o Estado de Minas Gerais se viu subtraído de receitas de ICMS que perfazem 260% dos valores repassados em 2012.

Dito isto, no caso da menor destas estimativas apresentadas, os subsídios ao setor exportador remontam a 565,4 bilhões de reais, enquanto seriam 669,6 bilhões na estimativa mais severa. Estes valores utilizaram os gastos com a Lei Kandir informados pela Secretaria do Tesouro Nacional, em reais de março de 2021, acrescentando a eles os percentuais estimados pelos autores citados.

Em resumo, pode-se dizer que após um período de intensas lutas do período de redemocratização caracterizadas pelo empate hegemônico e a elaboração e promulgação do texto constitucional, o capital financeiro finalmente consegue tomar o controle do aparelho de estado com a eleição de Collor em 1989. Logo depois, a fração financeira faz uso dos meios de poder à disposição do presidente na sua luta com as demais classes e frações, seja impondo a disciplina da importação ou simplesmente gerando o desemprego por meio de políticas recessivas, encerramento de estatais, etc. Mas não reunia ainda condições sociais para exercer sua dominação e o país se via às voltas de uma crise hiperinflacionária. Neste último período, se não consegue ainda impor sua dominação, enfraquece sobremaneira seus adversários e cria as condições para o estabelecimento de um pacto que continha medidas capazes de neutralizar a ação das demais frações burguesas contra seu projeto - sintetizadas na lei Kandir e no Mercosul. Agora, portanto, estavam postas as condições para a fração financeira erigir seu Estado, sua institucionalidade.

Os dois últimos elementos necessários para coroar sua dominação viriam nos anos finais do milênio. Em 1999 o Brasil passa a adotar o Regime de Metas de Inflação após a grave crise desatada com a desvalorização do Real em janeiro daquele ano; e a partir de 2000 o capital

⁴⁴ Com uma análise visual dos gráficos, é possível afirmar que as perdas arrecadatórias representam cerca 2.000% dos valores ressarcidos para o Estado do Rio de Janeiro, cerca de 400% para o Paraná e cerca de 1.000% para Minas Gerais para os primeiros 20 anos de aplicação da lei.

financeiro consegue escrever em lei a supremacia dos seus interesses com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Vejamos seus impactos sobre a organização do Estado.

A importância do Regime de Metas de Inflação (RMI) consiste na subordinação do ciclo econômico aos interesses do capital financeiro. O Decreto nº 3.088, de 21 de junho de 1999, estabeleceu sua adoção em que preconiza que o Banco Central deve "executar as políticas necessárias para o cumprimento das metas" de inflação (BRASIL, 1999, online). Em conjunto com o uso de um regime cambial flutuante - em que o preço da moeda nacional pode variar livremente - adotado em janeiro do mesmo ano, o RMI fixa limites ao impulso que a demanda pode dar ao crescimento da oferta no país.

Desta maneira, o RMI assegurava o atendimento dos interesses do capital financeiro. Por exemplo, após a desvalorização cambial do início de 1999, houve um repique da inflação, mas as amarras do RMI tornavam possíveis os juros altos mesmo no cenário recessivo uma vez que as reminiscências do choque na inflação ameaçavam o cumprimento da meta. Saad-Filho e Moraes observam que "no regime de metas, as taxas de juros não poderiam ser reduzidas significativamente enquanto essa bolha [decorrente da desvalorização] não fosse eliminada, o que retardou os ganhos que a mudança de política poderia proporcionar" (SAAD-FILHO; MORAIS, 2018, p. 115).

Do ponto de vista de nosso objeto, e numa perspectiva transversal que deve cobrir os movimentos do Estado durante todo o período estudado, esta alteração na condução da política monetária parece muito significativa de um processo de autonomização e despolitização do Estado - que poderemos tratar melhor no capítulo 3⁴⁵. Talvez uma das melhores exposições sobre o tema venha das palavras de um dos seus mais longevos operadores, o ex-presidente do Banco Central, Henrique Meirelles.

Uma das características relevantes do Sistema de Metas é a determinação precisa da metodologia de aferição do desempenho e da prestação de contas do Banco Central ao governo e à sociedade. O Banco Central não determina arbitrariamente o que deve fazer ou efetivamente fará. O Sistema de Metas para a Inflação explicita uma clara definição do que é esperado do Banco Central. No caso do Brasil, o Conselho Monetário Nacional (CMN) determina as Metas para a inflação, a periodicidade e o intervalo de tolerância a serem buscados. [...] O BC não tem latitude de escolha de objetivos, nem de escolha de critérios de aferição desses objetivos. [...] **Não há nenhuma discricionariedade** portanto (MEIRELLES, 2010, p. 1, grifo nosso).

⁴⁵ Referimo-nos aqui, em essência, a progressiva separação entre Estado e sociedade civil a que Engels faz referência em sua famosa formulação sobre o Estado. Essa ideia também aparece em autores contemporâneos como uma blindagem do Estado à sociedade. Ver Nobre (2013) e Demier (2017).

Estamos, portanto, em face do paradoxal caso de uma política sem vontade e sem escolhas. Dito de outra maneira, pretende-se que as vontades já não possam definir os rumos da política, numa linha muito parecida com aquilo que Felipe Demier (2017) tem chamado de democracias blindadas.

Resta o último pedaço da institucionalidade neoliberal. A Lei de Responsabilidade Fiscal, nome impróprio pelo qual ficou conhecida a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estabeleceu uma série de condições e mecanismos para o controle das despesas realizadas em todos os níveis da federação. Sua principal consequência foi a submissão das peças orçamentárias, e da execução dos orçamentos, aos interesses do capital financeiro representados pelo pagamento da dívida pública.

Aqui não se trata de destacar um dispositivo legal específico, mas de todo o espírito da lei. Podemos, contudo, destacar o parágrafo primeiro do artigo quarto que define a existência de um "Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública" (BRASIL, 2000, online). O fato novo e de importância capital introduzido por essa legislação é a hierarquização dos gastos financeiros sobre os gastos primários contido em todo seu corpo legal. Outro dispositivo que pode ser destacado para apontar esta subordinação da ação estatal aos interesses financeiros é o artigo nono, que determina a limitação dos empenhos e da movimentação financeira caso a frustração das receitas ameace o cumprimento das metas do resultado primário no bimestre.

Desta forma a LRF cumpre um importante papel na nova institucionalidade neoliberal ao garantir que o Estado só pode contratar força de trabalho e comprar mercadorias produzidas por outros capitais após haver pago suas obrigações com o capital financeiro. Este se revela mais um mecanismo para limitar a reprodução dos demais capitais na economia brasileira e, com isso, minar as bases sociais de seu poder político.

Após expor o caminho percorrido, principalmente na luta intra-burguesa, para criar o Estado neoliberal no Brasil, parecem válidos alguns rápidos comentários sobre a situação daqueles sobre os quais se exerce a dominação acordada. Para alcançar o céu de impor sua hegemonia perante toda a sociedade, a burguesia financeira havia criado um verdadeiro inferno para as massas populares⁴⁶.

⁴⁶ Para um relato da situação das massas marginalizadas nas grandes cidades na década de 1990, ver *Sobrevivendo no Inferno*, de Racionais MCs (2017[1997]).

As políticas de controle de preços pressupunham o controle do principal preço da economia: o salário. E para isso a burguesia não mediu esforços. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o desemprego anual nas regiões metropolitanas do Brasil foi de 8% em 1995 para atingir 14% em 1999 (IPEA, 2020).

O número de greves entre o Plano Real e 1997 é superior ao período pretérito. Enquanto antes do plano o DIEESE (2020) contava uma média de 60 greves mensais, entre 1994 e 1997 essa média cresce para cerca de 100 greves mensais. Após esse ano, contudo, o movimento grevista perde força e cai para cerca de 50 greves mensais entre 1997 e 2001.

O desespero da classe trabalhadora era tanto que seu dilema era colocado assim por um dos intérpretes do povo: "Era pegar na PT[Pistola Taurus] ou votar no PT[Partido dos Trabalhadores]" (INQUÉRITO, 2003, faixa 3).

É assim que essas insatisfações populares vão se unir às insatisfações burguesas e colocar fim aos governos tucanos. Para Nildo Ouriques, a situação era tão grave para a classe trabalhadora que superava até mesmo as capacidades de um "governo com inclinações populares".

Uma vez concluídas as privatizações - especial da Vale do Rio Doce, do sistema Telebrás, o que falta do setor elétrico e dos bancos estatais - a função política da estabilização e de FHC está terminada. Qualquer governo será bem vindo, porque a correlação de forças em favor do capital transnacional e de seus sócios menores será tão abrumadora que mesmo um governo com inclinações populares terá imensas dificuldades em fazer algumas reformas que favoreçam os milhões de deserdados que até o momento a política oficial está produzindo (OURIQUES, 1997, p. 144).

Iniciava-se um novo período em que a dominação de classes e as transformações da sociedade brasileira seriam conduzidas pelo PT.

CAPÍTULO 2 - O PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL SOB O PLANO REAL E SEU IMPACTO SOBRE A BURGUESIA

A política não se decide exclusivamente, e sequer primariamente, no âmbito político

Ruy Mauro Marini

No período descrito anteriormente as principais determinidades⁴⁷ do Estado foram fixadas com a estabilização do processo de luta entre as classes e a conformação de um bloco histórico cuja hegemonia é exercida pelo capital financeiro. Também se assentaram as novas condições para a reprodução do capital - ou um Padrão de Reprodução do Capital (OSORIO, 2013). Este capítulo busca lançar luz a estas novas condições de reprodução do capital, considerando que em última instância o capital sempre se reproduz sobre a base do trabalho explorado, para que possamos posteriormente compreender o desenvolvimento de suas contradições.

Para tanto, o capítulo apresenta as principais transformações no ciclo do capital, na primeira seção, esquadrihando os principais determinantes das origens do capital, da primeira fase da circulação, da produção e da segunda fase da circulação. Na segunda seção utilizamos uma metodologia baseada em Pinto (2010) para, com base nos dados dos balanços das empresas publicados pela Gazeta Mercantil e o Valor Econômico, avaliar a acumulação de poder social pelas frações burguesas, indicando as dificuldades e impulsos em que tiveram de se defrontar no seu processo de reprodução.

2.1 - O Ciclo do Capital sob o Plano Real

A análise do ciclo do capital é fundamental para identificar as relações entre as classes, seus interesses, complementaridades e choques. Apesar disso, as análises sobre as relações de poder entre as classes e frações de classes costumam a elidir, pressupor ou, quando muito, tratar

⁴⁷ A determinidade não é ainda determinação. Sobre elas diz Hegel: "113 - [...] Enquanto expressas na *simplicidade* do universal, essas *determinidades* - que só são a rigor propriedades por meio de uma determinação ulterior que lhes advém - relacionam-se *consigo mesmas*, são *indiferentes* umas às outras: cada uma é para si, livre da outra. [...] Este sal é um aqui simples, e ao mesmo tempo múltiplo; é branco, também e picante, também é cubiforme, também tem peso determinado etc. Todas essas propriedades múltiplas estão num *aqui* simples no qual assim se interpenetram: nenhuma tem um aqui diverso do da outra, pois cada uma está sempre onde a outra está. Igualmente, sem que estejam separadas por aqui diversos, não se afetam mutuamente por essa interpenetração. O branco não afeta nem altera o cúbico, os dois não afetam o sabor salgado etc" (HEGEL, 2002, p. 97, itálicos no original).

apenas de aspectos parciais ou de forma muito rasa. Não parece ser o caso de demonstrá-lo, mas todas as análises de processos sociais no capitalismo têm alguma concepção sobre o ciclo do capital que lhes dá substrato. E quando essa compreensão não é apresentada ao leitor, temos a impressão de ver os atores políticos se movendo sem saber qual a música que lhes guia⁴⁸. Para evitar esta surdez ao nosso leitor, passemos à análise do ciclo do capital do período que vai de 1994 até os dias atuais.

São nos textos de Marini sobre o tema: *El ciclo del capital en la economía dependiente* e também *Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital*, ambos de 1979, assim como em *Sobre el patrón de reproducción de capital en Chile*, de 1982 onde encontramos uma abordagem completa e sistemática sobre o ciclo do capital no capitalismo dependente. Contudo, mesmo estes textos são limitados em virtude das alterações que o próprio ciclo do capital sofreu entre a lavratura dos textos e o período de nossa análise, afinal,

retomar o fio da teoria da dependência como ponto de partida significa reencontrar o melhor do pensamento de esquerda, mas não supõe de modo algum que ela seja resposta suficiente à atual problemática. Pelo contrário, faz-se necessário assumi-la de modo criador, isto é, submetendo-a a uma revisão radical. (MARINI, 1992b, p. 101).

Neste sentido, a tradição marinista iniciou uma linha de pesquisa sobre o ciclo do capital em que a contribuição de Jaime Osório, sobretudo *Padrão de Reprodução do Capital: uma proposta teórica* (OSORIO, 2012), desempenha papel central⁴⁹. Em linhas gerais, a proposta busca historicizar a reprodução do capital ao agregar determinações históricas aos determinantes gerais do capital⁵⁰. A partir de então uma série de trabalhos, nos quais buscamos contribuições, foram desenvolvidos buscando elucidar o Padrão de Reprodução do Capital (PRC) que surge após a derrocada da ditadura militar no Brasil - comumente chamado de PRC Exportador de Especialização Produtiva (OSORIO, 2012; ARUTO, 2019; BREDA, 2020).

⁴⁸ Em sua crítica a Cardoso e Faletto, Vânia Bambirra afirma: "Desta forma, é como se estivéssemos vendo um conjunto de dança e percebendo seus movimentos, mas sem poder escutar o som que dá sentido e nexos a suas evoluções. Não há nesta obra, portanto, coerência entre metodologia proposta e sua utilização ampla e rigorosa na análise realizada. Assim, pelas deficiências no âmbito da análise econômica, a análise política e sociológica acaba sendo muito limitada." (BAMBIRRA, 2012 [1973], p. 50).

⁴⁹ "A noção de padrão de reprodução do capital surge para dar conta das *formas como o capital se reproduz em períodos históricos específicos e em espaços geoterritoriais determinados*, tanto no centro como na semiperiferia e na periferia, ou em regiões no interior de cada um deles, considerando as características de sua metamorfose na passagem pelas esferas da produção e da circulação (como dinheiro, meios de produção, força de trabalho, novas mercadorias, dinheiro incrementado), *integrando o processo de valorização* (incremento do valor e do dinheiro investido) e sua *encarnação em valores de uso específicos* (calças, rádios, celulares, tanques de guerra), assim como as *contradições* que esses processos geram" (OSORIO, 2012, p. 40-41, itálicos no original).

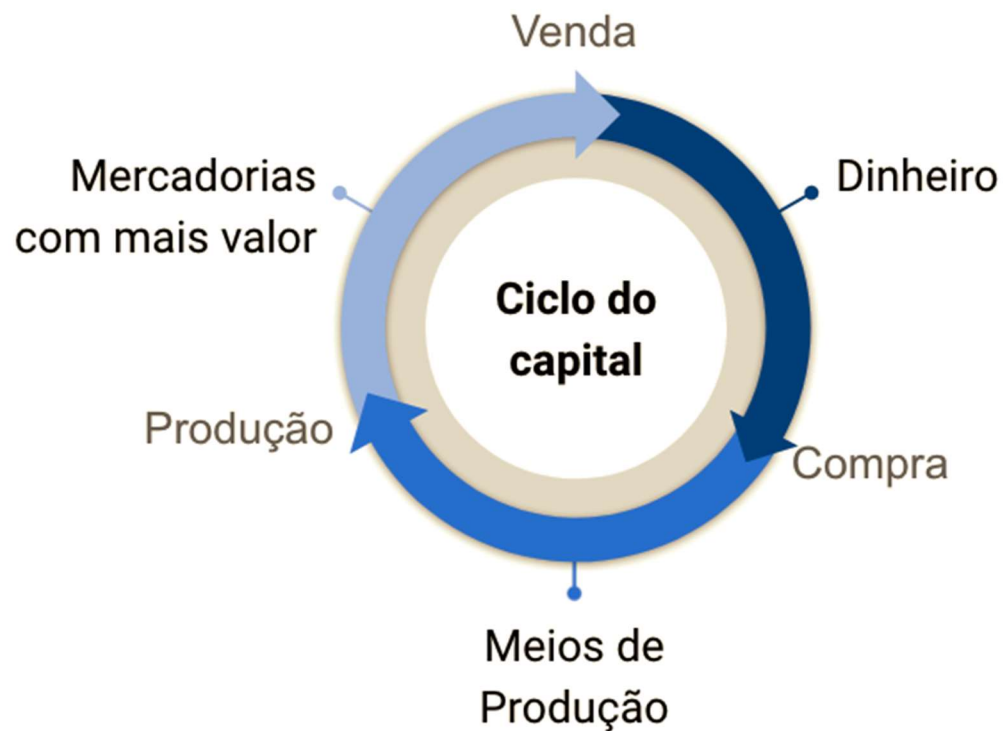
⁵⁰ "A reprodução do capital assume formas diversas em diferentes momentos históricos, devendo se readaptar às mudanças produzidas no sistema mundial e na divisão internacional do trabalho, reorganizando a produção sobre novos eixos de acumulação e/ou novos valores de uso. *Isso permite historicizar a reprodução do capital e diferenciar padrões que se estabelecem*" (OSORIO, 2012, p. 41, itálico no original).

No que consiste, afinal, o ciclo do capital? O processo de reprodução do capital exige que a produção do capital ocorra continuamente. Este aspecto cotidiano do capital requer, por exemplo, que determinados pressupostos sejam postos e repostos diuturnamente. Tomemos o caso de uma mercadoria qualquer: numa fábrica de aços longos, para que os fios-máquinas e treliças (mercadorias finais) sejam produzidos, é necessário que sejam reunidos num mesmo local e tempo maquinário (capital constante fixo) capaz de manipular e alterar as matérias-primas como o minério de ferro e demais minerais (capital constante circulante), bem como trabalhadores capacitados (capital variável) em operar tal maquinário no seu processo de trabalho. Para reunir todos estes meios de produção o burguês deve comprá-los no mercado e, para tal, necessita de dinheiro. Terminado o processo, aquelas mercadorias são vendidas e seu capital retoma a forma dinheiro - agora aumentado - e pode reiniciar esta rotina do capital.

A mudança de forma do dinheiro para as mercadorias que compõem os meios de produção é realizada no processo de compra. A metamorfose destes em mercadoria final com mais-valor ocorre mediada pela produção realizada no processo de trabalho. E a volta à forma dinheiro ocorre no processo de venda da mercadoria produzida. Esse processo é sintetizado no diagrama abaixo. O diagrama, na verdade, apresenta uma versão simplificada deste processo (que parece apenas reiniciar e se repetir, quando o que ocorre realmente é uma reprodução crescente que constitui uma espiral, antes que um círculo).

Todos esses comentários, contudo, são excessivamente genéricos. Eis que, portanto, a análise do Padrão de Reprodução do Capital busca analisar conjuntamente os dois aspectos que compõem o duplo caráter das mercadorias - seus valores de uso e valores de troca - para melhor situar a reprodução do capital num dado país e num período determinado. A identificação destas determinações históricas permite discernir as condições concretas que devem ser satisfeitas para permitir a reprodução de um carro ou de uma saca de soja (OSORIO, 2012).

Figura 2.1 - Diagrama do ciclo de reprodução do capital



Fonte: Elaboração própria.

A dinâmica do capitalismo dependente insere ainda uma nova fase no ciclo que é a transformação do dinheiro nacional em dinheiro mundial (MARINI, 1979). Esta etapa não precisa ser cumprida por todos os capitais e, mesmo para aqueles que o fazem, não envolve toda a massa monetária que resulta de seu processo reprodutivo.

Busquemos analisar como cada uma dessas etapas do ciclo se desenrola após o Plano Real.

2.1.1 - A origem do capital dinheiro

Nas condições atuais do capitalismo brasileiro, a origem do capital dinheiro remonta essencialmente quatro fontes: o crédito privado nacional, o crédito público nacional, o crédito internacional (investimento indireto) e o investimento estrangeiro⁵¹. Após o compromisso de 1994, a política econômica restringiu as duas primeiras fontes e tornou a atração de capitais

⁵¹ "Podemos distinguir basicamente três fontes. [...] Em primeiro lugar o capital privado interno ou o investimento privado interno, [...] Em segundo lugar, podemos distinguir o investimento público, que tem origem no Estado." (MARINI, 2012 [1979], p.23). "O terceiro aspecto a considerar [...] é o capital estrangeiro. Este pode se apresentar basicamente de duas formas: como investimento direto [...] e como investimento indireto" (MARINI, 2012 [1979], p.25).

estrangeiros uma questão de vida ou morte para o ciclo⁵². Conforme vimos no capítulo anterior, na sua luta contra a burguesia industrial tradicional, a burguesia financeira impôs um esquema que levou a que o comércio de bens e serviços do Brasil com os demais países (as transações correntes) fosse cronicamente negativo. Não seria possível honrar esses compromissos externos e reproduzir essa forma de dominação sem uma constante entrada de recursos estrangeiros no país, seja através da mera entrada de capitais estrangeiros ou da venda de mercadorias ao exterior pagas em dólares.

Note-se que a violência desta política no início do período tornou até mesmo a balança comercial deficitária - isto é, o valor das importações superava o valor das exportações. O caráter dependente da economia brasileira faz com que sua relação comercial com os demais países seja historicamente positiva. O superávit na balança comercial é a forma por excelência na qual se faz frente à transferência de valor que aparece como remessas de lucro e pagamentos de juros às nações centrais⁵³.

Pois bem, a arquitetura financeira da violência de classe que se gesta em 1994 requer entradas massivas e constantes de capital estrangeiro. E o instrumento privilegiado para atrair os capitais estrangeiros, principalmente quando se trata de uma exigência de curto prazo, foi o elevadíssimo juro pago pelo Estado brasileiro em seus títulos públicos. Ocorre que essa política tinha efeito diverso sobre as quatro principais fontes do capital dinheiro: o crédito privado nacional se vê freado em virtude do aumento do seu custo; o crédito público nacional minguava porque a nova institucionalidade impunha fortes amarras sobre as despesas públicas ao mesmo tempo em que direcionava parte do crédito público para ações que visavam atrair investimentos diretos - através de renúncias fiscais ou financiamento de privatizações; o crédito internacional se torna cada vez mais atrativo em virtude do mesmo diferencial de juros e conta como mais um diferencial entre aqueles capitais com acesso à créditos externos e aqueles que não o tem; e, por fim, o investimento estrangeiro direto se vê pouco afetado diretamente pela remuneração dos títulos públicos, sendo impactado mais pelos efeitos sobre a rentabilidade dos setores provocados pelos desdobramentos daquela política para o câmbio e a atividade econômica do país⁵⁴.

⁵² "Essa circulação encontra-se parcialmente centrada no exterior, tanto no que se refere ao capital dinheiro como no que diz respeito ao capital mercadoria" (MARINI, 2012[1979], p. 28).

⁵³ Mas, como veremos adiante, não se restringe a estas formas.

⁵⁴ Carminati e Fernandes (2013) estimam efeitos significativos do câmbio e do consumo de energia - que eles tomam como uma *proxy* da infraestrutura do país - sobre o investimento estrangeiro entre 1986 e 2009. Com uma confiança menor - 90% - identificam também efeitos positivos do crédito ao setor privado - tomado como uma *proxy* do desenvolvimento do sistema financeiro do país - sobre o fluxo de investimento estrangeiro. Estimam,

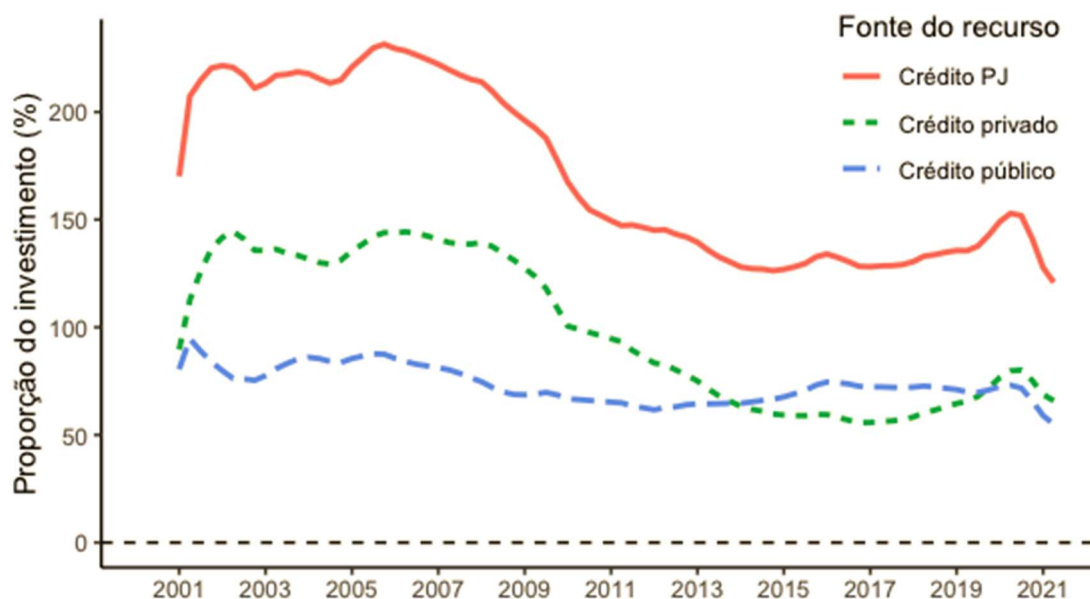
Vejam, portanto, como se comportaram alguns desses indicadores no período estudado. O Banco Central do Brasil (2021) apresenta a evolução histórica da concessão de crédito novo às pessoas jurídicas⁵⁵ entre 2000 e 2021. Para melhor visualização e entendimento desses dados, eles serão apresentados como percentual em relação ao investimento. É comum apresentar estas estatísticas como uma proporção do PIB, para eliminar a diferença da ordem de grandeza que vem com o crescimento da população e da riqueza criada por ela. Julgamos, contudo, que essa medida não é a mais adequada uma vez que a relação que se busca elucidar é a do financiamento do investimento. Por essa razão, apresentamos a evolução de cada uma destas fontes em proporção ao investimento. Vale notar, contudo, que as fontes de financiamento podem (e com frequência irão) superar o montante de investimento, contradizendo a ideia intuitiva de que as somas das partes devam perfazer 100%. Isso se deve a alguns fatores, dentre os quais ressaltamos: i) nem todo crédito buscado por pessoas jurídicas se destina a financiar investimentos, podendo ser usado para pagar despesas correntes como salários ou alugueis (MINSKY, 1975); ii) na contabilidade social atual, nem todos os novos gastos de um capital, como gastos com novos salários ou mais matérias-primas e materiais de trabalho, (que seriam investimento numa perspectiva marxista) são considerados investimentos (SHAIKH, 2016, cap. 4); e iii) há também investimentos que são feitos com recursos próprios - por exemplo, estudo do ICAGRO (2016) estimou que 39% dos recursos para operação do agronegócio (um setor com amplo acesso à crédito) provinha de capital próprio no final de 2016.

Como se pode ver no gráfico 2.1, em que pese a diminuição relativa do investimento durante todo o período, fato notado *ad nauseam* pela literatura, o crédito às pessoas jurídicas cresceu ainda menos, reduzindo seu papel no financiamento de novos empreendimentos. Se no início da série essa fonte de financiamento correspondia a 170% do investimento, após uma forte elevação no início dos anos 2000, o indicador se estabilizou em cerca de 225% até o final de 2006. Após esse período inicia-se uma diminuição constante até que se estabilize em cerca de 130% desde 2013.

ainda, um baixíssimo efeito do IED sobre o PIB - também com uma confiança de 90%. Tanto o consumo de energia como o crédito ao setor privado são indicadores da atividade econômica do país.

⁵⁵ Os dados estão disponíveis nas séries 21278 do gerenciador de séries temporais. Utilizando a proporção entre o crédito total concedido pelas instituições financeiras sob controle público (séries 11403 e 21300) e instituições financeiras sob controle privado (séries 11402 e 21299) estimamos a proporção do crédito público e privado para pessoas jurídicas.

Gráfico 2.1 - Evolução do crédito à pessoa jurídica, média móvel de 4 trimestres, como percentual do investimento



Fonte: Elaboração própria com dados do Banco Central e IBGE.

A separação entre crédito público e crédito privado, por sua vez, revela que este movimento de diminuição se deu em ambas as partes. O crédito público inicia a série próximo aos 80% para ir diminuindo lentamente até chegar próximo aos 70% ao final do período. Em apenas dois subperíodos o crédito público elevou timidamente sua participação no financiamento do investimento: entre 2003 e 2006 e entre 2012 e 2016. Há que se notar que a "rigidez" deste indicador revela, a um só tempo, que o crédito público foi relativamente estável na sua contribuição ao investimento durante todo o período e que, por isso mesmo, não foi elemento que deu dinâmica à formação de novos capitais do ponto de vista social. Em resumo, pode-se dizer que o crédito público andou na mesma direção do investimento, não funcionando como força capaz de alterar sua dinâmica.

A evolução do crédito privado revela um comportamento bastante próximo, porém mais sensível ao ciclo. Se no início do período o crédito privado representava 150% do investimento, patamar no qual se mantém até 2009, ao final estará rondando 80%. É importante ressaltar que o crédito privado supera o crédito público em quase todo o período, exceto entre o primeiro trimestre de 2014 e o terceiro trimestre de 2019, quando volta a tomar a dianteira.

Alguns comentários são necessários para desfazer eventuais confusões que a leitura destes dados possa gerar. Em primeiro lugar cabe destacar que essas estatísticas sobre a origem do capital se referem ao crédito às pessoas jurídicas e não ao crédito em geral. Há no período em que analisamos uma transição do crédito das pessoas jurídicas para as pessoas físicas - os

dados do Banco Central (2021) indicam que em 2014 o saldo das operações à pessoas físicas ultrapassou o saldo à pessoas jurídicas e desde então essa brecha só se eleva⁵⁶. Em segundo lugar, o indicador que propomos pode se manter estável em momentos de elevação do crédito público caso o investimento se eleve na mesma proporção. Neste sentido, nossos dados não contrariam o fato inegável do aumento do crédito público nos anos 2000 nem tampouco sua superioridade sobre o crédito privado a partir de 2014; eles apenas o apresentam de outra forma.

Quando nos voltamos para as fontes externas de financiamento, vemos outra figura. O gráfico 2.2 mostra que o total do investimento estrangeiro sobre o investimento se mantém estável durante os extremos do período, em cerca de 20%, apesar de algumas flutuações que o situam ora em 10%, ora em 40%. No que se refere ao investimento indireto, o seu caráter volátil é patente e revela seu papel como variável de ajuste do balanço de pagamentos. Seus valores variam enormemente, mesmo suavizados pela média móvel, numa amplitude que vai desde os 19% até -16% (saídas líquidas).

Gráfico 2.2 - Evolução do capital estrangeiro, média móvel de 4 trimestres, como percentual do investimento



Fonte: Elaboração própria com dados do Banco Central e IBGE.

Mas é o comportamento observado pelo investimento direto o mais interessante. Podemos encontrar na literatura o registro de que seu crescimento se dá mesmo quando comparado com o PIB. De acordo com Breda (2020), o IED saiu de cerca de 1,5 % do PIB em 1995 para 5,5% do PIB em 2015. Mas nesse mesmo período a proporção do investimento caiu

⁵⁶ Ver séries 22047 e 22050 do Gerenciador de Séries Temporais.

em relação ao PIB e, por isso, a proporção entre IED e investimento aumenta muito mais. Se o investimento estrangeiro direto era capaz de financiar menos de 7% do investimento brasileiro em 1997, após um contínuo crescimento ao longo das duas décadas que se seguiram, ele atingirá um patamar superior a 25%. Isso revela que o papel dinâmico do investimento estrangeiro sobre o ciclo do capital também se mantém no atual padrão de reprodução do capital⁵⁷.

Estes achados não apenas corroboram os resultados de outras pesquisas, como Breda (2020)⁵⁸ ou Aruto (2019)⁵⁹, como revelam uma maior e mais radical desnacionalização da economia brasileira no período. Como veremos em seguida, essas determinações sobre a origem dos capitais terão consequências econômicas e políticas na reprodução das relações sociais. Neste sentido, é possível identificar uma correspondência entre o comportamento descrito acima e a mudança nas quotas de poder em favor dos interesses estrangeiros detectada pelos mais diversos analistas.

2.1.2 - A compra dos meios de produção

Uma vez com os capitais em mãos, os capitalistas devem se desvencilhar praticamente do fetiche da autovalorização do capital e transmutá-lo da forma dinheiro para os valores de uso necessários para o processo produtivo. E o local por excelência em que essa metamorfose ocorre é o mercado. Neste momento todas aquelas determinações são abstraídas realmente e sintetizadas no poder de compra que se leva ao mercado.

Os valores de uso buscados pelos capitais serão tão variados quão diversas forem as atividades a que se dediquem, mas podemos agrupar para fins da exposição que se segue em dois grandes mercados em que se negociam i) força de trabalho e ii) meios de produção. É evidente que este momento da reprodução das relações sociais deve ocorrer influenciado por todas as determinações comentadas anteriormente, a saber: o acesso a mercados externos não

⁵⁷ "Nesta primeira aproximação do que é a economia dependente, observamos, do ponto de vista do capital, que em sua primeira fase de circulação - da qual o processo de acumulação depende - atua um fator externo à economia dependente e que se encontra totalmente fora de seu controle: o capital estrangeiro. E que, no entanto, o fato de que se incorpore a essa fase da circulação o *internaliza*, por assim dizer, o constitui em fator direto do ciclo do capital nessa economia" (MARINI, 2012[1979], p.26, grifo no original).

⁵⁸ "A ideia de que o atual padrão de reprodução exacerba aquelas possibilidades de transferência justificase: [...] ; ii) pela crescente estrangeirização da economia a partir do aumento [do] investimento direto e do investimento em carteira, ambas as tendências derivadas da abertura produtiva e financeira neoliberal;" (BREDA, 2020, p. 164).

⁵⁹ "Como visto, as condições específicas de valorização do capital nas FSP dependentes, como a brasileira, significaram uma reversão da estrutura produtiva e um maior comando do capital estrangeiro sobre a dinâmica nacional. Contudo, essa maior posição dependente significa o provimento de condições econômicas específicas que permitem que o capital estrangeiro, sob várias formas, comande o processo de valorização e de apropriação do valor a partir das frações de capital na FSP" (ARUTO, 2019, p. 59).

apenas para máquinas e equipamentos, mas também para bens finais e, principalmente, intermediários; a necessidade de elevar as exportações; e o impacto da reconversão sobre as condições de trabalho e organização dos trabalhadores.

2.1.2.1 - O mercado de trabalho

O mais importante de todos os mercados é o mercado de trabalho. Isso não se deve somente ao fato de que é ali onde se acessa a capacidade de criar riquezas novas. Mas nele se revela algo decisivo, a oferta de capital⁶⁰.

Começemos por notar que, diferente de outros elementos do ciclo, não há grandes transformações legais no início do período analisado. As principais mudanças no referencial jurídico do mercado de trabalho haviam sido realizadas pela ditadura (Lei nº 5.107/66), ainda na década de 1960. As inovações legais elencadas por Campana (2000) incluem para o período que estudamos apenas alguns aspectos do artigo 7º da Constituição e as leis que instituem os reajustes salariais durante o período inflacionário e a lei que institui o contrato de trabalho por prazo determinado (Lei nº 9.601/98). Há que notar, contudo, que esta modalidade de contrato não é significativa. Krein e Biavaschi (2015), por seu turno, elencam uma série de medidas protetivas e flexibilizadoras durante a década de 2000. Dentre elas, algumas têm caráter geral como a Lei de Falências (Lei 11.101/2005, flexibilizadora), a criação do Simples Nacional (Lei Complementar 123/2006, flexibilizadora) e do Microempreendedor Individual (Lei Complementar 128/2008, identificada como protetiva), e a política de valorização do salário mínimo. As demais alterações elencadas pelos autores estão vinculadas a segmentos específicos de trabalhadores, em especial, trabalhadores de transporte, bancários e empregadas domésticas. Dentre todas essas medidas elencadas, apenas a política de valorização do salário mínimo - de forma mais conjuntural - e o MEI - de forma mais estrutural e mais lenta - alteram significativamente as condições de compra da força de trabalho.

Tomemos os dados de vínculos formais de trabalho reportados pelas empresas ao Ministério do Trabalho e Emprego na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Em 1994 haviam 23,7 milhões de trabalhadores formais, número que salta para 49,6 milhões em 2014. A distribuição percentual por setores do IBGE do pode ser observada na tabela 2.1

Como se pode ver, os setores que mais contratam força de trabalho são, grosso modo, os mesmos. As diferenças mais significativas ficam pelo rebaixamento proporcional do pessoal

⁶⁰ "Como se determina, então, o preço regulador do salário, o preço ao redor do qual flutuam seus preços de mercado? Diríamos que pela oferta e pela demanda de força de trabalho. Mas que demanda de força de trabalho é essa? A demanda efetuada pelo capital. **A demanda de trabalho é, por consequente, igual à oferta de capital.**" (MARX, 2017, p. 925, grifo meu).

ligado à agropecuária, à administração pública, à indústria e aos serviços de utilidade pública em favor do crescimento do comércio, serviços e construção civil, que são uma marca visível do reposicionamento da economia brasileira na divisão internacional do trabalho. O comércio assume a segunda colocação como setor que mais emprega, posição anteriormente ocupada pela administração pública.

Tabela 2.1 - Percentual dos empregos informados na RAIS em 1994 e 2014, por setores

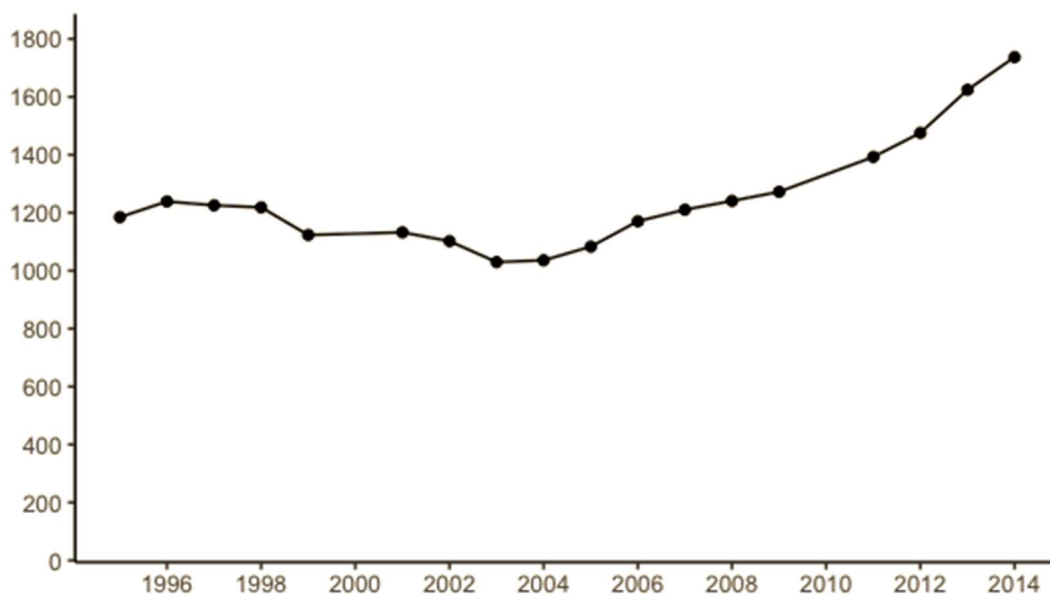
Setor	1994	2014	Diferença
Serviços	27,2	34,9	7,7
Administração Pública	21,4	18,9	-2,5
Indústria de Transformação	21,4	16,5	-4,9
Comércio	13,6	19,6	6
{ñ class}	5,3	-	-
Construção Civil	4,7	5,7	1
Agropecuária	4,2	3	-1,2
Serviços Industriais de Utilidade Pública	1,8	0,9	-0,9
Extrativa Mineral	0,6	0,5	-0,1

Fonte: Elaboração própria com dados da RAIS.

As condições de compra da força de trabalho também podem ser observadas na variável síntese dos salários médios. Dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD) organizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) revelam a existência de dois períodos. No primeiro, que vai até 2003, tem-se uma redução dos salários médios que saem de 1.185 em 1995 para 1.030 em 2003. Após 2004 há uma elevação constante desses rendimentos até que atinjam 1.737 em 2014, ano em que a série se interrompe. Os valores dessa série são deflacionados e representam reais de outubro de 2012. Fica patente a diferença entre a postura mais defensiva dos trabalhadores no primeiro momento e mais ofensiva no segundo (BOITO JÚNIOR, 2018)⁶¹.

⁶¹ Para Mulinari (2020), tem-se dois tipos distintos de desmobilização no movimento operário até 2011. Um relativo aos ataques sofridos pelo movimento operário e outro pelos ganhos oferecidos pelo petismo. A partir de 2012, contudo, há uma inflexão na ação política da classe trabalhadora expressa na ascensão grevista.

Gráfico 2.3- Renda média de todos os trabalhos, em reais de outubro de 2012.



Fonte: Elaboração própria com dados do Ipeadata.

Antes de prosseguirmos para a compra das demais mercadorias necessárias ao processo de produção, gostaríamos de comentar uma das alterações legais que ocorrem no mercado de trabalho brasileiro cujos efeitos se farão sentir, sobretudo, após a crise que se iniciou em 2014. Trata-se da criação da figura do Microempreendedor Individual (MEI). De acordo com Costa (2019), os MEI haviam se tornado a segunda forma mais comum de inserção formal no mercado de trabalho⁶². Naquele então, os últimos dados trazidos pelo autor são de 2018, essa era a relação jurídica adotada por sete milhões de pessoas. Os dados mais recentes do Ministério da Economia (2021) revelam que ao final de 2020 haviam mais de 16 milhões de "empresas que optaram pelo MEI" (este é o eufemismo usado), 11,2 milhões delas ativas. Isto revela como esta nova modalidade de inserção no mercado de trabalho avança a passos largos após a crise de 2014 e dá novas bases à superexploração da força de trabalho no Brasil.

⁶² "Para se ter a dimensão desta política, os mais de 7 milhões de microempreendedores individuais registrados no Brasil em menos de uma década já representam quantidade de pessoas semelhante à soma de todos os funcionários públicos estatutários, os militares (exército, marinha e aeronáutica) e os empregadores do país. Apenas a CLT, principal lei trabalhista do Brasil, se apresenta como forma de ocupação legalizada mais extensa que o MEI" (COSTA, 2019, p. 5).

2.1.2.2 - Os meios de produção⁶³

A compra dos demais meios de produção pode ser dividida em duas grandes categorias: máquinas e equipamentos - que correspondem aos elementos fixos que compõem o capital constante - e bens intermediários - que correspondem aos elementos circulantes do capital constante. Historicamente a dependência teve um impacto maior sobre o primeiro. A abertura comercial imposta no compromisso de 1994, em linha com as transformações operadas no capitalismo mundial que costumam receber o nome de globalização, fez elevar por parte da indústria o consumo importado do segundo grupo. Essas são alterações significativas no ciclo do capital uma vez que radicalizam a relação entre produção e exportação e modificam as relações inter-setoriais burguesas, fato que traz consequências imediatas no plano político.

O estudo de Squeff (2015) aponta que o peso das importações na composição da oferta total de bens industriais de média-alta e alta intensidade tecnológica cresceu de 17,8% para 19,3% (média-alta) e de 17,2% para 34,8% (alta) entre 1995 e 2008. Nos setores de maior densidade tecnológica se encontram as máquinas e equipamentos, produtos por excelência do Departamento I⁶⁴. A parte importada da indústria de alta e média-alta tecnologia cresce tanto no consumo intermediário quanto no consumo final. No consumo intermediário, a parte importada dos bens de alta intensidade tecnológica cresce de 17,9% em 1995 para 60,5% em 2008. O consumo intermediário, por refletir a inter-relação entre setores, capta melhor a dinâmica do departamento I.

A importação de mercadorias classificadas pelo Ministério da Economia como Bens de Capital salta de US \$5,2 bilhões em 1994 para US \$8,7 bilhões em 2000, US \$25,7 bilhões em 2010 e US \$24,2 bilhões em 2020 (em plena pandemia). Já a importação de mercadorias classificadas como Bens Intermediários sai de US \$19,3 bilhões em 1994, para US \$35,1 bilhões em 2000, US \$104 bilhões em 2010 e US \$99,4 bilhões em 2020 (COMEXSTAT, 2021).

⁶³ "A aquisição de meios de produção no mercado mundial não é por si só uma característica da economia dependente. Nenhum país capitalista, nenhuma economia em geral vive hoje isolada. O que caracteriza a economia dependente é a forma aguda que essa característica adquire e o fato de que ela responde à própria estrutura de seu processo histórico de acumulação de capital" (MARINI, 2012 [1979], p. 27).

⁶⁴ "O produto global, ou seja toda[grafia da época, TSB] a produção da sociedade, se divide em duas grandes seções:
I. *Meios de produção*, mercadorias, que, por sua forma, devem ou pelo menos podem entrar no consumo produtivo.
II. *Meios de consumo*, mercadorias que, por sua forma, entram no consumo individual da classe capitalista e da classe trabalhadora" (Marx, 1987 [1893], p. 422-423, grifos no original). Por influência da literatura kaleckiana o que Marx chamou de seções passou a ser denominado de departamentos, respeitando a mesma numeração proposta originalmente.

Outra evidência deste fenômeno pode ser colhida da carta de conjuntura do IPEA (OLIVEIRA; CARVALHO; NONNENBERG, 2019) sobre bens intermediários, que trata de um período mais recente (2003-2019). Os autores analisam a produção e importação de produtos intermediários agrupados em oito categorias: alimentos e bebidas básicos destinados principalmente à indústria; alimentos e bebidas elaborados destinados principalmente à indústria; insumos industriais básicos; insumos industriais elaborados; combustíveis e lubrificantes básicos; combustíveis e lubrificantes elaborados, peças e acessórios para bens de capital; e peças para equipamentos de transporte. De todos eles, apenas os alimentos e bebidas básicos e os combustíveis básicos não tiveram elevação das importações superior ao crescimento da produção. Esta é uma evidência importante para colocar de lado teses que restringem o fenômeno aqui analisado à década de 1990, como o fazem Alfredo Saad-Filho e Lecio Morais (2018, cap. 4).

A primeira consequência desta tendência será o enfraquecimento econômico e político, gradual e constante durante todo o período, dos setores vinculados à produção de bens de capital e alguns bens intermediários. Além disso, a redução dos laços inter-setoriais observada por alguns autores⁶⁵ irá minar as relações de solidariedade entre os setores da burguesia industrial brasileira e fortalecerá sua solidariedade com setores do capital estrangeiro.

2.1.3 - A produção de mercadorias

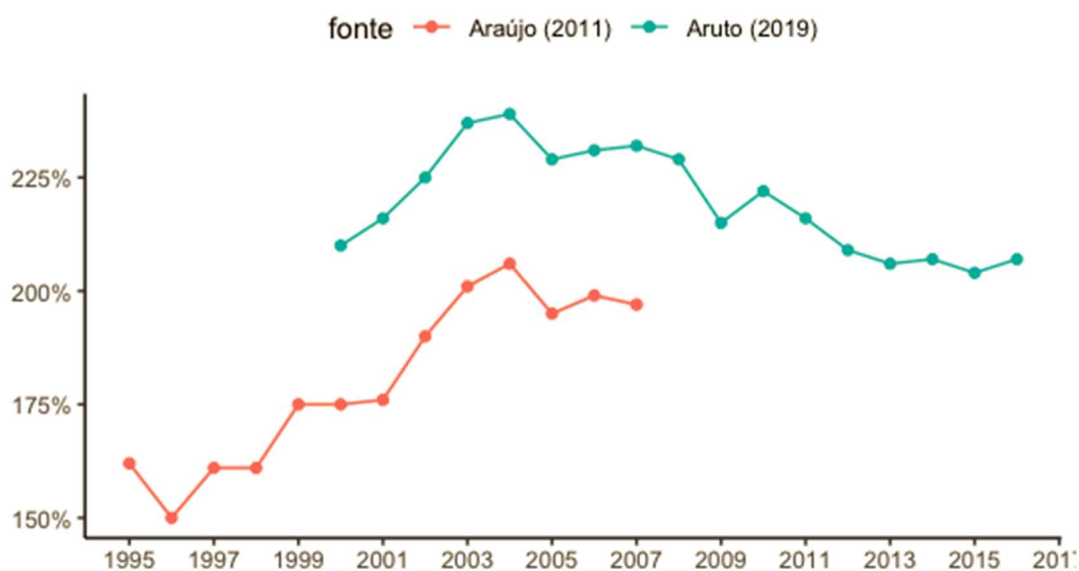
Sob as circunstâncias até então descritas reúnem-se as condições necessárias para a produção de mercadorias. Dos três principais determinantes deste momento da reprodução do capital, conseguiremos avaliar apenas dois. O primeiro é o trabalho concreto desempenhado que, como já adiantamos acima, está relacionado à demanda por força de trabalho. O segundo diz respeito às condições de trabalho, ou mais precisamente de exploração do trabalho. Apenas na seção seguinte seremos capazes de avaliar as condições da distribuição do mais-valor, sobretudo aquelas que dizem respeito ao mais-valor extraordinário.

Dois são os esforços recentes que encontramos para estimar as condições de produção no Brasil, sintetizadas na taxa de mais-valor. O primeiro deles (ARAÚJO, 2011), faz estimativas para o período que vai de 1990 até 2007, utilizando o Sistema de Contas Nacionais

⁶⁵ Ver, por exemplo, "desde a década de 1990, com a regressão industrial interna e a reprimarização da pauta exportadora, o Brasil passou a exportar cada vez mais mercadorias de menor intensidade tecnológica e a importar em proporções crescentes máquinas e equipamentos, eletrônicos, produtos químicos e farmacêuticos, entre outras mercadorias de maior complexidade tecnológica" (BREDA, 2020, p. 185). Ou então "A explosão das importações implicou rápido esvaziamento das cadeias produtivas, provocando forte diminuição do poder de impulsão da demanda intraindustrial e de alavancagem dos demais setores" (COUTINHO; BALTAR; CAMARGO, 1999, p.66).

referência 2000. O segundo estudo nesta direção (Aruto, 2019), estima a taxa de mais-valor entre 2000 e 2016, usando o Sistema de Contas Nacionais referência 2010. Como é possível notar no gráfico abaixo, as duas estimativas possuem diferenças quanto ao nível. Contudo, a dinâmica evidenciada por ambas é a mesma.

Gráfico 2.4 - Taxa de exploração entre 1995 e 2016



Fonte: Elaboração própria com dados de Aruto (2019) e Araújo (2011).

As estimativas de Araújo (2011) indicam que a década de 1990⁶⁶ foi marcada pelo aumento da taxa de mais-valor. Na verdade, até o ano de 2004 assiste-se a uma alta contínua da extração horária de trabalho excedente: saindo de um valor inicial de 162%, o indicador alcançará 206% em 2004. A partir de então suas estimativas apontam para uma estabilização das condições de exploração até 2007 em torno de 197%. As estimativas de Aruto (2019) sinalizam um movimento similar durante o período em que as análises se sobrepõem. O autor identifica dois subperíodos na análise. No primeiro, que vai de 2003 até 2008 identifica estabilidade na taxa de mais-valor associada ao aumento do número de trabalhadores ocupados. Já no período que se segue à crise de 2008 assiste-se à estabilização e posterior diminuição do total de trabalhadores produtivos ocupados concomitante à redução da taxa de mais-valor⁶⁷. O

⁶⁶ O autor também estima a taxa de mais-valor para o período anterior ao Plano Real. Como estas estimativas usam as Contas Nacionais com referência de 1985, decidimos não incluí-las no gráfico para não dificultar seu entendimento. Basta dizer que a taxa de mais-valor se eleva entre 1990 e 1994, período que caracterizamos com intensas disputas entre as frações burguesas e indefinição quanto a solução da crise de hegemonia.

⁶⁷ "Apenas para menção futura, registram-se as amplas condições de valorização do capital no período pela escalada (1995-2003) e manutenção elevada (2004-2008) da taxa de mais-valor concomitantemente ao aumento da massa de mais-valor produzido por um número cada vez maior de trabalhadores. E mais, observa-se

movimento geral de todo período parece sugerir que o momento de redução da taxa de mais-valor teve um efeito mais modesto (- 35 p.p) do que a fase de sua elevação (56 p.p). Isso aponta para um saldo líquido entre 1995 e 2016 que é negativo para a classe trabalhadora e que reafirma a tendência indicada por Marini⁶⁸ para a taxa de mais-valor nas economias dependentes.

Podemos nos aproximar dos trabalhos concretos e valores de uso produzidos com algumas estatísticas macroeconômicas bastante agregadas, haja vista que iremos adentrar mais o tema na seção seguinte. Os gráficos 2.5 e 2.6 apresentam a evolução do produto dessazonalizado dos setores em índice em que a média de 1995 é tomada como 100⁶⁹. Para fins de comparação, adicionamos em preto uma série com a evolução do PIB. Os setores cujo crescimento acumulado no período foi superior ao crescimento do PIB são expostos no gráfico 2.5, enquanto aqueles com crescimento inferior ao PIB encontram-se no gráfico 2.6.

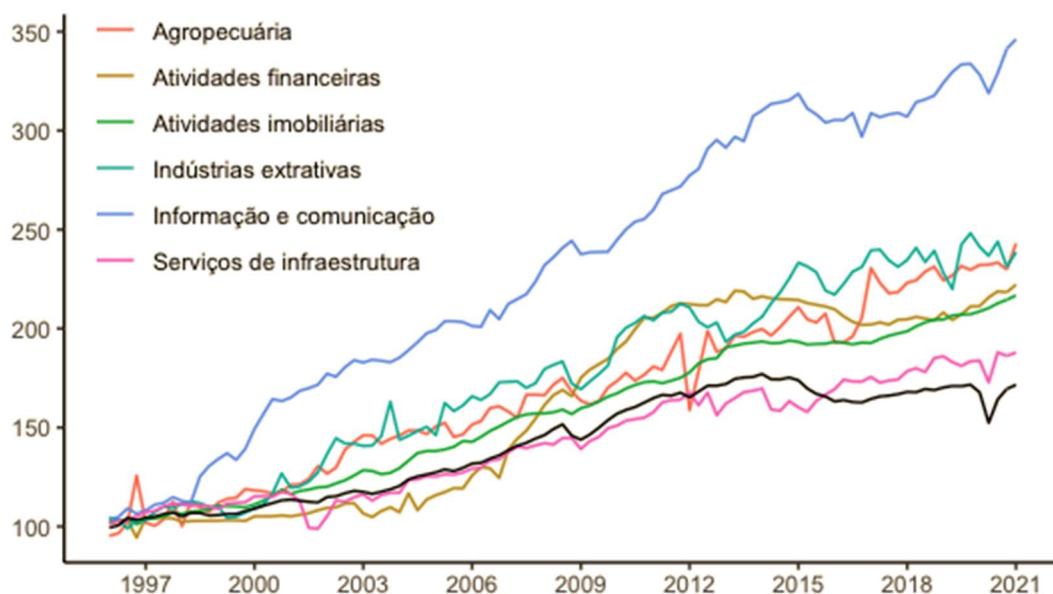
Começamos por notar que os setores que crescem mais do que o PIB durante todo o período são "Agropecuária", "Indústrias extrativas", "Serviços de infraestrutura", "Informação e comunicação", "Atividades financeiras" e "Atividades imobiliárias". São, em sua maioria, setores pouco vinculados como o mercado interno. A presença do setor de "Informação e comunicação" representa, antes do que uma alteração endógena da economia brasileira, uma mudança de época em que impera o paradigma tecnológico eletroinformático (BREDA, 2020). Já os "Serviços de infraestrutura" têm pouca relação com as demandas de curto prazo em razão do tempo de realização de seus projetos, o tempo de *payback* e o volume de recursos que precisa ser mobilizado (que acaba exigindo menores riscos e prevê baixo uso da capacidade total durante largo período).

também que a relação entre a taxa de mais-valor e o nível de emprego está intimamente ligada ao processo de estagnação (2011-2014) e posterior recessão da economia brasileira (2015-2016), uma vez que o declínio da taxa de mais-valor a partir de 2010 se deu, em um primeiro momento até 2013, com a elevação do número de trabalhadores para em seguida se reduzir a um patamar de dez anos atrás." (ARUTO, 2019, p. 145).

⁶⁸ "Lo que importa señalar es que, para incrementar la masa de valor producida, el capitalista debe necesariamente echar mano de una mayor explotación del trabajo, ya mediante el aumento de la intensidad, ya recurriendo a la prolongación de la jornada de trabajo, ya finalmente combinando los dos procedimientos"(MARINI, 2008, p. 123).

⁶⁹ Esses dados podem ser encontrados na tabela 1621 do Sistema IBGE de Recuperação Automática (Sidra). Fizemos algumas adaptações nas nomenclaturas usadas pelo IBGE. Estas adaptações tiveram por único objetivo a redução dos nomes para diminuir a área do gráfico ocupada pela legenda. "Administração, saúde e educação públicas e seguridade social" foi substituído por "Serviços coletivos", "Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados" virou "Atividades financeiras", "Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos" tornou-se "Serviços de infraestrutura" e "Agropecuária - total" virou "Agricultura". Essas alterações não têm, portanto, nenhuma intenção semântica.

Gráfico 2.5 - Índice de volume trimestral entre 1996 e 2021, com ajuste sazonal. Setores que cresceram acima do PIB (1995 = 100).



Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE.

É interessante perceber que todos estes setores, à exceção dos serviços de infraestrutura, mantiveram o índice acima do índice do PIB durante a maior parte do período em tela. Mesmo as atividades financeiras, que no início crescem mais lentamente que o PIB, o passam em 2007 e mantêm a dianteira desde então. Este fato revela que seus ganhos e benefícios no atual padrão de reprodução do capital não são algo fortuito ou devido a ascensão política deste ou aquele ator; são antes os legítimos ganhadores⁷⁰ da política em curso desde o Plano Real. Os dados acima nos permitem identificar os interesses mais beneficiados pela arquitetura econômica e financeira que vigorou no país nos últimos 25 anos. E, contudo, elas nos desautorizam a falar de uma hegemonia da "burguesia interna"⁷¹.

Quando olhamos para os setores com desempenho mais modesto, a figura é um pouco menos nítida. Os setores cujo desempenho no agregado do período está aquém do PIB são "Indústrias de transformação", "Construção", "Comércio", "Transporte, armazenagem e correio", "Outras atividades de serviços" e "Administração, saúde e educação públicas e

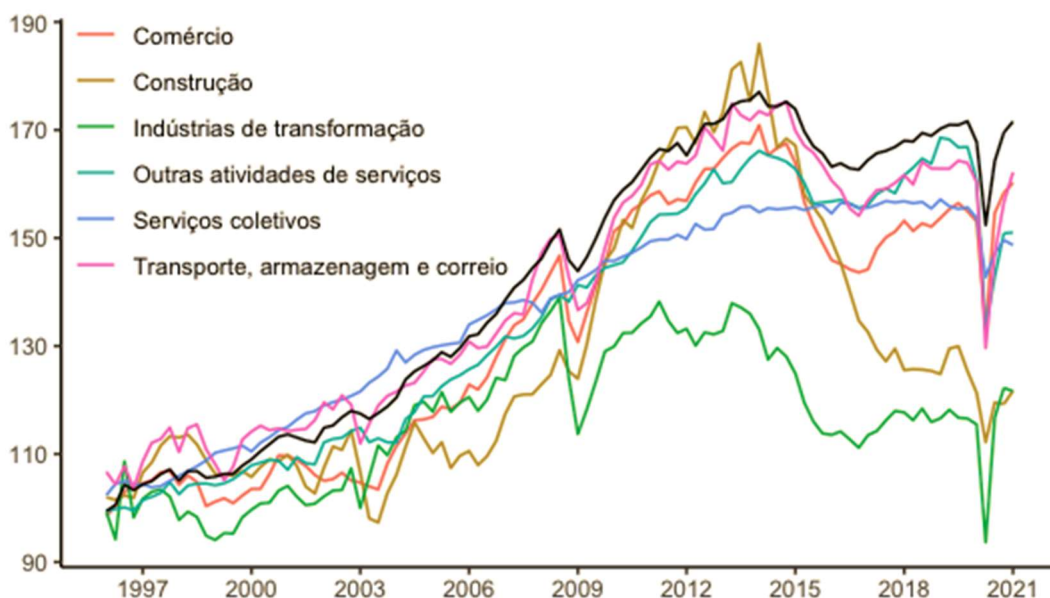
⁷⁰ Em suas análises da política brasileira, Saad-Filho e Morais (2018) identificam um "aliança dos perdedores" que leva a eleição de Lula (p. 134) e uma "aliança dos ganhadores" que leva a sua reeleição (p. 151).

⁷¹ De acordo com Boito Júnior (2018, p. 22), "O emprego do conceito de bloco no poder exige, em primeiro lugar que o pesquisador detecte as frações da classe dominante que agem como força social distinta numa dada conjuntura, isto é, os interesses econômicos setoriais burgueses que ensejam, diante da política de Estado, a formação de grupos diferenciados que perseguem, no processo político, objetivos próprios. Em segundo lugar, exige que o pesquisador procure estabelecer quais interesses de fração são priorizados pela política econômica do Estado e quais são relegados a um plano secundário".

seguridade social" - que aparece como "Serviços coletivos" no gráfico. Mas estes setores apresentam uma evolução mais turbulenta, mais incerta, como se tivesse de lutar dia-a-dia para garantir a sua reprodução - típica situação dos setores não hegemônicos.

Há que se notar, em primeiro lugar, que três setores - "Comércio", "Transporte, armazenagem e correio" e "Outras atividades de serviços" - têm um desenvolvimento que acompanha o nível geral de atividade, com poucas variações próprias. Mesmo quando estas ocorrem, como nos distanciamento entre o nível do PIB e do comércio entre 2002-2003 e 2014-2016, eles parecem indicar peculiaridades próprias destes setores, como o caráter pró-cíclico do comércio neste exemplo. O movimento dos mais setores merece uma atenção individualizada.

Gráfico 2.6 - Índice de volume trimestral entre 1996 e 2021, com ajuste sazonal. Setores que cresceram acima do PIB (1995 = 100).



Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE.

A indústria de transformação apresenta crescimento inferior ao PIB de forma sistemática durante todo o período. Até 1999, a brecha que a separava do PIB vai se abrindo. Após a desvalorização daquele ano e adoção do câmbio flutuante, a lacuna se mantém relativamente estável e em torno de 10 pontos. Essa é a situação que se mantém até a crise de 2008, quando a diferença começa a se abrir e salta para 20 pontos. Daí em diante a distância entre os dois indicadores vai crescendo até atingir os atuais 50 pontos que as separam, denotando a posição subalterna ocupada pela burguesia industrial no bloco no poder que se instala em 1994.

O setor de "Administração, saúde e educação públicas e seguridade social" possui crescimento superior ao PIB até 2007, em consequência dos ditos constitucionais. Em seguida

passa a crescer mais lentamente que o PIB até que, a partir de 2013, simplesmente estagnou e se manteve entre 156 e 157 até o fim de 2019. No ano de 2020 o índice ainda se reduz, em função dos efeitos da pandemia.

Por fim, temos a construção civil, cujo índice apresenta maior quantidade de altos e baixos - situação, repetimos, que não condiz com um setor hegemônico. O setor passa por um impulso durante a década de 1990 que faz com que cresça mais do que o PIB até a metade de 1998. A partir de então o setor vai deteriorando sua importância no PIB até que estabilize sua diferença com o índice do PIB em cerca de 20 pontos. Tal situação permanece até 2009. A construção foi fortemente estimulada na política de resposta à crise internacional e, como consequência, vai reduzindo cada vez mais a diferença que a separava do acumulado da atividade total. Entre fins de 2011 e metade de 2014 ela chega até mesmo a passar o índice acumulado do PIB. Mas após aquele semestre retoma a direção descendente em queda livre e chega ao final do período com atividade 50 pontos abaixo do PIB - remontado ao mesmo nível em que exibira ao final de 2007.

Tabela 2.2 - Índice de volume do PIB (média de 1995 = 100) no primeiro trimestre de 2019, por setores.

Setor	Índice
Informação e comunicação	346,18
Agropecuária	278,8
Indústrias extrativas	213,83
Atividades imobiliárias	203,85
Atividades financeiras	203,79
Serviços de infraestrutura	189,13
PIB	167,3
Outras atividades de serviços	162,57
Transporte, armazenagem e correio	157,86
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	154,72
Comércio	147,34
Construção	121,58
Indústrias de transformação	109,23

Fonte: IBGE.

A tabela 2.2 apresenta os índices (média de 1995 = 100) de cada setor para o primeiro trimestre de 2019. Nela se denota o movimento global realizado no período em tela. Como é possível perceber, os setores de “Construção” e da “Indústria de Transformação” cresceram muito menos do que o PIB, fazendo com que esses setores perdessem espaço no produto total.

2.1.4 - A venda das mercadorias

Realizado todo esse percurso, a mercadoria deve, ainda, passar por sua última metamorfose. Deve através da venda retornar a sua forma primitiva, o dinheiro, para que o processo possa ser reiniciado. Nesta etapa os vendedores devem encontrar aqueles que desejam suas mercadorias. E falar em desejos e vontades é falar de política. Esta é uma etapa fundamental na formação dos interesses das classes e frações de classe.

Três são as principais fontes de realização das mercadorias: o consumo da classe trabalhadora (esfera baixa), o consumo da burguesia (esfera alta) e a demanda externa (exportações). O traço geral da realização durante este padrão de reprodução é sua internacionalização. Mas este fenômeno se manifesta diversamente para o consumo e para a produção, mostrando uma forma mais radical de desenvolvimento dessa contradição da economia dependente⁷². Vamos a elas.

Começemos pelo papel exercido pela demanda externa na realização da produção brasileira. A participação das exportações no PIB quase dobra durante o período estudado: eram 7,3% em 1996 e atingirão 14% em 2020 (IBGE, 2021)⁷³. Esta era, como adiantamos no capítulo passado, uma exigência política do ciclo do capital e nenhuma alteração no bloco de poder poderia conter este efeito. A análise detalhada da pauta de exportações dá conta de que esse fenômeno não é apenas quantitativo, ele afeta a estrutura produtiva.

A tabela abaixo apresenta algumas estatísticas sobre a concentração do comércio exterior brasileiro⁷⁴. Para sua elaboração utilizamos o código do Sistema Harmonizado de quatro dígitos (SH4) das mercadorias⁷⁵. O SH4 contém 1.268 categorias para classificar as

⁷² "La tendencia al acercamiento de las dos esferas de circulación [...] no pudo seguir desarrollándose. Por el contrario, lo que se impone es de nuevo la repulsión entre ambas esferas, una vez que la compresión del nivel de vida de las masas trabajadoras pasa a ser condición necesaria para la expansión de la demanda creada por las capas que viven de plusvalía. *La producción basada en la superexplotación del trabajo volvió a engendrar así el modo de circulación que le corresponde, al mismo tiempo que divorcia el aparato productivo de las necesidades de consumo de las masas*"(MARINI, 2008, p. 147-148, grifo no original).

⁷³ Tabela 6612 do Sistema IBGE de Recuperação Automática (Sidra).

⁷⁴ A série disponibilizada pelo Comexstat para anos anteriores a 1997 utiliza outra classificação para as mercadorias (Classificação Brasileira de Mercadorias - CBM), razão pela qual preferimos expor apenas os dados a partir deste ano.

⁷⁵ De acordo com a Receita Federal, o Sistema Harmonizado "apresenta, sob uma forma sistemática, as mercadorias que são objeto de comércio internacional. Estas mercadorias estão agrupadas em Seções, Capítulos e

mercadorias. A primeira medida usada para avaliar a concentração das exportações de mercadorias é o índice de gini⁷⁶. Este índice apresenta valores próximos a zero para conjuntos de dados com percentis uniformemente distribuídos e valores próximos a um para conjuntos de dados com desigualdades extremas. A análise dos anos disponíveis na tabela deixa patente que a tendência do período analisado é a elevação da concentração das exportações em poucas categorias de produtos. Ainda que a variação pareça pequena, apenas 0.04 de amplitude, isso se deve a escala diminuta do índice.

Tabela 2.3 - Estatísticas de concentração das exportações. Anos selecionados.

Ano	Gini das exportações	10 principais - exportações	Gini das importações	10 principais - importações
1997	0,89	36,3 %	0,82	24,9 %
2001	0,89	35,5 %	0,85	28,2 %
2006	0,90	34,9 %	0,85	32,0 %
2011	0,92	50,6 %	0,85	32,7 %
2016	0,92	45,1 %	0,83	25,9 %
2020	0,93	56,0 %	0,85	28,9 %

Fonte: Elaboração própria com dados do COMEXSTAT (2021).

Outra medida da concentração da pauta exportadora brasileira é o peso dos 10 maiores itens das exportações⁷⁷. A evolução deste indicador também denota a regressão da pauta exportadora brasileira em favor de poucos produtos. Neste indicador, que corrobora o movimento apresentado pelo índice de Gini, a dimensão da simplificação da pauta exportadora torna-se explícita. A responsabilidade das 10 principais mercadorias exportadas na obtenção das divisas comerciais do país se eleva em 20 pontos percentuais. Desde 2018 essas mercadorias são responsáveis por mais da metade das exportações brasileiras.

Subcapítulos que receberam títulos tão concisos quanto possível, indicando a categoria ou o tipo de produtos que se encontram ali classificados" (RFB, 2018, p. 13). Os capítulos são representados pelos primeiros dois dígitos do código (digamos, 01), enquanto os subcapítulos estão representados pelos quatro primeiros números (digamos, 0102). O quinto e o sexto dígito indicam, respectivamente, posições e sub-posições.

" Uma nota de rodapé explicando o que é essa classificação e como funciona. As outras que são alternativa, etc.

⁷⁶ O índice de gini é formalmente descrito como a relação entre a área entre (a) a curva de Lorenz e uma reta ideal que representaria a igualdade perfeita e (b) a área total sob a mesma reta ideal. Desta definição se segue um indicador cujos valores situam-se entre zero (igualdade perfeita, a curva de Lorenz está sobre a reta ideal) e um (desigualdade perfeita, na qual a curva de Lorenz acompanha o eixo das abscissas até o penúltimo ponto).

⁷⁷ Esta é, inclusive, a medida usada por Osório em seu artigo que inaugura a temática do padrão de reprodução da capital.

Tabela 2.4 - Principais mercadorias exportadas em 1997 e 2020.

Ano	Mercadoria	Participação	US \$ (Bilhões)
1997	Minérios de ferro e seus concentrados	5 %	2,8
	Café, mesmo torrado ou descafeinado	5 %	2,7
	Tortas e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja	5 %	2,7
	Soja, mesmo triturada	5 %	2,5
	Açúcares de cana ou de beterraba	3 %	1,8
	Automóveis de passageiros	3 %	1,5
	Partes e acessórios dos veículos automóveis	3 %	1,4
	Produtos semimanufacturados de ferro ou aço não ligado	3 %	1,4
	Calçados	3 %	1,3
	Alumínio em formas brutas	2 %	1,1
2020	Soja, mesmo triturada	14 %	28,6
	Minérios de ferro e seus concentrados	12 %	25,8
	Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos	9 %	19,6
	Açúcares de cana ou de beterraba	4 %	8,7
	Carnes de animais da espécie bovina, congeladas	3 %	6,7
	Tortas e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja	3 %	5,9
	Milho	3 %	5,9
	Pastas químicas de madeira	3 %	5,7
	Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas, das aves	3 %	5,6
Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos	2 %	5,1	

Fonte: Elaboração própria com dados do COMEXSTAT (2021).

A tabela 2.4 apresenta os principais produtos exportados pelo Brasil em 1997 e em 2020, de acordo com o código SH4. As alterações mais significativas são a saída de mercadorias

industriais, a entrada de mercadorias agrícolas e do petróleo, a redução - mesmo entre as mercadorias agrícolas - daquelas minimamente processadas e o crescimento da importância das duas principais mercadorias. A primeira mudança é representada pela saída da pauta exportadora das mercadorias vinculadas ao setor automobilístico e dos calçados. A segunda faz-se ver, além do surgimento do petróleo como terceiro (bruto) e décimo (exceto bruto) item mais exportados, pelo aparecimento das carnes bovina e de aves, do milho e da celulose na pauta exportadora. A redução do processamento das mercadorias aparece tanto com a redução do papel do óleo de soja em favor das demais formas da soja e da saída dos produtos semimanufaturados de ferro em favor do minério. Por fim, a opção pela especialização na exportação de bens agrominerais aparece radicalizada no ano de 2020 quando os três principais produtos - a soja, minério de ferro e petróleo - aparecem com enorme distância dos demais produtos exportados, contra uma realidade que aproximava mais os dez primeiros produtos da pauta exportadora em 1997.

Os outros componentes da realização fazem referência a demanda interna ou, mais especificamente, a circulação do capital variável e do mais-valor. Se a produção se volta mais à exportação, o consumo, nesse padrão de reprodução, se voltou mais para a importação. Já apresentamos no capítulo anterior como isso fez parte de uma política de submissão da burguesia industrial. Também nos referimos ao fato de que mesmo a produção nacional se tornou mais internacionalizada e mais dependente das importações dos bens intermediários. Este fato reduz a capacidade - na verdade inexistente numa economia dependente - de um desenvolvimento industrial assentado sobre o consumo popular uma vez que parte maior deste consumo "vaza" por meio das importações⁷⁸.

O peso das importações no PIB, que era 9,7% em 1995, chega a 13% em 2020. O indicador de 1995 é influenciado pela agressiva política comercial adotada para "domar" a inflação e a burguesia industrial. A participação vai baixando até atingir cerca de 8% em 2002 para reiniciar a subida (IBGE, 2021). O segundo movimento de aumento da participação das importações, contudo, já não se trata de algo conjuntural - como o período de 1994 até 1999 - , mas das características orgânicas do padrão de reprodução do capital.

Os dados da tabela 2.3 apontam que as importações tiveram um comportamento diverso das exportações. Sua concentração manteve um nível similar durante todo o período. Mesmo quando tomadas apenas as duas pontas da tabela, a diferença entre o peso dos dez maiores itens é de apenas 4 pontos percentuais. O índice de Gini das importações se elevou entre 1997 e 2001

⁷⁸ Ver a relação entre a industrialização latino-americana e o consumo de luxo em Marini (1979)

e, após esse período, se mantém no mesmo nível. A principal importância reside numa mudança do seu perfil. Se no padrão anterior as importações estavam vinculadas essencialmente ao consumo de luxo, neste padrão elas passam a desempenhar papel mais relevante também nas demais compras, seja dos valores de uso geralmente consumidos por trabalhadores ou do consumo interindustrial. Isso faz com que, por exemplo, os veículos deixem de figurar entre as principais mercadorias importadas, enquanto as partes e peças dos automóveis mantenham-se na quarta colocação⁷⁹ (COMEXSTAT, 2021).

Não há abundância de estatísticas sobre o consumo por classes sociais⁸⁰. Por este motivo, temos de observar os comportamentos agregados do consumo interno e realizar alguns comentários teóricos sobre o tema. Em seu estudo, Montanha (2019) estimou os coeficientes de importação para os agregados macroeconômicos que formam a demanda. Para todos eles - consumo das famílias, investimento, demanda final e exportações⁸¹ - o autor identificou o aumento dos coeficientes de importação para o período que vai de 1995 até 2014. O autor encontra um aumento de 60% na exposição do consumo das famílias aos produtos importados no mesmo íterim (MONTANHA, 2019, p. 62, tabela 7) e destaca o papel cumprido pelos bens intermediários nesse processo, cujo coeficiente se eleva em mais de 80%⁸².

Há que reafirmar que estas estatísticas se referem ao consumo total dos "sujeitos" abstratos diluídos no conceito de famílias. Ou seja, as diferenças que marcam as classes sociais estão apagadas destas estatísticas. Contudo, a experiência vivida no dia-a-dia e algumas evidências que serão mostradas em seguida permitem que se esbocem algumas hipóteses para interpretar estes fatos. O consumo suntuário no Brasil esteve historicamente vinculado ao comércio de importação enquanto que o consumo popular não. Por essa razão pode-se acreditar que havia mais espaço para o crescimento da penetração das importações no consumo popular do que no consumo suntuário. Com isso não se quer dizer, o que certamente seria um absurdo, que não haja aumentado a participação dos bens estrangeiros no consumo suntuário; antes queremos dizer que o aumento das importações no consumo não poderia se dar *apenas* no

⁷⁹ Não para o ano de 2020 em função da pandemia. Mas em 2019 elas representam os mesmos 3% que representavam em 1997.

⁸⁰ A maior parte das estatísticas sobre "classes" se limita a "classes de renda" e não classes sociais. Conhecemos apenas os trabalhos de Barcellos (2014), Barcellos e Borges (2016) e Borges e Barcellos (2021) que buscam superar essa limitação.

⁸¹ Os aumentos dos coeficientes de importação das demais rubricas são 54% para a demanda final, 43% para o investimento e 62% para as exportações. É importante notar que o investimento possui o maior coeficiente de importação entre todos os componentes da demanda. Numa aproximação pode-se dizer que mais de um em cada cinco reais gastos na formação bruta de capital se destina a compras no exterior (MONTANHA, 2019).

⁸² "Avaliando o consumo das famílias, entre meados dos anos 90 e dos 2000, o aumento da intensidade importadora é determinado pela forte expansão dos bens intermediários" (MONTANHA, 2019, p. 61)

consumo suntuário e que, por isso, elevou sua participação também no consumo popular. As evidências colhidas por Borges e Barcellos (2021) apontam nesta direção. Os autores encontraram um aumento de 68% no coeficiente de importação do consumo da classe trabalhadora entre 2003 e 2018.

A dinâmica da formação dos preços na economia brasileira, neste novo padrão de reprodução do capital, tem uma alteração qualitativa. Isso não ocorre apenas porque as mercadorias estrangeiras de fato entram em circulação no território nacional, mas por que elas podem entrar. Alteram-se, com isso, os preços reguladores dos mercados nacionais⁸³. De acordo com Shaikh (2016), esta posição desfavorável leva à redução da velocidade de expansão dos capitais - e não sua sumária eliminação do mercado - que redundará numa perda progressiva da parte do mercado ocupada pelas mercadorias produzidas por esses capitais. Tal comportamento é condizente com a história recente do Brasil, ainda mais se levamos em conta as considerações de Marx a respeito do comportamento deste tipo de mercado em momentos de debilidade da demanda⁸⁴, como a crise que se arrasta desde 2014.

Esse fato coloca uma questão nova para o ciclo do capital na economia brasileira. Estamos diante de uma situação em que o valor da força de trabalho pode se alterar por razões externas - como uma deflação mundial ou políticas cambiais adotadas por outros países. Em seus estudos sobre a taxa de mais-valor no Brasil, Aruto (2019) percebe que os valores de uso comumente importados consumidos pelos trabalhadores, e que compõem o valor da força de trabalho, tem a elevação do preço inferior ao aumento da renda dos trabalhadores. Isto é, reduziu-se o seu preço em termos de tempo de trabalho⁸⁵. Segundo este autor,

percebe-se que no subperíodo de auge do crescimento [2006-2011], o aumento real dos salários médio e mediano foi possível, pois alguns itens ou classe de itens tiveram uma evolução menor no nível de preços, principalmente aqueles estimulados pela abertura econômica ou pela política econômica heterodoxa: aparelhos eletroeletrônicos (- 9,5%) veículo próprio (+ 3%), comunicação (+ 3,8%), combustíveis e energia (+ 10,6%) (ARUTO, 2019, p. 155-6).

⁸³ "Suponhamos, por fim, que a massa de mercadorias produzidas sob condições mais favoráveis que as condições médias supere significativamente a massa produzida sob condições desfavoráveis e constitua ela mesma uma grandeza significativa em comparação com a produzida sob condições médias: nesse caso, a parte produzida sob condições melhores regula o valor de mercado" (MARX, 2017, p. 217).

⁸⁴ "Se a demanda for fraca em relação à oferta, então a parte favoravelmente situada, qualquer que seja a sua grandeza, ocupará violentamente espaço por meio da redução de seu preço a seu valor individual" (MARX, 2017, p. 219).

⁸⁵ "No caso da atual conjuntura do PRCEEP [Padrão de Reprodução do Capital Exportador de Especialização Produtiva] no Brasil, o menor valor dos bens-salários está associado ao aumento no volume de bens importados (intermediários e bens finais) como traço típico de extroversão comercial e financeira do PRCEEP o que foi ampliado pela sobrevalorização cambial coincidente com o ciclo de commodities" (ARUTO, 2019, p. 155).

O comércio exterior passa a se colocar como uma forma de reduzir o valor da força de trabalho e, com isso, elevar o mais-valor extraído dos trabalhadores pela via relativa⁸⁶.

Por essa razão, o valor da força de trabalho pode ficar mais sensível às variações cambiais. Outra questão é que este vazamento de demanda da esfera baixa leva a uma menor complementaridade entre o desenvolvimento da classe trabalhadora e o desenvolvimento da indústria nacional⁸⁷. Assim, radicaliza-se ainda mais a contradição que divorcia a necessidade de consumo das massas e o aparelho produtivo nacional e quaisquer chances de um capitalismo baseado no consumo popular numa economia dependente se tornam ainda mais fantasiosas.

Em linhas gerais, uma análise da segunda circulação - em que ocorre a venda das mercadorias produzidas - demonstra que neste padrão de reprodução a venda da produção nacional depende mais das exportações ao passo que a reprodução tanto do capital constante como do capital variável dependem mais das importações. Há, portanto, uma maior extroversão do ciclo do capital.

É também nessa etapa que se processa o fenômeno da transferência de valor. Se, como notamos no início desta seção, as entradas de capital estrangeiro tem sua importância majorada na origem do capital-dinheiro, é de se esperar que também se elevem as transferências ao exterior que tais capitais fazem *jus*. Este fato pode ser suportado pelas evidências colhidas por Breda (2020).

Em seu estudo sobre a transferência de valor no Brasil, Breda propõe a divisão das transferências de valor de acordo com dois tipos: propriedade do capital (visíveis) e intercâmbio desigual (invisíveis). As transferências de valor por propriedade de capital são aquelas contabilizadas no balanço de pagamento e não possuem maiores mistérios. As transferências via intercâmbio desigual, contudo, são "invisíveis" à contabilidade burguesa e exigem que o autor as estime com base em modelo próprio.

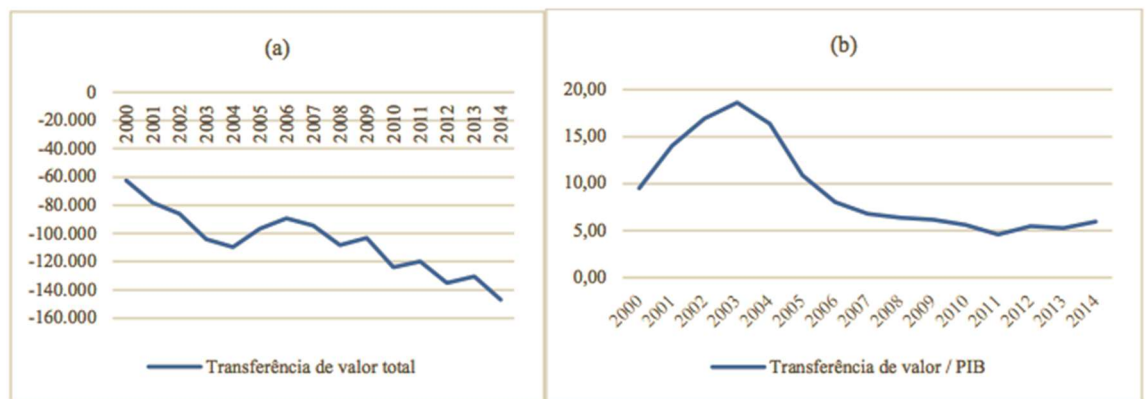
Segundo suas estimativas para o período entre 2000 e 2014, as transferências crescem de cerca de 60 bilhões de dólares em 2000 (cerca de 10% do PIB) para 146 bilhões de dólares no último ano da série (cerca de 6% do PIB). É importante notar que as transferências por propriedade do capital se mantêm relativamente estáveis, em percentual do PIB, durante todo o

⁸⁶ "Verifica-se uma redução sistemática do valor dos bens-salários, ou seja a relação entre o aumento do preço do conjunto de mercadorias que compõe o INPC foi menor do que o aumento de E [expressão monetária do valor]. Assim, a *tendência* em termos de valor foi de uma queda significativa das mercadorias que compõem o bem-salário. A magnitude da queda foi tanta que superou a elevação do custo salarial real. [...] outra conclusão a que se chega é que a elevação da taxa de mais-valor nesse período parece estar mais associada a um aumento do mais-valor relativo" (ARUTO, 2019, p. 152, cursivas no original).

⁸⁷ Essa questão é mais observada pela literatura, principalmente pelos economistas heterodoxos. Um exemplo pode ser encontrado em Saad-Filho e Morais (2018).

período: entre 3% e 4%. Cabe, portanto, à transferência de valor que ocorre em razão da distribuição do mais-valor explicar as flutuações observadas. Como se vê no gráfico 2.7, que expõe os resultados de Breda (2020), a elevação dos preços das principais *commodities* reduz as transferências de valor - sem anulá-las - enquanto participação do PIB. Não teríamos condições de fazer maiores afirmações sobre o papel da transferência de valor neste ciclo do capital em razão do limite temporal abordado pelo autor. Contudo, a análise das transferências visíveis demonstra que o período se inicia em 1995 com valores muito mais modestos, em cerca de 2% do PIB (BCB, 2021)⁸⁸, sugerindo a tendência de elevação da transferência de valor como proporção do PIB durante todo o período.

Gráfico 2.7 - Transferência de valor total líquida (US\$ milhões correntes e % do PIB)



Fonte: Breda (2020, p. 202)

Vemos assim que as transformações no ciclo do capital após o Plano Real foram de grande monta: na origem do capital dinheiro, cresce o papel do Investimento Estrangeiro Direto, enquanto na primeira fase da circulação se eleva a quantidade de trabalhadores contratados, assim como seus salários e o uso da importação para acessar bens de capital e bens intermediários. As condições da produção resultam numa elevação da taxa de exploração no período, com um primeiro subperíodo de elevação rápida desta taxa e um segundo com redução lenta assim como sua reorganização em favor dos setores agrários e mineiros. Por fim, na etapa de realização das mercadorias elevou-se tanto o papel das exportações quanto o peso dos produtos importados no consumo dos trabalhadores e a transferência de valor aos países centrais. Devemos nos atentar para seus efeitos sobre as frações de classe.

⁸⁸ São consideradas transferências visíveis de valor os resultados das balanças de serviços e de rendas. Para estimar este valor foram usadas as séries 23560, 23598, 23479 e 4386 do gerenciador de séries temporais do BCB.

2.2 - As frações burguesas sob o Plano Real

Uma vez expostas as principais características da acumulação de capital no Brasil, desde a consolidação da hegemonia do bloco neoliberal, compete agora analisarmos como essas determinações incidem sobre as classes sociais e suas relações. A primeira questão que se coloca é como fazer isso.

Há inúmeros trabalhos que optam pela pesquisa em documentos publicados por organismos das classes dominantes dedicados a expressar seus anseios. Indiquemos, apenas para fins de exemplificação, que podem ser encontrados estudos nesta toada sobre políticas sociais (RIBEIRO, 2020), educação (SEKI, 2014), ciência política (BOITO JÚNIOR, 1998) e relações internacionais (BERRINGER, 2014). Essa linha de pesquisa é muito influenciada pelo grupo de pesquisa Cemarx, da Unicamp. Há mesmo quem defina esta metodologia como um dos eixos que caracteriza a "Escola de Campinas" da ciência política (BERRINGER, 2020).

Sem menosprezar aquela alternativa, decidimos tomar outro rumo. A análise dos discursos presentes nos documentos parece ser mais útil para identificar as intenções e ações das classes na conjuntura. Esta metodologia é, na verdade, muito utilizada para identificar a inter-relação entre os agentes privados e o Estado, na forma como se constrói a hegemonia, verificando os interesses atendidos e preteridos. Em suma, essa metodologia dá muita atenção ao *processo* de tomada de decisão, que não é nosso maior interesse neste momento. O interesse de nossa pesquisa é o *resultado*. E há uma forma bastante simples de verificar o atendimento dos interesses dos setores burgueses: o lucro reportado aos acionistas.

É nesse sentido que propomos uma metodologia baseada em Pinto (2010) para identificar a relação de força entre os setores burgueses no Brasil. Repassemos então a proposta desse autor.

Eduardo Costa Pinto faz uso dos dados publicados pela Gazeta Mercantil sobre o resultado dos grupos econômicos para avaliar o que chama de "núcleo duro" do capitalismo brasileiro. A ideia de usar esses dados se baseia na compreensão de que os dados informados aos acionistas revelavam (são *proxies*) relações sociais chave no processo de dominação. O autor nos informa que

o banco de dados foi configurado a partir das seguintes variáveis: patrimônio líquido, receita operacional líquida, lucro líquido e rentabilidade do patrimônio ($\text{Lucro Líquido} / \text{Patrimônio Líquido} = \text{retorno sobre o capital (taxa de lucro)}$). Estas variáveis são importantes elementos para identificar a evolução do estoque e do fluxo de riqueza ao longo do tempo. Ou seja, quais frações de classe aumentaram o seu poder econômico (estoque de riqueza – patrimônio líquido) por meio da expansão dos seus mercados (receita operacional líquida) e, conseqüentemente, dos seus fluxos de riquezas (lucro líquido) (PINTO, 2010, p. 88).

Pois bem. Eis que as variáveis e os bancos de dados são capazes de mostrar a evolução do poder econômico - o resultado já-determinado a que nos referimos acima - que expressa o exercício do poder político e social das frações de classe. Uma questão que se coloca, em seguida, é como relacionar as empresas e grupos econômicos de cujas informações possuímos às frações de classe para, enfim, poder abstrair as empresas específicas e se referir ao seu conjunto. A escolha adotada por Pinto é classificar os grupos econômicos de acordo com o seu principal setor de atividade e origem do capital. A origem do capital identifica o capital privado nacional, multinacional e estatal. O agrupamento dos setores de atividade respeita a seguinte lógica:

A classificação por setor de atividade foi estruturada em cinco classes, a saber: Agronegócio (AG), Construção Civil (CC), Indústria, Serviços e Setor Financeiro (SF). A classe Indústria foi dividida em três subclasses, a saber: Indústria de Commodities (IC) intensiva em capital, Indústria Difusora de Tecnologia (ID) e Indústria Tradicional (IT); ao passo que a classe Serviços foi dividida em duas subclasses, a saber: Serviços de infraestrutura (SI) e Outros Serviços (SO) (PINTO, 2010, p. 90).

Após esta primeira classificação, Pinto vincula estes setores a frações da classe dominante. A tabela 2.5, abaixo, sintetiza sua metodologia.

Tabela 2.5 - Classificação setorial adotada por Pinto (2010) para o principal setor de atividade dos grupos econômicos

Geral	Setores		Principais Gêneros	Fração da classe dominante
Setor não-Financeiro	AG	AG Agronegócio, pecuária e indústria intensiva em recursos naturais	Agricultura Alimentos Bebidas Cana/Açúcar/Álcool Fumo Madeiras e Movéis Pecuária	Grande burguesia nacional e internacional do agronegócio (forte orientação para o mercado externo)
	CC	CC Construção Civil	Construção	Grande burguesia nacional
	I	IC - Indústria de Commodities intensiva em capital	Celulose e Papel Metalurgia e Siderurgia Materiais de Construção Mineração Petróleo, Gás e Refino Química e Petroquímica	Grande burguesia industrial e SPE* (forte orientação para o mercado externo)
		ID - Indústria Difusora de Tecnologia (Intesivos em Tecnologia)	Equipamentos Eletro-eletrônicos Farmacêuticos Maquinário Material de Transporte	Grande burguesia industrial interna(nacional) e internacional (forte orientação para o mercado interno)
		IT - Indústria Tradicional (Intensiva em mão-de-obra)	Borracha e Plásticos Higiene e limpeza Impressão e Edição Têxtil, Vestuário e Calçados	Grande burguesia interna industrial (forte orientação para o mercado interno)
	S	SI Serviços de Infra-estrutura	Distribuição de Gás e Água Geração e Distribuição de Energia Elétrica Saneamento Telecomunicações	Grande burguesia nacional e internacional e SPE* (forte orientação para o mercado interno)
SO Outros Seviços		Comércio Atacadista Comércio Exterior Comércio Varejista Propaganda, Rádio e Televisão (Comunicação) Serviços Especializados	Grande burguesia comercial nacional (forte orientação para o mercado interno)	
Setor Financeiro	SF	SF Setor Financeiro	Bancos Corretoras de Valores Seguro	Grande burguesia bancária-financeira nacional e internacional

Nota: * SPE – Setor produtivo estatal⁴⁴

Fonte: Pinto (2010, p. 88).

Como se vê, o "fracionamento" sugerido por Pinto, e na verdade por toda tradição poulantziana no Brasil⁸⁹, é estranho à TMD. Dois são os motivos que nos levam a reparar a relação entre setores e frações proposta por ele.

Em primeiro lugar porque a divisão adotada por essa tradição - burguesia compradora, nacional e interna - nada informa sobre a inter-relação entre as classes e - o principal - suas contradições e seu dever. Afirmar sobre como os esquemas de fracionamento se entrecruzam na prática política das classes sociais não faz mais do que afirmar a não-pureza e o caráter vivo, pulsante, da realidade concreta - o que é em alguma medida uma tautologia. A tradição da TMD, antes de declarar o caráter interno ou comprador da burguesia industrial ou agrária, assinalou

⁸⁹ Como por exemplo Décio Saes (2000) e Armando Boito Júnior (1998; 2018).

sua necessidade recíproca e as contradições de seu desenvolvimento. A burguesia industrial latino-americana, em razão da sua incapacidade material de produzir o que a caracteriza enquanto classe - meios de produção - precisava que a burguesia agrária se desenvolvesse no ritmo adequado para não lhe limitar suas possibilidades de acumulação. O desenvolvimento da produção industrial que se volta para o mercado interno requer a expansão do setor exportador para permitir a importação de máquinas, equipamentos e - neste padrão de reprodução, como mostramos acima - bens intermediários e de consumo. A TMD lançou mão também das categorias de cooperação antagônica⁹⁰ (MARINI, 2012) e de hegemonia comprometida⁹¹ (BAMBIRRA, 2012) para analisar esta situação na década de 1970. A tradição poulantziana brasileira, por sua vez, parece enforçar menos sua abordagem nas necessidades recíprocas do que no caráter convergente ou antagônico dos interesses imediatos.

As frações miradas por Pinto também estão impregnadas pela tradição desenvolvimentista na separação estabelecida entre produção para o mercado interno e para exportação. A TMD percebe desde seu início que esta disjuntiva - que havia marcado as formações exportadoras do século XIX - se recoloca em nova forma com o processo de industrialização dependente. A partir de então, internaliza-se a cisão do ciclo do capital, que passa a opor o consumo de luxo e o consumo popular⁹².

⁹⁰ "A cooperação antagônica - que rege o processo de integração do capitalismo brasileiro à economia imperialista - se reproduz nas relações próprias da esfera política dominante: isso significa que a fusão entre a burguesia enquanto classe e a elite militar é o resultado para o qual se orientam as relações de poder [...]; significa também que naquela esfera se originam contradições internas que, mesmo sem colocar em xeque o processo em seus pontos essenciais, abrem constantemente fissuras na estrutura de dominação" (MARINI, 2012, p. 195-196). E também: "O pacto estabelecido entre a burguesia agroexportadora e a burguesia industrial expressava uma cooperação antagônica e não excluía, portanto, o conflito de interesses no interior da coalizão dominante. As divergências sobre a política cambial e de crédito, as tentativas constantes da burguesia industrial de canalizar para si o excedente gerado no setor exportador, e seu propósito de assegurar através do Estado o desenvolvimento dos setores básicos foram motivos de conflitos interburgueses constantes, que se manifestaram numa instabilidade política superficial, sem nunca colocar em xeque, de fato, as próprias bases do poder" (MARINI, 2012, p. 57).

⁹¹ "E, embora o desenvolvimento da indústria nos países periféricos questione e abra caminhos para a superação da divisão internacional do trabalho, a indústria necessita do setor exportador como condição para a realização de seu próprio processo" (BAMBIRRA, 2012, p. 77). E também "Os interesses oligárquicos e industriais, mesmo mantendo suas especificidades, se mesclam e se complementam, tendo como resultado, no plano econômico e político-social, uma série de conflitos que não ocultam seus antagonismos, mas que limitam a uma situação de compromisso, que constitui a bases sobre a qual se assenta o sistema oligárquico-burguês nesses países" (BAMBIRRA, 2012, p. 79-80). "A oligarquia não se encontra, portanto, definitivamente liquidada; mantém seus privilégios básicos, mas abre as portas do sistema de dominação para a burguesia industrial. Desse processo surge um sistema de dominação mais complexo e impuro: a dominação burguesa-oligárquica. É necessário compreender que, ainda que a burguesia industrial alcance a hegemonia econômico-social sobre todo o processo de desenvolvimento que ocorre a partir de sua 'revolução burguesa', trata-se de uma hegemonia comprometida. E é esta hegemonia burguesa comprometida que define o caráter e o modo de funcionamento do capitalismo dependente nesses países da América Latina, e define também suas possibilidades e limites." (BAMBIRRA, 2012, p. 91-92).

⁹² "A diversificação econômica é acompanhada, portanto, de uma complexidade cada vez maior nas relações sociais, que contrapõe, em primeiro plano, os setores de mercado interno aos de mercado externo e, em

Apesar destes limites, a metodologia proposta por Pinto (2010) possui as vantagens de relacionar as classes sociais com as mercadorias levadas ao mercado, resgatando a importância de articular os aspectos concretos - seus valores de uso - e abstratos - a magnitude dos valores - das mercadorias com as classes sociais. Esta via, ao colocar as relações sociais estabelecidas no mercado no centro da análise, permite articular as dimensões econômica, política e social.

A análise de Pinto (2010) se deu para o período entre 1995 e 2007 utilizando-se da base de dados da Gazeta Mercantil. Contudo, conforme notado pelo próprio autor, "a revista Gazeta Mercantil faliu, com isso, o suplemento Balanço Anual deixou de ser produzido a partir de 2009" (PINTO, 2010, p. 87). Este motivo impede a mera extensão de sua metodologia e exige o uso de outra fonte de dados⁹³.

A proposta deve ser adaptada para se adequar a uma nova base de dados: o Valor 1000. O Valor 1000⁹⁴ é um prêmio organizado anualmente pelo Jornal Valor Econômico desde 2001 - com dados referentes a 2000 - e apresenta os principais dados financeiros dos participantes. As quatro variáveis analisadas por Pinto estão presentes nos dados do Valor⁹⁵.

A primeira questão que deve ser respondida diz respeito à comparabilidade dos dados presentes nas duas bases. Há um período em que as duas bases de dados se sobrepõem, entre os anos de 2000 e 2007. Logo, esse período pode ser utilizado para verificar a compatibilidade entre as duas bases de dados, assim como eventuais discrepâncias. Este tipo de apuração se faz necessário em função das diferenças metodológicas entre as duas fontes: enquanto a Gazeta Mercantil fornecia informações sobre grupos econômicos, o Valor dá dados para empresas. A situação se complica ainda mais já que o Valor publica informações de alguns balanços individuais de empresas e outros balanços consolidados de grupos econômicos. Além disso, a Gazeta reúne dados de 250 grupos enquanto o Valor agrega dados de cerca de 1000 empresas⁹⁶. Uma última diferença é que enquanto a Gazeta organizava informações sobre os setores financeiros e não-financeiros, o Valor 1000 se limitava ao último. Para garantir a compatibilidade dos números, removemos os dados do setor financeiro da base de dados da Gazeta que serão apresentados abaixo.

seguida, no coração de ambos os setores, contrapõe os grupos sociais que os constituem" (MARINI, 2012[1969], p. 113).

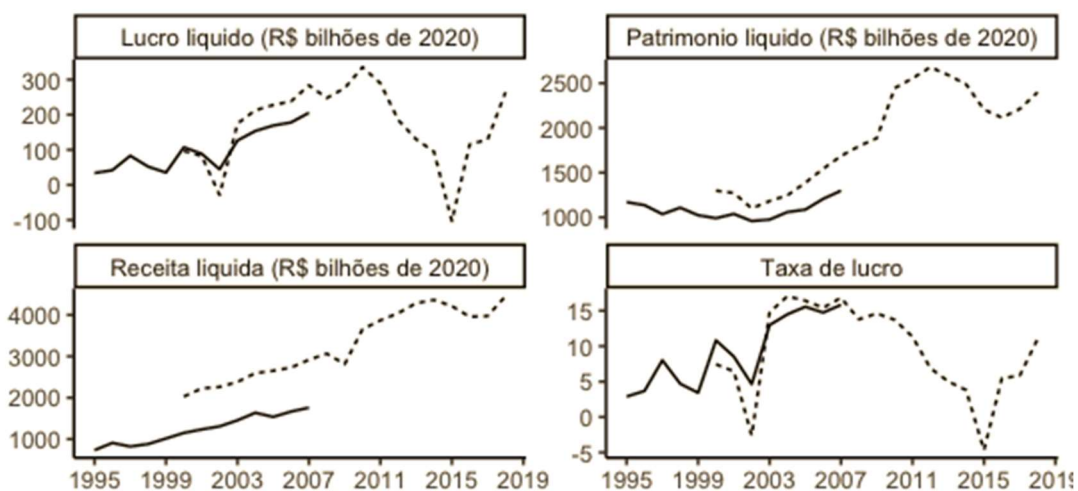
⁹³ Entramos em contato com o autor da tese e solicitamos acesso à base de dados da Gazeta Mercantil, que nos foi prontamente fornecida, de modo que deixamos a Pinto nosso expresso agradecimento.

⁹⁴ Disponível em: <<https://especial.valor.com.br/valor1000/2020>>

⁹⁵ Os dados foram fornecidos pela equipe do jornal ao pesquisador Jonathan Henri Sebastião Jaumont, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UERJ, que os compartilhou conosco. Deixamos registrado nosso agradecimento.

⁹⁶ No ano de 2019, referente ao ano contábil de 2018, o Valor 1000 tem dados de 1066 empresas.

Gráfico 2.8 - Lucro líquido, patrimônio líquido, receita líquida e taxa de lucro. Total dos setores não-financeiros.



Fonte — gazeta valor

Fonte: Elaboração própria com dados de Gazeta (2007) e Valor (2020).

Para tanto elaboramos o gráfico 2.8, que expõe a evolução das variáveis indicadas por Pinto para todo o período, de acordo com a fonte de informação. Como se pode ver acima, durante o período em que há informações em ambas as bases de dados, os números para a soma do lucro líquido, do patrimônio líquido, da receita líquida e a taxa média de lucro são extremamente parecidos. Mesmo nos casos em que informações divergem, ambas as bases de dados demonstram as mesmas dinâmicas.

Outras estimativas de taxa de lucro no período, parecem também corroborar estas estimativas. Pinto et al (2019), utilizando dados contábeis, estimam uma taxa média de 10,1% para o período entre 2007 e 2010 e de 5,3% para o período entre 2011 e 2014; nossas estimativas para esses períodos são, respectivamente, 14,7% e 6,8%. Utilizando variáveis macroeconômicas, Theodosio (2019) chega a valores em nível diferente, mais próximos dos 30%, mas o movimento por ele descrito também coincide com nossas estatísticas: crescimento entre 2000 e 2008 e queda após 2010 - Marquetti, Hoff e Miebach (2016) encontraram valores semelhantes. No mesmo trabalho também estima a taxa de lucro baseado em dados contábeis de 25 empresas e estima valores parecidos com os nossos (THEODOSIO, 2019, p. 111).

A segunda questão que se impõe é ajustar a relação entre setores de atividades aos quais os capitais estão vinculados aos setores propostos por Pinto (2010). Isso se faz necessário porque os nomes dos setores nas bases de dados não são sempre os mesmos - na verdade os nomes dos setores se alteram entre os anos na base do Valor 1000. A relação entre os nomes

dos setores que constavam na base de dados do Valor e os grupos propostos por Pinto (AG, CC, IC, ID, IT, SO e SI) foi realizada usando a tabela que compõe o Apêndice I. Como se verá abaixo, a agrupação proposta foi capaz de manter a similaridade com os resultados de Pinto para o período em que as bases se sobrepõem.

Convém ainda registrar que a base de dados é bastante significativa. A medida usada por Pinto (2010, p. 92) para estimar a relevância das empresas na economia brasileira é a razão entre a soma da receita líquida de todas as empresas da base de dados e o valor bruto da produção descontados os impostos sobre a produção. As empresas do Valor 1000 representam cerca de 30% daquela grandeza entre 2000 e 2008 e, após 2010, atingem cerca de 35%. A base de dados utilizada por Pinto representava entre 35% e 48%, a depender do ano, mas incluía as empresas financeiras.

Após estes ajustes metodológicos replicamos a metodologia para os dados do Valor 1000. Os gráficos 2.8, 2.9 e 2.10 apresentam a evolução histórica das variáveis-chave, deflacionadas pelo IPCA para valores de dezembro de 2020, para todo o período analisado. O primeiro gráfico expõe os dados do agronegócio (AG) e da indústria das *commodities* (IC), o segundo exhibe dados da construção civil (CC), da indústria difusora de tecnologia (ID) e da indústria tradicional (IT) e o terceiro gráfico apresenta dados dos setores relacionados aos serviços: serviços de infraestrutura (SI) e outros serviços (SO). Em todos os gráficos a taxa de lucro média é apresentada em linhas pretas, permitindo sua comparação com a taxa de lucro dos setores. Todos os valores que serão apresentados a seguir referir-se-ão a Reais de dezembro de 2020, sua omissão no texto visa tão somente evitar repetições desnecessárias.

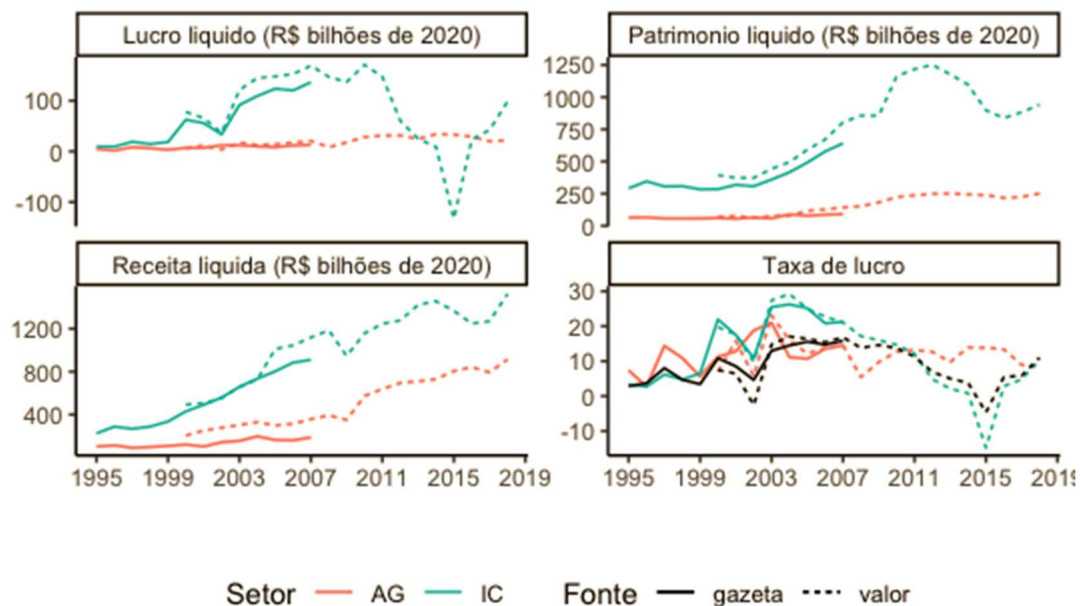
A análise dos dados do gráfico 2.8 revela a importância assumida pelo setor de indústria de *commodities* (IC) na economia brasileira. Mesmo quando seu desempenho é comparado com o agronegócio - outro setor bastante beneficiado no período em que analisamos - sua exuberância salta à vista. Para fins de comparação, o lucro líquido do setor era cerca de duas vezes o lucro líquido do agronegócio em 1995 (R\$ 4,7 bilhão x R\$ 9,6 bilhões); em 2018 o múltiplo é de quase cinco (R\$ 21,8 bilhões x R\$ 98,2 bilhões).

O desempenho do agronegócio e da IC também pode ser conferido no avanço praticamente ininterrupto do seu patrimônio líquido, que salta de R\$ 291 bilhões para R\$ 941 bilhões (IC) e de R\$ 63,6 bilhões para R\$ 251 bilhões (AG) entre 1995 e 2018. Na metodologia aqui esposta o Patrimônio Líquido serve como medida do poder social de setores da classe dominante, uma vez que sua acumulação é medida para concentração dos meios de produção e decorre de lucros em sucessivos exercícios financeiros (PINTO, 2010). Por este motivo, parece interessante notar que a maior cota de poder foi detida por ambas no ano de 2012, quando o

Patrimônio Líquido do AG somava 251 bilhões e da IC tinha monta de 1.251 bilhões. A partir daquele ano há uma tendência à redução que se reverte em 2017 e permite ao agronegócio recuperar aquele nível máximo em 2018 enquanto a IC recupera apenas parcialmente o patrimônio perdido.

Quanto à receita líquida, limitaremos nossos comentários ao fato de que, salvo pequenas exceções rapidamente superadas, seu crescimento é contínuo durante todo o período.

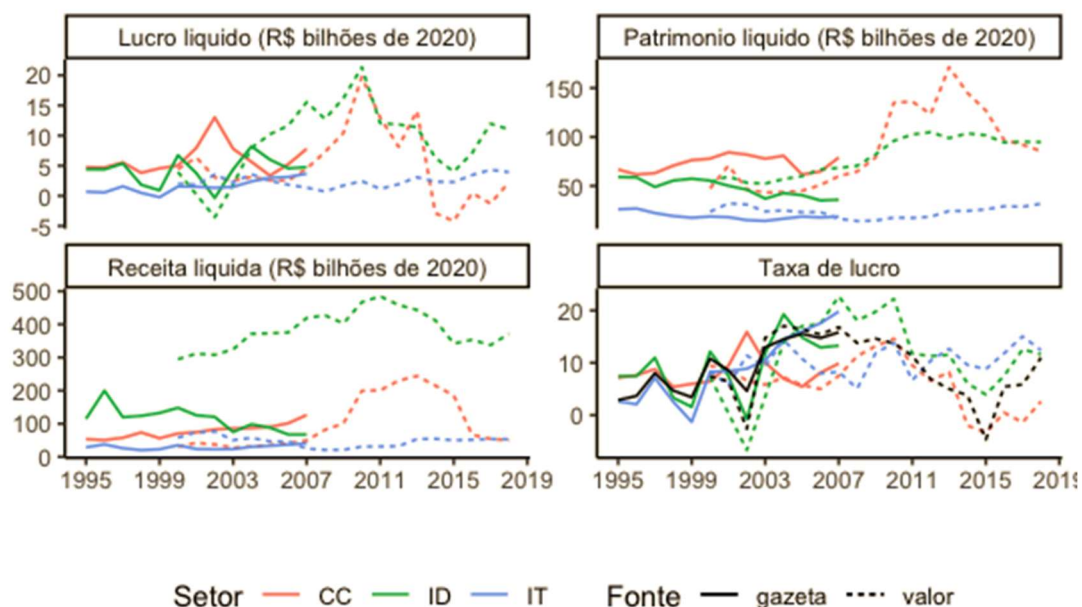
Gráfico 2.9 - Lucro líquido, patrimônio líquido, receita líquida e taxa de lucro. Agronegócio e Indústria das Commodities.



Fonte: Elaboração própria com base em Pinto (2010), Gazeta (2007) e Valor (2020).

Há um fato importante na análise da taxa de lucro destes setores. Durante a maior parte do período a taxa de lucro em AG e IC é maior do que a taxa de lucro média. Por isso, são setores que atraem capitais e novos investimentos no processo de equalização da taxa de lucro (SHAIKH, 2016). Contudo, como os preços das mercadorias produzidas por esses capitais estão determinados pelo mercado mundial, pelas necessidades destes valores de uso e pelas piores condições de produção necessárias para atender aquelas necessidades (MARX, 2017), sua taxa de lucro não se reduz de imediato. Na base de dados da Gazeta, o setor de IC apresenta uma taxa de lucro superior à taxa média de lucro em 11 dos 13 anos, enquanto AG o faz em 8 anos. Nos dados do Valor, IC tem lucro extraordinário em 12 dos 19 anos e AG em 10 anos. A maior parte dos anos em que IC não tem lucro extraordinário se dá após 2011, ao passo que entre 2004 e 2010 o agronegócio teve lucro inferior ao lucro médio em ambas as bases de dados.

Gráfico 2.10 - Lucro líquido, patrimônio líquido, receita líquida e taxa de lucro. Construção Civil, Indústria Difusora de Tecnologia e Indústria Tradicional



Fonte: Elaboração própria com base em Pinto (2010), Gazeta (2007) e Valor (2020).

O gráfico 2.10 apresenta os dados para os setores da construção civil (CC), indústria difusora de tecnologia (ID) e indústria tradicional (IT). Aqui já se pode observar que durante o padrão de reprodução do capital vigente a indústria não viveu o mesmo céu que os setores vinculados à renda da terra. Os lucros líquidos passam de R\$ 4,8 bilhões a R\$ 2,2 bilhões para CC, de R\$ 4,4 bilhões a R\$ 11 bilhões para ID e de R\$ 684 milhões a R\$ 3,9 bilhões para IT. A queda dos lucros da construção civil são majoradas pelo fato de que a Odebrecht deixa a base de dados do Valor após 2016; contudo, como se vê no gráfico, não se pode creditar a redução nos lucros do setor apenas à saída da principal construtora da base de dados, pois estes vinham declinando desde 2010 e passam para o terreno do prejuízo a partir de 2014. A indústria difusora de tecnologia - composta por setores como eletroeletrônica, farmacêutica, automobilística, etc., por seu turno, apresenta um caminho parecido em que, após um período vegetativo que vai até 2002, seus lucros passam a aumentar constantemente até 2010, quando atingem o pico e iniciam uma redução gradual. A magnitude dessa queda, contudo, é muito menos abrupta do que a queda experimentada pela construção civil. Por fim, a indústria tradicional - que inclui setores como brinquedos, têxtil, vestuário, higiene, etc - apresenta um comportamento mais errático, porém ascendente. Seus lucros no período quase sextuplicam e revelam sua adequação ao atual padrão de reprodução do capital - seja importando muitos dos componentes usados ou mesmo o produto acabado.

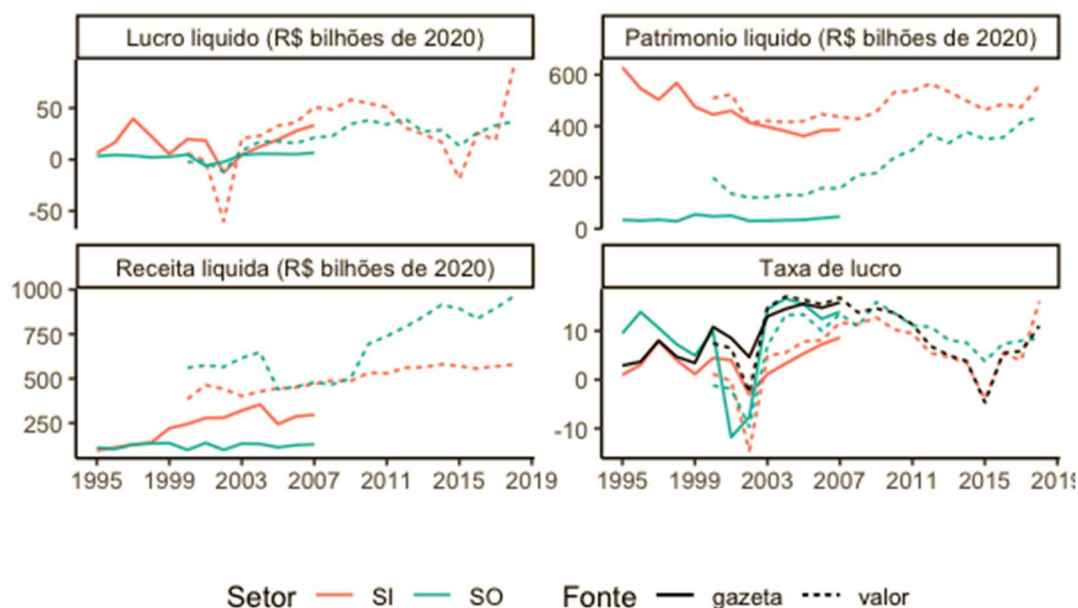
A análise do patrimônio líquido dos mesmos setores revela importantes aspectos sobre a repartição do poder entre 1995 até os dias de hoje. Em franca oposição com o comportamento dos lucros líquidos, o patrimônio líquido das indústrias tradicionais permanece praticamente estagnado durante todo o período (de R\$ 26 bilhões para R\$ 32 bilhões). A indústria difusora viu seu patrimônio líquido crescer de R\$ 59 bilhões em 1995 para R\$ 95 bilhões em 2018, enquanto na mesma janela temporal ele passa de R\$ 67 bilhões para R\$ 85 bilhões no caso da construção civil. O interessante aqui é notar que o patrimônio líquido como índice de poder denota o subperíodo entre 2010 e 2016 em que a construção civil teve maior poder do que a indústria difusora de tecnologia.

A análise da taxa de lucro dos mesmos setores revela uma dinâmica mais conflitiva no processo de formação da taxa média de lucro. Não há mais, como no gráfico anterior, setores cuja taxa se situa durante largo período muito acima da taxa média. Na base de dados da Gazeta, todos os setores têm taxa de lucro inferior à média na maioria dos anos. Já na base do Valor, a construção civil tem taxa de lucro inferior à média em 13 dos 19 anos contra 5 anos para a indústria difusora de tecnologia e 9 para a indústria tradicional. Isto é, a construção civil e a indústria tradicional são setores que participam ativamente do processo de formação da taxa média de lucro e sua taxa se situa ora acima, ora abaixo dela. A situação é diferente para a indústria difusora de tecnologia que parece cristalizar o lucro extraordinário - diga-se de passagem, em linha com as análises de Marini (1979). Aqui pode parecer haver um paradoxo, as "indústrias" dinâmicas tem lucro extraordinário num número de anos maior do que as indústrias das *commodities* nas últimas décadas. Ocorre, contudo, que a diferença para a taxa média de lucro é muito maior no caso das *commodities* do que dos bens industriais. Por exemplo, no ano de 2000, na base de dados da Gazeta, enquanto a ID guardava uma distância de 1,3 ponto percentual para a taxa média de lucro, a IC mantinha 11,1 pontos percentuais de vantagem. Por isso, o impacto do lucro extraordinário - sob a forma da renda da terra - é maior no setor de IC, não obstante haver operado num número menor de anos.

Os últimos setores analisados pela metodologia são aqueles vinculados aos serviços e suas estatísticas são expostas no gráfico 2.11. O setor de serviços de infraestrutura - que inclui atividades como oferta de energia elétrica, abastecimento de água, telecomunicações, etc - possui um elevado patrimônio líquido. Na década de 1990 era o setor com maior patrimônio líquido e hoje só é superado pelo setor de IC. Apesar disso, ou precisamente por isso, como nos

ensina Marx (2017)⁹⁷, é um setor de baixa lucratividade. Sua taxa de lucro só ultrapassa a taxa média em dois anos em todo o período - na base de dados da gazeta não há sequer um ano com lucros extraordinários. Apesar da baixa taxa de lucro, o montante do capital envolvido faz com que sua massa de lucros seja bastante significativa: sai de um lucro líquido de R\$ 6,3 bilhões em 1995 para atingir R\$ 89 bilhões em 2018.

Gráfico 2.11 - Lucro líquido, patrimônio líquido, receita líquida e taxa de lucro. Serviços de Infraestrutura e Outros Serviços



Fonte: Elaboração própria com base em Pinto (2010), Gazeta (2007) e Valor (2020).

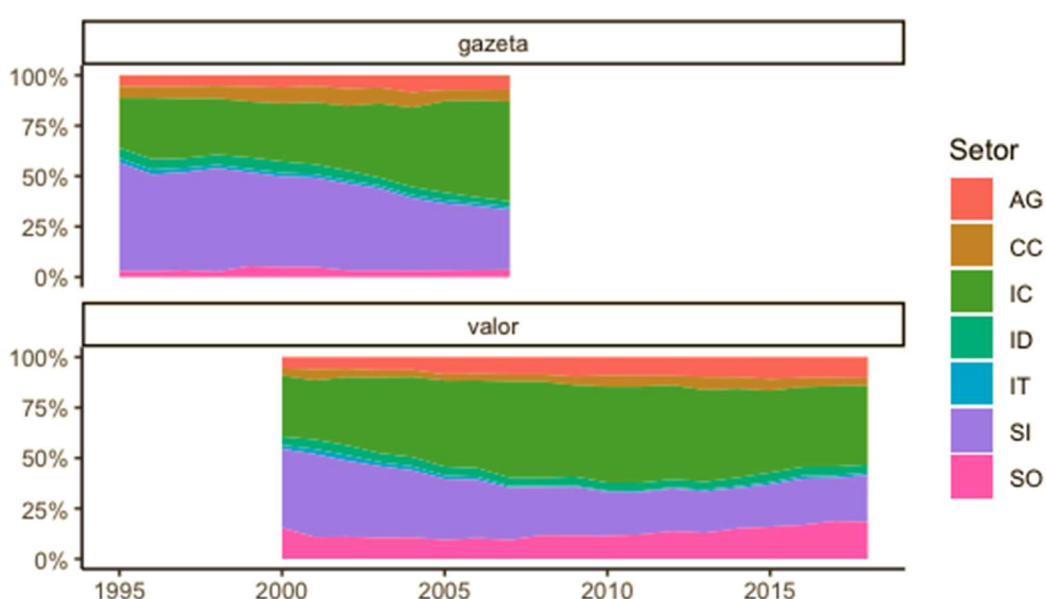
Os outros serviços - que agregam serviços diversos que vão desde serviços ambientais até comércio exterior passando por educação e logística - tem um comportamento ascendente em todos os indicadores. Seus lucros líquidos iniciam o período em R\$ 3,3 bilhões para atingir R\$ 37 bilhões ao final. Seu patrimônio líquido também tem expressiva acumulação deixando o patamar inicial de R\$ 34,7 bilhões para atingir R\$ 436 bilhões ao final do período e se tornar o terceiro setor com maior capital acumulado. Sua lucratividade, contudo, não é nada excepcional. De acordo com a base de dados da Gazeta supera o lucro médio em 7 dos 13 anos, enquanto nos dados do Valor só é capaz de se apropriar de lucro extraordinário em 7 dos 19 anos. Também há aqui um aparente paradoxo. Como pode um setor crescer tanto, seja na sua

⁹⁷ "Esses capitais, apesar de investidos em grandes empresas produtivas, depois de deduzidos todos os custos, geram apenas juros grandes ou pequenos, os chamados dividendos. Por exemplo, em ferrovias. Eles não entram, pois, na equalização da taxa geral de lucro, porquanto geram uma taxa de lucro menor que a taxa média. Se nele entrassem, essa taxa declinaria muito mais. Do ponto de vista teórico, eles poderiam ser incluídos nesse cálculo, o que geraria uma taxa de lucro menor que a aparentemente existente e que de fato vigora nas operações dos capitalistas, pois é *justo nessas empresas que o capital constante apresenta maiores proporções em relação ao capital variável*" (MARX, 2017, p. 279, grifo nosso)

massa de lucro ou na massa de capital que controla, com um desempenho tão medíocre? A resposta parece estar no fato de que este é um setor em que ocorrem novos arroubos do capital sobre esferas da vida as quais ainda não dominava, como os serviços de saúde ou educação (FONTES, 2010).

A evolução da participação de cada setor no total do patrimônio líquido pode ser visto no gráfico 2.12. Como já dissemos anteriormente, esse é um indicador do poder social exercido pelas classes dominantes vinculadas à produção destes valores de uso. Para facilitar sua análise pelo leitor, os dados de alguns anos selecionados são incluídos na tabela 2.6.

Gráfico 2.12 - Distribuição do patrimônio líquido, por ano, setor e fonte de informação



Fonte: Elaboração própria com base em Pinto (2010), Gazeta (2007) e Valor (2020).

Como se pode ver, no início do período a maior parte do patrimônio líquido (53,8 %) era detida por empresas e/ou grupos econômicos como telecomunicações e demais serviços de infraestrutura, bastante à frente dos demais setores, com destaque para as empresas e grupos produtores de *commodities*. Vejamos que esse tipo de organização dos meios de produção era condizente com o padrão de reprodução do capital anterior em que a hegemonia do capital industrial colocava a sua disposição serviços industriais subsidiados fornecidos mormente por empresas estatais⁹⁸. Essa é a estrutura do capitalismo brasileiro que a estratégia recolonizadora

⁹⁸ "É absurdo que o Estado disponha dos escassos recursos que arranca da população para reduzir os preços dos produtos de exportação, subsidiando os consumidores dos países ricos, ao mesmo tempo que diminui sua receita, ao fazer com que as empresas públicas pratiquem preços artificialmente baixos, seja para assegurar a taxa de lucros exigida pelos capitalistas que utilizam seus insumos, seja para rebaixar os preços dos bens de exportação" (MARINI, 1992b, p. 58).

busca destruir para levar a cabo sua dominação⁹⁹. Em 2018 sua participação no total era inferior a metade do valor inicial (23,3 %).

Em seu lugar cria uma formação social em que a maior parte dos meios de produção está dedicada à produção de bens padronizados para produção no mercado mundial: as *commodities*. Tanto a indústria das *commodities* quanto o agronegócio são os principais ganhadores do período. O primeiro eleva sua participação no patrimônio líquido de cerca de 25% para quase 40% , enquanto o agronegócio quase dobra sua participação inicial, que atinge 10,5% ao final do período.

Outro setor beneficiado com a transformação do padrão de reprodução do capital no Brasil foi o setor de outros serviços. Sua participação tem um peso maior na base de dados do Valor Econômico do que na da Gazeta. Isso em alguma medida reflete o caráter mais pulverizado dos capitais que se dedicam a este tipo de atividade - menos presentes entre os 250 maiores grupos. A comparação entre os anos de 2000 e 2007, presente em ambas as bases de dados, atesta isso: eram 4,9% do patrimônio líquido na base da Gazeta em 2000 contra 15,4% na base do Valor, no ano de 2007 são, respectivamente, 3,6% e 9,3%. As duas bases coincidem, portanto, em registrar a contração do setor no subperíodo. Seja como for, no mais conservador dos cenários - aquele que compara sua expansão na base do Valor entre 2000 e 2018 - o setor ainda é capaz de elevar sua participação até 18,2% enquanto os demais setores assistem a redução de suas participações no patrimônio líquido total.

Após realizar toda essa excursão sobre o atual padrão de reprodução do capital e seu impacto sobre o desenvolvimento das frações de classe, podemos chegar a algumas conclusões. O projeto de reconversão que saiu vitorioso de 1994 implica maior extroversão do ciclo do capital que, por sua vez, impulsiona o desenvolvimento e o fortalecimento político dos setores vinculados ao mercado externo, assim como aqueles que recebem rendas de todo tipo - renda da terra e juros. No esquema de Marini apresentado no capítulo anterior, esses setores eram representados pela fração moderna da burguesia industrial e pelos setores agrários e mineiros exportadores; no esquema proposto por Pinto esses seriam o agronegócio, a indústria das *commodities*, a indústria difusora de tecnologia, o setor financeiro e outros serviços - coincidindo com os resultados apresentados acima.

⁹⁹ Ver Marini (1994a), citado no capítulo 1.

Tabela 2.6 - Participação no patrimônio líquido total, por setores. Anos selecionados.

Setor	1995 (gazeta)	2000 (gazeta)	2000 (valor)	2007 (gazeta)	2007 (valor)	2018 (valor)
Agronegócio	5,4 %	6,1 %	5,5 %	7,0 %	8,5 %	10,5 %
Construção civil	5,7 %	7,9 %	3,6 %	6,1 %	3,6 %	3,6 %
Indústria das Commodities	24,9 %	28,8 %	30,3 %	49,4 %	47,7 %	39,2 %
Indústria Difusora de Tecnologia	5,1 %	5,6 %	4,2 %	2,8 %	4,1 %	4,0 %
Indústria Tradicional	2,2 %	1,9 %	1,8 %	1,4 %	1,0 %	1,3 %
Serviços de Infraestrutura	53,8 %	44,9 %	39,2 %	29,7 %	25,9 %	23,3 %
Outros Serviços	3,0 %	4,9 %	15,4 %	3,6 %	9,3 %	18,2 %

Fonte: Elaboração própria com base em Pinto (2010), Gazeta (2007) e Valor (2020).

O fortalecimento da "pulsão ao exterior", que caracteriza as economias dependentes, torna o país mais vulnerável aos cenários externos. Por isso, a reprodução do capital como um todo se vê limitada pelas possibilidades que lhe impõe o mercado mundial, sintetizadas no preço internacional das três principais *commodities* exportadas pelo Brasil - minério de ferro, soja e petróleo - que respondem por mais de metade das receitas cambiais obtidas pela via do comércio internacional. Este processo ocorre simultaneamente à acelerada industrialização chinesa que tem no comércio internacional uma forma de reduzir o custo do capital constante e do capital variável, ao passo que significa um aumento dos preços reguladores dos mercados mundiais ao incluir nele solos com piores produtividades¹⁰⁰, elevando o lucro extraordinário cristalizado na renda da terra. O valor das exportações brasileiras destinadas à China sai de cerca de 2% para quase um terço (32%) entre 1997 e 2020.

O fato de que as frações de classes prejudicadas por esse processo protestem e busquem negociar os termos e velocidade das transformações não altera o peso gravitacional exercido por essa brusca reorganização da divisão internacional do trabalho. Contudo, quando as condições do mercado mundial se tornam desfavoráveis a este esquema organizado pelas

¹⁰⁰ "Dessa maneira, formou-se uma renda, primeiro, de 60 xelins para B e, do mesmo modo, para C e D [melhores solos, TSB], sempre sob o pressuposto de que, embora ambos tenham entregue o quarter a um valor real de 20 xelins e 15 xelins respectivamente, o preço de mercado tenha permanecido em 60 xelins, porquanto a **oferta do quarter entregue por A [pior solo, TSB] continuava a ser necessária para satisfazer as necessidades globais**" (MARX, 2017, p. 717-718, grifo nosso).

classes dominantes, como nas crises mundiais do final dos anos 1990 - quando diminui a liquidez dos capitais disponíveis - ou do início dos anos 2010 - quando pioram os preços das *commodities* -, o sistema de dominação entra em crise. Voltemos agora nossos olhos para o regime político brasileiro e a crise que vive atualmente.

CAPÍTULO 3 - O REGIME POLÍTICO E SUA CRISE

O conhecimento da estrutura do poder é já um passo muito grande para a formulação de uma tática correta.

René Zavaleta Mercado

O compromisso político de 1994, descrito no capítulo 1, além de estruturar um ciclo do capital próprio como visto no capítulo anterior, deve também organizar um regime político que lhe seja adequado. Afinal, a dominação de classes não é uma tarefa trivial. As classes dominantes devem organizar o aparelho de Estado de modo a dar uma forma política condizente com o seu conteúdo social.

Para tanto, neste capítulo buscamos caracterizar o regime político brasileiro que se estrutura a partir da transição da ditadura para a democracia no contexto do empate hegemônico e que, posteriormente, deve refletir a dominação do capital financeiro. Nesse fito, a primeira seção se dedica a expor a organização do regime político do Brasil após a ditadura, enquanto a segunda está voltada para as causas e desdobramentos da crise e busca oferecer nossa síntese sobre os rumos que este regime toma.

3.1. O regime político brasileiro

A tradição do marxismo que se inicia com Antonio Gramsci e, posteriormente, com Nicos Poulantzas dedicou-se como poucas a construir uma teoria marxista do Estado. É a esta tradição que se tributam os conceitos amplamente utilizados de regime político e bloco no poder, por exemplo. Não é à toa, portanto, que os esforços recentes de interpretação mais sistemáticos sobre o regime político filiem-se a esta tradição¹⁰¹. É evidente que outras tradições têm se esmerado na compreensão do Estado e da dominação de classes no Brasil, contudo lançam sua atenção a outros aspectos desses processos; facetas que não serão o núcleo de nossa análise. Essas são as razões pelas quais adotaremos de partida as teses de Armando Boito Júnior e de Décio Saes acerca do regime político que vigora no Brasil desde 1988.

Este será, contudo, apenas nosso ponto de partida, que deveremos abandonar em seguida. As razões para assim procedermos são duas. A primeira, e mais importante delas, é que os poulantzianos brasileiros absorveram menos a Teoria Marxista da Dependência do que

¹⁰¹ Refiro-me sobretudo à obra de Décio Saes, Armando Boito e Angelita Souza.

Poulantzas¹⁰². Em suas Memórias, Marini anota que a TMD influenciou o pensamento do grego¹⁰³, e até mesmo uma desatenta leitura de *A Crise das Ditaduras* não pode descurar do impacto das teses dependentistas, sobretudo da categoria superexploração e seu efeito sobre o ciclo do capital, para a interpretação da industrialização da periferia europeia¹⁰⁴. O segundo motivo deve-se a que, como dissemos anteriormente, outras tradições têm produzido significativos aportes que podem enriquecer a análise e ajudar a construir um quadro mais definido do regime político no Brasil. Até mesmo algumas interpretações mais inócuas podem contribuir uma vez que a crítica a elas permite um melhor entendimento sobre o regime.

Antes de entrarmos nas contribuições brasileiras, convém retomar os pontos que, segundo Poulantzas, devem ser levados em conta na avaliação de um regime político. Se o tema dos regimes políticos busca desvelar as formas concretas como as classes dominantes organizam seu processo de dominação - como formam consensos, como resolvem desavenças e também onde o fazem -, então se deve saturar com novas determinações a tese - ainda abstrata - da dominação do bloco no poder hegemônico pelo capital financeiro. Poulantzas prescreve que devemos olhar para a cena política - o local onde podemos encontrar os atores sociais que representam papéis políticos -, em especial para i) a maneira como as classes sociais se organizam numa estrutura partidária; e ii) no modo como o poder político se distribui em centros de poder no aparato de Estado¹⁰⁵. Na análise da disposição destes centros de poder, a relação entre os Poderes - principalmente entre Executivo e Legislativo - desempenha um papel capital na medida em que revela o jeito como as classes dominantes constroem seu poder político, além

¹⁰² Infelizmente este não é um privilégio desta tradição, o mesmo pode ser dito, por exemplo, sobre a tradição mandelista e Mandel.

¹⁰³ "Cabe concluir insistindo num traço peculiar da teoria da dependência, qualquer que seja o juízo que dela se faça: sua contribuição decisiva para alentar o estudo da América Latina pelos próprios latino-americanos e sua capacidade para, invertendo por primeira vez o sentido das relações entre a região e os grandes centros capitalistas, fazer com que, ao invés de receptor, o pensamento latino-americano passasse a influir sobre as correntes progressistas da Europa e dos Estados Unidos; basta citar, neste sentido, autores como Amin, Sweezy, Wallenstein, **Poulantzas**, Arrighi, Magdoff, Touraine" (MARINI, 1990, *online*, grifo nosso).

¹⁰⁴ Dos inúmeros exemplos que podem ser colhidos na obra, principalmente no capítulo que trata do contexto imperialista, restrinjamo-nos a este: "Esta nova forma de dependência, associada a um tipo particular de industrialização, se revela, por outro lado, em toda uma série de outros pontos particulares. [...] De qualquer forma, essa nova via de dependência é de uma *importância decisiva principalmente por causa das modificações que ela implica nas estruturas econômico-sociais*" (POULANTZAS, 1976, p.17, grifo no original).

¹⁰⁵ "É certo que as modalidades *concretas* da representação partidária se inserem na *cena política*, através da periodização especificamente política em *formas de regime*" (POULANTZAS, 1971, p 160, grifos no original) e também "Cabe notar aqui que essa distinção vasta do legislativo e do executivo não pode de modo algum substituir um estudo específico dos diversos *centros de poder político*, nas diversas formas de Estado" (POULANTZAS, 1971, p 161, grifos no original).

de servir de medida da força das distintas frações¹⁰⁶. A dominância de uma região do Estado sobre a outra pode ser percebida na sua capacidade de incidir sobre as relações econômicas¹⁰⁷.

No caso brasileiro no período sobre o qual nos debruçamos, a questão do regime político pode ser vista como um estudo crítico sobre o que se chama em larga medida de "presidencialismo de coalizão", ou o que alguns autores têm chamado de hiperpresidencialismo (BOITO JÚNIOR, 2018), presidencialismo autoritário (SAES, 2001), pemedebismo (NOBRE, 2013) ou, ainda, petucanismo (VASCONCELLOS, 2014; OURIQUES, 2014).

3.1.1 Os centros de poder

Com vistas a explicitar o modo como o poder político se distribui em centros de poder no aparato de Estado, esta subseção trata da relação entre os centros de poder, bem como seus movimentos graduais ao longo do período analisado. Iniciaremos nossa exposição com a obra de Boito Júnior por se tratar do esforço mais sistemático em tratar a questão. Este é o autor que melhor consegue apresentar o regime político como um todo estruturado, apresentando seus aspectos institucional, social, político e ideológico em relação com a estrutura de classes da sociedade brasileira, não se limitando a aspectos parciais do regime. Centraremos também sobre ele nossas críticas, o que é, em certa medida, um elogio à sua obra¹⁰⁸.

A definição do regime político feita por Boito Júnior (2018) é a de um hiperpresidencialismo em que o executivo possui funções legislativas. Uma das principais características do regime político brasileiro é o predomínio do Poder Executivo sobre os demais Poderes, em especial sobre o Poder Legislativo¹⁰⁹. Essa forma política corresponde e seria

¹⁰⁶ "Na relação entre o Estado e o bloco no poder, o deslocamento de dominância do legislativo para o executivo constitui um critério pertinente de diferenciação das formas de Estado, na medida em que diz respeito às modificações da fração hegemônica do bloco no poder de acordo com os estádios de uma formação, e ao deslocamento dos lugares onde se reflecte o poder político dessa fração relativamente ao bloco no poder" (POULANTZAS, 1971, p 159).

¹⁰⁷ "Efectivamente, quer seja no legislativo ou no executivo que se reflita a classe ou fracção de hegemônica, esse lugar, enquanto instância dominante do Estado, tem, em princípio, que concentrar igualmente essa relação do Estado com a luta econômica de classes" (POULANTZAS, 1971, p 155).

¹⁰⁸ "Cria-se a ilusão de que existe uma semelhança qualquer (que não formal e metafórica) entre uma frente ideológica e uma frente político-militar. Na luta política e militar, pode ser conveniente a tática de penetrar nos pontos de menor resistência para ganhar condições de investir sobre o ponto mais forte com o máximo de forças, colocadas à disposição precisamente por causa da eliminação dos auxiliares mais débeis, etc. As vitórias políticas e militares, dentro de certos limites, têm um valor permanente e universal, podendo o fim estratégico ser alcançado de uma maneira decisiva com efeitos gerais para todos. Na frente ideológica, ao contrário, a derrota dos auxiliares e dos seguidores menores tem uma importância quase insignificante; nela, é preciso lutar contra os mais eminentes. Se não for assim, confunde-se o jornal com o livro, a pequena polêmica cotidiana com o trabalho científico; os menores devem ser abandonados à casuística infinita da polêmica jornalística" (GRAMSCI, 2013[1932-33], p. 141).

¹⁰⁹ "Num Estado como o brasileiro, cujo regime político presidencialista autoritário é dotado de um processo de tomada de decisões que relega o Legislativo e os partidos políticos a um plano secundário, ganha destaque a disputa pelo controle das instituições do Executivo e Judiciário" (BOITO JÚNIOR, 2018, p. 224)

adequada ao domínio do capital financeiro, que prefere a facilidade do trato centralizado no executivo¹¹⁰, enquanto as demais frações da burguesia apresentam maiores quotas de poder no Legislativo e nos Executivos subnacionais. O autor chega mesmo a afirmar que um eventual fortalecimento destes centros de poder "poderia representar uma ameaça à hegemonia do capital financeiro" (BOITO, JÚNIOR, 2018, p. 45).

A concentração do poder não se dá apenas entre os Poderes. O predomínio do Executivo se expressa também na organização interna do próprio Legislativo, por meio dos diversos mecanismos que caracterizam seu processo decisório como, por exemplo, o fortalecimento de seus presidentes ou dos líderes dos partidos.

O Congresso Nacional ocupa posição subordinada e de importância menor na formulação e na implementação da política de Estado. A presidência da República apropriou-se das funções legislativas pelo instituto da medida provisória e do controle da agenda e das votações do Congresso Nacional por intermédio de expedientes como a concentração do poder na presidência da Câmara e do Senado, a votação de projetos pelo colégio de líderes partidários, o chamada regime de urgência e o enquadramento dos votos de senadores e deputados em troca de favores políticos (BOITO JÚNIOR, 2018, p. 234)

Essa concentração do poder em espaços do aparato estatal onde os interesses do capital financeiro estão mais presentes também se reproduz no seio do próprio Executivo. Caminha nessa direção sua interpretação sobre a concentração do poder no Banco Central e no Ministério da Fazenda, que favorece a fração financeira (BOITO JÚNIOR, 2018). Com base nos relatos de Nobre (2013, p. 89), também poderíamos incluir a Câmara de Comércio Exterior, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica e a Secretaria do Tesouro Nacional. Por outro lado, outras frações da burguesia subordinadas no bloco no poder, como o grande capital industrial e do agronegócio, teriam acesso a outros centros de poder de menor importância - de onde praticam suas resistências às políticas que contrariam seus interesses¹¹¹. Num primeiro momento Boito Júnior (2018) os descreve genericamente como "outros setores da cúpula burocrática", mas em formulações seguintes o autor dará destaque para alguns Ministérios - como os do Desenvolvimento, Comércio e Indústria, das Relações Exteriores, e acrescentaríamos, os da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Desenvolvimento Regional e das Cidades - e

¹¹⁰ "O Congresso [...] é um ambiente politicamente heterogêneo, possui laços sociais muito distintos, e não se presta, por isso como centro para organizar a hegemonia política de um setor tão restrito da burguesia como é o grande capital" (BOITO JÚNIOR, 2018, p. 235-236).

¹¹¹ "O ministério da Fazenda [...] determina a dotação orçamentária de todos os outros ministérios. Porém, outros setores da cúpula burocrática e em outros centro de decisão do governo, tanto no período FHC quanto, mais ainda, no período Lula, o grande capital industrial e o agronegócio também detêm posições importantes a partir das quais procuram resistir às medidas de política econômica adversa a seus interesses" (BOITO JÚNIOR, 2018, p. 46).

empresas estatais - como o Banco do Brasil, o BNDES e a Petrobras¹¹², aos quais acrescentaríamos a Caixa Econômica Federal.

A lógica que conduz a luta das classes pelo controle por estas instituições do Estado é descrita como segue:

A concentração do processo decisório na cúpula da burocracia federal faz com que as instituições da burocracia de Estado sejam um alvo privilegiado da luta política. As diferentes frações burguesas em disputa tratam de capturar instituições burocráticas do Executivo Federal onde estabelecem seus centros de poder e suas trincheiras de resistência a políticas específicas e aos governos aos quais se opõem. A captura das instituições por uma ou outra fração em disputa não se dá de maneira aleatória. Ela depende de inúmeros fatores - da relação dessas instituições com a Presidência da República, da função econômica e política da instituição, da composição social do pessoal que a ocupa, da correlação de forças e da trajetória política recente do país (BOITO JÚNIOR, 2018, p. 235).

Enquanto Boito Júnior associa as características do regime com o bloco no poder e estabelece uma relação unívoca entre o poder executivo e a fração financeira, outro autor que pertence à mesma tradição teórica, Décio Saes¹¹³ (2016), vê a força do executivo em autonomia com as frações de classe. No trecho a seguir pode-se notar como este autor chega a afirmar explicitamente que a força do executivo foi usada em um momento pelo capital estrangeiro e pela burguesia associada e, noutro, pela burguesia interna para aumentar o atendimento aos seus interesses.

É interessante notar que o reforço dos poderes presidenciais e a despartidarização dos governos nacionais se revelaram “funcionais” em duas situações políticas bastante diferentes. Entre 1990 e 2002, o reforço do poder executivo foi um instrumento importante para a imposição, ao conjunto da sociedade e inclusive a certos segmentos da classe dominante (como a burguesia interna), de uma política neoliberal, favorável aos interesses do capital estrangeiro e da burguesia associada. A partir de 2003, o presidencialismo forte se coloca a serviço de um projeto político elaborado na perspectiva da burguesia interna, projeto esse que se choca com os interesses do capital estrangeiro e da burguesia associada (SAES, 2016, p. 26).

¹¹² "Instituições do Estado que, embora não sejam centro do poder, são de grande importância estratégica, seja para a implementação da política de Estado, seja para resistir a essa política. [...] As empresas estatais gigantes são centros de poder da grande burguesia interna. Destacam-se o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Petrobrás e o Banco do Brasil. Setores estratégicos do Judiciário, do Ministério Público Federal e da Política Federal são centros de resistência à política da fração hegemônica, vocalizando de maneira direta ou indireta e por razões variadas, os interesses da burguesia internacionalizada e da alta classe média" (BOITO JÚNIOR, 2018, p. 236). E também "Outro recurso na política de formação dos 'campeões nacionais' foram os acordos diplomáticos" (BOITO JÚNIOR, 2018, p. 238), indicando o papel do Itamaraty.

¹¹³ Suas contribuições sobre o tema são, no limite do que conseguimos reunir durante o período de elaboração deste trabalho, mais dispersas, mas nem por isso menos significativas. O autor apresenta elaborações deveras significativas para a análise do Estado brasileiro do período de transição do Império para a República. A mais relevante delas, e que brilha em meio a eventuais problemas do texto, é lançar olhar para a participação das massas nesse período e jogar por terra as ideias de transformações pelo alto. Ver a este respeito sua polêmica com Florestan Fernandes em *A República do Capital* (SAES, 2001).

Estamos convencidos que a argumentação de Décio Saes seja mais convincente. Nossa defesa para essa tese reside, além dos fatos já apontados anteriormente, nas consequências que as teses de Boito Júnior tem sobre seu pensamento, suas contradições internas e, sobretudo, na explicação da crise.

Em função da correspondência entre regime e bloco no poder, citada por Boito Júnior, as características deste regime devem, então, ser coerentes com a posição que as frações ocupam no bloco. Procede daí sua compreensão de que os traços identificados pela via da descrição, como por exemplo, o predomínio do Executivo sobre o Legislativo ou a centralização do poder do Executivo no Ministério da Fazenda e no Banco Central, precisam derivar da hegemonia exercida pelo capital financeiro internacional. Isso permite ao autor sacar conclusões duvidosas, como num raciocínio que diz que se o Executivo sobrepuja sobre o Legislativo, um eventual predomínio deste sobre aquele representaria uma ameaça ao domínio do capital financeiro.

É nessa linha de pensamento que o autor vai identificar que a ascensão de Guido Mantega ao Ministério da Fazenda - um desenvolvimentista que representa a grande burguesia interna chega ao centro do poder político - ou a elevação na hierarquia da distribuição do poder de centros como o BNDES e a Petrobras, representam uma nova hegemonia no bloco no poder: a hegemonia da grande burguesia interna. Mas já há aqui uma contradição em seu pensamento. Trata-se da inércia do regime político frente a mobilidade do bloco no poder, mesmo quando o regime político deve corresponder ao bloco no poder¹¹⁴. Por exemplo, quando diz

Nossa tese é que a grande burguesia interna brasileira, que mantém uma relação ambivalente, de dependência e conflito, com o capital internacional, foi a fração burguesa hegemônica no bloco no poder durante os governos Lula e Dilma - principalmente depois da crise de 2005 e da substituição de Antônio Palocci por Guido Mantega no Ministério da Fazenda. A política econômica, externa e social do neodesenvolvimentismo expressava essa hegemonia - **sem revogar o modelo econômico capital neoliberal**, a política neodesenvolvimentista era distinta daquela defendida pelo capital internacional. Isso contrasta com o bloco no poder do período FHC, no qual foi exatamente o capital internacional e a fração da burguesia brasileira a ele integrada que exerceram a hegemonia e graças à aplicação da plataforma política do neoliberalismo. Essas forças, nos governos do PT, foram deslocadas para uma posição secundária no bloco no poder e atuaram, em decorrência disso, como oposição a esses governos. Aliás, essas mesmas forças voltaram a ocupar posição dominante com a substituição do governo Dilma pelo governo Temer, ou seja, entramos numa época de restauração da hegemonia do capital internacional e da fração burguesa a ele integrada (BOITO JÚNIOR, 2018, p. 11, itálicos do original, negrito nosso).

¹¹⁴ "Digamos, agora, uma palavra sobre o regime político **que corresponde** a esse bloco no poder" (BOITO JÚNIOR, 2018, p. 45, grifo nosso).

Neste trecho o autor identifica três configurações do bloco no poder no trecho estudado e ao qual corresponde unicamente o regime hiperpresidencialista. Se há no período um regime e três blocos no poder, o regime não pode corresponder ao bloco no poder ou - o que julgamos mais correto - não houve três blocos no poder no período. Poder-se-ia argumentar que não se tratam de três blocos no poder, mas de apenas três hegemonias num mesmo bloco no poder; ocorre que o "deslocamento para uma posição secundária" da fração dominante e a consequente sublevação de outra fração até então secundária configura na prática outro bloco no poder¹¹⁵. Mesmo que não formassem outro bloco, essa nova hegemonia deveria se expressar em outra hierarquia entre os centros de poder - se não em sua inversão -, fato que não ocorreu.

O autor parece se atentar pouco para o desnível - tema caro à tradição poulantiziana - e distinta temporalidade entre o bloco no poder do Plano Real (1994) e o regime político (1988), e por isso toma como dada a relação entre os Poderes. Ocorre que as determinações do atual regime - tanto na cena política quanto na relação entre os centros de poder - se deram numa situação de empate hegemônico, como apontamos no capítulo 1, e precisaram se alterar na medida em que o empate foi superado. É por isso que, insistamos um pouco mais nesse ponto, não é com a Constituição que se estabelecem as tendências de transformação do regime político brasileiro. Mas é a Constituição que estabelece a relação inicial entre os Poderes. Apenas com o Plano Real, quando se estabiliza um compromisso entre os setores dominantes capaz de submeter as classes subalternas, é que essas tendências começam a operar. E começam de imediato, com as próprias medidas que constituem o Plano. Portanto, desde nosso ponto de vista não há uma relação, como quer Boito, entre o regime político vigente (já-dado) e o bloco no poder. Não desde o início. Essa é uma relação que não se impõe de forma imediata, mas como tendência.

Além disso, o autor afirma que uma nova hegemonia no bloco no poder pode ocorrer "sem revogar o modelo" anterior. Ora, isso vai também contra suas próprias ideias quando afirma que para identificar a fração hegemônica num bloco no poder, deve-se estar

¹¹⁵ Na seção em que disserta sobre a relação do bloco no poder com as etapas de uma formação social, Poulantzas afirma: "O conceito de bloco no poder [...] *indica assim a unidade contraditória particular das classes ou fracções de classe politicamente dominantes, na sua relação com uma forma particular de Estado capitalista.* O bloco no poder reporta-se à periodização da formação capitalista em estádios típicos. Recobre a configuração concreta da unidade destas classes ou fracções em estádios, caracterizados por um modo específico de articulação, e por um ritmo próprio de escansão do conjunto das instâncias. Neste sentido, o conceito de bloco no poder reporta-se ao nível político, recobre o campo das *práticas políticas*, na medida em que este campo concentra em si, e reflecte, a articulação do conjunto das instâncias e dos níveis de luta de classe de um estádio determinado. O conceito de bloco no poder assume aqui uma função análoga à do conceito de forma de Estado no que respeita à superestrutura jurídico-política" (POULANTZAS, 1971, p. 63-64, *itálicos no original*).

especialmente atento para os objetivos priorizados ou relegados pela política econômica¹¹⁶. Mas também decorre de uma interpretação equivocada sobre o que eram os interesses colocados no primeiro e no segundo plano pela política econômica, como poderemos detalhar melhor na seção seguinte.

O bloco no poder, firmado por meio de - e não independente de - um ciclo do capital próprio, que buscamos expor no capítulo 2, inicia a construção de um regime à sua imagem e semelhança. Mas essa construção é um processo. E, vejamos, não se trata tão somente da política econômica como quer Boito. É evidente que há laços fortes entre o ciclo do capital e a política econômica, porém aquele não pode ser reduzido a esta. E essa é mais uma debilidade do pensamento de Boito que lhe leva a crer que a "burguesia interna" havia conquistado a hegemonia do bloco no poder por dirigir o Ministério da Fazenda e controlar alguns aspectos subordinados da política econômica.

Como nos demonstra Marini, o Padrão de Reprodução impõe exigências que superam as decisões de política econômica. Na verdade, ele impõe limites a ela de forma similar aos limites que o bloco no poder impõe ao regime político, como veremos a tratar da crise.

El patrón de *reproducción del capital* en Chile (vale decir, de la *relación entre las estructuras de acumulación, producción, circulación y distribución de bienes*, que es a lo que alude la noción de patrón de reproducción del capital) se caracteriza por el papel decisivo de la demanda externa como capo de realización y, pues, como *resultado y supuesto de la acumulación de capital*. **Ello no se debe esencialmente a decisiones de política económica** - aunque estas hayan jugado un papel importante para desentrabar las tendencias latentes (y normales) del capitalismo chileno - **sino a las exigencias que éste enfrenta para asegurar la realización de valor y plusvalía en escala creciente** (MARINI, 1982, p. 14, itálicos no original, negritos nossos).

Voltemos à relação entre os Poderes. Para justificar a facilidade - e a preferência - do capital financeiro em lidar com executivo, Boito Júnior (2018) recorre a características distintivas dos Poderes. Por isso, a centralidade deste Poder se deve a sua homogeneidade - ante a dispersão e heterogeneidade que estariam representadas no Congresso. Nas palavras do autor, "o grande capital financeiro não tem condições de homogeneizar o Congresso Nacional no mesmo nível que logra fazê-lo no núcleo do Executivo Federal" (BOITO JÚNIOR, p. 47). Colocado dessa maneira, toda fração hegemônica em dado bloco no poder iria preferir atuar diretamente pelo executivo e relegar o legislativo a funções marginais. Isso faria com que todo

¹¹⁶ "O emprego do conceito de bloco no poder [...] exige que o pesquisador procure esclarecer quais interesses de fração são priorizados pela política econômica de Estado e quais são relegados a um plano secundário. A localização dos interesses efetivamente priorizados pela política do Estado indica qual é a fração hegemônica no interior do bloco no poder" (BOITO JÚNIOR, 2018, p. 22-23)

poder burguês tendesse a uma hipertrofia do executivo e o domínio deste sobre o legislativo quando, sabemos, a dominação burguesa pode seguir os mais variados caminhos.

Há em sua interpretação um elogio ao caráter público do Congresso que nos parece estranha frente a nossa perspectiva que vê ali o *locus* por excelência para onde a burguesia busca levar crescentemente o poder estatal brasileiro¹¹⁷. O autor afirma que

a experiência da histórica política recente mostra que, caso dependessem de decisão do Congresso Nacional, muitas das características do atual modelo econômico e muitas das decisões de política econômica encontrariam dificuldades, **devido à publicidade que ganhariam** e ao caráter heterogêneo da representação parlamentar. [...] Sempre que as reformas neoliberais exigiram reforma constitucional e, portanto, tiveram de passar pelo Congresso Nacional, as dificuldades foram grandes e muitas das reformas almejadas ou efetivamente tentadas não chegaram a sair do papel (BOITO JÚNIOR, 2018, p. 47, grifo nosso).

É inegável o fato de que as mudanças que necessitam alterar a Constituição são mais difíceis do que aquelas que não precisam. Mas isso se deve antes ao caráter da maioria congressual que deve ser formada, uma maioria qualificada, e às dificuldades em construir consensos do que a publicidade que o debate parlamentar dá às questões. Lembremos que o período em análise não está caracterizado por intensos debates públicos - quanto mais fomentados pelo Congresso! É uma época em que os debates são cada vez mais restritos e, não raro, caracterizada pela apatia e restrição das formas extra eleitorais da participação política.

Mais uma vez, uma contradição interna no pensamento do autor parece revelar os limites dessa interpretação. Primeiro afirma que "um eventual fortalecimento do Congresso Nacional e dos Executivos estaduais e municipais poderia representar uma ameaça à hegemonia do capital financeiro" (BOITO JÚNIOR, 2018, p. 45). Mas em outras oportunidades, ao analisar os motivos da crise do governo Dilma, assevera que foi a força majorada dos demais Poderes - tanto do Legislativo quanto do Judiciário - que colocou em perigo a hegemonia da burguesia interna e permitiu a "restauração" do capital financeiro aludida acima.

O presidencialismo autoritário e o governo Dilma Rousseff estão em crise. O Legislativo, o Judiciário, o Ministério Público Federal, o Tribunal de Contas da União, todas essas instituições, apoiadas na ação da Polícia Federal - que, em teoria, deveria subordinar-se ao Executivo da União - agem contra instituições estratégicas para a política econômica, social e externa do

¹¹⁷ Há uma certa ironia quando se contrasta essa tese com as afirmações de Poulantzas sobre um otimismo exagerado de alguns setores de esquerda com o Legislativo. "Numa palavra, essa tradição [parlamentarista do movimento operário] considera a legitimidade parlamentar como a única legitimidade 'autêntica' da *democracia política* burguesa, a única expressão legítima do 'povo', e vê na predominância do executivo um poder *ilegítimo*, de algum modo uma deformação do Estado nacional-popular de classe. Nada mais falso: no quadro do Estado capitalista de classe, a legitimidade parlamentar não está em nada 'mais próxima do povo' que a legitimidade correspondente à predominância do executivo" (POULANTZAS, 1971, p. 156-157, itálicos no original).

Executivo Federal - a Petrobrás, o BNDES, o Itamaraty e a própria chefia do Executivo Federal (BOITO JÚNIOR, 2018, p. 225)

Não é por outro motivo a caracterização do regime como a Presidência subordinando o Legislativo que um sintoma importante de que o governo Dilma Rousseff vive uma crise política deste ano de 2015 é justamente a situação atípica criada pela atividade mais autônoma das presidências do Senado e da Câmara dos Deputados em relação ao Executivo Federal (BOITO JÚNIOR, 2018, p. 234).

Ou bem o fortalecimento do Congresso ameaça a hegemonia do capital financeiro, ou bem ameaça a hegemonia da burguesia interna. Ou então a burguesia interna não detinha hegemonia durante o governo Dilma. Ou ainda, não há a relação pretendida pelo autor que conecta a prevalência do Executivo com o capital financeiro. O que não é possível é afirmar que a prevalência do Executivo é uma decorrência da dominação do capital financeiro - o que é até mesmo impreciso do ponto de vista histórico - e que sua volta ao poder se dá enfraquecendo aquele Poder que lhe é típico e fortalecendo o Poder que lhe ameaçaria a hegemonia.

Além daquela divergência apontada acima, a semelhança entre o "presidencialismo forte" de Saes (2018) e o hiperpresidencialismo de Boito Júnior (2018) é bastante notável, sobretudo o papel atribuído às medidas provisórias¹¹⁸. Além disso, Saes também identifica como consequência o que chama de despartidarização do governo. Sua caracterização se dá pela formação de maiorias *ad hoc* no Poder Legislativo fragmentado em grande número de partidos (SAES, 2016).

Décio Saes (2001) observa - em linha com o que apontamos no capítulo 1 - que o esforço de implantação do neoliberalismo no Brasil implicou não somente resistências populares, mas também burguesas. Essas resistências tiveram de se encarnar institucionalmente e também no campo da representação política¹¹⁹. Assim, o autor identifica no fortalecimento do poder Executivo na década de 1990 a maneira pela qual o campo político neoliberal contornou as dificuldades que enfrentava na arena parlamentar. Esta interpretação endossa as ideias de Marini, trabalhadas no primeiro capítulo, nas quais o executivo funciona como arma política cujas classes e frações buscam controlar e manusear. O instrumento por excelência usado para fortalecer o poder executivo são as medidas provisórias:

¹¹⁸ "O regime democrático que emerge do processo constituinte de 1986 –1988 se caracteriza por um presidencialismo forte, cujo eixo é a elevada capacidade governamental de executar políticas através de decretos-lei do poder executivo, agora denominados *medidas provisórias*" (SAES, 2016, p. 26)

¹¹⁹ "Na verdade, tais resistências se exprimem também dentro dos partidos que compõem a base de sustentação política do governo federal: PSDB, PMDB e PFL. Em muitas votações no Congresso, ou por ocasião de certas iniciativas do Executivo, tais partidos têm se cindido em dois campos: o da defesa e o do ataque à proposta neoliberal" (SAES, 2001, p. 90).

por meio da edição de medidas provisórias, o governo federal contorna a questão da competência dos "poderes" e logra até mesmo transformar certos temas da reforma constitucional em matérias a serem exclusivamente tratadas - por meio da "regulamentação" - pelo poder Executivo (é o caso que ocorreu na abordagem da questão da abertura do sistema financeiro nacional a novos bancos estrangeiros, como já mencionamos anteriormente) (SAES, 2001, p. 91).

Deriva daí uma ideia de que na América Latina pós-ditaduras militares, assiste-se ao surgimento de um novo tipo de autoritarismo. Este autoritarismo civil floresceria em países submetidos a governos neoliberais, o que sugere a incapacidade das forças sociais vinculadas ao projeto neoliberal construírem sua hegemonia pela via parlamentar, provavelmente pela forte representação dos setores subalternos do bloco no poder neste espaço. É por este motivo que "é incumbência deste autoritarismo civil emergente não propriamente sufocar um poderoso movimento popular [...] e sim neutralizar as reticências conservadoras - de caráter sempre localizado e não genérico" (SAES, 2001, p. 91).

Olhemos com um pouco mais de profundidade a questão das medidas provisórias (MPs) e dos vetos presidenciais. As primeiras são introduzidas no marco jurídico brasileiro por meio do artigo 62 da Constituição Federal e de fato representam um instrumento que confere poderes legislativos ao Presidente da República, além de estabelecer sua predominância na relação com o Congresso¹²⁰. Os vetos representam ao mesmo tempo uma capacidade de intervenção sobre o processo legislativo e uma admissão da subordinação do Poder Legislativo que, para exercer sua função, legislar, deve pedir benção ao presidente - ainda que possa derrubar os vetos posteriormente.

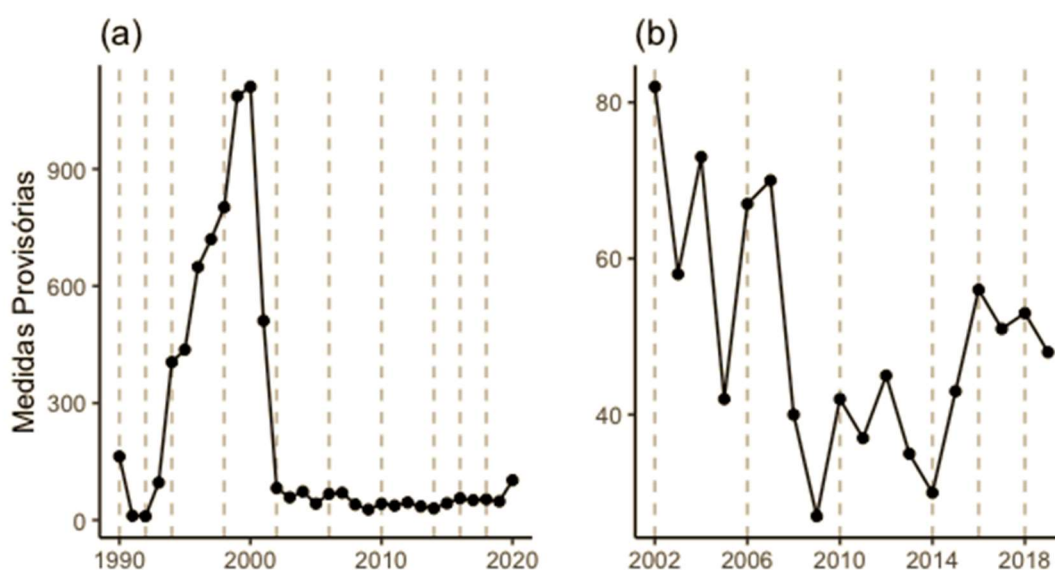
Mas para além das possibilidades legais, há que verificar seu uso efetivo pelos mandatários do Brasil. E uma análise da história das MPs e vetos pode ser também informativa daquela relação. Parece salutar fazer uma ressalva antes de avançar. Ainda que concordemos com Martuscelli (2013, p. 46-47) quando afirma que, "o impacto das medidas provisórias não pode ser analisado simplesmente pelo número total das que foram editadas, devendo-se ter em conta, sobretudo, o conteúdo delas e os efeitos que produziram ao longo do governo", tal procedimento excederia em muito os propósitos deste trabalho. O número total de MPs e vetos,

¹²⁰ "A medida provisória (MP), dispositivo criado pela Constituição de 1988, na prática, substituiu o decreto-lei dos governos militares, uma vez que possui força de lei enquanto não é aprovada pelo Congresso Nacional. Trata-se, portanto, de um instrumento político fundamental para que o Executivo possa neutralizar as eventuais reticências à política econômica e social que surjam no Congresso Nacional" (MARTUSCELLI, 2013, p. 45). Afirma ainda que a MP "interpõe aos parlamentares a lógica da política do fato consumado, inviabilizando, assim, em certas circunstâncias, a rejeição de tais medidas. Ou ainda, a MP é uma peça fundamental para o Executivo induzir o Congresso Nacional à cooperação" (MARTUSCELLI, 2013, p. 46).

mesmo que limitado, serve como mais um indicador da relação entre Executivo e Legislativo que viemos analisando até agora.

Dados coletados no portal LexML¹²¹ e no portal da Câmara dedicado aos vetos presidenciais demonstram que esses instrumentos, mesmo que tenham continuado fazendo parte do ordenamento jurídico e do arsenal à disposição dos presidentes, tiveram uso modesto no período posterior à adoção das medidas apontadas acima. O gráfico 3.1 demonstra que as MPs foram usadas em grande monta na década de 1990, sobretudo no período que antecede o fim da "primeira rodada" das transformações do marco jurídico brasileiro. Nos anos de 1999 e 2000, foram editadas mais de mil MPs. O efeito das mudanças da virada do milênio, principalmente a Lei de Responsabilidade Fiscal, sobre a "necessidade" do executivo editar medidas provisórias é tamanho que, para que os dados do período pós-LRF possam ser visualizados, precisamos criar um subgráfico (b) restrito a esse período para que a escala da década anterior não inviabilizassem os movimentos ocorridos a partir de então. As barras pontilhadas cinzas na vertical indicam a separação entre os mandatos presidenciais.

Gráfico 3.1 - Medidas Provisórias editadas por ano entre 1990 e 2020.



Fonte: Elaboração própria com dados de Lexml (2021).

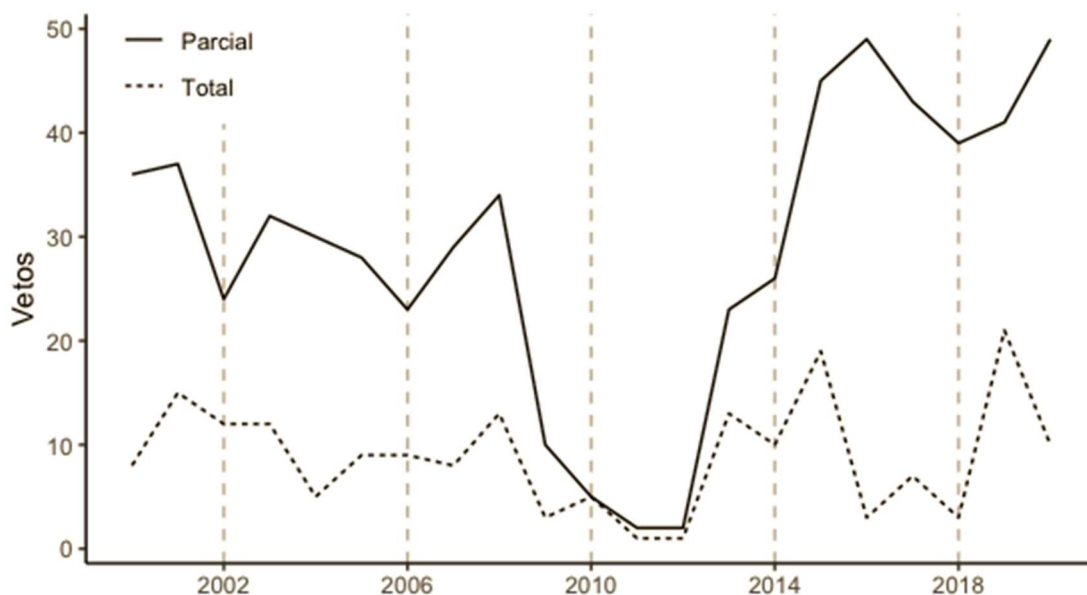
Além da LRF, há no ano de 2001 uma resposta do Legislativo contra as investidas legiferantes do Executivo com a Emenda Constitucional 32 de 2001. Essa emenda impõe alguns

¹²¹ O projeto LexML é mantido pelo Senado e tem por objetivo estruturar informações jurídicas, como leis, decretos ou normas infralegais, em formatos que podem ser consumidos por computadores - advém daí seu nome *Lex Markup Language* - além de centralizar e facilitar acesso a todo esse material. Por isso mantém uma base de dados com as medidas provisórias publicadas a cada ano. Para saber mais ver LexML (2021).

limites ao instituto da medida provisória, mormente, ao regular as matérias sobre as quais esta não pode legislar e ao vedar as reedições de MPs de matérias que tenham sido rejeitadas ou perdido a eficácia. Parece significativo notar que esse movimento de limitar os poderes presidenciais ocorre apenas após o capital financeiro conseguir impor toda uma série de mudanças que cristalizam no ordenamento jurídico a sua dominação. Ou seja, no momento em que o capital financeiro plasmava um Estado a sua imagem e semelhança, o Executivo enfraquecia aquele que é um dos seus principais instrumentos para submeter o Congresso Nacional. Essa é mais uma indicação de que, ao contrário do que propõe Boito Júnior, o projeto da burguesia financeira não é o fortalecimento do Executivo, mas do Legislativo.

Os vetos presidenciais apresentam um comportamento similar ao verificado na edição de MPs. As estatísticas disponíveis no portal da Câmara se restringem ao período posterior ao ano de 2001, não permitindo observar seu comportamento na década de 1990. Tanto os vetos parciais quanto os vetos totais vão decrescendo paulatinamente até 2012 e a partir de 2013 ocorrem em maior monta.

Gráfico 3.2 - Vetos presidenciais, por ano e tipo, entre 2001 e 2020.



Fonte: Elaboração própria com dados da Câmara Federal (2021).

Ambos os indicadores - o número de MPs editadas e de vetos presidenciais - revelam um processo crescentemente harmônico entre os dois poderes após a década de 1990. Isso não significa que não tenha havido conflitos entre os dois poderes, o que seria absurdo. Mas isso parece demonstrar uma maior imbricação entre os poderes e sua solução na arena congressual. Ser capaz de levar as pautas para o congresso e aprová-las lá reduz a necessidade de editar

medidas provisórias, ao passo que a negociação dos conteúdos das matérias ainda nas Casas diminui a necessidade do uso do veto.

Tudo isso nos faz acreditar que o tempo deu razão a Marini, quando afirmava que, no exercício do seu poder, a burguesia - sua tese é formulada de forma genérica - buscava fortalecer o Congresso. E, ao tomar a descrição de Eli Diniz, observamos que tal transformação não se deu apenas na organização do Estado, mas também da própria representação política da burguesia e de sua relação com o Estado, impactando a cena política.

Em contraste com a fase da industrialização substitutiva de importações, em que o Executivo constituía o espaço privilegiado de intercâmbio com os grupos privados, a partir de meados dos anos 1980, observou-se um expressivo deslocamento da ação dos interesses organizados do Executivo para o Legislativo. Tal mudança se deu mediante a difusão e a profissionalização da prática do lobby, que já vinha ganhando relevância desde o período de elaboração da Constituição de 1988. [...] Movimentos importantes como a Ação Empresarial, diversas entidades de classe como a CNI, a FIESP, a ABDIB, entre outras, voltaram suas atividades para o Congresso, com o qual passaram a manter permanente intercâmbio, acompanhando a tramitação dos projetos de interesse para o setor empresarial. (DINIZ, 2010, p. 111-112).

Resta, ainda na relação entre os Poderes, equacionar o papel do Poder restante. De um modo geral, o Poder Judiciário possui um lugar marginalizado nas análises sobre a organização do Estado brasileiro e o exercício do poder político. A partir do Impeachment de Dilma a coisa muda de figura. Depois dele, os analistas se esmeram em identificar o lugar e papel deste Poder no sistema político. Acreditamos que esses dois fatos indicam, em primeiro lugar, que o Poder Judiciário ocupa um papel marginal no sistema político brasileiro - e não apenas nas reflexões sobre ele - e, em segundo lugar, que sua importância cresceu na medida em que a crise do sistema político se avizinhava - tornando impossível aos analistas ignorá-lo.

Boito Júnior (2018) nos indica que nem só de burguesia é feito o Estado¹²². As demais classes e grupos sociais influem sobre ele de forma variada. Nesse sentido, Boito inclui em suas reflexões tardias¹²³ sobre o regime político brasileiro - especialmente após a operação lava-jato - o papel das classes médias, sobretudo do que chama de alta classe média.

A alta classe média dispõe de uma posição no Judiciário, no Ministério Público e na Política Federal. Os funcionários que ocupam a cúpula dessas instituições - juizes, procuradores, desembargadores, defensores públicos, delegados e outros - gozam de salários e de condições de trabalho inigualáveis no setor público brasileiro. Ademais, temos de considerar a função de tais instituições no seio do Estado. [...] [Elas compõem] o ramo do Estado

¹²² "O fato é que existem mais classes e frações de classes atuantes na conjuntura além da burguesia e da classe operária, e a burguesia não logra controlar a ação de todos os ramos do aparelho de Estado capitalista" (BOITO JÚNIOR, 2018, p. 257).

¹²³ Apesar da concentração dos textos num único livro, há textos escritos entre 2007 e 2017.

incumbido de manter a lei e a ordem capitalista (BOITO JÚNIOR, 2018, p. 215-216).

De acordo com Boito, essas instituições sob influência da alta classe média dispõem de maior autonomia frente ao Executivo Federal. Esta particularidade se deve precipuamente à renda desses setores, da autonomia administrativa que gozam e do papel dessas instituições como mantenedoras da ordem¹²⁴.

De acordo com Pinto *et al* (2019), a intervenção do Judiciário na política se inicia com a ação de julgamento do mensalão - ação penal 470 - que flexibilizaria o regramento jurídico brasileiro. A partir de então há uma progressiva autonomização deste ramo do aparelho estatal que ganha uma dimensão qualitativamente superior a partir da operação Lava Jato. A Operação constrói uma sólida aliança com a mídia, de tal sorte que esse consórcio se constituiria em uma fração com vida e ação próprias. Para Singer (2018), essa autonomização encontra eco no “ensaio republicano” levado a cabo ingenuamente por Dilma Rousseff, que fortalece as instituições do Poder Judiciário com vistas ao combate à corrupção, enfrentando o Congresso e perdendo base de apoio no Legislativo.

Já Marcos Nobre (2013) vê outra causa para o fenômeno. Ele afirma que o Judiciário vai ganhando uma importância cada vez maior no sistema político brasileiro, principalmente após o segundo mandato de Lula. A razão disso está no fato de que o ordenamento jurídico - sobretudo a Constituição - já havia ganhado naquele então maior estabilidade. Por isso o Poder Judiciário seria com mais frequência chamado a resolver as questões de difícil interpretação. Dentro de seu esquema interpretativo a função do judiciário seria destravar o sistema de vetos do sistema político.

Precisamos ainda apontar como os centros de poder se distribuem entre estados, municípios e o governo federal. As teses de Boito Júnior (2018) sobre o tema não são muito extensivas e se limitam a indicar que além do acesso a centros inferiores de poder do Executivo Federal, a burguesia interna e o médio capital teriam maior acesso aos demais ramos do Estado. Assim, "as frações subordinadas do bloco no poder, [...], têm maior acesso ao Congresso Nacional e aos ramos subordinados do Estado - governos estaduais e municipais" (BOITO JÚNIOR, 2018, p. 47).

¹²⁴ "Os funcionários das instituições judiciárias são a camada de funcionários públicos mais bem remunerada do Brasil - eles ocupam o topo da alta classe média [...] a Presidência da República não detém, ao contrário do que ocorre no banco público [BNDES] e na petroleira, o controle das instituições judiciárias.[...] O Judiciário e o Ministério Público possuem, de acordo com a Constituição Federal, autonomia administrativa e financeira. [...] A terceira característica [...] é a função que desempenham no interior do Estado capitalista: a função de manutenção da ordem" (BOITO JÚNIOR, 2018, p. 243)

Podemos encontrar em Nobre (2013) uma descrição mais detalhada do processo que leva a esse predomínio. Em sua narrativa, o PMDB leva para dentro de si durante o processo de redemocratização alguns dos antagonismos sociais. Um dos mais relevantes deles é a tensão estabelecida entre o poder do Congresso Nacional e o poder dos governadores. O autor detecta no PMDB a existência de dois polos, um polo de governadores e outro parlamentar. É evidente que, no quadro pintado por Nobre, a capacidade de um destes grupos subordinar o outro na sociedade vai passar por sua capacidade de subordina-lo também dentro do sistema partidário, em especial dentro do PMDB. Se as eleições de 1982 haviam fortalecido os governadores do partido - que se consolidou nas eleições seguintes -, as eleições de 1986 deram força ao grupo parlamentar criando um equilíbrio entre os polos. A partir de então a trama será progressivamente decidida em favor das forças congressuais.

Esse processo é importante na medida em que sinaliza três coisas. A primeira delas é um processo de concentração dos meios de poder no nível federal em desfavor dos governos estaduais. O segundo é que esse poder passa para o polo Legislativo no governo federal. E o terceiro elemento é que essa definição se dá apenas após o Plano Real, o que, em nossa tese, significa o momento em que as relações de classe haviam superado o empate hegemônico e estavam definidas em favor do capital financeiro e do imperialismo. Tratemos dessas questões com mais calma.

Dentre as principais medidas adotadas para realizar essa centralização do poder político estão a privatização dos sistemas bancários estaduais e a federalização das dívidas subnacionais que removeram, respectivamente, instrumentos de política monetária e fiscal das mãos dos governadores.

O primeiro movimento de neutralização da política dos governadores realizado pela aliança do Real veio com a própria estabilidade da moeda, que teve um efeito devastador sobre a dívida pública. Sem o permanente adiamento representado pela inflação, os governadores se viram em dificuldades orçamentárias intransponíveis e, por outro lado, encontraram no governo federal um duro negociador na reestruturação das dívidas estaduais. A renegociação das dívidas dos estados não resultou apenas em uma significativa e duradoura limitação orçamentária: representou ainda uma dependência financeira extrema dos governadores em relação ao governo federal (NOBRE, 2013, p. 81-82).

Em especial, o peso dos bancos estaduais no sistema de crédito nacional minimizava o controle por parte do governo federal de uma variável que viria a se tornar cada vez mais central na nova arquitetura financeira: a taxa de juros¹²⁵. Essas transformações, portanto, não tinham

¹²⁵ "Até 1994, os estados tinham relevantes instrumentos de política monetária, principalmente por meio dos bancos estaduais, que influíam decisivamente na quantidade de moeda em circulação, no crédito e na formação

um caráter meramente técnico. Elas tinham, antes, forte vocação política. Não alteravam apenas o como as decisões sobre essas políticas eram tomadas, mas, sobretudo, quem as tomava¹²⁶. Nobre (2013) chega mesmo a falar em um "monopólio da irresponsabilidade fiscal"¹²⁷. Nessa direção, as estatísticas do Banco Central do Brasil (2021) demonstram que o saldo das operações de crédito das instituições financeiras sob controle público estadual e municipal representava mais de 5% do PIB em 1994, ao passo que entre os anos 2000 e 2011 o valor é inferior a 1%. O crédito fornecido por estes bancos representava 10% do crédito total ofertado no país em 1994 contra 1,9% em 2011¹²⁸.

Quanto ao segundo ponto, Nobre percebe que as mudanças que ocorrem logo no início da década de 1990 alteram também a forma de organização dos interesses sociais. O enfraquecimento dos governadores faz com que esses percam prioridade no trato dos grupos de interesse. Em seu lugar, são os membros do Congresso que veem majorada sua função de mediar a articulação dos interesses dos grupos dominantes¹²⁹. Em síntese, "tirar poder dos governadores e fortalecer o parlamento significou tanto estabelecer o monopólio da política econômica no governo central como, ao mesmo tempo, indicar o Congresso como instituição privilegiada da negociação política" (NOBRE, 2013, p. 84).

Há uma terceira questão associada a este mesmo movimento. Trata-se da percepção de Nobre de que tais transformações estão vinculadas à implantação do Plano Real. Isso significa, se nossa interpretação está correta, que a nova configuração é mais adequada ao novo arranjo do bloco no poder. Isto é, a redução do poder dos governadores com a consequente ampliação do poder federal e o fortalecimento do Congresso devem ser expressões no plano político-institucional das transformações do bloco no poder.

da taxa de juros. [...] A administração de receitas e despesas do setor público era muito pouco transparente não só porque era difícil ter uma visão de conjunto dos impostos e taxas estaduais, mas também porque o controle sobre a emissão de títulos da dívida pelos estados, por exemplo, era bastante precário" (NOBRE, 2013, p. 82).

¹²⁶ "Esses movimentos representaram não apenas condições fiscais essenciais para a implementação do Real, mas marcos decisivos na retomada pelo governo central do monopólio da política econômica. Representaram uma ruptura em relação à ausência de centralização dos instrumentos fundamentais de política econômica, em boa medida fragmentados na 'política dos governadores'" (NOBRE, 2013, p. 63).

¹²⁷ "Ao retirar do âmbito dos estados a maior parte desses instrumentos de política fiscal e monetária habituais no período inflacionário, o governo federal garantiu o monopólio da irresponsabilidade fiscal, passando a centralizar e efetivamente controlar a política econômica como um todo" (NOBRE, 2013, p. 82)

¹²⁸ Foram usadas as séries 1973, 1982, 1991 e 20539 do gerenciador de séries temporais do Banco Central (2021).

¹²⁹ "Além disso, o governo FHC atraiu os parlamentares do PMDB para sua base de apoio, fortalecendo o polo parlamentar, ao qual pretendia submeter o dos governadores. Cortou o vínculo de sobrevivência política que havia se estabelecido desde a década de 1980 entre os parlamentares e os governadores dos estados pelos quais tinham sido eleitos, passando a negociar diretamente com os parlamentares, sem passar pelos governadores" (NOBRE, 2013, p. 83).

A questão sobre a distribuição federativa dos poderes, e mesmo das responsabilidades constitucionais, também recebe contribuições de Décio Saes (2001). Para ele, a chave de leitura está na sua relação com a participação política da classe trabalhadora. Mas o que nos parece mais importante é que o autor consegue dar a esta repartição um significado teórico relevante ao denotar uma divisão do trabalho no seio do aparelho de Estado em que compete ao governo federal lidar com questões da reprodução do capital e aos entes subnacionais com a reprodução da força de trabalho - tema que estará diretamente vinculado à questão da superexploração.

A vitória dos partidos "oposicionistas" - isto é, não alinhados com as Forças Armadas - em eleições estaduais e municipais, a partir de 1982, vai preparando o Estado brasileiro para a implementação de uma política de indução das classes trabalhadoras à participação na gestão do ramo municipal do aparelho de Estado capitalista, como forma de desviar a atenção das massas para longe do ramo central, no qual se tomam as decisões-chave concernentes aos interesses econômicos e políticos do capital. [...] Na verdade, tal Estado está propondo, em primeiro lugar, que as classes trabalhadoras aceitem e legitimem em termos práticos uma certa divisão do trabalho no seio do aparelho de Estado capitalista: a concentração do ramo central nas questões cruciais concernentes à acumulação de capital (estatuto da propriedade, tributação, investimento, salários "diretos" etc) e a dedicação do ramo local às questões referentes mais diretamente à reprodução da força de trabalho (moradia, transporte, saúde, educação, etc). Em segundo lugar, esse Estado atrai politicamente as classes trabalhadoras para o polo local, atenuando desse modo a sua intervenção nas questões tratadas pelo polo central (SAES, 2001, p. 69).

Podemos ver aqui, portanto, um maior detalhamento da repartição das responsabilidades atribuídas aos diversos entes da federação - que chama de divisão do trabalho no seio do aparelho de Estado. Além disso, o pensamento de Saes (2001) atribui essa distinção não ao acesso das classes dominantes a um ou outro aparelho, mas a sua função da reprodução do capital e das classes sociais¹³⁰.

Há outro tema que se relaciona diretamente com esse: o nível da análise. As análises de conjuntura se situam num nível hiperconcreto. Na sua gramática mesma as formas mais concretas de abstração perdem seu lugar em favor de substantivos próprios. É comum que não se fale de construtoras em geral, fala-se de Odebrecht, Camargo Corrêa, etc. Os capitalistas perdem seu aspecto indeterminado e ganham nomes: Setúbal, Trabuco, etc. E isso não é sem razão. De fato, este tipo de análise se propõe a dar conta de um todo sempre-já-dado

¹³⁰ Vale notar que Nobre identifica um fenômeno político que poderia ser considerado correspondente a essa divisão do trabalho estatal: "O governo Lula criou onde e como pôde políticas sociais compensatórias. Só que repartiu de maneira desigual os seus dividendos políticos. O PT ficou com a formulação, com o controle dos projetos e com o crédito de paternidade (ou maternidade, como se queira). E o PMDB recebeu a maior parte da execução das políticas - justamente aquele que contempla o poder local e abastece a política miúda" (NOBRE, 2013, p. 121).

(DAVOGLIO, 2014). Nesse nível, portanto, quase todas as determinidades do objeto estão determinadas. A divisão internacional do trabalho se impõe como um fato já-dado. O peso de cada classe na sociedade e seu poder se impõe como um fato já-dado. Em suma, as circunstâncias do mundo se impõem e atormentam as gerações presentes¹³¹.

Mas o que isso tem a ver com nosso debate? Acreditamos que as limitações da análise do regime político brasileiro deitam raízes na sua prisão ao nível de análise conjuntural¹³². Afinal, nesse nível nada está por se determinar e o desenvolvimento das contradições parece algo apenas visível num horizonte distante. Tomemos a questão que vínhamos tratando até então. O predomínio do Poder Executivo é um fato já-dado nas análises de conjuntura. Como indicamos acima, sua constatação é unânime na literatura coligida. Uma análise, porém, que se dedique à transformação e ao desenvolvimento das estruturas sociais brasileiras vê o definhamento gradual do poder Executivo Federal, em linha com as análises de Marini. Neste outro nível as questões não se apresentam como determinadas, mas em determinação. E aqui aparecem as tendências para onde caminha a realidade. É neste nível de análise onde se situa a proposta do Padrão de Reprodução do Capital (OSORIO, 2012) e, se se quer, do Padrão de Dominação do Capital. Aqui a formação social não está dada, mas dando-se¹³³. Os operários do ABC Paulista não aparecem apenas como um segmento grande da classe trabalhadora, mas em retração¹³⁴.

É nesse sentido que, em nossa análise, Boito Júnior se aferra ao predomínio do Executivo sobre o Legislativo. A história da relação entre esses Poderes, contudo, parece indicar que essa superioridade é cada vez menor. A cada nova determinação, vemos um poder presidencial enfraquecido. De acordo com Marini, as duas vias principais do enfraquecimento presidencial eram a transferência dos meios de poder para o mercado, via privatizações, ou para

¹³¹ "Os homens fazem a sua própria história; contudo não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos" (MARX, 2011, p. 25).

¹³² Encontramos em Arbia (2020, p. 581) um registro de que Plínio de Arruda Sampaio Júnior e Carlos Eduardo Martins também estão restritas a tal nível de análise "profícuas e esclarecedoras, suas análise não realizaram um retomada de maior espectro histórico, como a que propomos aqui".

¹³³ "47 - [Die Philosophie] A filosofia, ao contrário, não considera a determinação *inessencial*, mas a determinação enquanto essencial. Seu elemento e seu conteúdo não é o abstrato e o inefetivo., mas sim o *efetivo*, que se põe a si mesmo e é em si vivente: o ser-aí em seu conceito. É o processo que produz e percorre os seus momentos; e o movimento total constitui o positivo e sua verdade. Movimento esse que também encerra em si o negativo, que mereceria o nome de falso se fosse possível tratar o falso como algo de que se tivesse de abstrair. Ao contrário, **o que deve ser tratado como essencial é o próprio evanescente**; não deve ser tomado na determinação de algo rígido, cortado do verdadeiro, deixado fora dele não se sabe onde; nem tampouco o verdadeiro como um positivo morto jazendo do outro lado" (HEGEL, 2002, p.53, itálicos do original, negrito nosso).

¹³⁴ Talvez fosse essa a motivação que levou Marx ao estudo do cálculo diferencial no fim de sua vida.

o Parlamento, via alterações legais. E com Nobre vimos que o poder dos Estados e Municípios se enfraqueceu em favor da União - Boito vê o resultado desse processo. Os principais atos legais que contam essa história são as privatizações nacionais, o Plano Real, a Lei Kandir, a regulação das medidas provisórias, a Lei de Responsabilidade Fiscal, a negociação das dívidas de estados e municípios - que também lhes exigiu privatizações - e, mais recentemente, as emendas obrigatórias, o teto dos gastos e a autonomia do Banco Central. O que importa reter é que ambos os movimentos, a centralização do poder em nível federal e em favor do Legislativo, terminam por elevar gradualmente o poder exercido pelo Congresso.

Há que indicar que a mera análise dos poderes em si é insuficiente. Este é um mérito das análises de Boito Júnior (2018) e Saes (2001) que, ao buscar vinculá-las com as classes sociais, as tornam superiores às análises de Nobre (2013). Afinal, foi por iniciativa dos sucessivos presidentes que o presidencialismo foi perdendo força, um aparente paradoxo. Um mandatário que indica o presidente da Vale e da Petrobras é mais forte - controla mais meios de poder - do que aquele que indica apenas o da Petrobras. Assim como um capaz de indicar o presidente da Petrobras que, por sua vez, controla a BR Distribuidora¹³⁵ é mais forte do que aquele que escolhe o dirigente da estatal sem seu braço atacadista. É a dinâmica que lhe dão as classes que dissolve o caráter paradoxal desse processo: a menor força dos setores da burguesia brasileira vinculados à produção petroleira nas presidências de FHC e Bolsonaro torna compreensível esses processos.

Em síntese, podemos afirmar que o período estudado é caracterizado pela transformação da relação entre os centros de poder. E isso se dá triplamente. Primeiro na redefinição da relação entre o poder executivo federal e os poderes subnacionais com a Lei Kandir, a Lei de Responsabilidade Fiscal, o Plano Real e a negociação das dívidas de estados e municípios. E depois, a transferência gradual, porém perene ao longo de todo o hiato temporal que nos ocupa, dos meios de poder do Estado para o Mercado via privatizações, em segundo lugar, e do Executivo para o Congresso, em terceiro lugar.

3.1.2. A cena política

A organização de um regime político, além da distribuição dos centros de poder, depende também dos representantes políticos dos interesses sociais. Os atores políticos devem representar na cena política os interesses dos atores sociais. Busquemos mostrar, agora, como

¹³⁵ Empresa de distribuição de combustíveis criada em 1971 e controlada pela Petrobras até 2019, quando foi privatizada. É a segunda maior empresa do Brasil, de acordo com a receita (VALOR, 2021).

está organizada a cena política no atual regime político brasileiro e quem são os principais representantes políticos que a ocupam.

Boito Júnior (2018) identifica quatro personagens partidários significativos - para além dos partidos de aluguel - na atual quadratura histórica brasileira. Ao PSDB caberia representar os interesses do capital financeiro. O PT é tratado como partido de base operária que vai se tornando crescentemente o representante da grande burguesia interna. A burguesia de serviços divide sua representação no PFL (que se tornou DEM em 2007) com os setores financeiros internacionais. Por fim, no PMDB haveriam três alas: a primeira governista, seguida pela ala representante dos interesses do capital financeiro internacional e, por fim, a ala que representa os interesses da média burguesia e da burguesia de Estado.

Esses partidos formavam uma cena política na qual "a regularidade da polarização do PT com o PSDB nas eleições presidenciais dos últimos 20 anos evidencia a consolidação de um sistema multipartidário polarizado por esses dois maiores partidos." (BOITO JÚNIOR, 2018, p. 235). Tal polarização expressaria, no plano político, a contradição principal da vida política brasileira: as tensões entre a burguesia financeira internacional e a burguesia interna. Além desses pólos, há ainda a presença de partidos não ideológicos, que chama de "partidos de patronagem", cuja presença na Câmara é significativa.

A existência desse tipo de partidos teria raízes, para Boito Júnior (2018), nas características do atual regime político brasileiro. Por ter a capacidade decisória centrada na burocracia estatal, o hiperpresidencialismo geraria uma legitimidade burocrática. A força do Executivo - e de seu chefe - e o conseqüente rebaixamento do Legislativo gesta o fenômeno dos partidos de aluguel - ou de patronagem -, partidos do governo por excelência. O contraste entre a força do presidente e a debilidade dos partidos faz com que "no neoliberalismo brasileiro, não existe governo de partido, mas partido do governo" (BOITO JÚNIOR, 2018, p. 47). O seu modo de agir e fazer política seria ao mesmo tempo produtor e produto da subordinação do Legislativo ao Executivo¹³⁶. As contribuições de Saes (2001) apontam para uma análise similar. Nela temos um regime político baseado num presidencialismo forte que se coloca ao lado de um legislativo amorfo, refletido no que chama de despartidarização do governo, isto é, a inexistência de um governo do partido.

Como a função governativa dos partidos é debilitada neste regime político, sua função representativa se vê prejudicada. A consequência é que "os diferentes setores sociais percebem

¹³⁶ "O comportamento desses partidos [não ideológicos], que contam com expressiva soma de cerca de 200 deputados na Câmara Federal, contribui para o esvaziamento político do Congresso e para sua subordinação ao Executivo" (BOITO JÚNIOR, 2018, p. 235).

que o partido não é um instrumento importante de poder e dirigem sua luta e pressão diretamente para a burocracia de Estado" (BOITO JÚNIOR, 2018, p. 48). Assim, se debilita a ligação entre a sociedade e os partidos e, na ausência desta mediação, dá-se uma relação direta com a burocracia do Estado. Ou seja, a baixa representatividade dos partidos e sua baixa influência no governo ajudam a reproduzir a dominância do Executivo sobre o Legislativo.

Outra interpretação sobre a cena política do regime é a de André Singer¹³⁷. A importância de trazer aqui o pensamento de Singer reside no fato de que este autor "conseguiu reformular, em um novo e instigante patamar, teses explicativas e perspectivas de ação política que se encontravam dispersas" (NOBRE, 2013, p. 172)¹³⁸.

A tese do autor é por ele mesmo assim resumida:

os três maiores partidos "reais", desde 1945, quando o Brasil passa a ser uma democracia de massa, até 2016, de um certo ponto de vista *são os mesmos*, embora os nomes tenham mudado. Eles cruzam o setor moderno e o atrasado, resultando numa oposição bipolar entre um partido popular e um partido de classe média, todavia mediada por um partido do interior, em que prevalecem relações de clientela (SINGER, 2018, p. 23).

Antes de começarmos a tecer nossas críticas à visão do autor, convém destacar seu mérito. O sistema partidário brasileiro pós-1988 conta com elevado número de partidos. Não é raro que, em decorrência disso, afirme-se que o sistema partidário brasileiro é ineficiente, confuso ou até mesmo caótico. De acordo com essa visão, residiria inclusive nesta extremada pulverização da representação partidária a incapacidade de formar governos de partido e, portanto, seria a raiz do presidencialismo de coalizão¹³⁹. É nesse sentido que a tese de Singer busca sair do perturbador mundo das aparências e infinitas determinações e nos oferece a visão de uma totalidade organizada pelo que chama de eixos.

Detalhemos quais eram esses eixos e o que representavam na sua versão pós-1988. Começemos pelo seu eixo do meio. Após a reabertura de 1979, o PMDB perde sua substância

¹³⁷ O caráter meramente descritivo da obra pode ser assinalado por passagens como "No *cambalache* do século XXI é preciso lançar mão do que estiver ao alcance para gerar interpretações. [...] Não existe - que eu conheça - uma teoria das classes que dê conta dos rápidos processos contemporâneos" (SINGER, 2018, p. 17-18).

¹³⁸ O comentário de Marcos Nobre se deve, na realidade, à obra anterior de Singer em que o autor busca caracterizar o lulismo. As teses que retomaremos dizem respeito ao livro seguinte que trata do *Lulismo em Crise*, mas acreditamos que o papel do autor - e com isso os comentários de Nobre - se mantém.

¹³⁹ Esta visão é tão difundida que o apontamento de sua expressão não pode deixar de ser parcial e arbitrário. Pode-se encontrar manifestações desse pensamento na grande mídia e entre os atores envolvidos na administração do aparelho de Estado, para o qual oferecemos as referências de Pereira (2020) e Reis e Silva (2016). Mesmo entre os autores que amparam nosso estudo podemos encontrar ecos desta tese: "O novo sistema político promoveu a proliferação de uma miríade de partidos sem princípios ou ideologia, tornando praticamente impossível ao presidente comandar uma maioria no Congresso sem estabelecer coalizões tão complexas quanto instáveis" (SAAD-FILHO; MORAIS, 2018, p.81).

popular - que havia adquirido em 1974! - e começa a se interiorizar até que cumpra o papel de partido do interior. Nas palavras de Singer,

A partir do momento que o PMDB atinge governos de estado - teve dez vitórias em 1982, entre elas em São Paulo e Minas Gerais -, o interior, sempre mais governista e também terreno seguro para o clientelismo, torna-se gradativamente a morada definitiva do antigo partido dos pobres. O velho PSD, como partido do interior, renasce agora sob a capa de PMDB (SINGER, 2018, p. 148).

O segundo eixo do sistema, o partido da classe média, começa a tomar forma na mesma época que o PMDB se firmava como partido do interior. A razão para tal é que os representantes deste partido estariam empenhados na modernização do país e, portanto, não poderiam mais conviver com os representantes do "Brasil atrasado"¹⁴⁰. Precisavam formar um partido próprio, o PSDB. Assim como o PMDB era a reencarnação do PSD na "segunda democracia", o PSDB encarnava a UDN: "tanto em termos ideológicos como no que concerne às bases sociais, são claras as similitudes [do PSDB] com a antiga UDN" (SINGER, 2018, p. 149). De acordo com o autor, este segundo eixo do sistema partidário brasileiro pode ser melhor entendido na sua busca por modernizar o país.

Mais do que representar pontos de vista à esquerda do centro, os tucanos queriam *modernizar* o país, sem receio de assumir posturas liberais para alcançar tal objetivo. É clara também a afinidade eletiva entre a nova sigla e as camadas médias urbanas, que votam nos tucanos desde o surgimento do partido. [...] Mais do que representar pontos de vista populares, os tucanos querem simbolizar o moderno. Compreende-se, então, a proximidade entre a nova sigla e setores dinâmicos do capital (SINGER, 2018, p. 148-149).

O terceiro eixo, por sua vez, está caracterizado pelos pobres. Este setor, de acordo com o autor, vagava pelo cenário político brasileiro sem representação desde 1979 até que finalmente encontra, no PT de 2006, seu justo representante. A relutância dos pobres em votar no PT até então, se daria, segundo o autor, porque "os votantes pobres queriam escolher alguém que pudesse promover a igualdade, mas sem provocar desordem, dado o temor que a sua vulnerabilidade os fazia ter da 'bagunça'" (SINGER, 2018, p. 150)¹⁴¹. Isso só ocorreu depois do primeiro mandato presidencial petista. No trecho a seguir, Singer descreve esse processo de alinhamento.

¹⁴⁰ Temos, portanto, mais um exemplo que dá razão a Gilberto Vasconcellos quando afirma que "sempre voltamos, ainda que com outra terminologia, à voga da concepção social, econômica e política (o dualismo moderno/arcaico) combatida por Gunder Frank nos inícios dos anos [19]60. Empiricamente falso e teoricamente equivocado, o dualismo sociológico divide a sociedade em suas partes com um setor avançado e desenvolvido e outro marginal, pobre, subdesenvolvido, alheado, 'excluído', como se fossem dois mundos autônomos e desprovidos de nexos causais." (VASCONCELLOS, 2014, p. 42).

¹⁴¹ A tese do conservadorismo inato dos pobres brasileiros, de Singer, recebeu críticas por Marcos Nobre (2013) e Boito Júnior (2018). A principal delas é que o autor supõe algo que deveria provar e faz uma má analogia quando compara os "subproletários" brasileiros com os camponeses parcelares franceses.

O deslocamento do PT ao centro neutralizou os efeitos do conservadorismo popular na eleição de 2002. Depois, à medida que Lula comandou a adoção de políticas públicas e estabeleceu ganhos na assistência social, no salário mínimo, na concessão de crédito e na geração de emprego, sem provocar desordem, produziu-se em 2006 o realinhamento, por meio do qual as camadas populares passaram a notar em massa no lulismo (SINGER, 2018, p. 152).

Apesar dos méritos destacados acima, a figura oferecida por Singer tem graves problemas. Através do percurso descrito até agora, Singer (2018, p. 153) chega à estranha conclusão de que "dotados de diferentes programas e bases sociais, os dois partidos [PT e PSDB] polarizam as eleições de 2006, 2010 e 2014". Não há muita polêmica em afirmar que esta polarização está colocada desde as eleições de 1994. A simples verificação dos resultados dos pleitos denota que esses partidos são as principais alternativas eleitorais para o executivo federal e organizaram todo o sistema político-partidário desde então.

Outro problema grave de sua interpretação, conforme já indicamos no capítulo 1, é que a sua leitura prescreve um sistema partidário suprahistórico em que uma característica imanente fica tentando se expressar em momentos diversos da sociedade brasileira. No sistema do autor esse traço se faz entrever no que chama de eleições críticas, caracterizadas como os pleitos em que há um alinhamento entre os setores sociais e sua representação. Esse alinhamento deve ocorrer sobretudo quando, por um lado, o subproletariado se identifica em larga medida com uma das alternativas eleitorais, enquanto, por outro, as classes médias se identificam com outra opção e acabam polarizando a sociedade.

Subjaz a esta tese uma certa ideia de que o "subterrâneo" da sociedade é estático, enquanto a sua dinâmica cabe a sua "superfície" política, sobretudo aos momentos eleitorais. Essa visão de uma sociedade "sempre igual" é o que dá o caráter suprahistórico à sua interpretação. Além disso, essa forma de enxergar a sociedade brasileira faz uma má comparação entre os três momentos em que ocorrem as "eleições críticas": 1945, 1974 e 2006. O autor iguala coisas com substâncias fundamentalmente diversas, principalmente no que diz respeito à situação política dos três segmentos sociais que, segundo ele, resumem a vida política do país.

Há por trás desse "erro" um efeito político que se busca produzir: o PT seria o PTB do século XXI. Eventuais diferenças estariam apenas no grau do reformismo de cada um - fraco ou forte. Singer ignora, desta maneira, as diferenças substanciais entre o PTB e o PT. O PTB foi o partido efetivamente reformista no qual a classe trabalhadora concentrou seus esforços organizativos num momento em que a separação dos trabalhadores e meios de produção avançava em largos passos, engrossando as fileiras operárias nas cidades. Representa, portanto,

um momento de acúmulo de forças e mobilização crescente por parte da classe trabalhadora em conexão com as gerações passadas da cultura nacional que se traduz num programa reformista. O PT, por sua vez, representa em tudo o contrário: o período em que dirige a sociedade brasileira é marcado pela desmobilização política e material da classe trabalhadora, pela perda de direitos e pela desconexão com as gerações anteriores que se traduz num governo impotente. Não há, tampouco, na prática do governo petista qualquer sombra de reformismo. O PTB representava o fio da história. O PT representa o desejo e o gozo com o rompimento desse fio.

Em suma, as teses de Singer, apesar do efeito sedutor que desempenha por conta da minúcia de detalhes que exhibe, inverte a explicação. No lugar de um conteúdo não só diferente, mas contrário, o autor nos apresenta uma forma diversa para o mesmo conteúdo. Apesar de tudo, oferece-nos também uma interpretação em que os três componentes do sistema político brasileiro se hierarquizam de modo que apenas os partidos dos pobres e da classe média lutam pela hegemonia social, enquanto o partido do interior pode apenas se acoplar ao vencedor daquela batalha em troca de benesses menores.

Uma quarta interpretação sobre o sistema político brasileiro pode ser encontrada em Marcos Nobre (2013). De acordo com ele, o traço fundamental para interpretar o atual sistema político no Brasil é a transição para a democracia em convivência com uma cultura política gestada ainda durante a ditadura. Haveria, portanto, uma tensão latente na sociedade brasileira entre a progressiva democratização, que redundaria na maior socialização dos frutos do desenvolvimento econômico e exigiria a construção de uma nova cultura democrática, e uma cultura política obstinada em impedir transformações sociais.

Assim como em Singer, é nítida a inspiração desenvolvimentista da leitura do atual presidente do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap)¹⁴², que dá nova roupagem ao "problema" da relação entre atrasado e moderno. A sociedade que se democratiza - ou, de acordo com o linguajar uspiiano, se moderniza¹⁴³ - tem de conviver com a cultura política - conviver com o atraso - que impede a consolidação deste novo modelo de sociedade em gestação. Esse processo estaria marcado pelos três principais atores que conduziram suas etapas: na primeira etapa a cultura se forma sob a liderança do PMDB; na segunda, sob a liderança do PSDB, essa cultura ganha uma nova figura e constrói um sistema polarizado entre os dois pretendentes à síndicos do condomínio pemedebista; e, ao fim, os polos desapareceriam

¹⁴² O Cebrap foi criado em 1969. Sobre seu papel nas ciências sociais brasileiras, ver Ouriques (2014) e Vasconcellos (2014).

¹⁴³ É necessário que se revise as teses da ciência política buscando identificar as consequências deixadas pela sociologia modernizadora uspiiana, tal como o esforço de Rocha (2017) em relação à produção do Serviço Social.

sob a condução do PT que, ao eliminar na prática a oposição, se colocaria como único dirigente do pemedebismo (NOBRE, 2013)¹⁴⁴.

Para o autor, no mesmo processo em que se desenvolve essa cultura política se gesta, também, uma nova sociedade. De acordo com Nobre, a história da Nova República será, portanto, a história a transfiguração desta cultura política, o pemedebismo.

Tanto o "neoliberalismo" do período FHC quanto o que se chama de "lulismo" são figuras do pemedebismo, são configurações mais avançadas dessa cultura política inerentemente conservadora. Mas são também momentos e figuras da construção do social-desenvolvimentismo que se cristalizou a partir do segundo mandato de Lula (NOBRE, 2013, p. 148).

A cultura política que marca o período que analisamos possui algumas características que, para Nobre, a singularizam. Seus cinco elementos fundamentais são:

o governismo (estar sempre no governo, seja qual for ele e seja qual for o partido a que se pertença); a produção de supermaiorias legislativas, que se expressam na formação de um enorme bloco de apoio parlamentar ao governo que, pelo menos formalmente, deve garantir a "governabilidade"; funcionar segundo um sistema hierarquizado de vetor e contorno de vetor; fazer todo o possível para impedir a entrada de novos membros, de maneira a preservar e aumentar o espaço conquistado, mantendo pelo menos a correlação de forças existente; bloquear oponentes ainda nos bastidores, evitando em grau máximo o enfrentamento público e aberto (exceto em polarizações artificiais que possam render mais espaço no governo e/ou dividendos eleitoral) (NOBRE, 2013, p. 14).

Um dos pilares do pemedebismo, segundo o autor, é o sistema de vetos hierarquizados. Este sistema, criado inicialmente para lidar com os limites colocados pelo bipartidarismo da ditadura que obrigavam a coexistência de vários grupos políticos no mesmo corpo partidário, tomou conta do sistema político brasileiro no processo de redemocratização. O papel exercido pelo Centrão na Constituinte jogou um peso enorme na hegemonização deste modo de fazer política, assim descrito pelo autor:

É por isso que a cultura política dominante pode ser descrita de maneira simples como um sistema de vetos hierarquizados. É um modo de fazer política que promete franquear entrada a quem deseja. Funda-se na promessa evidentemente irrealizável de, no limite, engolir e administrar todos os interesses e ideias presentes na sociedade, sem que haja perdedores que fiquem sem compensação. E garante a quem entrar que, se conseguir força eleitoral, e em proporção a essa força, ganhará direito a disputar espaço, dentro da máquina partidária e dentro do pemedebismo do sistema político, e a reivindicar e receber posições no aparelho do Estado (NOBRE, 2013, p. 42-43).

¹⁴⁴ "Destaca-se nesse processo o fato de o controle da inflação ter permitido, pela primeira vez, que a desigualdade obscena do país fosse para o centro do debate público e da disputa política. Foi em um sistema fortemente polarizado em torno do combate às desigualdades que o PT chegou ao poder federal. Foi essa mudança de patamar da política e do debate público que permitiu a consolidação, ao longo do período Lula, do que se chama aqui de social-desenvolvimentismo" (NOBRE, 2013, p. 100).

Não se trata de um sistema de vetos sem mais. Em primeiro lugar, porque se trata de um sistema de vetos hierarquizado. O processo de vetos tem árbitros, organizados segundo a hierarquia partidária. Em cada caso, cabe em princípio ao árbitro - ao dirigente partidário que, na hierarquia, se encontra acima do nível em disputa - decidir tanto sobre o poder de veto pretendido como sobre seu alcance e possíveis alternativas (NOBRE, 2013, p. 45).

O pemedebismo está associado a uma crença para o exercício do poder político no Brasil, principalmente do poder presidencial. O presidencialismo de coalizão seria a única forma em que governar é possível. Não seria uma possibilidade, mas um imperativo. Neste sentido, o pemedebismo prega que "esmagadoras maiorias suprapartidárias, segundo o modelo do Centrão na Constituinte, seriam indispensáveis não apenas para bloquear movimentos como o do impeachment, mas para que fosse possível governar." (NOBRE, 2013, p. 12).

As características da cultura política brasileira pós-ditadura debilitam, para Nobre (2013), os partidos em prol de outras formas de organização dos interesses sociais, sobretudo formas suprapartidárias. A mais destacada delas seria a formação de bancadas no Congresso Nacional que reúnem os mais diversos partidos na defesa de pautas temáticas. Esta tese mostra ser possível que o fortalecimento do congresso seja concomitante com o enfraquecimento dos partidos.

Se, por um lado, todos os autores arrolados acima concordam com a debilidade dos partidos políticos no referido regime, sua consequência é observada de modo variado. Enquanto Boito Júnior (2018) vê como sua decorrência - e também como sua causa, é verdade - o enfraquecimento do Poder Legislativo, Marcos Nobre enxerga o fortalecimento de demais formas organizativas no interior do Parlamento - em especial a figura das bancadas parlamentares. Ora, de fato, pesquisas como as de Costa e Simionatto (2012) têm encontrado mais significação na análise da política das bancadas do que dos partidos na busca por identificar a atuação dos setores sociais na cena política. Importa reter, portanto, que a tese da transferência gradual dos meios de poder para o Congresso pode conviver com a tese dos partidos fracos, posto que a fraqueza dos partidos empurra os atores sociais para dentro do Parlamento - como havia nos mostrado Diniz (2010). Há aqui uma semelhança com as teses de Boito sobre a falta de mediação partidária na representação dos interesses sociais, contudo esse autor desloca diretamente para a burocracia o papel de acolher e coordenar essas demandas sociais; negligencia com isso a possibilidade que a relação direta entre setores sociais e o Estado se dê no Congresso e o fortaleça.

Há também uma tese bastante difundida e cuja hereditariedade não saberíamos precisar. Ela está presente em variados autores como, por exemplo, Cueva (1988), Osorio (2019) e

Demier (2017). Trata-se da tese de que os regimes políticos da América Latina, após os processos de redemocratização dos anos 1980, seriam democracias de baixa intensidade. Elas estariam caracterizadas mormente por restringir a democracia a eleições periódicas ou a dar um verniz eleitoral à dominação de classe¹⁴⁵. A consequência dessa tese que nos importa reter é que o ser e o fazer desta democracia geraram um confinamento da atividade política a eventos eleitorais ou espaços restritos e, desta maneira, atrofiou o desenvolvimento de uma consciência nacional-popular crítica. É sabido que um corpo diminui a musculatura de uma região do corpo que é pouco usada durante largo período. O atual regime político brasileiro não representou, tampouco durante o período liderado pelo petismo, uma fisioterapia sobre a musculatura política do corpo da nação brasileira; na realidade contribuiu para fazê-la definhir.

Toda essa estrutura possui também, de acordo com Boito Júnior (2018), uma ideologia que lhe é adequada. Trata-se de ideologia elogiosa da concentração do executivo que defende o "caráter técnico" das políticas - como no caso da política monetária que citamos no capítulo 1 - que advoga a necessidade de rapidez na ação governamental por meio das medidas provisórias e em desfavor das longas discussões congressuais; e que critica o caráter clientelista da ação do Congresso com suas emendas e demais relações que favoreçam as bases políticas dos parlamentares. Esta mesma ideologia inverte a causalidade na relação entre os poderes: não é o "baixo nível" do congresso que o coloca em subordinação ao (e em relação de fisiologismo com) executivo, é antes um "Congresso rebaixado [que] atrai quadros políticos dispostos a servir, em troca de favores, como base passiva dos sucessivos governos" (BOITO JÚNIOR, 2018, p. 50).

Gilberto Vasconcellos e Nildo Ouriques nos apresentam uma ideia significativa para a compreensão da cena política brasileira: o petucanismo. A construção dos autores lança luz para o efeito que as teses das ciências sociais têm sobre a cultura política brasileira. Nessa toada, os autores identificam nas teses uspianas da modernização - bem como no combate perpetrado por seus autores à TMD - as raízes sociológicas de tal fenômeno político¹⁴⁶. A partir delas, os

¹⁴⁵ Tomemos como exemplo desta interpretação o seguinte trecho: "*estamos diante de uma neooligarquização do Estado latino-americano com um coro eleitoral*. As eleições serviram mais para legitimar o novo Estado latino-americano que para disputar ou reduzir o poder das classes e frações dominantes" (OSORIO, 2019, p. 104, itálicos no original).

¹⁴⁶ "Vale realçar com os olhos na atualidade que a visão dualista e esquizofrênica de Jacques Lambert sobre o Brasil justificará o colonialismo interno de São Paulo, espécie de prelúdio do que viria a ser o petucanismo (fusão PT e PSDB) nas ciências sociais com o seu euroianquecentrismo, segundo o qual a dominação europeia e norte-americana é progressista porque moderniza os países atrasados com empresas multinacionais, dando emprego para a caboclada encher a cara de cachaça com torresminho" (VASCONCELLOS, 2014, p. 129-130). E também: "O petucanismo é um pingue-pongue político da industrialização recolonizadora multinacional. O PT e o PSDB se irmanam na oposição ao brizolismo bolivariano, porque o atraso para a sociologia petucana é um problema interno à sociedade brasileira, e não fruto da dominação externa" (VASCONCELLOS, 2014, p. 146).

principais atores políticos no Brasil - concentrados ao redor do PT e do PSDB - haveriam renunciado a qualquer possibilidade de romper o subdesenvolvimento - isto é, com o capitalismo -, aceitando impotentemente o lugar subalterno do país no arranjo de nações, desde de que compensado por políticas social-democratas que dessem uma feição menos indigna ao país¹⁴⁷.

A sinfonia petucana (PT e PSDB), na qual está ausente qualquer vestígio de má consciência entre os intelectuais, é a consagração da impotência para transformar o país. O marxismo desapareceu das universidades, ficou a caricatura de um marxismo pró-capitalismo com economia popular de mercado, que é o corolário do hedonismo multinacional corruptor da aristocracia operária sobretudo do ABC paulista. Nesse capitalismo com "fisionomia humana" a consciência de classe é substituída pela retórica liberal e eclesiástica da cidadania, que é uma forma de deixar a mais-valia escondida pela reza e caridade. Assim, "ética na política" não é diferente da "ética nos negócios", o cínico princípio de que o capitalista não pode prescindir (VASCONCELLOS, 2014, p. 98).

Os atores políticos não tinham maiores dificuldades em encontrar fundamentos teóricos para sua postura, uma vez que "as ciências sociais disjuntaram a espoliação imperialista externa da exploração classista interna" (VASCONCELLOS, 2014, p. 66). Há, portanto, nas teses desses autores uma íntima conexão entre a cultura política brasileira que vigora após a redemocratização, com o desenvolvimento do capitalismo¹⁴⁸ e das ciências sociais durante a ditadura militar¹⁴⁹.

Na ausência de divergências teóricas de fundo, resta a disputa partidária para iludir o respeitável público e ocupar grande parte do mundo universitário com

¹⁴⁷ "El PT adoptó - sin necesidad - el Plan Real como estrategia económica. La única diferencia era que el PT puso 'rostro humano' en el pacto de clase organizado por FHC. Los programas sociales festejados por casi todos representaron, de hecho, una digestión moral de la pobreza, pues al Bolsa Familia, principal programa social de Lula y Dilma, consumió tan sólo el 0,47% del PIB, mientras el gasto con el rentismo de la deuda acaparó siempre el 8 o 9% del PIB" (OURIQUES, 2016, *online*)

¹⁴⁸ "Todos os setores produtivos aliaram-se à liderança das multinacionais, inclusive os operários dos sindicatos de São Paulo, nos quais se destacou Luiz Inácio Lula, o qual viu com simpatia as fábricas multinacionais à beira da rodovia Anchieta, elogiando-as por pagarem salários maiores do que as outras empresas multinacionais como se tivéssemos no capitalismo de competição e com igualdade de condições entre empresas. Por outro lado, foi a mesma coisa que vingou com o capital estrangeiro durante os oito anos de governo FHC, o príncipe das privatizações internacionais. A questão fundamental passou a ser administrar a dependência com competência. O modelo de desenvolvimento do capital estrangeiro foi aceito por todos, exceto o PDT de Leonel Brizola e Darcy Ribeiro" (VASCONCELLOS, 2014, p. 130).

¹⁴⁹ "Então, cipaio significa a burguesia submissa aos interesses estrangeiros, o petucanismo é uma forma de cipaismo no estágio do capitalismo videofinanceiro. Para o cipaio petucano, o imperialismo é uma etapa avançada e progressista no capitalismo industrial brasileiro, ou seja, o capital estrangeiro é um agente do progresso e da modernização. O petucanismo é a simbiose do PT com o PSDB, é a retomada da teoria dualista de Gino Germani e Jacques Lambert. Destarte, a tendência hegemônica nas ciências sociais é a abordagem difusionista, segundo a qual os países atrasados irão repetir as etapas evolutivas dos países desenvolvidos. Nelas não é nunca evidenciado o nexo causal entre o subdesenvolvimento e o desenvolvimento" (VASCONCELLOS, 2014, p. 137). E também "Em minha tese *La teoría marxista de la dependencia* identifiquei as razões teóricas pelas quais a esquerda petista radical mantinha uma interpretação teórica sobre o capitalismo periférico - especialmente sobre o Brasil - que, no essencial, coincidia com os postulados de Fernando Henrique Cardoso" (OURIQUES, 2014, p. 56).

quinquilharias ideológicas e divergências sobre questões não essenciais. É por isso que o antigo e fecundo debate sobre a *economia política* - inclusive na versão burguesa cepalina - permanece agora limitado a opções de *política econômica*, como se os dilemas da dominação burguesa no capitalismo dependente pudessem se elucidar a partir de uma "perfeita" combinação entre metas de inflação, taxas de juro e câmbio (OURIQUES, 2014, p. 57)

Estamos de acordo com as análises de Ouriques e Vasconcellos porquanto nos permitem identificar que as disputas colocadas na cena na política ao mesmo tempo em que revelam eventuais divergências das frações burguesas em pugna, também revelam seu confinamento à hegemonia do capital financeiro. Oferecem, portanto, outra resposta para a significativa pergunta feita por Boito Júnior (2018, p. 271) quando diz que "é preciso se perguntar, pelas razões que propiciaram que os desenvolvimentistas e os neoliberais, e não outras correntes ou projetos, ocupassem a boca da cena e polarizassem o conflito político no Brasil atual". Aqueles autores nos possibilitam entender como a sorte dos dois principais partidos brasileiros nos últimos 30 anos estava unida entre si e com o próprio regime político.

Caracterizado o regime político, passemos agora à crise.

3.2 - A crise do regime político

Todas as forças sociais se empenham hoje em compreender e equacionar a crise que vivemos. Pode-se dizer que todas lançam seu cérebro a esta missão. Talvez seja até mesmo possível afirmar que a nação enquanto ser¹⁵⁰ está dedicada a sua resolução prática. É evidente que alguns membros das classes sociais recebem a missão de registrar essas reflexões e até mesmo de dar elas uma forma mais coerente¹⁵¹. O presente capítulo busca dialogar com alguns desses esforços e oferecer nossa interpretação.

Afirmamos ao início do trabalho que a crise não é em si um objeto; ela é, antes, um momento da relação de nosso objeto consigo mesmo. Por isso, empregamos nossas reflexões iniciais com o intuito de saturar o Estado brasileiro com as determinações que caracterizam sua configuração atual. Temos condições agora de analisar o momento da relação de nosso objeto consigo mesmo que caracteriza a crise. Já descrevemos a formação do bloco no poder que se forma com o compromisso de 1994 (capítulo 1), as relações que caracterizam a reprodução social sob a dominação deste bloco e seu desenvolvimento (capítulo 2) e o regime político que

¹⁵⁰ "Pues por nación se entiende por lo común la construcción de un yo colectivo, es decir, la construcción compleja de cierto grado de centralización y homogeneidad en torno al mercado interno" (ZAVALETA, 1989, p. 46)

¹⁵¹ "Todo o grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, organicamente uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade [...] não apenas no campo econômico, mas também social e político" (GRAMSCI, 2000, p. 15)

é produto deste mesmo processo. Agora devemos investigar as causas e o desenrolar de sua crise e estamos habilitados para tal empreitada.

Nesta seção, a primeira subseção está dedicada a definir um conceito de crise. Na subseção seguinte levantamos as principais causas da crise que dá seus primeiros sinais em 2013 para, na terceira parte, apresentar o desenvolvimento da crise e indicar seus possíveis desdobramentos futuros, com o que encerramos esta dissertação.

3.2.1 A crise como momento

Começamos por registrar que as crises, de um modo geral, e a crise política, em particular, têm sido muito mal tratadas pela literatura recente. Poucos são os esforços de defini-la e, o que é pior, seu emprego é feito de forma difusa e, não raro, de modo a ocultar suas verdadeiras raízes. Busquemos, portanto, oferecer de forma sintética, a definição de crise com a qual trataremos.

Uma rara exceção que podemos encontrar na produção recente são os trabalhos de Danilo Martuscelli (2013; 2018). Neles é possível encontrar algumas indicações sobre a crise política e seu estudo.

Podemos extrair do autor que as principais das características da crise política são: i) sua capacidade de revelar as relações sociais de maneira especial, em contraste com o caráter mistificador das conjunturas ordinárias¹⁵²; ii) representar uma "condensação de contradições" de forma específica; iii) revelar um descompasso entre a forma e o conteúdo do Estado, que podem "afetar o tipo de Estado, a forma de Estado, a forma de regime a forma de governo, etc" (MARTUSCELLI, 2018, p. 158); iv) ter seu caráter definido pela "relação entre as contradições em processo" (MARTUSCELLI, 2018, p. 158), isto é, tanto pelas suas causas quanto por suas consequências; v) resultar da ruptura de um equilíbrio de forças que decorre da luta política entre as classes; vi) situar-se numa conjuntura específica, ou seja, seu caráter concreto.

Além disso, o autor diferencia dois tipos de crise. Há crises de transição social, onde se altera o modo de produção dominante numa dada formação social, e as crises da reprodução social. Esse segundo tipo de crise, que nos ocupa, pode resultar em mudanças no bloco no poder ou nas alianças entre as classes; em decorrência disso, esse tipo de crise não pode alterar o tipo de Estado - essa mudança está restrita ao primeiro tipo de crise -, mas tão somente as várias "formas" mencionadas anteriormente (MARTUSCELLI, 2018).

¹⁵² É clássica a formulação de Lenin segundo a qual "la gran importancia de toda crisis consiste en que pone al descubierto lo oculto" (LENIN, 1973, p. 148).

Martuscelli (2018) faz ainda uma diferenciação entre a crise política e situações de instabilidade política. O contraste entre ambas se dá pela existência ou não de "uma força organizada com capacidade de realizar mudanças nas relações de classes vigentes" (MARTUSCELLI, 2018, p. 172). As situações de instabilidade política se originam do descompasso entre o poder político e econômico das classes sociais e podem ser tanto conjunturas de instabilidade quanto de incapacidade hegemônica. Ao passo que a instabilidade hegemônica decorre situações "na qual a nova força hegemônica ainda não detém preponderância econômica", a incapacidade hegemônica tem vez quando "a força social que detém preponderância econômica não dispõe mais de hegemonia política" (MARTUSCELLI, 2018, p. 171).

Por fim, cabe destacar as indicações do autor quanto a forma do estudo da crise. Sua proposta inclui quatro perspectivas para o tratamento da crise: sua relação com o desenvolvimento capitalista, sua dinâmica interna, sua natureza e, por fim, seus efeitos e resultados (MARTUSCELLI, 2013, p. 283).

Além das pertinentes reflexões do autor, resta dizer que sua definição de crise como "situação particular de condensação de contradições" é ainda insuficiente. Para explicar o porquê necessitamos fazer duas digressões. A primeira se refere ao "lugar" que a crise ocupa no pensamento de Marx. No clássico texto sobre o método da economia política, Marx nos indica o caminho desde "as determinações gerais abstratas, que pertencem mais ou menos a todas formas de sociedade", passando pelas "categorias que constituem a organização interior da sociedade burguesa", pelo "Estado em si" e a "divisão internacional do trabalho", até que finalmente chegue ao "mercado mundial e as crises" (MARX, 2008, p. 268). O que está nos demonstrando Marx com isso? Que a progressão sucessiva de determinações resulta no nível mais concreto de análise, em que já não há determinações abstraídas, e que nele se situam tanto o mercado mundial quanto as crises. A condensação de contradições, em nosso modo de ver, não é senão outra forma de designar o concreto e, portanto, não se refere ainda às crises porque há concretos - ou contradições condensadas - que não são crises.

A segunda digressão pode ajudar a entender porque apenas a condensação de contradições é insuficiente para definir a crise. Trata-se da diferenciação entre a contradição como potência ou possibilidade e sua existência como realidade. Tomemos o exemplo da mercadoria. Temos em todas as mercadorias uma contradição entre seu valor de uso e valor de troca. Essa contradição, antes de se resolver, se repõe numa relação entre mercadorias, e logo na relação entre as mercadorias e o dinheiro. Logo, temos no mercado, local onde todas as mercadorias podem desenvolver sua contradição com certa liberdade, uma condensação de

contradições, mas ainda não temos crise. No momento em que o dinheiro passa a mediar a circulação das mercadorias há uma separação entre o ato da venda e da compra. Passa a ser possível comprar sem vender e vender sem comprar. A crise se coloca então, pela primeira vez, como possibilidade. Mas ela não é ainda real e a separação entre compra e venda, apesar de ser contradição e estar condensada, pode conviver ainda.

Insistamos um pouco mais nesse ponto. A crise econômica se trata, efetivamente, do momento em que se compra, mas não se vende, ou se vende e não se pode comprar. Contudo as condições para sua existência enquanto crise não estão dadas pela mera existência da contradição enquanto tal, que existe a todo momento. Há um momento específico em que a possibilidade se torna realidade e toda a cadeia de compras e vendas é arrebatada. Mas a crise capitalista não é uma mera crise comercial. Não se trata de uma mera impossibilidade de vender, mas de produzir e realizar o mais-valor em escala crescente. O momento específico em que as contradições se manifestam como crise, portanto, é aquele em que todos os fatores concretos se concentram na determinação de uma massa de mais-valor reduzida.

A crise deve ser entendida como incapacidade de reprodução. E, arriscamos dizer, isso é verdadeiro para todos os campos do conhecimento. No capitalismo a crise de acumulação ocorre quando não é possível realizar a reprodução ampliada¹⁵³ - ainda que alguma reprodução se dê. Logo, as causas da crise podem ser tão diversas quanto forem as condições para a reprodução. No livro III d'*O Capital* Marx faz um extenso comentário sobre como a guerra civil nos Estados Unidos causou falta de matéria-prima na indústria têxtil inglesa e a colocou em crise¹⁵⁴. E Lênin expôs no *Imperialismo* como as potências centrais passaram a erigir políticas colonialistas dedicadas a administrar essa "fonte" de crise que as colocavam frequentemente em rota de colisão¹⁵⁵.

Se a crise pode ser delimitada em gênero como a incapacidade de reprodução, a crise política como espécie se refere à incapacidade de reprodução da dominação de classes¹⁵⁶. O

¹⁵³ "Tão logo o capital acrescido produzisse uma massa de mais-valor igual ou menor do que antes de seu crescimento, teríamos uma superprodução absoluta de capital, ou seja, o capital incrementado $C + \Delta C$ não produziria um lucro maior, mas apenas igual ou até mesmo menor que o lucro do capital C antes de seu incremento por meio de ΔC ." (MARX, 2017, p. 291)

¹⁵⁴ Ver Marx (2017, p. 158 e seguintes).

¹⁵⁵ "A posse de colônias é a única coisa que garante de maneira completa o êxito do monopólio contra todas as contingências da luta com o adversário, mesmo quando este procura defender-se mediante uma lei que implante o monopólio do Estado. Quanto mais desenvolvido está o capitalismo, quanto mais sensível se toma a insuficiência de matérias-primas, quanto mais dura é a concorrência e a procura de fontes de matérias-primas em todo o mundo, tanto mais encarniçada é a luta pela aquisição de colônias." (LENIN, 2012[1916], p. 116)

¹⁵⁶ "Sem trabalhar com essa distinção [entre Estado e crise do Estado, TSB], não estaremos em condições de determinar a diferença entre Estado, concebido como instância que garante a reprodução das relações sociais de produção dominantes, e crise do Estado, situação na qual o Estado não está mais em condições de garantir a

conceito de Estado, portanto, está intimamente ligado com o conceito de crise. É o Estado que permite que as contradições entre as classes sociais possam se reproduzir e a crise seja mera possibilidade, não realidade. Assim, as contradições tornam-se suportáveis por meio do Estado. Ou, nos dizeres de Engels, mantém-se nos limites da ordem. Neste sentido, o Estado é a não-crise¹⁵⁷. A passagem de Engels é luminosa a esse respeito.

O Estado não é pois, de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro; tampouco é "a realidade da ideia moral", nem "a imagem e a realidade da razão", como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e mantê-lo dentro dos limites da "ordem". Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado (ENGELS, 2012 [1884], p. 213).

Mas as crises são eventualmente superadas. Afinal, a vida social está marcada pela reprodução e a crise é incapacidade de se reproduzir. Isso faz da crise um momento. A não superação da crise levaria a morte daquela totalidade que necessita se reproduzir incessantemente. Mas não é disso que se trata aqui. Para superar a crise é necessário que a totalidade se reorganize, mude, para permitir o reinício da reprodução. No campo econômico há desvalorização dos capitais, desemprego dos trabalhadores, etc, para que se estabeleçam novas condições de acumulação. No campo político isso exige a dissolução de blocos políticos e a formação/recomposição de novos blocos capazes de dar nova estabilidade à relação entre as classes ou a alteração dos meios pelos quais se realiza a dominação independente de qual parte do centauro maquiavélico¹⁵⁸ prevaleça.

reprodução da dominação dos proprietários sobre os não proprietários dos meios de produção" (MARTUSCELLI, 2018, p. 167)

¹⁵⁷ Registremos, nossa discordância com as críticas de Martuscelli (2018) a concepção de Poulantzas acerca do Estado e das crises. Segundo Martuscelli haveria em Poulantzas uma confusão entre os conceitos de Estado e crise política. "Poulantzas acaba sugerindo, mesmo que inconscientemente, que o Estado encontra-se em permanente crise, já que absorve, em sua própria lógica de funcionamento, em sua própria estrutura, as contradições de classes existentes em determinada formação social" (MARTUSCELLI, 2018, p. 166). Vemos a coisa de outra maneira: para Poulantzas o Estado é condensação material de forças das classes e frações, enquanto a crise é condensação de contradições; trata-se de dois tipos distintos de condensação. Ao absorver as contradições de uma formação social, o Estado permite a formação social conviver com estas contradições e evita sua crise, assim como nos sugere Engels (2012 [1884]). Poulantzas, neste sentido, não faz uma confusão entre Estado e crise, mas antes sua completa diferenciação e seu antagonismo. O Estado é a não-crise.

¹⁵⁸ "Outro ponto a ser fixado e desenvolvido é o da 'dupla perspectiva' na ação política e na vida estatal. Vários são os graus através dos quais se pode apresentar a dupla perspectiva, dos mais elementares aos mais complexos. Mas eles podem se reduzir teoricamente a dois graus fundamentais correspondentes à natureza dúplice do Centauro maquiavélico, férica e humana, da força e do consenso, da autoridade e da hegemonia, da violência e da civilidade, do momento individual e daquele universal (da 'Igreja' e do 'Estado'), da agitação e da propaganda, da tática e da estratégia" (GRAMSCI, 2019[1934], p. 33-34).

As razões da crise do Estado podem ser tão variadas quanto às exigências da reprodução da dominação sejam elas sociais, ideológicas ou militares. Seus determinantes mais gerais estão vinculados com a impossibilidade da reprodução dos trabalhadores - que passa pela forma salário - e dos capitalistas enquanto tais - que passa pela forma lucro. A este respeito é bastante elucidativa a passagem de Lenin:

Para a revolução não basta que as massas exploradas e oprimidas tenham consciência da impossibilidade de continuar vivendo como vivem e exijam transformações; para a revolução é necessário que os exploradores não possam continuar vivendo e governando como vivem e governam. Só quando os "de baixo" não querem e os "de cima" não podem continuar vivendo à moda antiga é que a revolução pode triunfar. Em outras palavras, esta verdade exprime-se do seguinte modo: a revolução é impossível sem uma crise nacional geral (que afete explorados e exploradores). Por conseguinte, para fazer a revolução é preciso conseguir, em primeiro lugar, que a maioria dos operários (ou, em todo caso, a maioria dos operários conscientes, pensantes, politicamente ativos) compreenda a fundo a necessidade da revolução e esteja disposta a sacrificar a vida por ela ; em segundo lugar, é preciso que as classes dirigentes atravessem uma crise governamental que atraia à política inclusive as massas mais atrasadas (o sintoma de toda revolução verdadeira é a decuplicação ou centuplicação do número de homens aptos para a luta política, homens pertencentes à massa trabalhadora e oprimida, antes apática), que reduza o governo à impotência e torne possível sua rápida derrubada pelos revolucionários (LENIN, 2014 [1920], p. 48)

Este é o motivo pelo qual buscamos nos capítulos anteriores oferecer as diversas determinações que caracterizam as relações entre as classes e seu desenvolvimento. Teremos agora condições de avaliar em que medida as condições para sua reprodução não puderam mais ser repostas na iteração social. É por isso que devemos resgatar as conclusões dos capítulos anteriores para reintroduzir as determinações concretas que definem esta crise.

3.2.2. As causas da crise atual

Retomemos a explicação da crise do ponto onde paramos a relação entre as classes no capítulo 1: a chegada do PT à presidência da República. Já expusemos o significado econômico e político destes governos nos capítulos anteriores. O que convém resgatar aqui é que a violência econômica imposta pelo capital financeiro às demais classes criou as condições para que tanto os setores burgueses preteridos quanto os trabalhadores vissem na oposição liderada pelo PT um representante de seus anseios políticos. Neste sentido, a ideia de uma frente política neodesenvolvimentista proposta por Boito Júnior (2018), apesar das críticas que já fizemos, reflete bem este movimento.

Os novos condutores políticos do país não alteram significativamente as balizas ordenadoras da vida social brasileira, como já está demonstrado em larga medida por vasta

literatura e evidenciamos nos capítulos anteriores. Uma periodização das orientações dos governos petistas pode ser encontrada, por exemplo, em Paulani (2017).

Tomados em seu conjunto, os anos petistas revelam, portanto, um caráter errático e enorme oscilação: fidelidade integral, de início, aos cânones da prescrição ortodoxa (anos Palocci), inspiração desenvolvimentista na sequência (anos PAC), reação embaralhada de ortodoxia com heterodoxia, mas certamente menos desenvolvimentista que a etapa anterior, no primeiro período de Dilma, e novamente um retorno forte à ortodoxia nos últimos 16 meses de governo petista (com Joaquim Levy assumindo o Ministério da Fazenda). Ora, esse vaivém, esse bate-cabeça é a prova maior de que não se pode rotular de desenvolvimentistas os anos petistas, porque é a prova maior de que faltava aí um projeto nacional [...]. A inspiração desenvolvimentista e os experimentos heterodoxos aqui e acolá estavam fadados ao fracasso, em meio a uma institucionalidade construída para o benefício da acumulação financeira, que não foi enfrentada, de modo decisivo, em nenhum momento desses 12 anos (Paulani, 2017, p. 25-26).

Na primeira etapa, entre 2003 e 2005, o governo do PT se dedica a aperfeiçoar a institucionalidade do Plano Real, realizando uma reforma de previdência, que impactara sobretudo os servidores públicos, aprovando a Lei de Falências¹⁵⁹ e regulando o artigo 192 da Constituição Federal¹⁶⁰. Durante esse primeiro período, a desvalorização cambial ocorrida às vésperas das eleições de 2002, que mantiveram seu efeito embora de forma decrescente, permitiu uma melhora tanto na situação da burguesia industrial quanto dos setores voltados à exportação. Este é o fato que explica a moderação destes setores com as mesmas políticas contra as quais vociferavam anos antes. Agrega-se a esses fatores o início da elevação do preço das *commodities*, que tem resultados similares.

Ou seja, o impulso dado aos setores exportadores após os ajustes do Plano Real em 1997 encontra terreno para que eles possam se desenvolver com facilidade. O Brasil voltou a acumular saldos comerciais após 2001 e eles representam parcela majoritária dos dólares que entravam no país após a desvalorização do real.

No segundo período - que Paulani chama de "anos PAC" -, estes setores que eram até então preteridos ganham mais espaço no aparelho de Estado. Essa mudança é representada tanto pela entrada de Guido Mantega no Ministério da Fazenda quanto pela entrada no PMDB na

¹⁵⁹ "Além de concluir a reforma previdenciária, o governo Lula completou outra reforma iniciada no governo FHC. Se na reforma previdenciária coube a Lula estender aos trabalhadores do setor público as mesmas alterações que FHC impusera aos trabalhadores do setor privado, retirando-lhes direitos antes existentes, com a nova Lei de Falências, aprovada em fevereiro de 2005, Lula produz para os credores do setor privado o mesmo aumento de direitos que a LRF de FHC produzira para os credores do setor público" (PAULANI, 2007, p. 135).

¹⁶⁰ A Emenda Constitucional 40/2003 revogou todos os incisos do referido artigo, além de dar-lhe novo *caput*.

base parlamentar do governo¹⁶¹. Neste sentido, nossa interpretação diverge um pouco das oferecidas por Boito Júnior (2018) ou Martuscelli (2018), não por ignorar os efeitos do mensalão e a reação das diversas frações de classe a ele sobre essa recomposição do governo, mas por agregar a elas um movimento pretérito e "orgânico" de ganho de poder social por essas mesmas frações ainda antes que tivessem seu representante no centro do aparato estatal. Os dados da Gazeta Mercantil analisados no capítulo 2 (ver gráfico 2.11) indicam que a indústria das *commodities* eleva sua participação no patrimônio líquido total de 30% em 1997 (R\$ 306 bilhões) para 48% em 2006 (R\$ 578 bilhões), enquanto o agronegócio nos mesmos anos passa de 5,5% (R\$ 57 bilhões) para 7,2% (R\$ 87 bilhões)¹⁶². Os dados do Valor corroboram este movimento, ainda que as cifras sejam marginalmente diferentes.

É evidente, pois, que a maior força destes setores tanto no plano social quanto no plano político redundaria medidas que lhes favoreceriam. As iniciativas adotadas no período, o Programa de Aceleração do Crescimento, programa Minha Casa, Minha Vida, etc garantiram melhores condições de reprodução para as frações vinculadas à construção civil (RIBEIRO, 2015). Ao mesmo tempo, outros setores industriais mais dependentes do mercado interno conseguem se beneficiar pela elevação dos salários e lucros no período (MARQUETTI, HOFF e MIEBACH, 2016; PINTO, 2015), assim como pelo aumento das desonerações tributárias.

Os trabalhos de Pinto (2015), Pinto *et al* (2019) e Marquetti, Hoff e Miebach (2016) buscam identificar as raízes da crise que se iniciou em 2015 a partir do movimento da taxa de lucro no Brasil, observando seu desempenho desde o início do século. Embora julguemos tal procedimento meritório, ele é ainda insuficiente, pois, como indicamos acima, a crise depende do movimento da massa de mais-valor. Tomemos, por exemplo, os anos de 2010 e 2011. Tanto em nossas estimativas, quanto na dos referidos autores, há uma queda na taxa de lucro entre esses anos, mas nem por isso há crise porque mesmo com uma taxa de lucro menor o capital aumentado foi capaz de gerar uma massa de lucros maior¹⁶³.

¹⁶¹ "Foi apenas com a entrada definitiva do PMDB no governo, depois do mensalão, que a aliança com o empresariado nacional foi progressivamente se firmando. Com o tempo, não apenas as grandes empreiteiras, as grandes empresas industriais, mineradoras, e de serviço aderiram ao pacto lulista, mas também - fato fato inédito - os setores ruralistas, que até ali continuavam a hostilizar o PT e o governo Lula. Se é fato que o boom de *commodities* teve grande influência nessa adesão, foi pelo menos de igual importância para isso a sua representação no governo mediante a aliança com o PMDB" (NOBRE, 2013, p. 118).

¹⁶² Valores em reais de 2020.

¹⁶³ Para uma evolução da massa de mais-valor entre 2000 e 2016, ver Aruto (2019, p. 142). Os dados da tabela estão em valores correntes e devem ser deflacionados para que possam indicar o efeito da variação da massa de mais-valor sobre o detonamento das crises (tanto em 2009 quanto 2015 e 2016).

Marquetti, Hoff e Miebach (2016) identificam a existência de dois períodos marcados na evolução entre 2003 e 2014¹⁶⁴. No primeiro, que vai até 2007, tem-se o aumento simultâneo de lucros e salários, enquanto no período seguinte as duas variáveis assumem um comportamento conflituoso, em que o aumento de uma se dá às expensas da outra¹⁶⁵. Esta é, aliás, uma tese muito frequente na análise da crise de 2015. Embora em geral desacompanhada das bases estatísticas oferecidas por Marquetti, Hoff e Miebach, também são signatários dessa interpretação Arbia (2020), Martuscelli (2018), Pinto et al (2019), Pinto (2015), Filgueiras (2015) e Boito (2018).

Façamos a comparação destes resultados com os resultados reunidos no capítulo 2. A análise da taxa geral de lucro (gráfico 2.7) e da taxa de mais-valor (gráfico 2.4) mostra uma periodização similar. A taxa de lucro tem movimento crescente entre 2003 e 2007 que convive com altas da taxa de mais-valor em 2003 e 2004 e sua estagnação entre 2005 e 2007. Já no período seguinte temos a estabilização da taxa de lucro até 2011, que convive com a instabilidade da taxa de mais-valor e, após este ano tem-se a queda de ambas as variáveis. Em suma, nossos dados corroboram esta tese - fato que em alguma medida também serve para validar aqueles dados.

Feito esse comentário acerca da tese de que a crise de 2015 expressa e deita raízes num conflito distributivo ou de que seria uma crise em razão da queda da taxa de lucro, é necessário reforçar que ela é muito inespecífica. Por exemplo, com base nos mesmos dados usados até então, poderia se dizer que estes fatores estariam presentes entre 2000 e 2002, ou então no ano de 2009. Ou seja, a queda da taxa de lucro e mesmo a crise econômica não são determinações suficientes para caracterizar a crise de 2015, sua especificidade: a desorganização da arquitetura financeira do Plano Real e, por consequência, das dominação de classes. Avancemos um pouco mais para que possam entender como.

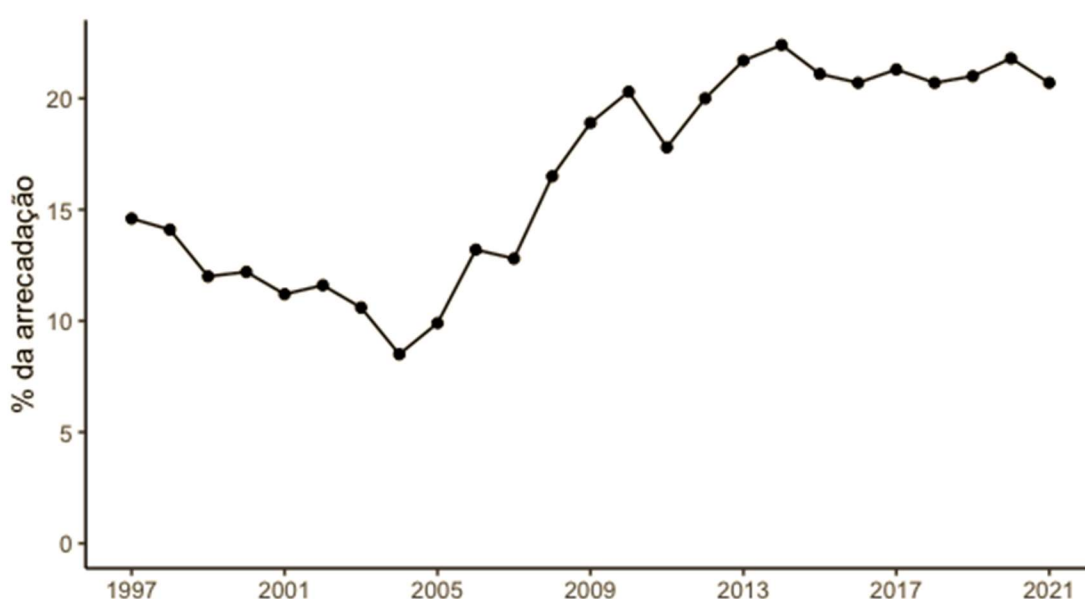
De forma gradual ao longo dos "anos PAC" aquele mecanismo que tinha sido usado de forma restrita para os setores exportadores no final dos anos 1990 para permitir sua reprodução sob os desígnios do Plano Real - a redução pontual da carga tributária - vai se generalizando para os demais setores. Mas se antes o instrumento fora usado para permitir a reprodução do capital do ponto de vista geral, agora essa capacidade do todo era usada para arrefecer os efeitos

¹⁶⁴ "A análise revela que a taxa de lucro aumentou entre 2003 e 2007, caindo a partir da crise do neoliberalismo. Entre 2008 e 2010, apesar do declínio, a taxa de lucro era superior a observada no início da década" (MARQUETTI, HOFF e MIEBACH, 2016, p.4)

¹⁶⁵ "Na primeira, entre 2003 e 2007, ocorreu um crescimento da taxa de lucro concomitante ao aumento da parcela dos salários na renda nacional. [...] Na segunda fase, entre 2007 e 2014, houve queda da taxa de lucro devido ao aumento da parcela salarial e ao declínio da produtividade potencial do capital" (MARQUETTI, HOFF e MIEBACH, 2016, p.6)

da política macroeconômica sobre setores selecionados. O gráfico 3.3 apresenta a evolução das desonerações tributárias entre 1997 e 2021, tal qual propostas anualmente nos Projetos de Lei Orçamentária Anual¹⁶⁶. Como se pode ver, a partir do ano de 2005, há uma constante elevação dos percentuais dos "gastos tributários" - é assim que a Receita Federal os chama - em relação à arrecadação. Fica evidente também o papel da política anticíclica adotada em face à crise de 2008 na sua elevação. É neste sentido que tensões entre as frações do capital vão sendo gradativamente absorvidas no orçamento da União.

Gráfico 3.3 - Desonerações tributárias, em percentual da arrecadação, por anos entre 1997 e 2021.



Fonte: Elaboração própria com dados da Receita Federal (2021).

Percebe-se, portanto, um ponto unânime na literatura das diversas interpretações sobre a crise que vivemos: a crise de 2008 como ponto de partida ou, ao menos, um ponto de inflexão na dinâmica da reprodução do capital e das relações de classe do Brasil. Isso se deve, sobretudo, em função das respostas que foram dadas a ela pelas classes sociais e pelo Estado. A burguesia reage com demissões massivas: entre dezembro de 2008 e março de 2009 a taxa de desemprego passa de 6,8 % para 9%. O número de desempregados, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, se eleva em quase 1,5 milhão de pessoas no intervalo de um ano (IBGE, 2021).

¹⁶⁶ Os efeitos da Lei Kandir não estão incluídos nas estatísticas sobre desonerações tributárias, haja vista que incidem sobre impostos estaduais e estamos nos referindo ao orçamento da União.

Os trabalhadores responderam inicialmente com um ligeiro aumento das greves entre 2009 e 2011 (MULINARI, 2019, p. 165). Porém, é a partir de 2012 que a ação grevista da classe trabalhadora se intensifica, conforme registra um analista do movimento sindical brasileiro.

Depois de longos 15 anos de baixa mobilização política da classe trabalhadora brasileira, o ano de 2012 marcou uma inflexão. Se entre 1997 e 2011 o país verificou uma média anual de aproximadamente 400 greves ao ano, a partir de 2012 passamos a registrar um enorme salto grevista. Foram quase 900 greves em 2012, em torno de 2 mil greves ao ano entre 2013 e 2016 e valores próximos a 1,5 mil greves tanto em 2017 quanto em 2018 (MULINARI, 2019, p. 162).

Neste contexto, o Estado é chamado a desempenhar sua função mediadora e estabilizadora das relações de classe. As principais medidas adotadas são em geral reunidas sob a alcunha de Nova Matriz Econômica, que, de acordo com Singer (2018), é composta pela redução dos juros; uso intensivo do BNDES; política industrial; desonerações; plano para infraestrutura; reforma do setor elétrico; desvalorização do real; controle de capitais; e proteção ao produto nacional. Marquetti, Hoff e Miebach (2016), por sua vez, fazem uma lista mais enxuta que inclui desoneração tributária e da folha de pagamento, o uso dos bancos públicos, o barateamento da energia elétrica e juros subsidiados.

Nesse fito, deve-se entender que as soluções utilizadas revelavam a um só tempo a subjugação da política econômica ao capital financeiro, assim como a tentativa de burlar esse domínio. De acordo com Boito Júnior (2018), a política neodesenvolvimentista mantém abertura comercial, mas agrega-lhe nichos de protecionismo; mantém as privatizações, mas fortalece as empresas estatais; e mantém os juros altos ao mesmo tempo em que expande o crédito subsidiado via BNDES. Talvez o exemplo mais emblemático seja o que ficou conhecido como "pedaladas fiscais"¹⁶⁷, que ao mesmo tempo em que burlavam as regras do jogo, diminuindo na prática os superávits primários, aceitavam e validavam essas regras ao reafirmar a necessidade de praticar os superávits, ainda que apenas formalmente. Do nosso ponto de vista, esta atitude caracteriza uma ação de resistência aos ditames do capital financeiro e não pode, enquanto tal, caracterizar a política de um setor hegemônico (BOITO JÚNIOR, 2018)¹⁶⁸. Nesta linha, parece ser mais precisa a interpretação que observa a dissociação entre a hegemonia

¹⁶⁷ "no caso que ficou conhecido no Brasil como 'pedalada fiscal', em vez de atrasar o pagamento dos beneficiários [para cumprir as metas fiscais], o governo adiou o pagamento aos bancos públicos, que, por sua vez, pagaram os benefícios em dia" (CARVALHO, 2018, p. 105).

¹⁶⁸ "No caso do Brasil, a burguesia interna era representada pelo governo organizado por um partido político que não fora construído pela própria burguesia, mas que, justamente por isso, teve maior liberdade para impor algumas concessões à burguesia interna, angariando-lhe com isso uma base de apoio popular. Foi o que permitiu que os interesses maiores dessa fração prevalecessem diante do capital internacional e da burguesia associada. Nascia a **frente política neodesenvolvimentista que encerrou a hegemonia exercida pelo capital internacional e pela burguesia associada** durante a década de 1990" (BOITO JÚNIOR, 2018, p. 292, grifo nosso)

política e ideológica exercida no período (MARTUSCELLI, 2018)¹⁶⁹, ainda que mesmo no plano ideológico essa fração subordinada do capital não proponha mais do que marginais reformas no esquema geral da sociedade brasileira.

Há ainda outro aspecto que revela a subordinação real dos setores burgueses que apoiaram a experiência petista ou neodesenvolvimentista: os resultados das políticas levadas a cabo. Uma vez mais estamos em presença de uma unanimidade na literatura no que tange ao fracasso das políticas da Nova Matriz. Não faltam nela adjectivações que buscam denotar a grandiosidade de tal falha. Começemos por indicar que nenhuma política adotada pelo Estado pode suprimir ou substituir as contradições do desenvolvimento capitalista. Se, como querem a maioria dos autores, a crise de 2015 se deve à redução da taxa geral de lucro no Brasil, não há ação estatal capaz de criar mais-valor e afugentar essa contradição; o que o Estado pode fazer, dentro de certos limites, é buscar manter essa contradição em termos suportáveis para o desenvolvimento capitalista e o faz principalmente garantindo a reprodução das condições de reprodução do capital.

É neste sentido que acreditamos que as políticas adotadas pela Nova Matriz devam ser compreendidas e criticadas. Não é raro que as críticas a elas fiquem restritas a aspectos que julgamos morais como, por exemplo, o fato de que resultaram apenas no crescimento do lucro dos grandes grupos empresariais¹⁷⁰. Ora, se a crise se deve à redução dos lucros, a política destinada a combatê-la não pode fazer outra coisa que elevá-los e, assim, evitar a crise. Ademais, esse tipo de crítica fica impedida de entender as reais razões do fracasso da política, que resulta na crise, e extrair suas lições para a relação entre as classes e suas frações.

Começemos por indicar o papel das desonerações tributárias e sobre a folha de pagamentos no processo de reprodução do capital. As primeiras significam uma redução da apropriação estatal do mais-produto expresso em mais-valor em favor dos ganhos empresariais;

¹⁶⁹ "As vitórias sucessivas das candidaturas petistas nas eleições presidenciais são um indicador não só do fortalecimento político da grande burguesia interna e da ampliação de concessões materiais às classes dominadas, como também da dissociação das funções de hegemonia política e ideológica. Ou melhor, se a hegemonia política da burguesia associada ao capital financeiro internacional foi mantida, é possível dizer que no âmbito da cena política, no qual se forma a hegemonia ideológica, essa fração burguesa cedeu lugar para a grande burguesia interna" (MARTUSCELLI, 2018, p. 94).

¹⁷⁰ Esta é uma visão muito difundida, um exemplo pode ser encontrado em Marquetti, Hoff e Miebach (2016, p. 16-17) "No plano fiscal, houve um forte aumento na concessão de novos subsídios. O montante de desonerações fiscais concedidas no governo Dilma Rousseff passou de 3,6 bilhões de reais em 2011 para 100,6 bilhões em 2014. A política de concessão de subsídios foi mantida até meados de 2014. Também ocorreram transferências de recursos na forma de subsídios do Tesouro Nacional para o BNDES, em especial, no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento, para o financiamento a taxas de juros subsidiadas do investimento das empresas privadas e estatais. A expectativa era que as desonerações, ao reduzirem o custo de produção e o baixo custo do financiamento resultassem em elevação dos investimentos e crescimento econômico. Contudo, frente à queda da lucratividade, a expansão dos investimentos privados foi reduzida e resultou em elevado custo fiscal. As isenções fiscais foram absorvidas pelas empresas na forma de lucro".

representa, portanto, uma injeção direta de lucro na circulação do capital. A segunda modalidade tem uma consequência um pouco diferente, uma vez que seu impacto é uma redução dos custos - isso é do montante de capital-dinheiro necessário - à reprodução do capital variável. Como nos ensina Marx, esse tipo de alteração na iteração capitalista resulta na desvinculação de capital¹⁷¹: se antes eram necessários, por exemplo, R\$ 3 bilhões para garantir um funcionamento de uma fábrica e agora, em função das desonerações da folha de pagamento, se precisa de apenas R\$ 2,8 bilhões, esses R\$ 200 milhões que agora são desnecessários devem buscar novo uso¹⁷².

A junção destes dois fenômenos resultou na redução da taxa de acumulação, isto é, do uso produtivo do mais-valor¹⁷³, ainda que a taxa de investimento da economia - que não é propriamente uma categoria marxista - tenha se mantido crescente de 2010 até 2013 e caído após 2014. Ora, esse capital liberado migrou para os setores que apresentavam taxa de lucro superior à taxa de lucro média¹⁷⁴. Quando olhamos para o quadro setorial das taxas de lucro (tabela 4.1), vemos que os setores beneficiados com a liberação de capital promovida pelas políticas da Nova Matriz. Os principais setores que foram capazes de absorver produtivamente essa massa de valores foram, além do setor financeiro, principalmente o agronegócio e a indústria difusora de tecnologia. Também os setores de outros serviços e indústria tradicional tiveram taxa de lucro extra nesse período sobretudo, julgamos, por se tratar de setores cuja composição orgânica do capital é mais baixa e que, por isso, foram mais beneficiados pelas medidas que barateavam o custo de contratação de trabalhadores; são ainda setores bastante vinculados com o mercado interno e se beneficiaram na manutenção do emprego.

¹⁷¹ "Por liberação de capital entendemos que uma parte do valor total do produto, que até aqui tinha de ser reconvertida em capital constante ou capital variável, precisa tornar-se disponível e excedente a fim de que a produção prossiga dentro dos limites da antiga escala" (MARX, 2017, p. 141).

¹⁷² "Se o salário diminui em consequência de uma queda do valor da força de trabalho (que pode estar associada até mesmo a um aumento no preço real do trabalho), então é liberada uma parte do capital que até então fora desembolsada em salário. Ocorre uma liberação de capital variável. Para o novo capital a ser investido, isso tem simplesmente o efeito de que ele funciona com uma taxa de mais-valor aumentada. Com menos dinheiro que antes, põe-se em movimento a mesma quantidade de trabalho, elevando-se, assim, a parte não paga do trabalho às expensas da parte paga. Mas para o capital que já foi empregado até o presente não só se eleva a taxa de mais-valor, como, além disso, libera-se uma parcela do capital que até o momento era desembolsada em salários. Até agora, essa parcela estava vinculada e constituía uma parte estável, que se desprendia da soma obtida com a venda do produto e tinha de ser desembolsada em salários, funcionar como capital variável, a fim de que o negócio continuasse em sua antiga escala. Agora essa parte se torna disponível e, por isso, pode ser utilizada como novo investimento de capital, seja para a ampliação do mesmo negócio, seja para funcionar em outra esfera da produção." (MARX, 2017, p. 144).

¹⁷³ Este fenômeno, a redução da taxa de acumulação, é observado por Marquetti, Hoff e Miebach (2016, p. 14) e pode ser corroborado com os dados de investimento do IBGE e da massa de mais-valor estimado por Aruto (2019).

¹⁷⁴ Shaikh (2016) demonstra que taxas de lucro setoriais superiores a média - taxas de lucro extraordinárias - têm por consequência o aumento da velocidade da expansão do investimento e, logo, da oferta naqueles setores.

Tabela 3.1 - Taxa de lucro setorial e lucro extraordinário entre 2010 e 2014.

Setor	Taxa de lucro do Setor	Lucro extraordinário
Agronegócio	12,4 %	4,3 p.p
Construção civil	7,4 %	- 0,8 p.p
Indústria de Commodities	6,9 %	- 1,2 p.p
Indústria Difusora de Tecnologia	13,8 %	4, 4 p.p
Indústria Tradicional	10,8 %	2,5 p.p
Serviços de Infraestrutura	7,7 %	- 1,5 p.p
Serviços Outros	11,2 %	2,1 p.p

Fonte: Elaboração própria com dados de Valor (2021).

Essas conclusões têm respaldo em algumas das pesquisas já citadas. Pinto *et al* (2019) verificam na comparação entre os períodos 2007-2010 e 2011-2014 uma menor taxa de lucro no setor de petróleo e entre as siderúrgicas e construtoras, ao passo que alimentos e bebidas e o setor bancário-financeiro tem suas taxas de lucro aumentadas. Tomando a taxa de lucro das 500 maiores empresas deste estudo como taxa de lucro média, as construtoras teriam também um lucro extraordinário; esse fato pode ser explicado pela taxa de lucro dos autores se restringir às seis maiores construtoras enquanto nossos dados se referem a quase uma centena delas. Se a razão for de fato essa, pode indicar o processo de centralização do capital neste setor e também explicar nossos resultados que são, num primeiro momento, contra-intuitivos, bem como a empolgação dos seus principais dirigentes do setor com as políticas praticadas no período.

Os autores também encontraram redução dos investimentos da indústria vinculada a *commodities* (PINTO *et al*, 2019), sobretudo em função da redução dos preços internacionais, fato que também está em linha com o apontado acima. Além dos preços mundiais, isso também pode ser explicado, em parte, por outro componente da Nova Matriz: a política de preços administrados. Marquetti, Hoff e Miebach (2016) notam esse efeito sobre o plano de investimentos da Petrobras¹⁷⁵.

Por fim, reflitamos sobre as causas da falha da Nova Matriz. Ela elevou o lucro dos capitais, conseguindo manter a taxa de investimento; sustentou os empregos e os salários dos

¹⁷⁵ "O governo passou, também, a represar os reajustes nas tarifas administradas, como o transporte público, a energia elétrica e, principalmente os combustíveis. Essa política, juntamente com a queda do preço do petróleo, afetou a capacidade da Petrobras em realizar o seu plano de investimentos." (MARQUETTI, HOFF e MIEBACH, 2016, p. 18).

trabalhadores após a crise econômica mundial até fins de 2014. No que consiste, então, sua falha? É verdade que ela não impediu a queda da taxa de lucro, mas não cremos que nenhuma medida do Estado seja capaz de fazê-lo. Seu limite esteve na hegemonia do capital financeiro, com o qual os governos petistas não foram capazes e não se propuseram a romper, e na redução dos poderes do Estado nacional, e mais especificamente ao Executivo federal.

Sobre o primeiro ponto é importante dizer que a Nova Matriz debilitou a capacidade fiscal do Estado¹⁷⁶. Mas não o fez em termos absolutos. A arrecadação estatal cresceu em termos reais todos os anos entre 2010 e 2013, e caiu 2,5% em 2014. Apenas o superávit primário caiu em termos reais ano a ano nesse período até que atinja um déficit em 2014 (STN, 2021). Mas, vejamos bem, o déficit primário não é, em si, uma limitação nem para a reprodução do capital nem dos trabalhadores e nem mesmo do Estado - e isso o mostra em larga medida a história brasileira¹⁷⁷. A política de superávit primário é tão-somente uma peça no esquema de dominação do capital financeiro que limita o desenvolvimento das demais classes a fração de classe ao cumprimento deste rito que denota sua subordinação aos donos dos meios de circulação do capital. É por esse motivo que a Nova Matriz não pode ser entendida como um rompimento do pacto de conciliação, como o querem Marquetti, Hoff e Miebach (2016), ou - sendo o suprassumo da política neodesenvolvimentista - denotar o fim da hegemonia do capital financeiro, como o quer Boito Júnior (2018). São, ao contrário, a prova cabal de que a dominação em 2014 - quando a Nova Matriz é descartada - era exercida pela mesma hegemonia que nos governa desde 1994¹⁷⁸.

Quanto à redução dos meios de poder à disposição do Estado, ela se expressa de maneira dupla. Em primeiro lugar, e de forma mais geral, revela o fato de que ao longo das últimas décadas o Estado foi perdendo meios de poder que transferiu para o mercado. Essa se constituiu em uma das dificuldades da aplicação da política neodesenvolvimentista, uma vez que a parte dos meios de produção sob controle direto do Estado, embora ainda sejam significativas, é bastante diminuta e que aspectos fundamentais da política econômica e social - os mesmos que a Nova Matriz não pode alterar - estão isolados de qualquer discussão sobre seus objetivos e métodos. Ora, os recursos à disposição de Dilma e Mantega não eram os mesmos que dispunham Geisel e Simonsen. Ainda assim, é inegável, o Estado brasileiro possui ainda

¹⁷⁶ "[As] benesses fiscais com as quais pretendia compensar as perdas das distintas frações do capital, revelam também seus limites e não faltam vozes "realistas" no governo que anunciam a necessidade de conter o 'gasto corrente' e mesmo o 'investimento'" (OURIQUES, 2013, *online*).

¹⁷⁷ Não queremos dizer com isso que ele não tenha consequência. Mas este seria outro problema.

¹⁷⁸ "A partir de 1994 a política econômica em curso no Brasil expressa um pacto de classe que a mantém substancialmente inalterada até os dias de hoje" (OURIQUES, 2014, p. 169).

inúmeros meios para fazer valer a política dos grupos que estejam em sua direção, como bem demonstrou o episódio do uso dos bancos públicos para "incentivar" os bancos privados a elevar a oferta de crédito ou até mesmo a política de preços administrados. Neste sentido, a experiência do governo Dilma demonstra a um só tempo a força que o Estado ainda tem e seu raquitismo frente ao passado.

Em segundo lugar, os meios de poder sob a batuta do Executivo sofrem uma dupla colonização de agentes do mercado financeiro e de agentes do Congresso Nacional. Quanto ao primeiro tipo podemos oferecer o exemplo da própria Petrobras e os limites do seu papel na Nova Matriz: entre os anos 2000 e 2009 os não residentes detinham 9% do capital social da Petrobras (JOFILLY, 2009); em agosto de 2021 eles detêm 42% (PETROBRAS, 2021)¹⁷⁹. Há, portanto, grande pressão para que as decisões da petroleira resultem em lucros em linha com a rentabilidade média do mercado a despeito de seus efeitos sobre a população brasileira, o que diminui o espaço para seu uso em políticas industriais. O segundo tipo pode ser visto na política de indicação dos diretores da Petrobras que marcou as gestões petistas ou mesmo a política de indicação para os dirigentes do alto e médio escalão da Administração Pública: a necessidade cada vez maior de negociar as medidas do governo com o Congresso obriga o Executivo a ceder a ele fatias cada vez maiores de seus meios de poder, como demonstramos na seção anterior. Não se pretende aqui que as negociações entre Executivo e Congresso não devam ocorrer neste nível ou que sejam ruins, antes queremos indicar que essa é a forma como as decisões são tomadas e que elas limitam cada vez mais o poder do Executivo, transformando-o tendencialmente num poder de negociar com o Congresso.

Ao mesmo tempo em que se desenrolavam estas tendências no plano econômico, as coisas também se agravavam no plano político. A progressiva passagem dos poderes do Executivo ao Congresso, com a inclusão do PMDB no primeiro governo Lula, assume outro grau a partir da inclusão da cabeça parlamentar - Michel Temer - na chapa petista¹⁸⁰. Esse movimento geral de progressivo avanço do Parlamento como centro decisório do país, assume

¹⁷⁹ O mesmo pode ser dito de outras empresas significativas na estrutura produtiva nacional. Os acionistas estrangeiros eram 46 % em janeiro de 2020 (VALE, 2020) e 55 % em janeiro de 2021 (GUIMARÃES, 2021). Desnecessário dizer que até 1997 eles não possuíam participação significativa. Em 2009 a participação autorizada de estrangeiros no capital social do Banco do Brasil foi elevada de 12,5 % para 20 % (OLIVEIRA, 2009) e em 2013 foi novamente majorada para 30% (OLIVEIRA, 2013). Em 2021 os estrangeiros detinham 22,3 % do capital social da empresa (BANCO DO BRASIL, 2021).

¹⁸⁰ "Se esse predomínio [do polo parlamentar sobre o polo dos governadores] só se estabeleceu definitivamente a partir de 2006, ainda no primeiro mandato no governo Lula [...]. Destaca-se aqui, sem dúvida, a figura de Michel Temer, artífice dessa transição de poder dentro da máquina partidária. Presidente da Câmara dos Deputados por nada menos que três vezes (sob FHC e sob Lula) e igualmente presidente do PMDB, Temer foi o candidato a vice na chapa vitoriosa de Dilma Rousseff, na eleição presidencial de 2010 (NOBRE, 2013, p. 84).

na chapa Dilma-Temer um momento de quase fusão dos dois Poderes, beirando a um parlamentarismo informal¹⁸¹.

No entanto, esse movimento não se deu apenas num plano fático em que o Congresso ia tomando para si novos poderes. Ocorreu também no plano simbólico em que os presidentes iam cedendo voluntariamente seus poderes¹⁸². Um dos episódios desse processo é a resposta dada por Dilma às manifestações de junho de 2013, quando, de acordo com Ouriques (2013) se propunha a dar "curso parlamentar à ira popular", apontando o Parlamento como local de resolução dos problemas urbanos enfrentados por aqueles que ocupavam as ruas de todo o Brasil¹⁸³.

De modo concomitante, o exercício do poder político por parte do PT foi dissolvendo gradativamente a polaridade colocada na política até então¹⁸⁴. Já não se tratavam mais de dois projetos, mas um projeto com duas cabeças: uma tucana e outra petista, o petucanismo. A eleição de 2014, em que o candidato da direita se propunha a ampliar os programas sociais - não mais negá-los - e o início do governo Dilma em que o PT aplicara o programa de governo de seus adversários, concluem a fusão petucana¹⁸⁵. Como aponta Ouriques, essa fusão coloca o sistema político brasileiro em crise.

¹⁸¹ "Esse movimento simultâneo de atração do PMDB para a base do governo e de intervenção em sua correlação de forças interna é ilustrativo de um movimento ainda mais ampla, uma espécie de parlamentarismo informal que se revelou não apenas no preenchimento de cargos, mas também na formação dos colegiados com poder de decisão. Ou seja, tirar poder dos governadores e fortalecer o Parlamento significou tanto estabelecer o monopólio da política econômica no governo central como, ao mesmo tempo, indicar o Congresso como instituição privilegiada da negociação política" (NOBRE, 2013, p. 84).

¹⁸² "O acomodamento à ordem burguesa não se limitou ao abandono de práticas democratizantes (orçamento participativo) – fato que terminou por limitar drasticamente a promessa de “inverter prioridades” – mas avançou noutra direção mais perversa. Lula e Dilma praticaram um enfraquecimento voluntário do presidencialismo, cujo resultado não poderia ser outro que fortalecer ainda mais o pacto de classe que organiza o Plano Real em prejuízo de uma política democratizante e, como gosta de afirmar a esquerda liberal, a prática republicana" (OURIQUES, 2013, online).

¹⁸³ "Contudo, a presidente Dilma decidiu fortalecer o parlamento! Qual a origem desta renúncia voluntária, desta desatualizada e inédita servidão voluntária? Qualquer coisa, menos ingenuidade. Ocorre que a presidente – como de resto a totalidade da classe dominante – precisava tirar o povo da rua. No fundo, a presidente Dilma sabia que em nossa tradição, por mais que o problema era na origem “municipal”, a política [é] nacional, razão pela qual o descontentamento popular atingiria todos, especialmente a presidência da república" (OURIQUES, 2013, online).

¹⁸⁴ "O governo Lula prosseguiu o trabalho anterior de desmonte do amálgama entre pemedebismo e nacional-desenvolvimentismo, que, com a crise deste modelo de sociedade, levou, no limite, ao travamento do sistema político. Mas desmontou também o formato bipolar de gerenciamento instaurado no período FHC, anulando de fato a oposição, que se tornou, a partir de então, meramente residual" (NOBRE, 2013, p. 117-118).

¹⁸⁵ "Estamos governados por um 'consórcio petucano' no qual as divergências ou são alimentadas no terreno confortável do parlamento ou quando tocam em temas estratégicos, são simplesmente ocultadas pelos dois grandes partidos" (OURIQUES, 2014b, online). E também: "Así, mientras los gobiernos del PT adoptaron el Plan Real de los socialdemócratas y los representantes de la socialdemocracia adoptaban los programas sociales del PT, las diferencias entre los partidos iban desapareciendo en la misma medida en que el sistema político perdía su capacidad de representación." (OURIQUES, 2016, online).

Diante de tal identidade programática, a eventual unificação do PT com o PSDB salvaria o figurino francês? Ao contrário, creio que anunciaria seu fim, ou o destruiria para sempre, razão pela qual a "divergência" é funcional à dominação burguesa, pois através de disputas eleitorais sucessivas, reproduz a estratégia de dominação: qualquer agremiação no poder mantém intactos os interesses da elite paulista (OURIQUES, 2014, p. 57).

Em suma, o governo Dilma levou a política neodesenvolvimentista até os limites que lhe impunham o capitalismo dependente e a hegemonia do capital financeiro. Diante dos impasses colocados por essa situação, opta por se resignar diante das exigências do capital financeiro. As medidas na Nova Matriz vão sendo desmontadas, uma a uma, e logo a redução do emprego se alastra pelo país e está dado o estopim. Estoura finalmente a crise.

3.2.3. O desenvolvimento da crise

O primeiro sintoma da crise do regime político brasileiro foi o impedimento de Dilma em 2016. A crise parecia, portanto, ser uma crise do PT ou do petismo. Mais tarde, porém, nas eleições de 2018, ficou evidente que a crise também afetara a direita. Trata-se, portanto, de uma crise do regime político como um todo e não de um ou outro dos seus polos.

A crise do segundo governo Dilma foi bastante rápida. Sua primeira fase é marcada pela saída de Mantega da Fazenda e sua substituição por Joaquim Levy, num movimento de tentativa de reconciliação com os grandes grupos descontentes com as políticas de seu primeiro mandato. O novo ministro adota uma política ortodoxa que, de acordo com Marquetti, Hoff e Miebach (2016), tem entre seus principais pontos a alteração das regras visando dificultar o acesso ao seguro desemprego, redução do investimento do governo, liberação dos preços administrados, contração dos investimentos da Petrobras e desvalorização cambial.

No instante seguinte, o governo Dilma é caracterizado por grande parte dos analistas pela sua paralisia. Pinto (2015) afirma que isso ocorre porque o ajuste destruiu a base parlamentar do governo, enquanto Martuscelli (2018) destaca a maior independência do Congresso e o aumento de conflitos entre os Poderes que leva à paralisia decisória do Executivo. De acordo com Pinto *et al* (2019), essa dinâmica entre os poderes o Executivo perde condições de pautar o Congresso e o PMDB e o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, vão ganhando espaço e maiores poderes no jogo político partidário.

É comum que se destaque nesta parte da história o papel curioso do que ficou conhecido como "pautas bomba" - assim o fazem Boito Júnior (2018) e Martuscelli (2018), por exemplo. Cabe refletir sobre o que eram estas pautas e porque elas eram bombas. O seu caráter de "bomba" era dado pelo fato de que implicavam gastos para o Estado brasileiro, o que demonstra

o viés liberal-ortodoxo desta concepção. A destinação destes gastos, por sua vez, eram os mais variados interesses corporativos que denotavam o esforço feito por variados setores para evitar que o "ajuste" caísse sobre seus bolsos e revelam as dificuldades políticas na articulação dos interesses materiais presentes na sociedade.

Diante deste cenário, a tese do *impeachment* de Dilma vai ganhando cada vez mais força na medida em que avança o calendário de 2015. Contudo, é importante notar que diversos autores registram o esforço feito pelas principais organizações da classe dominante para evitar esse caminho. Pinto (2015), Pinto *et al* (2019), Martuscelli (2018) e Filgueiras (2015) destacam que as federações de industriais do Rio de Janeiro e de São Paulo emitem nota pedindo moderação aos seus representantes políticos e em prol da governabilidade do país enquanto o Senado articula a "Agenda Brasil" e busca conter os arroubos da Câmara.

Apesar destes esforços de importantes setores do "andar de cima", o *impeachment* prosseguiu e Dilma foi destituída. Por quê? Algumas pistas podem ser encontradas em Martuscelli (2018), Boito Júnior (2018) e Pinto *et al* (2019).

Na análise de Martuscelli os atores do golpe foram a mídia, o Congresso, as grandes associações empresariais, o Judiciário, as polícias militares e federal e a alta classe média. Já para Pinto *et al* (2019) a aliança pelo *impeachment* era composta pelo bloco no poder, a mídia, os políticos, a classe média e a Lava Jato. Para Boito (2018) o golpe foi dirigido pelo capital financeiro internacional, a burguesia associada e alta classe média. O que essas enumerações parecem indicar é que amplos setores de fora do núcleo duro do poder - que chamaríamos da massa da burguesia - conseguiram com sua política constranger os setores dominantes a apoiar o *impeachment*, ainda que no último minuto.

A esse respeito tanto Martuscelli quanto Boito Júnior indicam que a adesão do que chamam de grande burguesia interna ao *impeachment* esteve relacionada a um realinhamento deste setor em direção ao campo neoliberal, a diferença do que haviam feito em crises políticas passadas dos governos petistas (em 2005 e 2013), quando se mantiveram ao lado e apoiando aquelas gestões. A novidade esteve, para ambos, no avanço grevista do setor privado e a redução do crescimento que levaram as contradições da frente desenvolvimentista ao limite. De acordo com Boito (2018), a resistência ao golpe foi fraca porque, além das razões que levaram os setores burgueses a abandonar o governo, Dilma e o PT mantiveram essa luta restrita ao interior do Estado, abrindo mão de mobilizar os trabalhadores.

Do nosso ponto de vista, parece jogar importância significativa a já referida expansão dos setores sociais beneficiados pela arquitetura econômico-social do Plano Real. O liberalismo em voga no Brasil desde os anos 1990 expandiu as relações comerciais sobre todas as esferas

da vida. A consequência disso é uma expansão da pequena burguesia¹⁸⁶ e também um pequeno-aburguesamento de grande parcela da sociedade - mesmo entre os trabalhadores pela proposta de cidadania por meio do consumo proposta pelo PT e pela transformação do trabalhador em empresário pelo MEI. A vitória do liberalismo nos anos 1990 criou uma sociedade desejosa de liberalismo em 2016. Os dois principais setores onde o liberalismo avançou foram justamente o comércio - muito vinculado com o comércio de importação estimulado por 30 anos de política liberais - e o agronegócio. Um indicador desse fenômeno é a quantidade de empresas presentes em cada uma das frações na base de dados do Valor apresentada no capítulo 2: os únicos setores com maior número em 2016 do que em 2000 são o agronegócio (+ 25%), a construção civil (+ 100%) e os outros serviços (+ 13%). Agregue-se a isso o fato de que a concentração e a centralização do capital tanto em períodos de expansão quanto em momentos de crise criam uma massa burguesa decadente e insatisfeita.

O *impeachment* é aprovado e Temer torna-se presidente. Finalmente, o Congresso toma a presidência. Seu governo, apesar de breve, produz alterações significativas no ordenamento jurídico brasileiro: o teto dos gastos públicos e a reforma trabalhista.

Antes que analisemos seu local em nossa narrativa, parece válido comentar a tese de Daniel Bin (2018) acerca das razões do golpe. De acordo com esse autor, a dinâmica econômica estabelecida no país coloca o Estado enquanto mediador entre a produção do mais-valor e sua absorção pelo sistema financeiro por meio da dívida pública. Neste sentido, o golpe teria três razões: promover a proletarização, a mercadorização¹⁸⁷ e a redistribuição (em favor do setor financeiro). Para ele, o objetivo final de todas essas medidas era retomar o superávit primário, em face do governo Dilma incorrer no primeiro déficit primário em décadas no último trimestre de 2014. O autor nota também que tais medidas teriam maior impacto num horizonte temporal mais longo. Nesta toada, caberia a adoção dos dois primeiros grupos de medidas para elevar a acumulação de capital e, com isso, a produção de mais valor para que as medidas do terceiro grupo garantissem a apropriação desse mais-valor em expansão pela esfera financeira.

Creemos que o autor tem razão em seu diagnóstico sobre os desejos e a consciência dos grupos sociais vinculados ao capital financeiro. Mas a realidade parece ter sido teimosa com os desejos desses grupos nos últimos 5 anos. O golpe foi dado para que o superávit primário fosse

¹⁸⁶ Quando da implementação da NEP (Nova Política Econômica), em face da expansão de pequenos estabelecimentos, Lenin se pergunta: "Que resulta então tudo isto? Resulta o renascimento da pequena burguesia e do capitalismo, com base numa certa liberdade de comércio (ainda que apenas local). Isto é indubitável. Seria ridículo fechar os olhos perante isso" (LENIN, 2017, p. 501).

¹⁸⁷ O artigo do autor está em inglês e a palavra usada é "*commodifying*". Em conversa com o autor, ele nos informou que "mercantilização" não seria uma boa tradução, razão pela qual propomos esse termo.

retomado, mas ano a ano o déficit público aumenta: eram R\$ 32 bilhões em 2014 e atingem R\$ 95 bilhões em 2019 (STN, 2021)¹⁸⁸. O golpe foi dado para que a acumulação de capital fosse retomada, mas o PIB teima em crescer menos de 2% a cada ano e o PIB *per capita* de 2018 era inferior ao PIB *per capita* de 2014 (IBGE, 2021). Neste sentido parece que ainda não foi possível resolver a crise que foi colocada em 2015 e aquelas características que se buscava combater parecem fazer parte da nova regularidade da reprodução do capital no Brasil, elemento que levantamos na qualidade de hipóteses para pesquisas futuras.

As principais medidas adotadas por Temer nesse diapasão foram a reforma trabalhista e a Emenda Constitucional 95/2016, conhecida como teto de gastos. A reforma trabalhista ao consagrar o negociado sobre o legislado e o trabalho intermitente abre espaço para pioras significativas nas condições laborais e aumento da taxa de exploração da classe trabalhadora.

O teto dos gastos, por sua vez, tem por objetivo ampliar ainda mais a dominação do capital financeiro e fortalecer transferências do Estado para o Mercado. Antes, com a política de superávits primários proposta pela LRF, a possibilidade das demais classes sociais e frações de classe acessarem os recursos do orçamento federal só estava autorizada depois que elas fornecessem recursos ao Estado capazes de pagar o "pedágio" do superávit primário. Agora, com a nova redação constitucional, não há sob nenhuma condição essa possibilidade. Os setores subalternos ao capital financeiro devem disputar entre si caso queiram ampliar ou mesmo manter seu acesso aos recursos orçamentários. A consequência lógica deste mecanismo é a incapacidade do Estado de ampliar seus serviços - saúde, educação, etc - que, para serem atendidos, deverão ser ofertados pelo mercado.

Durante o governo Temer o movimento sindical organizou uma greve geral no ano de 2017 - ano com maior número de greves desde a década de 1980. A mobilização da classe trabalhadora foi capaz de impedir a aprovação de uma proposta de reforma da previdência, mas não foi capaz de barrar a reforma trabalhista (BOITO JÚNIOR, 2018).

O último capítulo da crise é a eleição de Bolsonaro, em outubro de 2018. De acordo com Pinto *et al* (2019), as razões para tal estão assentadas na dinâmica da crise. Para os autores, a ação da operação lava jato mina a legitimidade do Executivo, do Legislativo e do Judiciário e, com isso, do sistema político como um todo. E, neste cenário, "uma das poucas instituições, desvinculadas dessa operação, que conseguiu manter um elevado patamar de legitimidade junto à população foram as Forças Armadas" (PINTO *et al*, 2019, p 140). Por ser o candidato das

¹⁸⁸ E com a pandemia atingem R\$ 743 bilhões em 2020.

Forças Armadas e poder se apoiar na classe média tradicional que havia se empenhado na destituição de Dilma, Bolsonaro foi eleito presidente em 2018.

Do nosso ponto de vista há que destacar duas coisas sobre a candidatura de Bolsonaro. O primeiro ponto é que o candidato conseguiu construir uma imagem - independente de ser ou não - de único candidato de fora do sistema político e que estaria disposta a lutar contra o sistema político. Neste sentido, ele é uma expressão da crise e da exigência que fazem os grupos sociais por uma alternativa. Em segundo lugar, há que notar que Bolsonaro também não era a primeira opção dos grupos dominantes no Brasil - mesmo ao início de 2018. Creemos que aqui está presente o mesmo fator que levou os grandes grupos a aceitar o impeachment de Dilma: a presença de amplos setores burgueses, produzidos durante as gestões liberais de petistas e tucanos. Não parece ser um fato menor que os principais capitalistas ligados a esse projeto sejam da fração comercial e do agronegócio.

Estas são as maiores frações burguesas. Das 3,8 milhões de empresas que responderam ao Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS) - excetuando as que responderam RAIS negativa - nada menos que 3,2 milhões fazem parte destes setores. Além disso, essas são frações com inclinações liberais, haja vista que querem liberdade de comércio com o exterior seja para vender seus produtos (agronegócio) ou para comprar os produtos que venderão internamente (comercial). Há que agregar ainda que os setores de comércio e serviços são setores de baixa composição orgânica do capital e para os quais, portanto, os encargos trabalhistas exercem maior peso na estrutura de custos. Por fim, agregamos certo papel político cumprido pelo grande capital comercial na centralização tanto de pequenos produtores quanto de pequenos capitais, que desarticulados tanto material quanto politicamente, podem ver nestes setores representantes de seus interesses.

Acreditamos, portanto, que as razões e explicação da crise podem ser encontradas no desenvolvimento capitalista do Brasil dos últimos 30 anos e no desdobramento de suas contradições¹⁸⁹.

¹⁸⁹ "Nosso propósito inicial é mostrar que essas diferenças [entre as posições da burguesia] podem ser explicadas, em grande medida, pelo próprio processo de acumulação de capital ou de desenvolvimento capitalista que ocorreu na indústria chilena durante a década passada, o qual acarretou uma diferenciação crescente entre os estratos burgueses e fez com que encarassem soluções políticas divergentes em 1970" (MARINI, 2018[1976], p. 71).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciar esse trabalho, nos propusemos a caracterizar o regime político brasileiro. Para isso, precisamos realizar um longo percurso pelo qual caracterizamos as relações de classe que se definiam na transição da ditadura à democracia. Nossa pesquisa demonstrou que a estabilização dessas relações não se deu - como poderia supor o pensamento liberal - nem durante a lavra nem com a expedição de uma nova Constituição. Apenas com a implantação de um novo modelo econômico - expresso no Plano Real - o vínculo entre as classes pôde se assentar, garantindo a hegemonia do capital financeiro.

Uma vez que o conteúdo do Estado estava definido, faltava ainda entender suas contradições e como elas se desenvolviam, por um lado, e a forma política que adotavam, por outro. Essas foram as duas questões que buscamos apresentar ao leitor nos capítulos 2 e 3, respectivamente. Com este quadro, mais ou menos embebido das determinações que compõem o regime político brasileiro, buscamos apresentar ao leitor uma interpretação da crise que o Estado brasileiro vive desde 2015, definindo-a como uma crise de regime em seu conjunto. Acreditamos, com isso, haver alcançado os objetivos a que nos havíamos proposto.

Julgamos que nosso trabalho traz algumas contribuições que destacamos em seguida. A primeira contribuição consiste em haver buscado - e, esperamos, logrado - realizar uma análise assentada nas ciências sociais como um todo, como esforço de integração dos níveis sociológicos, econômicos, políticos e históricos. É inequívoco que este não é um privilégio de nosso trabalho. Contudo, a maior parte dos trabalhos - até por limites impostos aos meios de sua publicação, como número de páginas, etc - quando não descuidam desses aspectos, precisam simplificá-los ou tomá-los como dados. Essa é a base para um uso parcial da teoria marxista da dependência ou de sua coexistência com teses que não lhe são apenas estranhas, mas às vezes contrárias, como as teses da modernização. A segunda contribuição de nosso trabalho, portanto, é haver deixado explícitos os fundamentos econômicos das teses políticas pretendidas.

Outro engenho de nosso trabalho consiste em situar a análise num nível intermediário de abstração que não nos prenda em generalidades acerca do modo de produção capitalista ou mesmo sobre a dependência; buscamos, antes, situar tais categorias ante suas formas históricas presentes. Nessa direção, acreditamos haver enriquecido com novas determinações a tese do compromisso de 1994. Apresentamos alguns limites, tanto políticos quanto econômicos, de sua implementação, bem como os ajustes a que levaram. No outro extremo, tampouco limitamos nossa análise a um escopo demasiado acanhado, o que nos permitiu situar o objeto no contexto

do desenvolvimento capitalista mundial, assim como observar o nascimento e progressão das contradições. Dessa forma, foi possível identificar as transformações na formação-social brasileira, com destaque para o desenvolvimento do capital agroexportador, da indústria das *commodities*, de comércio de importação e financeiro, e seus impactos sobre as opções políticas dos atores sociais. Lançamos luz, ainda, sobre os efeitos do aumento dos produtos importados entre os meios de vida dos trabalhadores para o ciclo do capital. Situarmos, portanto, nesse nível intermediário de análise, mais do que uma opção metodológica, era uma exigência do nosso objeto.

Há também valia no esforço - ativo e consciente - que fizemos para buscar relacionar os componentes de nossa análise com as categorias marxianas. Esperamos ter conseguido, dessa forma, evitar os dois erros da sociologia latino-americana de que fala Marini no início da *Dialética da Dependência*. Esperamos, ainda, haver mantido o espírito da teoria marxista da dependência. Nesse ponto, se destaca nosso esforço em relacionar as análises econômicas e políticas com os movimentos da taxa de lucro e o lucro extraordinário, bem como a proposição de indicadores mais significativos de um ponto de vista marxista, como a relação entre IED e investimento.

Nosso trabalho também realizou um largo debate acerca do regime político brasileiro, tomando indicações dispersas em variadas obras e compondo um quadro mais ou menos nítido do regime. Fomos capazes, em razão disso, de apresentar algumas contradições internas no pensamento de alguns autores, o que, cremos, permitirá o avanço do debate de pesquisas futuras.

Por fim, julgamos haver realizado um interessante resgate dos textos finais de Marini. Com isso, conseguimos não apenas integrar o pensamento de Marini sobre a transição à democracia, que está disperso em diversos textos escritos entre 1988 e 1994, mas também colocá-lo lado a lado com produções posteriores e mostrar o brilhantismo com o qual havia conseguido captar tendências para o regime político brasileiro. Ademais, essas formulações - talvez até mesmo pela dispersão na qual são apresentadas - não estão entre os principais aspectos resgatados de sua obra. Esperamos, com isso, contribuir para a compreensão da obra de Marini enquanto totalidade.

Essas são, pois, as glórias deste trabalho. Passemos aos seus limites.

O primeiro está relacionado com o papel do capital financeiro. Ele é demasiado importante para que tenha recebido um tratamento teórico e prático tão singelo. Ainda que haja razões metodológicas para haver procedido dessa maneira - como sua ausência na base de dados do Valor 1000 - isso limita de forma significativa a exposição do objeto e impede uma correta

avaliação de algumas das transformações ocorridas, como o impacto das contas CC5 ou mesmo da Lei de Falências sobre nosso objeto. Mesmo o entrelaçamento dos interesses das diversas frações por meio do mecanismo da dívida pública e seus efeitos sobre o padrão de reprodução do capital ficam aquém e aguardam por futuras pesquisas que o façam.

Outro limite significativo de nosso trabalho está na ausência de uma discussão sistemática sobre o papel das forças repressivas no regime político brasileiro e suas tendências. É sabido - porque já o informam os textos clássicos sobre o Estado dependente - que a violência tem uma parte fundamental na reprodução da superexploração da força de trabalho e, portanto, na dominação de classes. Contudo, nossa pesquisa não permite a identificação da forma histórica específica que tal violência assume nos dias de hoje.

Tampouco a ideologia está adequadamente tratada no trabalho. Sendo uma peça chave no sistema de dominação, a análise da ideologia sobre a qual se assenta o compromisso de 1994 poderia ter contribuído em grande monta para o entendimento das relações de classe, em especial as interpelações feitas pelas classes dominantes às demais classes.

O último limite de nossa pesquisa diz respeito à maneira pela qual estudamos o uso de vetos e medidas provisórias. Ainda que tal insuficiência se justifique em razão do escopo do trabalho, acreditamos que pesquisas futuras podem oferecer grandes contribuições ao detalhar mais pormenorizadamente a história dessa relação. Eventuais pesquisas futuras poderiam incluir não apenas aspectos formais e quantitativos, como fizemos, mas entrar no conteúdo das medidas, indicando também seus aspectos qualitativos.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, E. S. **As condições de exploração da força de trabalho no Brasil na fase atual do capitalismo**: uma análise do período 1990-2007. 199f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2011.
- ARUTO, Pietro Calderini. **Padrão de reprodução do capital e superexploração da força de trabalho no Brasil (2003-2016)**: uma análise em múltiplas dimensões espaciais. 252f. Tese (Doutorado em Economia) - Unicamp. Campinas, 2019.
- ARBIA, Alexandre Aranha. Ascensão e declínio da Nova República (1988-2018). **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 20, n.2, p. 579-601, jul. / dez. 2020.
- BAMBIRRA, Vânia. **O Capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2012 [1972].
- BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). **Gerenciador de Séries Temporais**. 2021. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>. Acesso em: 15 de maio de 2021.
- BANCO DO BRASIL (Brasil). **Composição Acionária**. 2021. Disponível em: <https://ri.bb.com.br/o-banco-do-brasil/composicao-acionaria/>. Acesso em: 01 de setembro de 2021.
- BARCELLOS, Tomás. O desenvolvimento da esfera alta de consumo durante os governos Lula e Dilma (2003-2012). II Encontro Teoria do Valor Trabalho e Ciências Sociais. **Anais...** . p. 1107–1124. Brasília: Grupo de Estudos e Pesquisa sobre o Trabalho, Universidade de Brasília, 2014.
- BARCELLOS, Tomás. **O Estado financeirizado na América Latina**: um estudo comparado. Brasília, 2018.
- BARCELLOS, Tomás. **O atual padrão de dominação no Brasil**. Brasília, 2020.
- BARCELLOS, Tomás; BORGES, Rodrigo. A esfera alta de consumo no padrão de reprodução brasileiro contemporâneo. III Encontro Teoria do Valor Trabalho e Ciências Sociais. **Anais...** . p.1512–1537. Brasília: Grupo de Estudos e Pesquisa sobre o Trabalho, Universidade de Brasília, 2016.
- BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves; MARINHO, Marina Soares. **Os prejuízos da Lei Kandir e o rolo compressor federal**. 2017. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-abr-10/prejuizos-lei-kandir-estados-rolo-compressor-federal>. Acesso em: 25 mar. 2021.
- BERRINGER, Tatiana. **Bloco no poder e política externa nos governos FHC e Lula**. 223 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP, 2014.

BERRINGER, Tatiana. A Escola de Campinas: análise poulantziana da política brasileira. **Revista Crítica Marxista**, n. 51, p. 37-56, 2020. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo2021_06_22_17_39_19.pdf>.

BIANCHI, Álvaro. **Hegemonia em construção**: a trajetória do Pensamento Nacional das Bases Empresariais. São Paulo: Xamã, 2001.

BOITO JÚNIOR, Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. 290f. Tese (livre-docência) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas-SP, 1998.

BOITO JÚNIOR, Armando. **Reforma e crise política no Brasil**: os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas: Editora da Unicamp/ São Paulo: Editora Unesp, 2018.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Diário do Congresso Nacional nº 499, de 30 de junho de 1994. **Mensagem 187**: 1994-CN. Brasília, DF: Congresso Nacional, 21 jul. 1994. n. 499, Seção 1, p. 2647-2676. Na origem.

BRASIL. Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996. Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências. (**LEI KANDIR**). Brasília, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp87.htm. Acesso em: 02 mar. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 3088**, de 21 de junho de 1999. Estabelece a sistemática de "metas para a inflação" como diretriz para fixação do regime de política monetária e dá outras providências. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3088.htm. Acesso em: 20 fev. 2021.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Lei de Responsabilidade Fiscal**. Brasília.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2020 [1988]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 17 de fevereiro de 2021.

BREDA, Diógenes Moura. **A transferência de valor no capitalismo dependente contemporâneo**: o caso do Brasil entre 2000 e 2015. 217f. Tese (Doutorado em Economia) - Unicamp. Campinas, 2020.

CAMPANA, Priscila. O impacto do neoliberalismo no Direito do Trabalho: desregulamentação e retrocesso histórico. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília a. 37 n. 147 jul./set. 2000. p 129-144.

CARMINATI, João Guilherme de Oliveira; FERNANDES, Elaine Aparecida. O impacto do investimento direto estrangeiro no crescimento da economia brasileira. **Planejamento e**

políticas públicas, n. 41, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4264/1/PPP_n41_Impacto.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2021.

CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira: do boom ao caos econômico**. São Paulo: Todavia, 2018.

COMEXSTAT. **Portal para acesso gratuito às estatísticas de comércio exterior do Brasil**. 2021. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/>. Acesso em: 21 mar. 2021.

COSTA, Arland Tássio de Bruchard. **Na correria: a adesão de motoboys de Florianópolis ao MEI**. 106f. Dissertação (mestrado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2019.

COSTA, Carolina Rodrigues; SIMIONATTO, Ivete. Como os dominantes dominam: o caso da bancada ruralista. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 12, n. 24, p. 215-237, jul./dez. 2012.

COUTINHO, L., BALTAR, P., CAMARGO, F. Desempenho industrial e do emprego sob a política de estabilização. In: **OIT, Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil**. Brasília: OIT; São Paulo: Editora 34, 1999.

CRUZ, Paulo Roberto Davidoff Chagas. **Endividamento externo e transferência de recursos reais ao exterior: os setores público e privado na crise dos anos oitenta**. Texto para Discussão. Campinas: Unicamp/IE, 1993.

CUEVA, Agustín. **Las democracias restringidas de América Latina: Elementos para una reflexión crítica**. Quito: Editorial Planeta del Ecuador, 1988.

CUEVA, Agustín. **O processo de dominação política no Equador**. Florianópolis: Insular, 2019 [1988].

DATAFOLHA. **Avaliação da presidente Dilma Rousseff**. 2016. Disponível em: <https://media.folha.uol.com.br/datafolha/2016/02/29/avaliacao_dilma_rousseff.pdf>. Acesso em junho de 2020.

DEMIER, Felipe. **Depois do golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

DINIZ, Eli. Empresariado industrial, representação de interesses e ação política: trajetória histórica e novas configurações. **Política & Sociedade**. Volume 9, Nº 17, p. 101-139, outubro de 2010.

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (Fapespa). **O Impacto da Lei Kandir na Arrecadação do IMCS dos Estados no período 1997-2016: estimativas de perdas com a desonerações das exportações de produtos primários e semielaborados**. Belém: Sem Editora, 2017. 59 p. Disponível em: <http://www.fapespa.pa.gov.br/upload/Arquivo/anexo/1366.pdf?id=1497373099>. Acesso em: 7 fev. 2021.

FERNANDES, Florestan. **A constituição inacabada**. São Paulo, Estação Liberdade, 1989.

FILGUEIRAS, Luiz. Notas para a análise de conjuntura – 18/08/2015. In: IE/UFRJ. **Governo Dilma, PT, esquerda e impeachment**: três interpretações da conjuntura econômica e política. Rio de Janeiro: Sem Editora, 2015. p. 5-13. Disponível em: https://www.ie.ufrj.br/images/IE/TDS/2015/TD_IE_015_2015_PINTO_FILGUEIRAS_GON%C3%87ALVES.pdf. Acesso em: 03 fev. 2021.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. 3ª ed. Rio de Janeiro: EPSJV/ Editora UFRJ, 2010.

GAZETA Mercantil. **Balanco Anual**. 2007. Vários anos.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Volume 2. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Volume 1. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Volume 3. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

GUIMARÃES, Fernanda. **Estrangeiros avançam na Vale e já são donos de 55% de ações da mineradora**. 2021. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,estrangeiros-avancam-na-vale-e-ja-sao-donos-de-55-das-aco-es-da-mineradora,70003607131>>. Acesso em: 04 jun. 2021.

IBGE, 2021. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA).

ICAGRO. **Mix de Financiamento | Produtor Agrícola**. 2016. Disponível em: <http://icagro.fiesp.com.br/sondagem.asp?p=4t16>. Acesso em: 03 maio 2021

JOFFILY, Bernardo. **União só perdeu maioria das ações da Petrobras em 2000**. 2009. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2009/09/04/uniao-so-perdeu-maioria-das-aco-es-da-petrobras-em-2000/>. Acesso em: 05 set. 2021.

KREIN, José Dari; BIAVASCHI, Magda de Barros. Brasil: os movimentos contraditórios da regulação do trabalho dos anos 2000. CUADERNOS DEL CENDES. AÑO 32. N° 89 TERCERA ÉPOCA MAYO-AGOSTO 2015. <https://www.redalyc.org/pdf/403/40344216004.pdf>. pp. 47-82.

LEITÃO, Alejandro; IRFFI, Guilherme; LINHARES, Fabricio. Avaliação dos efeitos da lei Kandir sobre a arrecadação de ICMS no estado do Ceará. **Planejamento e Políticas Públicas**, [s. l], v. 1, n. 39, p. 37-63, 01 jul. 2012. Semestral. Disponível em: <https://ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/314/273>. Acesso em: 15 maio 2021

LEXML. **Destaques LexML.** 2021. Disponível em: <https://projeto.lexml.gov.br/documentacao/destaques-lexml>. Acesso em: 25 ago. 2021.

LINS, HOYÊDO NUNES. A integração produtiva em processos de regionalização econômica: o Mercosul em questão. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**. Setembro 2017 - Dezembro de 2017. p. 84-106.

LENIN, V.I. **Imperialismo**: fase superior do capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2012 [1916].

LENIN, V.I. **O esquerdismo**: doença infantil do comunismo. São Paulo: Expressão Popular. 2014 [1920].

LENIN, V.I. **Lenin e a revolução de outubro**: textos no calor da hora (1917-1923); organização, seleção e apresentação de José Paulo Netto. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

LENIN, Vladimir. **Obras escogidas**. Tomo VI (1916-1917). Progreso: Moscou 1973.

MACHADO, Cassius Bahia. **Integração econômica regional**: o Mercosul e a indústria automobilística. 1997. 102 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1997. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/9283/1/Cassius%20Bahia%20Machadoseg.pdf>. Acesso em: 23 maio 2021.

MARINI, Ruy Mauro. Dialéctica de la Dependencia. In: MARTINS, Carlos Eduardo (Org.). **América Latina, dependencia y globalización**. Bogotá: CLACSO e Siglo Del Hombre Editores, 2008 [1973]. p. 107-149.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. 2a ed. Florianópolis: Insular, 2012 [1969].

MARINI, Ruy Mauro. **O reformismo e a contrarrevolução**: estudos sobre o Chile. São Paulo: Expressão popular, 2019 [1976].

MARINI, Ruy Mauro. **América Latina**: Dependência e integração. São Paulo: Página aberta, 1992.

MARINI, Ruy Mauro. Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital. **Cuadernos Políticos**, México, D.F., n. 20, p.18-39, abril-jun. 1979. Disponível em <http://www.marini-escritos.unam.mx/009_plusvalia_es.htm>. Acesso em 10 de setembro de 2020.

MARINI, Ruy Mauro. O ciclo do capital na economia dependente. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (orgs.). **Padrão de reprodução do capital**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARINI, Ruy Mauro. **A Constituição de 1988**. 1988. Disponível em: http://www.marini-escritos.unam.mx/067_constitucion_brasil_1988.html. Acesso em: 15 jan. 2021.

MARINI, Ruy Mauro. **Brasil: da ditadura à democracia, 1964-1990**. 1991. Disponível em: http://www.marini-escritos.unam.mx/071_brasil_dictadura_democracia.html. Acesso em: 18 jan. 2021.

MARINI, Ruy Mauro. **Memória**. 1990. Disponível em http://www.marini-escritos.unam.mx/001_memoria_port.htm. Acesso em 03/11/2013.

MARINI, Ruy Mauro. **América Latina: Dependência e integração**. São Paulo: Página aberta, 1992a.

MARINI, Ruy Mauro. **Transición y crisis en Brasil**. 1992b. Disponível em: http://www.marini-escritos.unam.mx/074_transicion_crisis_brasil.html. Acesso em: 02 fev. 2021.

MARINI, Ruy Mauro. **Economía y democracia en América Latina**. 1994a. Disponível em: http://www.marini-escritos.unam.mx/084_economia_democracia.html. Acesso em: 04 fev. 2021.

MARINI, Ruy Mauro. **Liberalismo y democracia: la revisión constitucional en brasil**. la revisión constitucional en Brasil. 1994b. Disponível em: http://www.marini-escritos.unam.mx/087_liberalismo_democracia.html. Acesso em: 05 fev. 2021.

MARQUETTI, A. A; HOFF, C. R.; MIEBACH, A. D. **Lucratividade e distribuição: A Origem econômica da crise política brasileira**. Não publicado, 2016. Acesso on line: https://www.researchgate.net/publication/312191358_Lucratividade_e_Distribuicao_A_Origem_Economica_da_Crise_Politica_Brasileira. Acesso em junho de 2020.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. **Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil**. 2013. 316 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. Balanço dos governos petistas e análise dos realinhamentos de classe na crise do governo Dilma. In: OUVIÑA, Hernán y REY, Mabel Thwaites (Orgs.). **Estados en disputa: Auge y fractura del ciclo de impugnación al neoliberalismo en América Latina**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: El Colectivo, 2018.

MARX, Karl. **O Método da Economia Política**. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/marx/1857/mes/metodo.htm>. Acesso em 01 de dezembro de 2019.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013 [1867].

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro III. São Paulo: Boitempo, 2017 [1894].

MARX, Karl. O 18 brumário de Luís Bonaparte. In: MARX, Karl. **A revolução antes da revolução**. Vol. 2. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, Karl. **Der achtzehnte Brumaire des Louis Bonaparte**. Disponível em: <<https://www.marxists.org/deutsch/archiv/marx-engels/1852/brumaire/kapitel5.htm>>. Acesso em: 15 set. 2021.

MEIRELLES, Henrique de Campos (org.). Pronunciamento no encerramento do XI Seminário Anual de Metas para a Inflação. In: BRASIL, Banco Central do. **Dez Anos de Metas para A Inflação No Brasil 1999-2009**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2009. Cap. 1. p. 17-22. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/Pec/Metas/10_anos_metas_inflacao_parte1.pdf. Acesso em: 20 abr. 2021.

MIGUEL, Luis Felipe. **O colapso da democracia no Brasil: da constituição ao golpe de 2016**. 1ª ed. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Cresceu o número de microempreendedores individuais em 2020**. Publicado em 02/03/2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/trabalho-e-previdencia/2021/03/cresceu-o-numero-de-microempreendedores-individuais-em-2020>>. Acesso em: 24 mai. 2021.

MINSKY, 1975. MINSKY, H. P. **The financial instability hypothesis and recent business cycle experience**. Hyman P. Minsky Archive. Paper 190. 1975. Disponível em: <http://digitalcommons.bard.edu/hm_archive/190>. Acesso em: 18 out. 2018.

MONTANHA, Rafael. **Análise comparativa das mudanças no coeficiente de importação: Brasil, China e Principais Blocos Econômicos no período 1995 - 2014**. Tese (Doutorado em Economia). Instituto de Economia/UFRJ. Programa de Pós-Graduação em Economia da Indústria e Tecnologia, Rio de Janeiro. 2019.

MULINARI, Maurício. Greves de massa ou apassivamento da classe trabalhadora. **Revista Argumentum**, Vitória, v. 12, n. 1, p. 162-175, jan./abr. 2020.

O'DONNELL, Guillermo. Reflexiones sobre las tendencias de cambio del Estado burocrático-autoritario. in: **Revista Mexicana de Sociología**, Vol. 39, No. 1 (Jan. - Mar., 1977), pp. 9-59.

OLIVEIRA, Helena Nobre de; CARVALHO, Leonardo Mello de; NONNENBERG, Marcelo José Braga. **Análise da evolução das importações vis- à-vis a produção interna do setor de bens intermediários**. Carta de Conjuntura - Ipea, Brasília, p. 1-11, 01 out. 2019. Trimestral. NOTA TÉCNICA. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/191212_cc_45_nt_indicador_indices_de_preco_e_quantum_2019.pdf. Acesso em: 12 jun. 2021.

OLIVEIRA, Kelly. **Decreto aumenta para 20% limite de participação estrangeira no capital do BB**. 2009. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2009-09-17/decreto-aumenta-para-20-limite-de-participacao-estrangeira-no-capital-do-bb>. Acesso em: 07 ago. 2021.

OLIVEIRA, Kelly. **Governo aumenta limite de participação de capital estrangeiro no Banco do Brasil**. 2013. Disponível em:

<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/agenciabrasil/noticia/2013-10-25/governo-aumenta-limite-de-participacao-de-capital-estrangeiro-no-banco-do-brasil>. Acesso em: 05 ago. 2021.

OSORIO, Jaime. **Padrão de reprodução do capital**: uma proposta teórica. In: FERREIRA, Carla; OSÓRIO, Jaime; LUCE, Mathias (orgs.). Padrão de reprodução do capital. São Paulo: Boitempo, 2012.

OSORIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização**: A sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

OURIQUES, Nildo. **Em defesa da América Latina**. Crise mundial e integração latino-americana. (2012). Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/crise-mundial-e-integracao-latino-americana/>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

OURIQUES, Nildo. **O colapso do figurino francês**: crítica às ciências sociais no Brasil. Florianópolis: Insular, 2014.

OURIQUES, Nildo. **Voto e conjuntura no Brasil em 2014**. 2014b. Disponível em: <https://nildouriques.blogspot.com/2014/10/voto-e-conjuntura-no-brasil-em-2014.html>. Acesso em: 19 jun. 2021.

OURIQUES, Nildo. **Crisis en Brasil**: el eclipse de la inocencia. el eclipse de la inocencia. 2016. Disponível em: <https://iela.ufsc.br/noticia/crisis-en-brasil-el-eclipse-de-la-inocencia>. Acesso em: 17 jun. 2021.

OURIQUES, Nildo. Plano Real: estabilização monetária e estratégia recolonizadora. In: COGGIOLA, Osvaldo. **A crise brasileira e o governo FHC**. São Paulo: Xamã Editora, 1997. p. 123-147.

PEREIRA, Merval. **Partidos em excesso**. 2020. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/merval-pereira/post/partidos-em-excesso.html>. Acesso em: 14 ago. 2021.

PETROBRAS. **Composição Acionária**. 2021. Disponível em: <https://www.investidorpetrobras.com.br/visao-geral/composicao-acionaria/>. Acesso em: 07 ago. 2021.

PINTO, Eduardo Costa et al. **A guerra de todos contra todos e a Lava Jato**: a crise brasileira e a vitória do capitão jair bolsonaro. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, Niterói, v. 1, n. 54, p. 107-147, 16 dez. 2019. Quadrimestral. E-ISSN: 2595-6892. Disponível em: <http://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/547>. Acesso em: 07 abr. 2021.

PINTO, Eduardo Costa. **Bloco no Poder e Governo Lula**: grupos econômicos, política econômica e novo eixo sino-americano. Rio de Janeiro, 2010. 265 p. Tese (Doutorado em Economia).

PINTO, Eduardo Costa. Dilma: de “coração valente” à “presidenta acuada”. In: IE/UFRJ. **Governo Dilma, PT, esquerda e impeachment**: três interpretações da conjuntura econômica

e política. Rio de Janeiro: Sem Editora, 2015. p. 5-13. Disponível em: https://www.ie.ufrj.br/images/IE/TDS/2015/TD_IE_015_2015_PINTO_FILGUEIRAS_GON%C3%87ALVES.pdf. Acesso em: 03 fev. 2021.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais do Estado capitalista**. Volume 2. Porto: Portucalense Editora, 1971.

POULANTZAS, Nicos. **A crise das ditaduras**: Portugal, Grécia, Espanha. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

PRADO, Fernando Correa. História de um não debate: A trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil. **Comunicação & Política**, Rio de Janeiro, vol. 29, n. 2, 2011, p.68-94.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB). **Sistema harmonizado de designação e de codificação de mercadorias**: notas explicativas. 6. ed. Brasília: Sem Editora, 2018. 2471 p. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/aduana-e-comercio-exterior/classificacao-fiscal-de-mercadorias/nesh-in-1788-2018.pdf>. Acesso em: 08 maio 2021.

REIS, Marisa Amaro dos; SILVA, Laís Sales do Prado e. MULTIPARTIDARISMO: excesso de partidos políticos e questões relativas ao pluralismo partidário brasileiro. **Estudos Eleitorais**, Brasília, v. 11, n. 3, p. 97-119, dez. 2017. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/3626>. Acesso em: 15 maio 2021.

RIBEIRO, Isabela Ramos. **Os interesses da indústria da construção civil para a política urbana brasileira e a consolidação da hegemonia burguesa entre 2003 e 2013**. 209f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - UFSC. Florianópolis, 2015.

RIBEIRO, Isabela Ramos. **Burguesia dependente, bloco no poder e a conformação da hegemonia no Brasil entre 2003 e 2018**. 254f. Tese (Doutorado em Política Social) - UnB. Brasília, 2020.

ROCHA, Mirella. **Capitalismo dependente e Serviço Social**: Crítica à Formação Social Brasileira na produção teórica do Serviço Social e outras Contradições. 277f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

SAAD FILHO, Alfredo; MORAIS, Lecio. **Brasil**: neoliberalismo versus democracia. São Paulo: Boitempo, 2018.

SAES, Décio. **República do capital**: capitalismo e processo político no Brasil. São Paulo, Boitempo, 2001.

SAES, Décio. Capitalismo e processo político no Brasil: a via brasileira para o desenvolvimento no Brasil. **Boletim Campineiro de Geografia**, vol. 1, n. 6, 2016, pp. 11-28.

Secretaria do Tesouro Nacional (STN). **Tesouro Nacional Transparente**. 2021. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/>. Acesso em: 23 de março de 2021.

SEKI, Allan Kenji. **O Capital e as universidades federais no Governo Lula**: o que querem os Industriais? Dissertação (Mestrado em Educação) - UFSC. Florianópolis, 2014.

SHAIK, Anwar. **Capitalism: Competition, conflict, crisis**. Oxford University Press, 2016.

SILVA, Robson Dias; GONÇALVES, Gabriela Mello. Exportações e o desenvolvimento regional: um balanço da Lei Kandir para o Rio de Janeiro, Paraná e Minas Gerais. **Semestre Económico**, 22(50), Enero-marzo 2019, pp. 179-204. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/seec/v22n50/0120-6346-seec-22-50-179.pdf>>.

SINGER, André. **O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

THEODOSIO, Bruno Miller. **Determinantes da acumulação de capital no Brasil entre 2000 e 2016: lucratividade, distribuição, tecnologia e financeirização**. Dissertação (mestrado em Economia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019.

TRAJTENBERG, Marília El-Kaddoum. **Uma constituinte pouco cidadã: as disputas do empresariado e as tentativas de intervenção dos trabalhadores sobre o direito político dos trabalhadores na constituinte de 1988**. Dissertação (Mestrado em História) - UFF. Niterói, 2015.

VALE. **Composição Acionária**. 2020. Disponível em: <http://ww2.vale.com/PT/investors/company/shareholding-structure/Documents/Composi%C3%A7%C3%A3o%20Acion%C3%A1ria%20Janeiro%2020.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2021.

VALOR Econômico. **Valor 1000**. 2021. Base de dados.

XP, Investimentos. **XP Pesquisa Mensal com a População: novembro de 2018**. 2018. Disponível em: <https://conteudos.xpi.com.br/wp-content/uploads/2019/06/Pesquisa-XP_-2018_11-1.pdf>. Acesso em junho de 2020.

XP, Investimentos. **Pesquisa XP/Ipespe: junho de 2020**. 2020. Disponível em: <https://conteudos.xpi.com.br/wp-content/uploads/2020/06/Pesquisa-XP_-2020_06-v2.pdf>. Acesso em junho de 2020.

ZAVALETA, René Mercado. **El Estado en América Latina**. Los amigos del libro: Cochabamba, 1989.

APÊNDICE I - Relação entre setores e grupo de setores utilizada

Setor de atividade	Grupo de setores
Açúcar e Álcool	Agronegócio (AG)
Agricultura	
Agropecuária	
Alimentos e Bebidas	
Bebidas e Fumo	
Fumo	
Construção Civil	Construção civil (CC)
Construção e Engenharia	
Empreendimentos Imobiliários	
Materiais de Construção e Decoração	Indústria das Commodities (IC)
Metalurgia	
Mineração	
Papel e Celulose	
Petróleo e Gás	
Química e Petroquímica	
Siderurgia	

Eletroeletrônica	Indústria Difusora de Tecnologia (ID)
Farmacêutica e Cosméticos	
Mecânica	
Veículos e Peças	
Brinquedos	Indústria Tradicional (IT)
Higiene e Limpeza	
Plásticos e Borracha	
Têxtil, Couro e Vestuário	
Água e Saneamento	Serviços de Infraestrutura (SI)
Energia Elétrica	
Telecomunicações	
Informática	
Tecnologia da Informação	
TI & Telecom	
Comércio Atacadista	Outros Serviços (SO)
Comércio Exterior	
Comércio Varejista	
Comunicação e Gráfica	

Educação e Ensino
Lazer e Turismo
Serviços
Serviços Ambientais
Serviços Especializados
Serviços Médicos
Transportes
Transportes e Logística

Fonte: Elaboração própria, com base em Pinto (2010)